

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANDRÉ AUGUSTO MICHELATO GHIZELINI

ATORES SOCIAIS, AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA E O
ESPAÇO LOCAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PROGRAMA DE
AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

Curitiba
2010

ANDRÉ AUGUSTO MICHELATO GHIZELINI

ATORES SOCIAIS, AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA E O
ESPAÇO LOCAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PROGRAMA DE
AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Alfio Brandenburg

Curitiba
2010



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
 SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
 PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
 Rua General Carneiro, 460 - 9º andar-sala 906 Fone e Fax: 3360-5173

Ata de Defesa de Tese De Doutorado

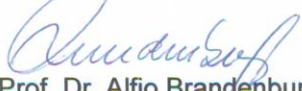
Ata da Sessão Pública, de defesa de tese para obtenção do Título de Doutor em Sociologia, área de concentração "Trabalho e Ruralidades", Linha de Pesquisa "Ruralidades e Meio-Ambiente". No dia 19 de março de 2010, às quatorze horas, nas dependências do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, reuniu-se a banca examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, composta pelos Professores Doutores Alfio Brandenburg - orientador e presidente da banca (UFPR), Maria Ignez Paulilo (UFSC), Sérgio Schneider (UFRGS), Jorge Ramón Montenegro Gómez (UFPR) e Osvaldo Heller da Silva (UFPR) para avaliar a Tese de Doutorado de ANDRÉ AUGUSTO MICHELATO GHIZELINI, intitulada "ATORES SOCIAIS, AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA E O ESPAÇO LOCAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS", para obtenção do Título de Doutor em Sociologia. O desenvolvimento dos trabalhos seguiu o roteiro de sessão de defesa estabelecido pelo Colegiado do Programa e sob a coordenação do(a) Orientador(a). Após haver analisado o referido trabalho e argüido o(a) candidato(a), os membros da banca examinadora deliberaram pela ".....APROVAÇÃO....." do(a) candidato(a), concedendo-lhe o título de **Doutor(a) em Sociologia**. Curitiba, 19 de março de 2010.


 Prof. Dr. Osvaldo Heller da Silva


 Prof. Dr. Jorge Ramón Montenegro Gómez


 Prof. Dr. Sérgio Schneider


 Prof.ª Dr.ª Maria Ignez Paulilo


 Prof. Dr. Alfio Brandenburg
 (orientador e presidente)

Dedico este trabalho
À Elaine, minha esposa, por seu apoio, dedicação, carinho e pelas alegrias que tem
me proporcionado nestes anos de muita parceria e amor.

Sem sua presença e o seu apoio, não seria capaz de trilhar os caminhos
tortuosos destes anos. Além de companheira, foi meu pouso de conforto, carinho e
felicidade.

Ao meu avô Dalcides Michelato e minha avó Aparecida Freiria, exemplos de
vida e seres humanos, que através de suas atitudes me ensinaram à honestidade, o
respeito e o carinho.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Suelena, por tudo que representa em minha vida, que sempre me acompanhou em TODOS os momentos, sempre esteve ao meu lado quando precisei, e ao seu companheiro, Marcelo, que foi neles onde encontrei apoio e conforto familiar.

À minha querida irmã Angela e meu cunhado João Marcelo, pelo apoio familiar e contribuições acadêmicas. Obrigado!

Ao meu irmão Sérgio, Glicimar e meus sobrinhos, que nos fins de semana traziam os momentos de descontração, realmente necessário em tempos de doutorado.

Aos agricultores da AGAECO e da ASSIS, assim como aos técnicos e a diretoria do IEEP, que em todos os momentos estiveram à disposição para a realização deste trabalho. Um agradecimento especial ao Darildo e Fátima Tilpe, pela contribuição que realizaram para esta pesquisa.

À professora Maria Tereza Castelo Branco, que em 1999, através do trabalho de conclusão do curso de Psicologia, me permitiu adentrar e conhecer, pessoal, ideológica e politicamente, o mundo rural brasileiro. Obrigado!

À minha amiga Zélia de Oliveira Passos, pelo apoio incontestável em todos os momentos. Você é demais. Obrigado!

Ao ex-Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social do Paraná, e eterno militante pela vida, Roque Zimmermann, que mais do que um “chefe”, foi um apoiador e um provocador incontestado para que pudesse realizar esta pesquisa. Obrigado!

Aos colegas da equipe do PAA na SETP, durante os anos de 2005 a 2007, José André, Débora Wojcik, Elaine Gomes e Kauzio Cesarios. Vocês são guerreiros. Um agradecimento especial à José André de Azevedo que foi revisor e contribuiu com suas sugestões para com esta pesquisa, além de um grande amigo.

Ao amigo Valmor Bordin, que sempre me apoiou e se esforçou para que o

PAA fosse implantado e reconhecido enquanto política pública.

Ao amigo Luis Tannous, que sempre esteve ao meu lado como conselheiro e apoiador.

Aos companheiros Roberto de Souza Martins e Denner Oliveira, que foram amigos e ouvintes, durante todo o ano de 2009, além de terem fornecido pouso e boa companhia em Irati. Valeu!

Ao amigo Julian, que nestes mais de 10 anos de amizade, sempre foi um militante pela mudança de nossa realidade economicista.

Ao Professor Jorge pelas sugestões e ponderações na banca de qualificação.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Alfio Brandenburg, que se dedicou enquanto professor, orientador e amigo. Mas acima de tudo, um mestre. Me ouviu em todos os momentos e me orientou para que tivesse autonomia e liberdade. Incansável nas provocações e problematizações foi um dos grandes responsáveis pela minha formação acadêmica, intelectual e militante. Obrigado!

Ao Programa REUNI pelo apoio financeiro.

Aos amigos e amigas, companheiros e companheiras, que contribuíram na construção desta pesquisa, me apoiando, cobrando, discutindo, debatendo, porque mais do que uma pesquisa, é um projeto de vida.

Quem morre?

Morre lentamente quem se transforma em escravo do hábito,
repetindo todos os dias o mesmo trajeto,
quem não muda de marca,
não arrisca vestir uma cor nova
e não fala com quem não conhece.
Morre lentamente quem faz da televisão seu guru.
Morre lentamente quem evita a paixão,
quem prefere o negro sobre o branco
e os pingos sobre os “is” a um redemoinho de emoções,
justamente as que resgatam os brilhos dos olhos, sorrisos dos
bocejos, corações a tropeços e sentimentos.
Morre lentamente quem não vira a mesa quando está infeliz no
trabalho,
quem não arrisca o certo pelo incerto para ir atrás de um sonho,
quem não se permite pelo menos uma vez na vida,
fugir dos conselhos sensatos.
Morre lentamente quem não viaja, quem não lê, quem não ouve música,
quem não encontra graça em si mesmo.
Morre lentamente quem destrói o seu amor próprio, quem não se deseja
ajudar.
Morre lentamente, quem passa os dias
queixando-se do azar ou da chuva incessante.
Morre lentamente, quem abandona um projeto antes de iniciá-lo,
não perguntando de um assunto que desconhece
ou não respondendo quando lhe indagam sobre algo que sabe.
Evitemos a morte em suaves cotas, recordando sempre que estar vivo
exige um esforço muito maior do que o simples feito de respirar.
Somente a ardente paciência fará
com que conquistemos uma plena felicidade.

Pablo Neruda

RESUMO

A partir do ano de 2003, o Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, implantaram o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com o objetivo de adquirir produtos da agricultura familiar com a perspectiva de realizar estoques de alimentos, promover o controle de preços, assim como realizar a doação simultânea para famílias e grupos sociais em situação de insegurança alimentar. Desta forma, o PAA passa a ter papel estratégico para potencializar a produção de alimentos da agricultura familiar no Brasil, assegurando preço justo, valorizando a agrobiodiversidade e cultura alimentar, como também gerando renda e incluindo os agricultores em processos de comercialização local. Nesta perspectiva, esta pesquisa tem como objetivo compreender em que medida o PAA/doação simultânea contribui para a reorganização das formas e estratégias de produção e comercialização dos agricultores familiares. E desta forma, em que medida esta reorganização contribui para a afirmação e emergência destes agricultores enquanto atores. Mas também, analisa o PAA enquanto uma política que pode ou não oportunizar as condições para a valorização e fortalecimento da agricultura familiar camponesa na busca por autonomia e liberdade. Para tanto, a noção de ator, retirado das leituras de Alain Touraine, é central neste trabalho, pois pressupõe a afirmação de um projeto coletivo, o (auto)reconhecimento dos agricultores e da sociedade envolvente, assim como a condição de democracia na organização social. A pesquisa foi desenvolvida nos municípios de Turvo e Fernandes Pinheiro, ambos localizados no interior do Estado do Paraná, sendo que 45 famílias de pequenos agricultores foram entrevistados. Vale ressaltar que nos dois municípios, os agricultores estão organizados em associações e estas são responsáveis legais pela execução do PAA. Para tanto, foram realizadas entrevistas estruturadas e semi-estruturadas com estes agricultores, como também, com representantes de organizações governamentais e não governamentais que estão envolvidos direta ou indiretamente na execução do PAA nestes municípios. Os resultados da pesquisa apontam para uma realidade em que, a partir da participação dos agricultores e de suas organizações no PAA, a lógica produtiva, assim como as relações econômicas, diversificaram-se na direção de afirmar um projeto coletivo e de garantir autonomia e liberdade aos agricultores e suas organizações. No entanto, mais do que analisar a lógica produtiva e das estratégias econômicas de comercialização dos agricultores, esta pesquisa conseguiu verificar que o PAA contribui de forma estrutural para que estes agricultores e suas organizações se reconhecessem e fossem reconhecidos nos espaços locais enquanto atores. Portanto, este trabalho buscou desvendar algumas das racionalidades interpostas na relação entre PAA-agricultores familiares camponeses-organizações de agricultores-sociedade envolvente, de forma a compreender em que medida estas relações tem permitido aos agricultores conquistar maior autonomia e liberdade.

Palavras Chave: Ator Social. Agricultura Familiar Camponesa. Políticas Públicas. Desenvolvimento Local. Democracia.

ABSTRACT

Since 2003, Brazilian Federal Government, through its Department for Social Development and Struggle Against Hunger, have been establishing the Program for Food Acquisition (PAA), buying products from family agriculture with the aim of creating stocks, controlling prices, as well as simultaneous donating food for families e social groups in situations of nutrition insecurity. As a result, PAA plays a central role in developing food production in family agriculture in Brazil, guarantying fair price, agrobiodiversity, nutrition culture, as well as generating income and including farmers in the local markets. This research seeks to understand how PAA/simultaneous donation help in the reorganization of family agriculture's forms and strategies of production. It also analyzes how this reorganization contributes to the emergence of farmers as actors. I draw on Alain Touraine's concept of actor because it points out to the reassurance of common goals, the self-recognition of farmers and the evolving society, as well as the role of democracy in social organization. The research was carried out in the cities of Turvo and Fernandes Pinheiro, both located at the countryside of Parana state. 45 families were interviewed. It is worth noticing that in both cities farmers are organized in associations that are legally responsible for the implementation of PAA. Thus we made structured and semi-structured interviews with these farmers as well with representatives of state organizations and NGOs involved in the PAA. The results of the research point to a reality where the participation of farmers and their organizations in PAA helped to diversify economic relations and practices of production. On its turns, this diversification strengthened common goals and increased the farmer's autonomy and liberty. Moreover, this research did not just analyze productive logics and commercial strategies, but it also showed that PAA helped to structurally reinforce the social recognition of farmers and their organizations in the local scene. Therefore, this research sought to understand the rationale that intertwines in the relation PAA- family farmers- peasants-rural organizations- evolving society, in such a way that one can comprehend how it increased farmer's autonomy and liberty.

Palavras Chave: Social Actors. Family Farmers. Public Politics. Local Development. Democracy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01 – MUNICÍPIOS PARTICIPANTES DO PAA/DOAÇÃO SIMULTÂNEA NO PARANÁ SEGUNDO A FONTE FINANCIADORA NO ANO DE 2004.....	46
FIGURA 02 – MUNICÍPIOS PARTICIPANTES DO PAA/DOAÇÃO SIMULTÂNEA NO PARANÁ SEGUNDO A FONTE FINANCIADORA NO ANO DE 2005.....	48
FIGURA 03 – MUNICÍPIOS PARTICIPANTES DO PAA/DOAÇÃO SIMULTÂNEA NO PARANÁ SEGUNDO A FONTE FINANCIADORA NO ANO DE 2006.....	49
FIGURA 04 – MUNICÍPIOS PARTICIPANTES DO PAA/DOAÇÃO SIMULTÂNEA NO PARANÁ SEGUNDO A FONTE FINANCIADORA NO ANO DE 2007.....	50
GRAFICO 01 - RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS APLICADOS NO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO BRASIL.....	53
FIGURA 05 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TURVO.....	80
FIGURA 06 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TURVO.....	80
FIGURA 07 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO.....	87
FIGURA 07 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO.....	87
GRÁFICO 02 - PORCENTAGEM DE AGRICULTORES E OS LOCAIS DE COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO, ANTES DO PAA (2003) E NO ANO DE 2008.....	135

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - PRESENÇA DO PAA/DOAÇÃO SIMULTÂNEA NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES, SEGUNDO ORGÃO FINANCIADOR.....	45
TABELA 02 – EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PAA/DOAÇÃO SIMULTÂNEA SEGUNDO DADOS DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ/SETP. PERÍODO DE 2004 A 2006.....	51
TABELA 03 – EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PAA/DOAÇÃO SIMULTÂNEA SEGUNDO DADOS DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ/SETP E CONAB/SUREG/PR NO ANO DE 2009.....	51
TABELA 04 - PREVALÊNCIA DOMICILIAR DE SEGURANÇA ALIMENTAR E INSEGURANÇA ALIMENTAR, SEGUNDO SITUAÇÃO DE RESIDÊNCIA E GRANDES REGIÕES.....	77
TABELA 05 - NÚMERO DE MUNICÍPIOS E POPULAÇÃO SEGUNDO CLASSES DE TAMANHO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS.....	78
TABELA 06 - CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE TURVO/PR.....	82
TABELA 07 - ORIGEM E VALOR DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO.....	83
TABELA 08 – RECURSOS DO PAA/DOAÇÃO SIMULTÂNEA APLICADOS NO MUNICÍPIO DE TURVO, SEGUNDO VALORES FINANCIADOS PELO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ E PELA CONAB, EM REAIS (R\$1,00).....	85
TABELA 09 - CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO/PR.....	89
TABELA 10 - ORIGEM E VALOR DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNDANDES PINHEIRO.....	90
TABELA 11 - HISTÓRICO DO PROJETO DO PAA NO MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO, SEGUNDO VALORES FINANCIADOS PELO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ E PELA CONAB, EM REAIS (R\$1,00).....	93
TABELA 12 - NÚMERO DE FAMÍLIAS ENTREVISTADAS E SUA DISTRIBUIÇÃO NAS COMUNIDADES RURAIS NOS MUNICÍPIOS DE FERNANDES PINHEIRO E TURVO.....	95

TABELA 13 - NÚMERO DE AGRICULTORES FAMILIARES PARTICIPANTES DO PAA EM TURVO, FERNANDES PINHEIRO, TOTAL GERAL E A CLASSIFICAÇÃO DA DAP POR MUNICÍPIO E POR TIPO DE CLASSIFICAÇÃO.....	96
TABELA 14 - SITUAÇÃO DA PROPRIEDADE DOS AGRICULTORES FAMILIARES PESQUISADOS NOS MUNICÍPIOS DE TURVO E FERNANDES PINHEIRO.....	97
TABELA 15 - TAMANHO DA PROPRIEDADE DOS AGRICULTORES FAMILIARES PESQUISADOS.....	98
TABELA 16 – NÚMERO DE PESSOAS POR FAMÍLIA, POR MUNICÍPIO E TOTAL.....	98
TABELA 17 - PRINCIPAL FONTE DE RENDA DOS AGRICULTORES FAMILIARES PESQUISADOS NOS MUNICÍPIOS DE TURVO E FERNANDES PINHEIRO.....	99
TABELA 18 - RENDA MENSAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES PESQUISADOS NOS MUNICÍPIOS DE TURVO E FERNANDES PINHEIRO.....	100
TABELA 19 - PRODUÇÃO DESTINADA PARA A COMERCIALIZAÇÃO PELOS AGRICULTORES FAMILIARES DA AMOSTRA, REFERENTE AO PERÍODO ANTERIOR AO PAA, 2003, E NO ANO DE 2008.....	123
TABELA 20 - PRODUTOS QUE OS AGRICULTORES AVALIAM COMO RESPONSÁVEL PELA PRINCIPAL RENDA DA FAMÍLIA.....	128
TABELA 21 – AVALIAÇÃO DOS AGRICULTORES DA AMOSTRA SOBRE OS MECANISMOS DE COMERCIALIZAÇÃO CONSIDERADOS COMO E IDEAL.....	159
TABELA 22 – NÚMERO E PORCENTAGEM DE FAMÍLIAS DE AGRICULTORES QUE PASSARAM A BENEFICIAR AGROINDUSTRIALMENTE ALGUM PRODUTO A PARTIR DA PARTICIPAÇÃO NO PAA.....	180

LISTA DE SIGLAS

AGAECO	- Associação dos Grupos de Agricultura Ecológica de Turvo
APAE	- Associação de Pais de Alunos Excepcionais
ASSIS	- Associação dos Grupos de Agricultura Ecológica São Francisco de Assis
CEASA	- Centrais de Abastecimento
CEP	- Coordenadoria de Programas Especiais de Enfrentamento da Pobreza
CONAB	- Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONSEA/PR	- Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Paraná
DAP	- Declaração de Aptidão ao Pronaf
EMATER	- Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
FNDE	- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IAF	- Instituto Agroflorestal Bernardo Hakvoort
IBEMA	- Companhia Brasileira de Papel
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
IEEP	- Instituto Equipe de Educadores Populares
IPARDES	- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAPA	- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	- Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	- Ministério do Desenvolvimento Social
MESA	- Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Nutricional
ONG	- Organização Não-Governamental
PAA	- Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE	- Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNDS	- Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher
PNRA	- Plano Nacional de Reforma Agrária
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PR	- Estado do Paraná
PRONAF	- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT	- Partido dos Trabalhadores
SEAB	- Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento do Paraná
SEED	- Secretaria de Estado da Educação do Paraná
SESAN	- Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SETP	- Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social
SISAN	- Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SUREG	- Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPITULO I – PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS: HISTÓRIA E CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO	26
1.1 - O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS: FUNCIONAMENTO E ORGANIZAÇÃO	31
1.2 - O PAA E SUA TRAJETÓRIA NO PARANÁ E NO BRASIL	44
1.3 – O CONTEXTO POLÍTICO DO PAA	54
1.4 – PROBLEMATIZANDO A REALIDADE PESQUISADA	60
CAPITULO II – CONHECENDO E RECONHECENDO A REALIDADE PESQUISADA.....	63
2.1 - DELIMITANDO O ESPAÇO DE INVESTIGAÇÃO E SEUS ASPECTOS METODOLÓGICOS	64
2.2 – CONTEXTUALIZANDO E DELIMITANDO A REALIDADE PESQUISADA.....	67
2.3 - INSTRUMENTOS E SUJEITOS DA PESQUISA.....	69
2.4 – ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA.....	74
2.5 – A REALIDADE PESQUISADA: OS ESPAÇOS DE REPRODUÇÃO, AGRICULTURA FAMILIAR E O PAA.....	75
2.5.1 - MUNICÍPIO DE TURVO E O PROGRAMA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS.....	79
2.5.2 - MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO E O PROGRAMA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS.....	86
2.5.3 – CARACTERIZAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES E DO PAA EM TURVO E FERNANDES PINHEIRO	93
CAPITULO III – CAMPESINATO E O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS	103
3.1 – CONTEXTUALIZANDO: AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA E AS RELAÇÕES MERCANTIS	109

3.2 - O PAA E O FORTALECIMENTO DA LÓGICA PRODUTIVA CAMPONESA . 120

CAPITULO IV – O RECONHECIMENTO E AFIRMAÇÃO DOS CAMPONESES

ENQUANTO ATORES..... 141

4.1 – CAMPESINATO E A NOÇÃO DE ATOR 143

4.2 - PROJETO COLETIVO E OS ATORES CAMPONESES 148

4.3 - A CONDIÇÃO CAMPONESA, ATORES E AS RELAÇÕES ECONÔMICAS NO
CONTEXTO LOCAL..... 159

4.4 - RECONHECIMENTO POLÍTICO-INSTITUCIONAL: AS RELAÇÕES ENTRE O
PODER PÚBLICO E OS AGRICULTORES 168

4.5 - INSTRUMENTOS LOCAIS DE COMERCIALIZAÇÃO: RECONHECIMENTO
POLÍTICO-ECONÔMICO E A BUSCA PELA AUTONOMIA 174

CAPITULO V – ESTADO, DEMOCRACIA E A EMERGÊNCIA DOS ATORES

SOCIAIS..... 182

5.1 – PARTICIPAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO COMO FORMAS DE
RECONHECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR..... 191

5.2 – PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS: POLÍTICA
COMPENSATÓRIA OU POLÍTICA ESTRUTURANTE? 193

5.3 – O PAA ENQUANTO INSTRUMENTO DE PARTICIPAÇÃO E
DEMOCRATIZAÇÃO NOS ESPAÇOS LOCAIS 200

5.4 – O PAPEL DO ESTADO E A AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA 202

5.5 - COMERCIALIZAÇÃO INSTITUCIONAL, AS CONTRADIÇÕES
GOVERNAMENTAIS E O MODELO DE DESENVOLVIMENTO 205

CAPITULO VI – O LOCAL E O RURAL-URBANO: ESPAÇO DE VIDA E

DESENVOLVIMENTO 212

POSFÁCIO..... 229

SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DA DINÂMICA E FUNCIONAMENTO DO PAA NO PARANÁ 231

A CONDIÇÃO CAMPONESA E A DIVERSIFICAÇÃO DAS FORMAS DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO	233
FORTALECIMENTO E RECONHECIMENTO DO PROJETO COLETIVO DOS AGRICULTORES E SUAS ORGANIZAÇÕES	236
A AFIRMAÇÃO E EMERGÊNCIA DOS AGRICULTORES ENQUANTO ATORES NO CONTEXTO LOCAL	238
DEMOCRATIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA	240
O PAA E O DEBATE SOBRE O MODELO DE DESENVOLVIMENTO E A RELAÇÃO RURAL- URBANO	241
CONSIDERAÇÕES FINAIS	243
REFERÊNCIAS	245
APÊNDICES	252

INTRODUÇÃO

Esta tese tem como objetivo analisar o Programa Aquisição de Alimentos e sua relação com a agricultura familiar camponesa e o espaço local. Entretanto, antes mesmo de apresentar a pesquisa em questão, creio ser necessário discorrer um pouco sobre a história do autor, sua relação com o objeto de estudo e como a problemática apresentada foi sendo construída.

O problema de pesquisa apresentado nesta tese começou a incomodar-me quando era estudante de Psicologia na Universidade Federal do Paraná (1995 a 1999). Durante o curso de graduação participei de estágios de vivência em comunidades rurais e urbanas em variadas localidades no Estado do Paraná. Assim como, o estágio curricular de fim de curso, durante o ano de 1999, em um município rural, atuando em comunidades de agricultores familiares, através de uma organização não governamental. Neste período, questões e angústias foram interpondo-se em minha trajetória pessoal, profissional e acadêmica; questões sobre a importância e a invisibilidade dos pequenos municípios e das populações rurais diante do modelo de desenvolvimento brasileiro.

No ano de 2001 ingressei no curso de mestrado em Sociologia, da Universidade Federal do Paraná, com a perspectiva de compreender mais profundamente as razões e motivações que “levam” os pequenos municípios e as populações rurais a tornarem-se reféns de um sistema social que cada vez mais isola e desarticula as identidades e as relações locais e regionais, e as concentram nos grandes centros urbanos.

Durante o mestrado, tive como objetivo compreender em que medida a agricultura familiar dos pequenos municípios conseguia reverter a situação de certa invisibilidade social, política e econômica. Para além de conseguir respostas, o período do mestrado serviu como fonte de apropriação de mais questionamentos e problematizações sobre a realidade rural brasileira.

Além de atuar como pesquisador com foco no desenvolvimento rural, também atuei, nestes 10 anos de exercício profissional, como psicólogo social em organizações não-governamentais de desenvolvimento rural (no Paraná, Rio Grande do Sul e na Bahia) e como coordenador de programas e políticas públicas no Governo do Estado do Paraná, onde desenvolvi atividades voltadas especificamente para o público da agricultura familiar.

Enquanto gestor público, na Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social do Paraná, no período compreendido entre fevereiro de 2003 e junho de 2007, estive na função de coordenador do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)¹, onde fui responsável por organizar e implantar o Programa no Estado.

Nestes espaços, seja como pesquisador ou como técnico, não bastava uma visão instrumental e pragmática da realidade social, mas sentia a necessidade de problematizar a realidade na perspectiva de compreender em que medida as políticas públicas, os movimentos sociais e o mercado têm contribuído ou não para que os agricultores familiares camponeses se reconheçam e sejam reconhecidos enquanto atores do desenvolvimento econômico e social.

Foi principalmente a partir da minha experiência como gestor público, que pude compreender que, para além das ações da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais, as ações públicas são condicionantes importantes para compreender os processos de desenvolvimento econômico e social e suas implicações para a pequena agricultura e suas organizações.

No período em que estive à frente do PAA no Governo do Estado do Paraná pude conhecer e acompanhar inúmeras experiências do Programa nos mais

¹ O programa será descrito e caracterizado de forma detalhada no primeiro capítulo, no entanto, para que fique claro ao leitor, o PAA tem como objetivo a aquisição de alimentos, por parte dos órgãos governamentais, diretamente dos agricultores familiares ou de suas organizações, sendo que o destino destes alimentos pode ser dos mais variados, dependendo do tipo de mecanismo de comercialização acessado pelo agricultor – o que será detalhado a frente. No entanto, esta pesquisa tem como foco o Programa de Compra Direta Local da Agricultura Familiar, um dos mecanismos de compra institucional que faz parte do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo que existem outros mecanismos de comercialização, que serão detalhados nos capítulos que seguem.

diversos municípios do Estado, sendo que, além de conhecer as experiências, também pude assessorar e monitorar os projetos nos municípios. Desta forma, além de conhecer o Programa do ponto de vista operacional e da gestão, pude acompanhar o Programa no que se refere ao seu “diálogo” com outras políticas e ações governamentais, além da sua inserção no debate sobre o modelo de desenvolvimento e suas implicações para o rural brasileiro.

O que mais me chamava atenção era o fato de que os agricultores eram unânimes no que se referia às potencialidades do PAA, com destaque à geração de renda, à diversificação da produção, à segurança de comercialização e à autonomia, além do caráter inovador e estrutural que o PAA gerava nas localidades.

Assim, quando participei de eventos, reuniões técnicas e políticas, fóruns, conselhos, entre outros, as avaliações e relatos de agricultores, organizações de agricultores, consumidores, representantes de organizações governamentais e não-governamentais eram consensuais no que se referia a manutenção e ampliação do Programa.

No entanto, as limitações do Programa eram secundarizadas e muitas vezes não apresentadas, seja pelo motivo de garantir sua continuidade e, para tanto, não deveriam ser colocadas em pauta suas deficiências e dificuldades. O receio de que o Programa poderia terminar era tão presente que os agricultores saiam em sua defesa de forma incontestável. As limitações do Programa eram direcionadas para questões como os preços pagos pelos produtos, a proibição de comercializar este ou aquele produto, o limite de recursos disponíveis para cada agricultor por ano², a limitação do valor financeiro por município, entre outros. Ou seja, as avaliações tinham como foco questões de âmbito operacional-burocrático, que mais do que questionar o Programa, tinham como objetivo sua revisão e ampliação e a garantia de sua continuidade.

² O programa estabelece um teto máximo de valor a ser comercializado por agricultor/ano. No período de 2003 a 2007, o valor/ano por agricultor era de 2.500 reais, sendo que a partir de fins de 2007, este valor aumentou para 3.500 reais.

No entanto, questões como avaliar o impacto do PAA na dimensão estrutural, ou seja, em que medida o Programa estava oportunizando que os agricultores e suas organizações pudessem, mediante alternativas de relação com o mercado, ser reconhecidos enquanto atores, não era passível de identificação, mesmo porque uma leitura empírica impossibilitava tal exercício.

Desta forma, para além da questão da segurança alimentar, do combate à fome, da comercialização e da geração de renda para os agricultores familiares, a questão que, para mim, estava se formando, tinha como foco principal compreender em que medida o PAA permitia que os agricultores, mediante suas organizações, expressassem-se enquanto atores sociais.

Desta forma, meu objeto de estudo é o Programa de Aquisição de Alimentos, mais especificamente a aquisição de alimentos para a doação simultânea. No entanto, não é meu objetivo avaliar o Programa, exclusivamente do ponto de vista do seu impacto e das suas implicações para com as condições de vida dos agricultores familiares, mas compreender em que medida o Programa está articulado com a noção de ator social, democracia e desenvolvimento.

Problema de pesquisa, marco teórico e sua articulação com o objeto de estudo

Antes de avançar para apresentação do marco teórico e de como a pesquisa está estruturada, faz-se necessário apresentar, de forma breve, a problemática inicial.

A questão central deste estudo é compreender como o PAA possibilita a promoção da autonomia e sustentação das condições de vida e da reprodução social dos agricultores a partir da reorganização da lógica da produção familiar, com vistas à diversificação da produção e dos mecanismos de comercialização e, assim, em que medida esta reorganização da produção e das formas de comercialização possibilita o reconhecimento social, político e econômico dos agricultores por parte da sociedade envolvente, de forma a contribuir para a afirmação dos agricultores enquanto atores sociais no espaço local.

Porém, considerando o PAA enquanto uma política pública, esta pesquisa tem a perspectiva de compreender em que medida o Programa contribui, a partir da re-estruturação organizacional e burocrática do Estado, para a democratização do acesso e do reconhecimento dos agricultores e suas organizações para com as políticas públicas e como atores sociais.

A partir destas questões organizadas, passei a estruturar a metodologia de pesquisa e o marco teórico, de forma a dar corpo e forma à pesquisa.

Portanto, o estudo foi construído tendo como base a noção de campesinato, ator social e democracia, articulados a partir da leitura que faço sobre o Programa de Aquisição de Alimentos e suas implicações na realidade rural da agricultura familiar.

A noção de ator é estrutural nesta pesquisa; nela resgato a construção conceitual que Alain Touraine faz sobre o ator e sua articulação com o sistema social. A noção de ator está imbricada na compreensão de reconhecimento, projeto coletivo, democracia e autonomia, considerando que os atores se colocam enquanto tal a partir da relação entre Estado/democracia, movimento social e mercado.

A noção de democracia é indispensável para pensar e organizar um sistema social que oportunize a afirmação e emergência dos atores sociais. Deve-se entender democracia no sentido amplo, pois é pressuposto haver um contexto social em que exista a possibilidade para a participação, afirmação e defesa dos projetos coletivos por parte dos atores. Participar não apenas enquanto atores que defendam seus projetos, mas que reconheçam o outro e sejam reconhecidos econômica, política e culturalmente. No entanto, o reconhecimento não é determinado apenas pela visibilidade e participação dos atores nos espaços sociais, mas se dá enquanto afirmação de um projeto coletivo que reivindica e defende a condição de ator perante o outro.

Porém, o ator não se institui enquanto tal apenas pela dimensão política e social/cultural, mas tem na dimensão econômica importante condicionante para seu reconhecimento. Assim, a sua relação com a dimensão econômica deve pautar-se

fundamentalmente em função de um projeto coletivo e não pela relação de dependência e da necessidade de reprodução social à luz de uma economia excludente e que despersonaliza os atores da sua capacidade de participar e construir a realidade a partir de um projeto coletivo.

O ator se constitui enquanto tal quando não está subjugado pelo mercado e, também, não está a serviço de certos comunitarismos e movimentos que retiram dos atores a dimensão da democracia e da participação individual e coletiva. Portanto, a condição de ator está intimamente articulada com a construção e afirmação de um projeto coletivo que irá pautar estes grupos sociais para a participação social.

Assim, articular a noção de ator e campesinato é condição para pensar um mundo rural em que a pequena agricultura seja reconhecida a partir da sua diversidade, heterogeneidade e condições de vida, ou seja, a partir de um projeto coletivo construído e afirmado a partir da sua dinâmica e contexto econômico, social e político.

Diferentemente do que estabelece a agricultura moderna, a noção de ator reafirma a condição de que os camponeses têm especificidades que se pautam a partir das condições de vida, do projeto coletivo e da organização social, sendo necessário, portanto, o reconhecimento destas como condição para que haja espaços organizativos e institucionais de afirmação e reconhecimento social, político e econômico, que permitam aos agricultores se instituírem enquanto ator.

No entanto, estes espaços serão construídos a partir da mobilização e organização coletiva dos agricultores e, também, a partir de intervenções estatais que oportunizem as condições para que os movimentos sociais e as organizações camponesas afirmem seu projeto coletivo e sejam reconhecidas enquanto atores perante o sistema social.

Os espaços sociais de investigação

A amostra da pesquisa está circunscrita e delimitada aos agricultores que participam do PAA nos municípios de Turvo e Fernandes Pinheiro, ambos no Estado

do Paraná (PR). Os municípios foram definidos segundo critérios que serão apresentados de forma detalhada no segundo capítulo. O total de agricultores pesquisados foram 45 famílias que participam do PAA, sendo que estas estão distribuídas da seguinte forma: 34 famílias no município de Turvo e 11 famílias no município de Fernandes Pinheiro.

Em ambos os municípios, o Programa de Aquisição de Alimentos está ligado a associações de agricultores, que são responsáveis legais pela sua operacionalização, sendo estas objeto de estudo da pesquisa. No município de Turvo a associação responsável é a Associação dos Grupos de Agricultura Ecológica de Turvo (AGAECO) e no município de Fernandes Pinheiro é a Associação dos Grupos de Agricultura Ecológica São Francisco de Assis (ASSIS).

A metodologia de pesquisa foi articulada a partir de entrevistas estruturadas e semi-estruturadas, como também a observação e o levantamento de materiais institucionais, seja com os agricultores, com representantes das organizações de agricultores e de organizações governamentais e não governamentais envolvidos no processo de execução do PAA em ambos os municípios.

Roteiro e ordenação da pesquisa

A pesquisa está organizada em seis capítulos, sendo que no primeiro capítulo o foco é a apresentação e caracterização do objeto de estudo, sua trajetória e especificidades no Paraná e no Brasil, assim como a apresentação da problemática, objetivos e hipótese da pesquisa.

No segundo capítulo, passo a discorrer sobre a metodologia da pesquisa, delimitando a amostra, caracterizando os instrumentos para a coleta de dados, assim como a metodologia de análise dos dados.

No capítulo de número três, a partir da noção de campesinato e ator, tenho a perspectiva de compreender a lógica produtiva e as relações de mercado das famílias camponesas e sua relação com o PAA. O objetivo deste capítulo é iniciar a apresentação dos dados da pesquisa com a perspectiva de compreender em que

medida o PAA tem impactado na valorização e fortalecimento da condição camponesa. Desta forma, o foco é compreender como o Programa interfere e interage com a dinâmica produtiva e as relações comerciais dos agricultores, na perspectiva de fortalecer a lógica produtiva dos agricultores fundada na diversificação da produção e das estratégias de comercialização que possam reforçar estratégias que possibilitem um ganho de autonomia.

O quarto capítulo tem como preocupação estruturar, apresentar e analisar, à luz da noção de ator social, as formas que os agricultores e as associações, a partir da participação no PAA, constroem, defendem e lutam por um projeto coletivo com a perspectiva de serem reconhecidos pela sociedade envolvente enquanto atores, seja do ponto de vista econômico, político e social, no contexto local. Local este que é caracterizado pela relação rural-urbano, onde se realizam as relações de convivência e luta pelo reconhecimento e legitimidade da existência e participação política e econômica dos camponeses enquanto atores.

No entanto, a noção de ator está imbricada com a ideia de democracia, pois sem a possibilidade de participação e do reconhecimento da diversidade política, econômica e social, não há a possibilidade para a emergência dos atores nos espaços sociais. Desta forma, no quinto capítulo articularei a ideia de ator e democracia e como o Estado e a burocracia estatal podem contribuir e oportunizar a afirmação e emergência dos agricultores e suas organizações enquanto atores sociais.

No sexto capítulo a perspectiva é ampliar o debate em torno do PAA, articulando-o com a noção de desenvolvimento. Para tanto, apresento a concepção de desenvolvimento local na perspectiva de problematizar a relação rural-urbano e o espaço local enquanto *locus* de luta e reconhecimento dos agricultores.

Portanto, a pesquisa tem como eixo central a noção de ator social e sua relação com a agricultura familiar camponesa, democracia e desenvolvimento a partir da intervenção realizada pelo Programa de Aquisição de Alimentos em dois municípios no Estado do Paraná.

CAPITULO I – PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS: HISTÓRIA E CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO

Durante a campanha eleitoral de 2002, movimentos sociais e sociedade civil organizada, através do Instituto Cidadania, iniciaram um processo de elaboração de ações que fariam parte do Programa de governo e que, numa eventual vitória do Partido dos Trabalhadores (PT) à presidência da República, estariam ampliando o debate e propondo que estas ações fizessem parte da política nacional de segurança alimentar³.

Nesta perspectiva, o Instituto Cidadania⁴, através da participação de especialistas e autoridades no campo da segurança alimentar, apresentou o “Projeto Fome Zero: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil”⁵. Este documento, que foi assinado pelo então candidato à presidência da República pelo PT, Luis Inácio Lula da Silva, apresenta um projeto fundado a partir do diagnóstico da situação de segurança alimentar e nutricional da população brasileira, assim como as diretrizes que poderiam compor a política nacional, além de estratégias e mecanismos operacionais de forma a alcançar a segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

³ Segurança Alimentar é “a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis”. CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Princípios e diretrizes de uma política de segurança alimentar e nutricional. Brasília, DF. 2004.

⁴ Instituto Cidadania é uma organização não governamental que funciona como suporte institucional para o Partido dos Trabalhadores, e tem como objetivo a análise e proposição de políticas públicas para o país. O Instituto, por não ser uma organização partidária, congrega militantes, intelectuais, pesquisadores que não necessariamente façam parte do PT, e que preocupados com a realidade social e econômica brasileira, promovem debates e fóruns com o objetivo de aprofundar suas análises e propor alternativas ao modelo brasileiro posto até então.

⁵ Cf.: INSTITUTO CIDADANIA. *Projeto Fome Zero: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil*. São Paulo, 2001.

Este projeto (Fome Zero) visa suprir uma lacuna importante na agenda política brasileira: a falta de uma política de segurança alimentar e nutricional que consiga coordenar e integrar as diversas ações nos estados, municípios e sociedade civil. O Direito à Alimentação, que está inserido no pacto internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, deve ser garantido pelo Estado. O reconhecimento desse direito implica não apenas o acesso, mas a qualidade e confiabilidade dos alimentos consumidos pela população.

(...)

Nesse sentido, ganha destaque o debate sobre a Segurança Alimentar como eixo estratégico de desenvolvimento. O problema alimentar de um país vai além da superação da pobreza e da fome. O fundamental é garantir a Segurança Alimentar. O combate à fome deve ser inserido nesta estratégia maior, pois é a face mais visível da insegurança alimentar, e não queremos conviver com ela, como temos feito há séculos. O eixo principal da proposta do Projeto Fome Zero é associar o objetivo da segurança alimentar a estratégias permanentes de desenvolvimento econômico e social com crescente equidade e inclusão social.⁶

Com a vitória do PT nas eleições presidenciais de 2002 e a partir destes pressupostos, o Projeto Fome Zero transformou-se no Programa Fome Zero. Tal Programa de governo que ganhou *status* de prioridade nos primeiros dois anos do governo do presidente Lula, no primeiro mandato, sendo que, em função desta mesma prioridade, nos primeiros dois meses de governo, criou-se o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar (MESA), sob o comando do professor José Graziano da Silva, responsável por coordenar as ações de segurança alimentar no âmbito do Governo Federal. Vale ressaltar que o MESA adquiriu *status* de um Ministério para, assim, pudesse influenciar as grandes políticas do governo, sendo que sua influência iria para além das delimitações legais do próprio ministério. É, então, a partir desta iniciativa, que se deu a retomada da construção de uma agenda política nacional em torno da problemática da segurança alimentar e nutricional no Brasil e sua institucionalidade⁷.

⁶ INSTITUTO CIDADANIA. *Projeto Fome Zero: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil*. São Paulo, 2001. p. 09.

⁷ Durante o Governo do Presidente Itamar Franco, em abril de 1993, foi instalado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e no ano seguinte foi realizada a I Conferência Nacional. No entanto, em fins de 1994, sob o comando do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, são substituídas as ações que vinham sendo estruturadas para a área de

Esta agenda foi pautada a partir de ações emergenciais e ações estruturantes, de forma que as políticas públicas não estivessem, única e exclusivamente, com foco em ações de combate a fome na sua dimensão emergencial, ou seja, atuando sobre aquelas populações que estão em situação de fome e miséria. Mas intervir na realidade de forma concomitante, através de ações estruturais em populações pobres e em situação de vulnerabilização social e econômica.

Nesta perspectiva, a agenda nacional em torno da segurança alimentar funda-se a partir do pressuposto básico de que o direito humano à alimentação é condição primeira para que o direito à vida seja respeitado, as políticas e ações governamentais passaram, inicialmente, a ser estruturadas de forma a atender questões emergenciais, a exemplo do cartão alimentação que viria a constituir-se, futuramente, no Programa Bolsa Família⁸. No entanto, concomitantemente, outras ações foram sendo elaboradas e organizadas com foco na dimensão estruturante, ou seja, preocupadas em possibilitar intervenções que viabilizassem condições para que as populações-alvo conquistassem autonomia econômica, social e política.

Vale ressaltar que a reativação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), no ano de 2003, principalmente em função da participação das organizações da sociedade civil, tem papel preponderante na proposição e na sustentabilidade de programas e na estruturação da política nacional de segurança alimentar.

segurança alimentar pelo Programa Comunidade Solidária. Cf.: MALUF, R. S.; MENEZES, F.; VALENTE, F. L. Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil. *Revista Cadernos de Debate/ UNICAMP*. Campinas, v. IV, p. 66-68, 1996.

⁸ Outros programas emergenciais passaram a ser fortalecidos e alguns iniciados a partir do Programa Fome Zero; como exemplo poderia destacar: os Programas de Hortas e Cozinhas Comunitárias, o Programa do Leite, Restaurantes Populares, ampliação e qualificação do Programa de Alimentação Escolar, Programas de Educação Alimentar, assim como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Um Milhão de Cisternas, o fortalecimento dos estoques reguladores do Governo Federal, entre outros.

No período de 2003 a 2009⁹, muitos avanços foram conquistados no âmbito da política nacional de segurança alimentar e nutricional. No entanto, a principal conquista foi a promulgação da Lei da Segurança Alimentar, lei nº. 11.346 de 15 de setembro de 2006¹⁰, que dispõe sobre a institucionalidade da política nacional, seja dos princípios que dão base para as ações, as instâncias de elaboração, decisão e execução, assim como a estruturação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar (SISAN).

Mais do que certa institucionalidade, a segurança alimentar, a partir de 2003, passa a pautar a questão alimentar aliada ao debate sobre o modelo de desenvolvimento brasileiro no que se refere ao modelo de desenvolvimento rural, mas também sua relação com o desenvolvimento urbano.

A concepção adotada (*de segurança alimentar*) filiava-se à "versão latino-americana" da definição geral de segurança alimentar da FAO, bastante distinta da noção vigente nos países centrais. Nesta versão, atribuía-se papel central à auto-suficiência produtiva nacional, porém enfatizando os problemas de acesso aos alimentos por insuficiência de renda, o que levou a acrescentar a equidade (acesso universal) aos quatro atributos da disponibilidade agregada de alimentos básicos - suficiência, estabilidade, autonomia e sustentabilidade. A agricultura camponesa figurava como componente estratégico num modelo de desenvolvimento com ênfase no mercado interno, sem subestimar a diversificação das exportações e valorizando a integração regional.¹¹

Assim, a questão das ações emergenciais deixa de ser considerada eixo central e passa a ser vista como necessária, sendo que a pauta política em torno da segurança alimentar terá como foco a questão do desenvolvimento. No âmbito da política, esta mudança na compreensão do que vem a ser e o que representa a

⁹ Os dados da pesquisa de campo, assim como os dados relativos à legislação e contexto social e político utilizados nesta pesquisa foram coletados até outubro de 2009, principalmente, em função dos dados do Censo Agropecuário 2006 e da Lei da Alimentação Escolar.

¹⁰ BRASIL. Lei Nº 11.346, de 15 de Setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm>. Acessado em: 10/11/2008.

¹¹ MALUF, R. S.; MENEZES, F.; VALENTE, F. L. Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil. *Revista Cadernos de Debate/ UNICAMP*. Campinas, v. IV, p. 66-68, 1996.

segurança e a soberania alimentar passa a ser o principal avanço no debate, pois será a partir desta concepção que permitirá à organização de políticas públicas que vão além da emergência e do combate à fome como finalidade.

No entanto, não é objetivo desta pesquisa apresentar e analisar a política de segurança alimentar, mas ressaltar que este processo tem dado sustentação política, social e econômica para os programas que estão em execução. Mais do que a manutenção, os programas em funcionamento no âmbito da política nacional são fruto de um processo de mobilização e de um amplo debate, principalmente, por parte da sociedade civil organizada, sobre a realidade brasileira e do seu modelo de desenvolvimento.

Dentre as ações que a política nacional de segurança alimentar assegurou e está assegurando sua institucionalidade, estão os Programas de Aquisição de Alimentos e de Alimentação Escolar (PNAE). Seja em função das garantias de aumento de recursos estabelecidos nos últimos anos ou mesmo em função da mobilização social conquistada, estes programas têm estabelecido processos contínuos e de ampliação de sua execução.

Nesta perspectiva, esta pesquisa tem como foco o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa este que teve seu início em 2003 e vem demonstrando através de contínuas avaliações, impactos expressivos, como será discorrido durante esta pesquisa, seja nas populações alvo do Programa ou mesmo no que se refere a sua institucionalidade enquanto ação pública.

1.1 - O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS: FUNCIONAMENTO E ORGANIZAÇÃO

Instituído através da lei 10.696, de 02 de julho de 2003¹², o PAA entra em funcionamento com a perspectiva de garantir a disponibilidade de alimentos para populações em situação de insegurança alimentar, ao mesmo tempo em que objetiva promover a geração de renda para famílias de agricultores familiares em situação de vulnerabilidade social e econômica. Desta forma, o Programa deixa de ser uma ação exclusivamente emergencial e passa a ter aspectos de uma ação governamental estruturante, que não deixando de preocupar-se com as famílias em situação de fome e miséria, articula-se e interage com famílias de agricultores familiares, os quais passam a obter renda para sair da situação de pobreza a partir da comercialização de sua produção.

A lei que permite a implantação do PAA estabelece, no seu artigo 19, que:

Fica instituído o Programa de Aquisição de Alimentos com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos. O Programa será destinado à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares que se enquadrem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, ficando dispensada a licitação para essa aquisição desde que os preços não sejam superiores aos praticados nos mercados regionais.¹³

Para a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), principal executor do PAA no país, os objetivos do Programa são ainda mais amplos e

¹² BRASIL. Lei 10.696, de 02 de Julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/2003/L10.696.htm>>. Acessado em: 11/06/ 2007.

¹³ BRASIL. Lei 10.696, de 02 de Julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/2003/L10.696.htm>>. Acessado em: 11/06/ 2007.

diversificados. Segundo divulgado em seu sitio eletrônico, o PAA tem por objetivo estimular e promover:

A remuneração da produção: o objetivo imediato do PAA é a aquisição dos produtos oriundos da agricultura familiar, na hora oportuna, por preço compensador, trazendo segurança e incentivo para o pequeno agricultor, que passa a planejar suas atividades pela perspectiva de um horizonte maior de previsibilidade.

A ocupação do espaço rural: ao promover a compra da produção familiar, há maior estabilidade à atividade agrícola e geração de trabalho e renda ao produtor em seu próprio local, com o que se incentiva a permanência e a inclusão social no campo. Com melhores condições de vida, o agricultor e sua família passam a desenvolver a atividade de forma mais ampla e sistemática, explorando com maior racionalidade o espaço rural.

A distribuição de renda: o pagamento líquido e certo, a preço justo, pela produção agrícola familiar onde antes somente havia níveis mínimos de atividade de subsistência promove maior geração de renda para os agricultores, contribuindo para atenuar a secular iniquidade social. Ao mesmo tempo, assegura a circulação de dinheiro na economia da própria região, possibilitando aos agentes econômicos locais, principalmente o comércio, maior atividade e, por conseguinte, melhores possibilidades de investimentos na região, criando um círculo virtuoso de promoção econômica e bem estar social.

O combate à fome: os produtos adquiridos dos agricultores familiares são destinados à formação de estoques de segurança e canalizados prioritariamente para populações em situação de risco alimentar - geralmente residentes na própria região onde os alimentos foram produzidos, a exemplo dos acampados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens e outros segmentos. São também distribuídos para programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou beneficentes. Com isto, eleva-se o padrão nutricional e são construídos vínculos de solidariedade entre os habitantes da região.

A cultura alimentar regional: ao se adquirir produtos alimentícios de uma determinada localidade, o governo passa a valorizar produtos que muitas vezes são tipicamente regionais. Com isto, preserva-se a cultura alimentar local, enriquece-se a gastronomia - que algumas vezes é atrativo turístico - diversificando-a no nível nacional.

A preservação ambiental: o PAA vem incentivando a recuperação e preservação da agrobiodiversidade em diversas regiões do País, por meio de incentivos ao trabalho de organizações dedicadas à agricultura familiar voltadas para este fim. Neste sentido, são estimulados sistemas e manejos sustentáveis de cultivos para o desenvolvimento de espécies características das regiões.¹⁴

¹⁴ COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. *Material institucional*: sobre o Programa de Aquisição de Alimentos, disponível no *site eletrônico*. Disponível em:

A atribuição de coordenar e promover a gestão do PAA no âmbito do Governo Federal ficou sob responsabilidade do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar. A partir de sua extinção, em fins do ano de 2003, esta atribuição passou para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), através da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN). Desta forma, o MDS passou a firmar convênios para a execução do Programa com a CONAB, Governos Estaduais e Governos Municipais.

Vale destacar que a quase totalidade dos recursos financeiros utilizados para a manutenção do PAA é proveniente do orçamento do MDS e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). No entanto, este último iniciou sua participação no Programa a partir de 2006, sendo que os recursos são exclusivamente para a formação de estoque – o que será apresentado.

Então, o que vem a ser o PAA?

É um Programa que permite ao Estado adquirir alimentos diretamente de agricultores familiares sem que seja necessário nenhum tipo de atravessador externo à lógica e dinâmica dos agricultores ou de suas organizações. Ou seja, o estado passa a adquirir alimentos diretamente dos agricultores familiares, através da nota de produtor ou de organizações de agricultores familiares sem que para isto seja necessária a realização de processos licitatórios¹⁵.

<http://www.conab.gov.br/conabweb/agriculturaFamiliar/paa_objetivos.html>. Acessado em: 23/05/2009.

¹⁵ Do ponto de vista do funcionamento burocrático do Estado, o PAA não trouxe mudanças estruturais paradigmáticas, pois a lei 8.666 de 1993, que regulamenta os contratos e compras governamentais, entre outros, já permitia que o Estado adquirisse bens e serviços até o valor de 8 mil reais por ano, por CNPJ ou por CPF, sem que para tanto houvesse um processo de concorrência. No entanto, o aparato legal que instituiu o PAA possibilitou a instrumentalização legal para que as compras de alimentos tivessem preços máximos tabelados e procedimentos administrativos normatizados, possibilitando maior transparência e universalização. Porém, mais importante do que a elaboração de instrumentos legais e administrativos, a lei que regulamentou o PAA permitiu que houvessem recursos disponibilizados no orçamento do Governo Federal e nos Governos Estaduais e Municipais, assim como a formação de equipes de técnicos e demais adequações da máquina pública para que o programa pudesse entrar em funcionamento.

De modo geral, o PAA não traz modificações significativas do ponto de vista da dinâmica das compras institucionais, pois para o Estado, numa primeira análise, o importante é que os alimentos sejam adquiridos e entregues para famílias em situação de insegurança alimentar.

No entanto, a lei que institucionaliza o PAA propõe um reordenamento do funcionamento e da dinâmica da burocracia estatal no que se refere às compras institucionais de alimentos¹⁶. A partir do Programa, as compras de alimentos passam a ser realizadas de forma descentralizada em todo território nacional, seja em âmbito municipal ou regional, de forma a garantir que os agricultores familiares participem diretamente do processo de comercialização e que estejam o mais próximo dos locais de entregas. Mais do que a participação dos agricultores familiares, os tipos de alimentos adquiridos pelo Programa passaram a respeitar a cultura produtiva e alimentar de cada localidade, além de contribuir para o estímulo da produção e do consumo de alimentos “frescos”, como hortaliças, frutas, legumes, pães, massas e doces caseiros, entre outros¹⁷.

Entretanto, deve-se ficar claro que esta pesquisa restringirá seu foco para apenas um dos instrumentos de compra institucional que fazem parte do PAA: a

¹⁶ Vale ressaltar que as compras institucionais de alimentos são realizadas desde a década de 40. Entretanto, a forma como o Estado implementava estas compras impossibilitava a participação da agricultura familiar, em função, principalmente, dos tipos e da forma como o alimento era demandado pelos governos, que na sua maioria eram industrializados e em quantidades para abastecer regiões ou mesmo grupos populacionais distribuídos em todo território nacional. Ainda hoje o Estado adquire cestas básicas de atacadistas e indústrias através de grandes licitações centralizadas, sendo que as quantidades de alimentos e a logística necessária para a distribuição destes inviabilizam de todo modo a participação da agricultura familiar. Mais do que a participação dos agricultores no processo de compras institucionais de alimentos, a baixa qualidade dos alimentos tem sido alvo constante de denúncias na mídia, do poder judiciário e de organizações da sociedade civil, o que demonstra a precariedade e a insustentabilidade de tais procedimentos.

¹⁷ Durante as visitas realizadas nas instituições sociais e nas escolas e colégios públicos beneficiados pelo PAA, seja durante o período da pesquisa de campo (segundo semestre de 2008) ou mesmo durante o período em que fui coordenador do PAA no Governo do Estado (2004 a 2007), pude perceber e verificar que a quase totalidade dos alimentos adquiridos através de licitações e ofertados ao público atendido era formada por produtos industrializados (frango, peixe e carne vermelha enlatadas, carnes secas, massas secas, molhos e geléias industrializadas, bolachas etc.); a oferta de produtos perecíveis (hortaliças, frutas, sucos naturais, legumes, panifícios e doces caseiros etc.) era disponibilizada através do PAA ou em função de doações ou compras esporádicas.

aquisição de alimentos da agricultura familiar para doação simultânea. Este mecanismo tem como pressuposto a doação dos alimentos para instituições sociais e famílias em situação de insegurança alimentar. Assim, a pesquisa tem como objeto de estudo o PAA na modalidade Compra Direta Local da Agricultura Familiar ou Compra Antecipada da Agricultura Familiar.

O Programa de Aquisição de Alimentos se constitui enquanto um amplo Programa governamental que tem a perspectiva de promover ações de comercialização e abastecimento alimentar através de seis modalidades diferentes de compra institucional. Estas seis modalidades seriam: 1) Compra Direta Local da Agricultura Familiar ou Compra Antecipada da Agricultura Familiar¹⁸; 2) a Compra Direta da Agricultura Familiar¹⁹; 3) a Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar²⁰; 4) o Contrato de Garantia de Compra²¹; 5) o PAA – Leite²²; e mais recentemente foi criado a 6) Formação de Estoques para Agricultura Familiar²³. No

¹⁸ A Compra Antecipada da Agricultura Familiar ou Programa de Compra Direta Local da Agricultura Familiar destina-se a promover a articulação entre a produção de agricultores familiares e as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional de escolas, creches, abrigos, albergues, asilos, hospitais públicos, bancos de alimentos, restaurantes populares e cozinhas comunitárias, resultando no desenvolvimento da economia local, no fortalecimento da agricultura familiar e na geração de trabalho e renda no campo. Financiado com recursos orçamentários provenientes do MDS e operados por Governos Estaduais, Municipais e pela CONAB.

¹⁹ A Compra Direta da Agricultura Familiar possibilita a aquisição de alimentos pelo Governo Federal de produtores organizados em cooperativas ou associações, a fim de constituir reserva estratégica de alimentos.

²⁰ A Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar visa adquirir alimentos da produção de agricultores familiares enquadrados nos grupos A ao D do PRONAF, organizados em cooperativas ou associações, para a formação de estoques ou para a doação simultânea de alimentos. Sendo que o pagamento era realizado antes mesmo das entregas dos produtos. Este mecanismo não está mais em operação desde 2005.

²¹ O Contrato de Garantia de Compra visa garantir a agricultura familiar, no período de plantio, um contrato de garantia de comercialização da produção, quando no período de colheita, para a CONAB, se por ventura os preços do mercado estiverem abaixo do preço mínimo, sendo uma opção do agricultor comercializar para a CONAB ou para o mercado.

²² O PAA Leite ou Incentivo à Produção de Leite destina-se a incentivar o consumo e a produção familiar de leite, visando diminuir a vulnerabilidade social, combatendo a fome e a desnutrição, e contribuir para o fortalecimento do setor produtivo familiar, mediante a aquisição e distribuição de leite com garantia de preço. Financiado com recursos orçamentários provenientes do MDS e operados por Governos Estaduais.

²³ Formação de Estoques pela Agricultura familiar Visa adquirir alimentos da safra vigente, próprios para consumo humano, oriundos de agricultores familiares organizados em grupos formais para

entanto, vale ressaltar que a modalidade Compra Antecipada da Agricultura Familiar é o mesmo que o Compra Direta Local da Agricultura Familiar. A diferença entre estes limita-se ao nome dado pelo órgão gestor-executor. A CONAB utiliza o nome de Compra Antecipada da Agricultura Familiar e o Ministério do Desenvolvimento Social e Governos Estaduais e Municipais atribuem o nome de Compra Direta Local da Agricultura Familiar.

Outro importante instrumento de compra institucional que estabelece a agricultura familiar como fornecedor de alimentos, é a aquisição de alimentos para o atendimento da alimentação escolar. Este mecanismo foi autorizado através da lei 11.947/09, de 16 de junho de 2009²⁴ e estabelece no seu artigo 14 que

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

§ 1º A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria.

No entanto, independentemente de qual instrumento do PAA, os sete instrumentos (seis inicialmente e mais a aquisição para a alimentação escolar) possuem sua gestão descentralizada, seja na esfera federal como também nas instâncias regionais e locais. No poder central, o PAA possui um grupo gestor,

formação de estoques em suas próprias organizações. Financiado com recurso orçamentário proveniente do MDA e operado pela CONAB.

²⁴ BRASIL. Lei 11.947/09, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm>. Acessado em: 20/07/2009.

formado por representantes dos Ministérios: do Desenvolvimento Agrário; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Fazenda; do Planejamento, Orçamento e Gestão, e do Desenvolvimento Social²⁵, grupo este que foi instituído através do decreto nº 4.772²⁶, de 02 de julho de 2003.

O decreto estabelece as seguintes prerrogativas:

Art. 3º O Grupo Gestor definirá:

I - a sistemática de aquisição dos produtos agropecuários, cuja definição dos preços citados no § 2o do art. 19 da Lei no 10.696, de 2003, deverá levar em conta as diferenças regionais e a realidade da agricultura familiar;

II - as regiões prioritárias para implementação do Programa de Aquisição de Alimentos;

IV - as condições de venda dos produtos adquiridos na forma deste Decreto;

V - outras medidas necessárias para a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos.

Art. 4º O Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome poderá firmar convênios com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para que estes participem do Programa de Aquisição de Alimentos (...)

Art. 5º Fica estabelecido o valor máximo de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) por agricultor familiar para a aquisição de produtos agropecuários (...)

Parágrafo único. No caso de cooperativas, associações ou grupos informais, o valor limite de que trata o caput será considerado por agricultor familiar.

Art. 6º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por intermédio da CONAB, fornecerá os subsídios e o suporte técnico para a operacionalização das decisões do Grupo Gestor.

Este grupo gestor ganha *status* de coordenação geral do Programa, tendo como instância executiva do PAA o MDS, através da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar, responsável por firmar parcerias com instâncias federais,

²⁵ Vale ressaltar que o Ministério da Educação (ME) passou a fazer parte deste grupo através do decreto nº 6.447, de 07 de maio de 2008, com o objetivo de contribuir na integração da política nacional de alimentação escolar às compras governamentais da agricultura familiar. Sendo que atualmente a alimentação escolar é adquirida pelos governos através de licitação e outros mecanismos de compra estabelecidos na lei nº 8.666/91. A integração do Ministério da Educação a este grupo, faz parte da estratégia de possibilitar que governos possam adquirir a alimentação escolar diretamente de agricultores familiares, assim como no PAA.

²⁶ BRASIL. Decreto nº 4.772, de 02 de julho de 2003. Regulamenta o artigo 19 da Lei nº 10.696, 02 de julho de 2003. Disponível em: www.conab.gov.br/conabweb/download/paa/decreto_4772_de_02_07_2003.doc. Acessado em 07/11/2008.

estaduais e municipais, de forma a propiciar a operacionalização do Programa.

Na esfera federal, tanto o MDS como a CONAB operacionalizam o Programa diretamente com instituições executoras. No entanto, o MDS firma convênios com prefeituras municipais que se responsabilizam por implementar o Programa e a CONAB opera diretamente com cooperativas e associações de agricultores familiares. Além da execução do Programa pela CONAB e pelos municípios, o MDS firma convênios com Governos Estaduais e estes são responsáveis em implementar o Programa diretamente nos municípios e regiões. Esta estrutura organizativa possibilita ampliar e potencializar a capilaridade e abrangência do Programa no território nacional ²⁷.

Esta estrutura organizativa do PAA tem sido criticada duramente por organizações da sociedade civil e organizações representativas dos agricultores familiares, como também por setores da CONAB que, defendendo a tese de que a forma como o MDS, em parceria com os Estados e as prefeituras, operacionaliza o PAA, não contribui para a organização dos agricultores familiares e, conseqüentemente, para a sustentação política do Programa, pois os agricultores não organizados não teriam condições de, por um lado, enfrentar as adversidades do mercado de forma isolada e, de outro, reivindicar mudanças e aporte de recursos financeiros junto aos órgãos públicos.

Vale destacar que no caso dos Governos Estaduais e Prefeituras Municipais, as instâncias governamentais responsáveis pela operacionalização do PAA contratam cada agricultor de forma individual, de forma que não existe a pessoa jurídica, associação ou cooperativa, entre o órgão governamental e os agricultores.

Diferentemente, a CONAB operacionaliza o PAA diretamente com associações e cooperativas de agricultores familiares, sendo que a questão da organização coletiva é condição indispensável para a execução do projeto. Tal

²⁷ Chamo atenção para o fato de que, no período de 2004 a 2007, apenas 06 governos estaduais (Paraná, Piauí, Maranhão, Santa Catarina, Rio Grande do Norte e Tocantins) mantinham convênios com o Ministério do Desenvolvimento Social. Já no ano de 2008, apenas 05 estados mantinham convênios com o MDS (Paraná, Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte e Tocantins).

pressuposto é defendido pela CONAB como sendo questão estratégica para a sustentabilidade do Programa e, principalmente, para que os agricultores tenham no processo organizativo condição para possibilitar novas iniciativas e fortalecer processos de comercialização com o mercado local e regional.

No entanto, vale ressaltar que, diferentemente dos demais governos estaduais, o governo do Estado do Paraná, através do convênio com o MDS, no período de 2004 a 2008, executou o PAA firmando convênios com associações e organizações de agricultores, mas também com organizações da sociedade civil vinculadas aos beneficiários do Programa, a exemplo de associações ligadas às áreas da saúde, educação ou assistência social²⁸. Assim como a CONAB, o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social (SETP), firmou convênio, neste período, com organizações locais e/ou regionais e estas eram responsáveis em realizar a relação financeira e institucional com os agricultores familiares e entidades beneficiárias. Estas organizações tinham a atribuição de mobilizar os participantes e beneficiários, elaborar o projeto, realizar a gestão, executar o Programa e prestar contas de sua execução.

Assim, no Estado do Paraná, o Programa vem sendo implementado através de três instâncias de financiamento: convênios firmados diretamente entre MDS e prefeituras municipais; Governo do Estado com associações de agricultores e outras associações e; CONAB com associações/cooperativas de agricultores familiares.

Já nos Estados em que o Programa é executado na relação direta entre

²⁸ O PAA operacionalizado pelo Governo do Estado do Paraná, no período de 2004 a 2008, realizou convênios com associações sem fins lucrativos das áreas da saúde, educação, assistência social e agricultura familiar em função da baixa procura pelo programa por parte das associações de agricultores familiares. A justificativa da baixa participação das associações de agricultores verificava-se em função de diversos fatores, sendo que vale destacar dentre estes dois fatores: a baixa capacidade que estas apresentavam em elaborar os projetos e implementar o programa, e a ausência de organização das associações, tendo sua existência organizativa como algo meramente burocrático, pois um número expressivo de associações, no Paraná, foram fundadas com o objetivo de viabilizar a participação de grupos e comunidades de agricultores familiares em programas governamentais, como foi o caso da distribuição de calcário nas décadas de 80 e 90, como também para receber emendas parlamentares e recursos para aquisição de implementos agrícolas e insumos.

Governo Estadual e agricultores familiares, ou entre Governos Municipais e agricultores, a relação é firmada diretamente com cada agricultor, de forma que as organizações de agricultores familiares não participam do Programa. No entanto, sob orientação do Ministério do Desenvolvimento Social, o Governo do Estado do Paraná, a partir do ano de 2009, passou a executar o PAA da mesma forma que os demais Estados, ou seja, os agricultores individualmente passaram a ser contratados diretamente pela SETP.

As formas de execução do Programa, mais do que uma definição burocrática e administrativa do Programa, são definidoras do nível de participação, empoderamento²⁹ e descentralidade dos recursos públicos e, conseqüentemente, da noção de desenvolvimento.

Assim, mais do que estruturar o fluxo e o organograma do Programa, a forma como o PAA é executado, no que se refere à sua organização político-burocrática, será a forma como o Programa estrutura as relações de poder e, conseqüentemente, as relações sociais e econômicas.

Mais do que uma opção técnica, a decisão em reconhecer as organizações de agricultores familiares como gestores e executores locais é uma opção política, pois determina quem será o “ator” local que, reconhecido pelo poder público e pela sociedade, será o responsável por coordenar o processo de definição de onde e para onde irão os recursos e, conseqüentemente, serão reconhecidos pelos resultados positivos das ações do Programa.

Desta forma, cada uma das estratégias de operacionalização do Programa

²⁹ A palavra *empowerment* tem sua origem na Língua Inglesa, com o significado de “dar poder” a outro para desenvolver uma ação sem que para tanto haja a autorização. Segundo Valoura, Paulo Freire possibilitou certa ressignificação do termo quando apresenta a noção de que a pessoa ou organização empoderada é aquela que desenvolve por si mesma, ações e mudanças, que a levam a se fortalecer. Assim, mais do que uma condição de passividade, do esperar receber o poder de outrem para tê-lo, a noção de empoderamento, a luz da teoria freiriana, assume a noção de que empoderar-se é a conquista de liberdades e autonomia por parte daquelas pessoas e organizações que estão oprimidas e subordinadas a uma posição de dependência econômica, política e social. Cf. VALOURA, L. de C. *Paulo Freire, o educador brasileiro autor do termo Empoderamento, em seu sentido transformador*. Disponível em: <http://www.fatorbrasis.org/arquivos/Paulo_Freire>. Acessado em: 15/10/2009.

(CONAB ou Governos) impacta tanto na condução das ações como no fortalecimento de determinadas estruturas de poder local e regional. Seja através das organizações de agricultores familiares, através da prefeitura municipal ou diretamente com agricultores familiares individualizados, a execução do PAA irá determinar quais atores serão reconhecidos economicamente, mas também social e politicamente.

A análise e contextualização das formas de operacionalização do Programa, assim como seus impactos, é condição para compreender em que medida há o reconhecimento político e social das organizações de agricultores familiares e, desta forma, verificar se há ou não avanços para a emergência das organizações de agricultores enquanto atores.

Para tanto, faz-se necessário aprofundar a compreensão do funcionamento operacional do Programa nos espaços locais, municipais e/ou comunitários, de forma a detalhar os procedimentos administrativos, pois mais do que uma caracterização dos procedimentos e fluxos, a descrição do funcionamento do Programa passa a ser condição para compreender em que medida o PAA possibilita o reconhecimento social, político e econômico das organizações envolvidas, mas também das inovações e processos fortalecidos ou desconstruídos em função da implantação do Programa.

A partir da implantação do Programa aproxima os agricultores, as entidades sociais, o poder público local e os órgãos de controle social³⁰ e, muitas vezes, contribui de forma singular para que se estabeleçam relações políticas, econômicas e sociais, que anteriormente não se verificava, como será discorrido e analisado nos próximos capítulos. Estas relações se dão em função de que os agricultores são responsáveis por realizar a entrega diretamente nas instituições sociais. Mas também, durante o processo de elaboração do projeto, a organização responsável

³⁰ No caso do PAA, tanto a CONAB, o MDS, Governos Estaduais e Municipais, exigem que um órgão de controle social acompanhe e fiscalize a execução do Programa no âmbito local, podendo ser o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e, na ausência deste, o Conselho Municipal da Assistencial Social ou da Alimentação Escolar ou outro conselho afim.

por este processo, reúne num mesmo espaço, agricultores e representantes das entidades sociais, de forma a estabelecer e aproximar demanda e oferta, e planejar a forma e periodicidade das entregas, como também será avaliada a qualidade dos alimentos.

O PAA, no formato como esta estruturado, no âmbito local (municipal ou comunitário), permite que entidades beneficiadas, assim como os agricultores familiares, negociem e estabeleçam acordos que determinam os melhores dias para a entrega e quais os produtos a serem entregues, pois quem “entrega é quem produz” e “quem recebe é quem consome”, eliminando possíveis intermediários e permitindo a emergência dos atores que estão diretamente implicados no processo.

Assim, o PAA não se institui como mais um “programa”, mas como um programa que permite a articulação e interação entre população rural, instituições sociais, técnicos e público beneficiário. Em função desta integração e articulação existente entre programa, instituições locais e seu público beneficiário, o PAA ganha notoriedade e importância social de grande relevância, o que atrai “olhares” e interesses políticos, por parte de lideranças, agricultores, autoridades e organizações dos municípios. De outra forma, proprietários de quitandas, mercearias, pequenos empreendimentos do varejo de alimentos, passam a ver negativamente o Programa, pois algumas instituições sociais que adquiriam alimentos nestes estabelecimentos passam a substituir estas compras em virtude das doações do PAA.

Assim, em algumas localidades, o Programa tem se tornado alvo de disputas e conflitos, motivado por interesses políticos, eleitorais ou mesmo econômicos, o que demonstra a sua importância no campo das disputas locais e regionais³¹.

³¹ Esta análise de contexto pode ser realizada em função de que, quando coordenei o programa pela SETP, pude observar e vivenciar, em diversos momentos, seja em visitas técnicas ou em reuniões nos municípios e comunidades, momentos em que participantes relatavam ou mesmo estabeleciam situações de disputas e conflitos em torno do PAA. Da mesma forma, as associações e agricultores pesquisados relatam de forma explícita diversos momentos de disputa política e econômica em torno do PAA nos municípios e região.

Desta forma, a definição de quem serão as organizações locais responsáveis pela operacionalização e gestão do PAA vai além da preocupação com a eficiência e eficácia do seu funcionamento. Para tanto, quando analisamos o Programa do ponto de vista da sua matriz legal, é importante que seja considerada a sustentabilidade dos processos sociais, econômicos e políticos, tanto no que se refere à garantia de continuidade do Programa, como também da sustentação dos processos que envolvem a produção e comercialização de produtos da agricultura familiar e sua relação com os consumidores.

O PAA, diferentemente de programas e ações governamentais essencialmente assistenciais, apresenta características tanto imediatas e emergenciais, que são de relevância ímpar para dirimir as condições de insegurança alimentar de grupos sociais vulnerabilizados, mas, fundamentalmente, apresenta características de um programa estruturante que atua em algumas causas da exclusão social, com foco no estímulo e promoção do desenvolvimento local e regional, tendo a agricultura familiar como ator prioritário.

Assim, a participação direta das organizações de agricultores familiares enquanto gestores responsáveis pela operacionalização do PAA é condição para a sustentabilidade dos processos de desenvolvimento local, pois além de atingir o objetivo de executar o Programa, as organizações de agricultores podem utilizar-se deste instrumento para iniciar ou potencializar experiências coletivas de comercialização. Individualmente, os agricultores representam fornecedores de alimentos e não como atores dos processos políticos e econômicos no âmbito local e regional.

Desta forma, quando desenvolvido e gerenciado pelas prefeituras municipais ou outras organizações, que não a dos agricultores familiares, o Programa deixa de ser estruturado a partir de processos que fortaleçam a organização coletiva dos agricultores familiares em torno de mecanismos de produção e comercialização local e regional.

Nesta perspectiva, o PAA deve ser analisado do ponto de vista do seu

impacto na forma como os agricultores reagem a partir da sua participação, seja no que se refere às estratégias de produção, consumo e comercialização, mas, também, deve ser analisado e compreendido do ponto de vista da sua estruturação e operacionalização burocrática, pois esta pode interferir na forma como os agricultores e suas organizações dinamizam ou não “novas” estratégias de comercialização no âmbito local e/ou regional, de forma a estruturar a sustentabilidade e autonomia para garantir condições de vida para a agricultura familiar enquanto atores do desenvolvimento econômico, mas também, político e social.

1.2 - O PAA E SUA TRAJETÓRIA NO PARANÁ E NO BRASIL

O PAA no Paraná teve seu início em novembro de 2003, quando a Superintendência da CONAB/PR começou a realizar eventos e reuniões pelo interior do Estado com o objetivo de divulgar a existência deste “novo” programa governamental e como seria o funcionamento e os trâmites legais para acessá-lo.

A partir de uma parceria não formalizada³² entre a CONAB e o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social (SETP), ainda em novembro de 2003, foram realizados encontros, no Vale do Ribeira, na região de Ivaiporã e Guarapuava e na região de Francisco Beltrão com o objetivo de promover encontros para divulgar o Programa. Estes encontros tiveram como objetivo principal mobilizar, divulgar e sensibilizar as associações de agricultores familiares, organizações governamentais e não-governamentais para acessar recursos do PAA, que neste ano já contava com 400

³² Entende-se por parceria não formalizada, a relação construída entre técnicos e gestores de ambas as instituições, seja em função das relações pessoais ou político partidárias existentes anteriormente ou mesmo a partir do funcionamento do PAA no Paraná. Esta parceria possibilitou a realização de reuniões e eventos conjuntamente, no entanto, sem que houvesse nenhum termo formal de parceria. A SETP, neste período, havia disponibilizado técnicos da sede da Secretaria em Curitiba, como também técnicos dos núcleos regionais, para atuarem como disseminadores das informações do Programa, assim como assessorarem agricultores e associações na elaboração de projetos do PAA.

milhões de reais³³. As regiões citadas apresentavam altos índices de pobreza e de concentração de agricultores familiares. Porém, este processo de divulgação teve como resultado: apenas três projetos apresentados e aprovados, sendo um em São José dos Pinhais (região metropolitana de Curitiba), um em Guarapuava e um em Francisco Beltrão. Ressalto que apenas o primeiro tinha as características do PAA doação simultânea; os outros dois projetos tinham como objetivo a aquisição de grandes quantidades de mel (Guarapuava) e açúcar mascavo (Francisco Beltrão).

No entanto, entre os anos de 2004 e 2007, o Programa saltou de 03 municípios para 301 municípios com a presença de projetos do PAA/Doação Simultânea em funcionamento, como pode ser observado na tabela 01.

TABELA 01 - PRESENÇA DO PAA/DOAÇÃO SIMULTÂNEA NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES, SEGUNDO ORGÃO FINANCIADOR

ÓRGÃO CONVENENTE	NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM PAA E ANO				
	2003	2004	2005	2006	2007
GOV. PR - SETP	03	39	93	240	240
CONAB/SUREG/PR	00	21	32	53	57
MDS/convênios com prefeituras municipais	00	00	00	03	04
TOTAL	03	60	125	296	301

FONTE: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ/SETP (2007). CONAB/SUREG/PR (2008).

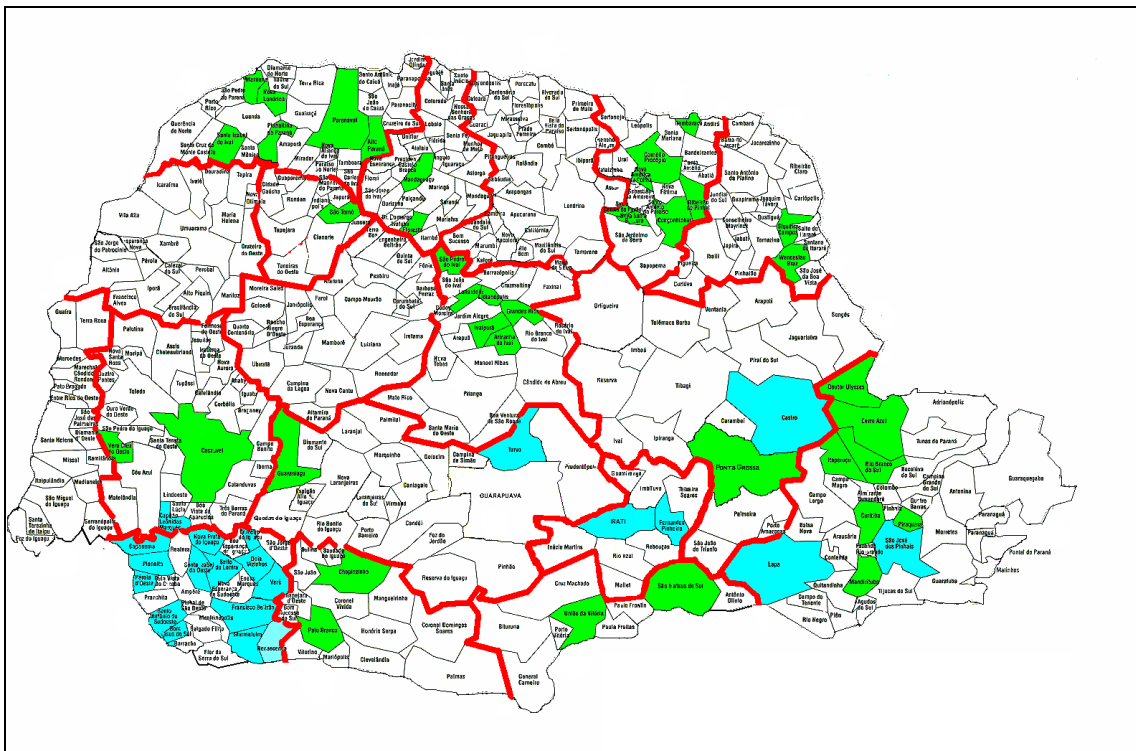
NOTA: O autor (2008).

Mesmo existindo um esforço político considerável para que mais projetos fossem propostos em 2003, a desconfiança de que o Programa não sairia do papel era o fator preponderante para a não proposição de novos projetos. Esta desconfiança perdurou, em certa medida, durante o ano de 2004, pois no Governo do Estado houve sobra de 75% dos recursos disponíveis, embora houvesse grande mobilização de órgãos governamentais para o processo de divulgação.

Ainda durante o ano de 2004, além da desconfiança de que não haveria recursos suficientes para o pagamento dos projetos apresentados, seja por parte das organizações de agricultores familiares ou técnicos das organizações

³³ Esta soma de recursos estava disponibilizado para todo território nacional, sendo que a responsabilidade de execução seria da CONAB.

governamentais e não-governamentais, outro fator relevante foi à descrença de que os agricultores familiares não seriam capazes de atender a demanda de alimentos do Programa ou, no português claro e direto, os agricultores familiares não teriam capacidade para produzir alimentos para a cidade. Esta descrença era relatada em reuniões de divulgação do Programa no interior do Estado, principalmente quando da presença de técnicos de extensão rural, mas também era a “fala” de lideranças locais e prefeitos municipais. Em muitos momentos, estes sugeriam que os recursos financeiros do PAA pudessem deixar de ser restrito aos agricultores familiares e houvesse a possibilidade de ser utilizado para potencializar o comércio varejista do próprio município.

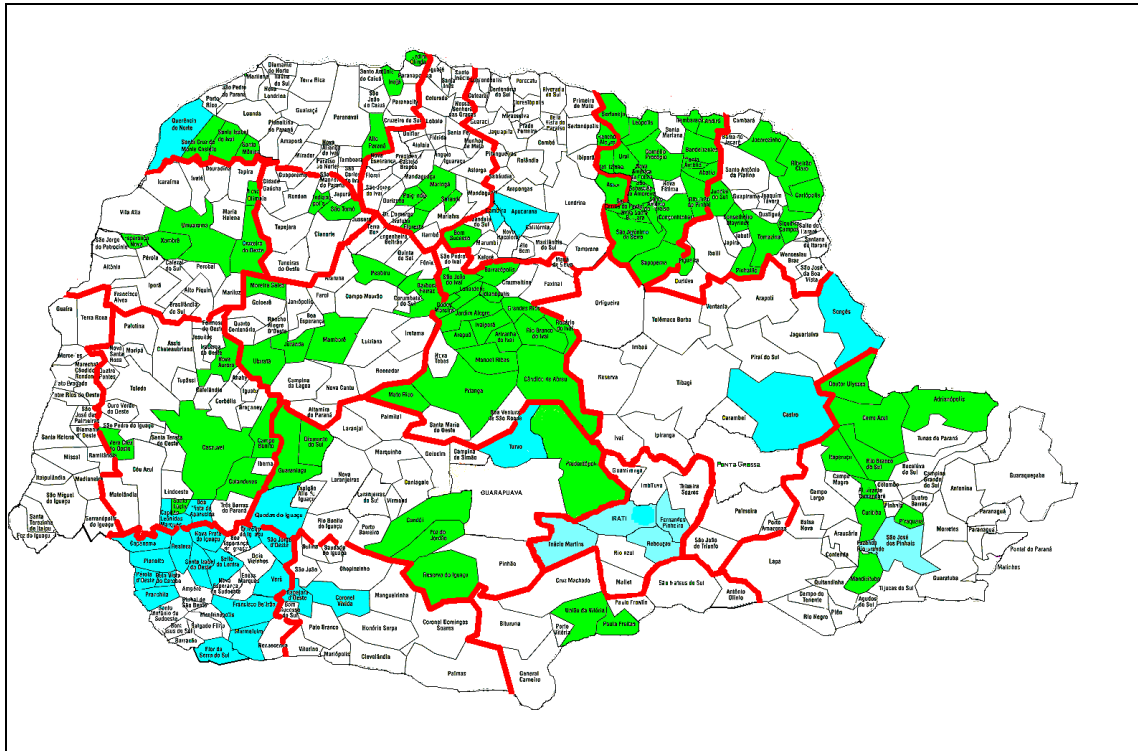


LEGENDA: VERDE – municípios financiados pelo Governo do Estado; AZUL – municípios financiados pela CONAB; BRANCO – municípios que não operam o PAA; VERMELHO – divisão das regionais utilizadas pela Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social.

FIGURA 01 – MUNICÍPIOS PARTICIPANTES DO PAA/DOAÇÃO SIMULTÂNEA NO PARANÁ SEGUNDO A FONTE FINANCIADORA NO ANO DE 2004. SETP. 2006
NOTA: O autor (2006).

Em 2005, a coordenação estadual do Programa na SETP passou a adotar outras estratégias para que o Programa pudesse ganhar a confiança dos técnicos e associações de agricultores. A estratégia foi consolidar o Programa em alguns municípios e regiões, principalmente na região do sudoeste, norte pioneiro e centro do Estado do Paraná, com a perspectiva de demonstrar através de números e experiências consolidadas, que o Programa tinha capacidade de ampliação e de efetivar os compromissos divulgados.

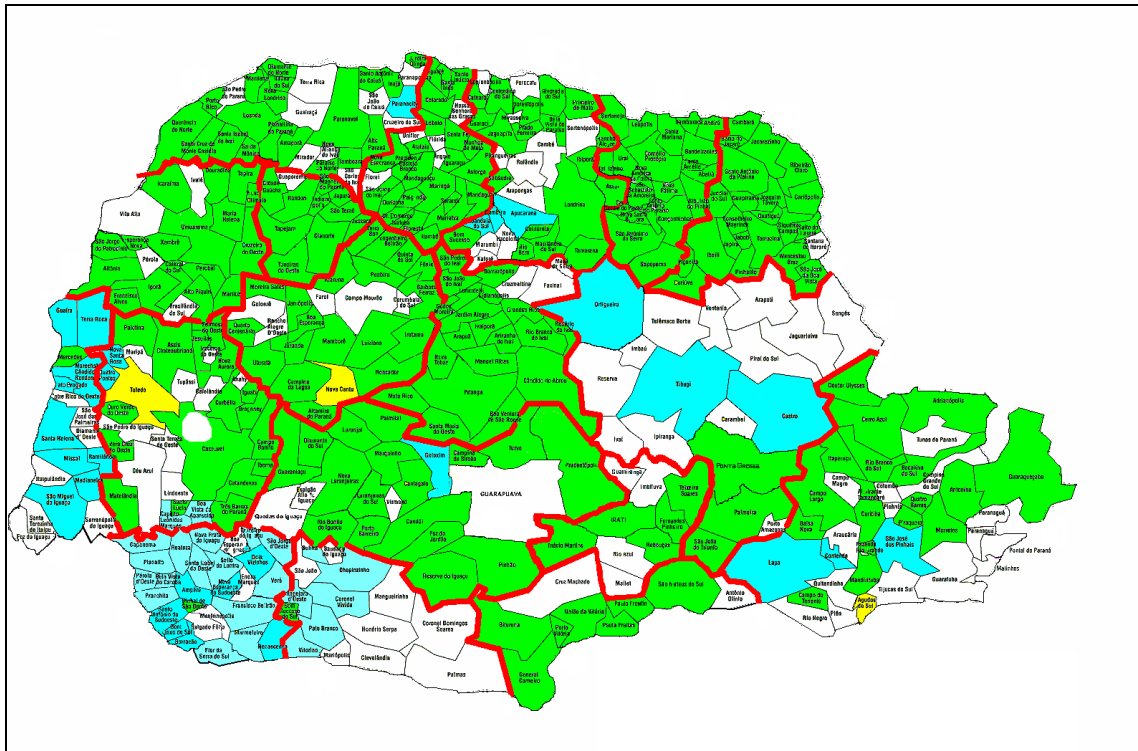
Será, então, a partir do final do primeiro semestre de 2005 que os projetos começaram a ser apresentados com maior intensidade, mas aquém da capacidade de investimentos dos órgãos financiadores. Para tanto, ao final de 2005, os recursos disponíveis, tanto na CONAB/PR como no Governo do Estado do Paraná, foram aplicados na sua completude, de forma que para o ano de 2006 já havia uma demanda identificada no valor de aproximadamente 14 milhões de reais, ou seja, quase 03 vezes o que havia sido aplicado no ano de 2005.



LEGENDA: VERDE – associações financiadas pelo Governo do Estado; AZUL – associações e/ou cooperativas financiadas pela CONAB; BRANCO – municípios que não operam o PAA; VERMELHO – divisão das regionais utilizadas pela Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social.

FIGURA 02 – MUNICÍPIOS PARTICIPANTES DO PAA/DOAÇÃO SIMULTÂNEA NO PARANÁ SEGUNDO A FONTE FINANCIADORA NO ANO DE 2005. SETP. 2008
NOTA: O autor (2006).

Foi então, a partir de 2006, que o Programa se consolida no Estado do Paraná: 296 municípios com a presença do PAA em funcionamento, isto é, 74% do total dos municípios paranaenses.

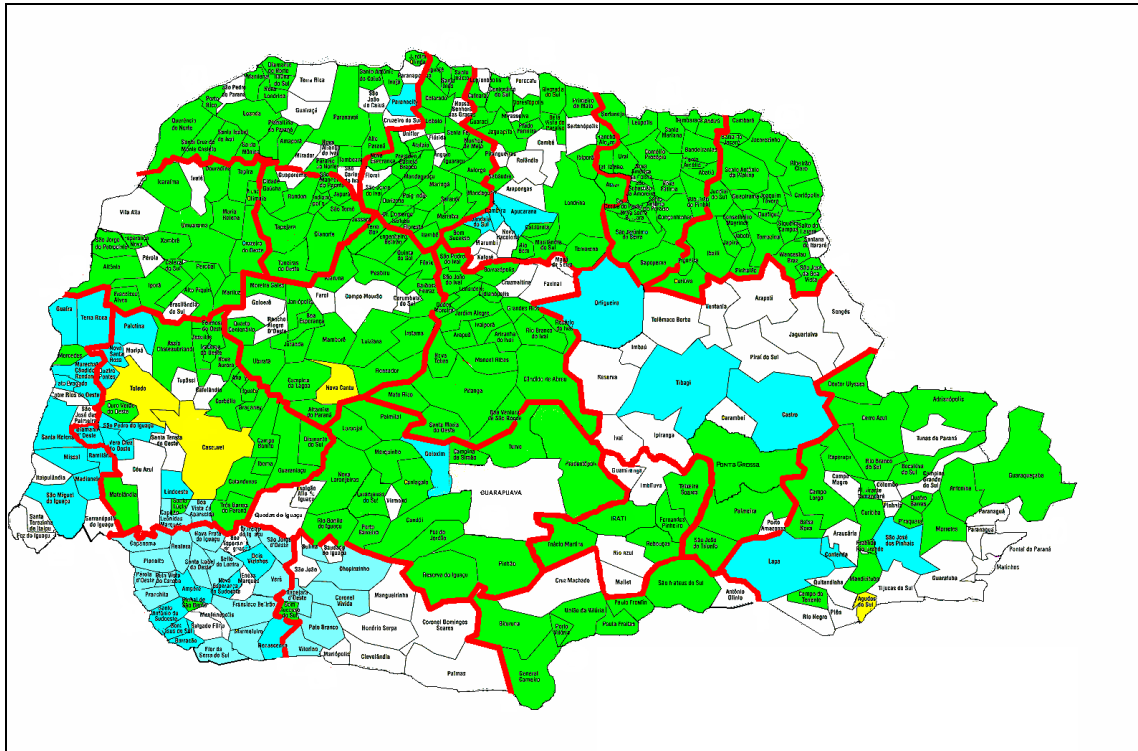


LEGENDA: VERDE – associações financiadas pelo Governo do Estado; AZUL – associações e/ou cooperativas financiadas pela CONAB; AMARELO – municípios financiados diretamente pelo MDS; BRANCO – municípios que não operam o PAA; VERMELHO – divisão das regionais utilizadas pela Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social.

FIGURA 03 – MUNICÍPIOS PARTICIPANTES DO PAA/DOAÇÃO SIMULTÂNEA NO PARANÁ SEGUNDO A FONTE FINANCIADORA NO ANO DE 2006. SETP. 2006

NOTA: O autor (2006).

No ano de 2007, o número de municípios que possuíam o Programa em funcionamento foi muito próximo do número de municípios do ano de 2006, como pode ser observado na tabela 01 (página 46), demonstrando que o Programa alcança sua consolidação no Estado.



LEGENDA: VERDE – associações financiadas pelo Governo do Estado; AZUL – associações e/ou cooperativas financiadas pela CONAB; AMARELO – municípios financiados diretamente pelo MDS; BRANCO – municípios que não operam o PAA; VERMELHO – divisão das regionais utilizadas pela Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social.

FIGURA 04 – MUNICÍPIOS PARTICIPANTES DO PAA/DOAÇÃO SIMULTÂNEA NO PARANÁ SEGUNDO A FONTE FINANCIADORA NO ANO DE 2007. SETP. 2008
NOTA: O autor (2008).

Em relação ao ano de 2008, a SETP não realizou nenhum convênio, seja em função de que os convênios do ano de 2007 atrasaram e, desta forma, as associações foram forçadas a executar os recursos durante o ano de 2008, mas também em função, segundo informações “não oficiais”, de problemas no processo de prestação de contas da SETP junto ao MDS.

Segundo dados da CONAB/PR, foram contratados 110 projetos, com um total aproximado de 11,8 milhões de reais.

A partir da análise dos números apresentados, é possível afirmar que o PAA/Doação Simultânea, mesmo com pouco mais de quatro anos no Estado do Paraná, conseguiu mobilizar um contingente significativo de associações de agricultores familiares, organizações governamentais e não-governamentais, além de um número expressivo de agricultores, como demonstrado na tabela abaixo.

TABELA 02 - EVOLUÇÃO DO PAA/DOAÇÃO SIMULTÂNEA SEGUNDO DADOS DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ/SETP. PERÍODO DE 2004 A 2006

	2004	2005	2006
Municípios que possuem PAA	39	93	240
Agricultores/as Familiares	943	2.864	5.658
Entidades Sociais	341	1.117	791.567
Pessoas Beneficiadas	96.514	415.812	650.000
Recursos Financeiros Investidos	1.635.000	5.008.000	10.631.000

FONTE: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ /SETP (2007).

NOTA: O autor (2008)

Assim, mesmo que as informações da tabela acima refiram-se exclusivamente aos dados do PAA operados pelo Governo do Estado, os números retratam uma realidade que aponta para um avanço significativo no que se refere ao contingente de indivíduos e atores mobilizados pelo Programa³⁴.

Embora entre o período de 2003 a 2008 não foi possível apresentar os dados integrados da SETP e CONAB, em função da ausência da apresentação oficial destas informações, no ano de 2009, durante o evento organizado pelo CONSEA/PR, para avaliar o PAA no Paraná, os dados apresentados.

TABELA 03 – EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PAA/DOAÇÃO SIMULTÂNEA SEGUNDO DADOS DO GOV. DO ESTADO DO PARANÁ/SETP E CONAB/SUREG/PR NO ANO DE 2009³⁵

	SETP	CONAB	TOTAL
Municípios que possuem PAA	236	27	263
Agricultores/as Familiares	5.061	1.530	6.591
Entidades Sociais	2.066	288	2.354
Recursos Financeiros Investidos (R\$)	15.041.103	4.938.662	19.979.765

FONTE: CONAB/SUREG/PR. GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ/SETP (2009).

NOTA: O autor (2009)

³⁴ Vale destacar os números referentes às quantidades de alimentos adquiridos pelo programa, para efeito de exemplificação, no ano de 2004, o PAA/Doação Simultânea executado pela SETP adquiriu 1.445.139 quilos de alimentos 6.564 dúzias de ovos e 27.500 litros (sucos e leite); já no ano de 2006 foram adquiridos, 7.820.859 quilos de alimentos, 117.452 dúzias de ovos e 518.963 litros (sucos e leite).

³⁵ Os dados da tabela 03 foram apresentados pela SETP e CONAB/PR durante o “Seminário Estadual de Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos: as contribuições do PAA para o Desenvolvimento e a Soberania e Segurança Alimentar no Paraná”, organizado pelo CONSEA/PR, durante o mês de setembro de 2009, no município de Curitiba/PR.

Segundo Schimitt e Guimarães³⁶, o PAA com doação simultânea, através dos recursos investidos pela CONAB e pelo MDS, seja através dos convênios com Governos Estaduais ou Municipais, alcançou uma dimensão de significativa relevância, sendo que no período entre 2003 e 2005, foram investidos 735 milhões de reais (em nível nacional), atendendo um universo de 240 mil famílias de agricultores, em 25 estados da federação e mais de 07 milhões de pessoas beneficiadas com a doação de alimentos. Segundo os autores, no ano de 2006, por meio do mecanismo de doação simultânea, o PAA aplicou aproximadamente 475 milhões de reais na compra de 422 mil toneladas de alimentos, produzido por 143 mil agricultores familiares e beneficiando 10,7 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar. Dessa maneira, entre 2003 e 2006 foram aplicados através do PAA 01 bilhão e 210 mil reais.

Já a realidade do PAA, especificamente na CONAB, quando computados os recursos aplicados através dos 06 instrumentos de compra institucional disponíveis, os números são ainda mais expressivos, como pode ser observado no gráfico 01 (página 53).

³⁶ SCHIMITT, C. J.; GUIMARÃES, L. A. O mercado institucional como instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica. Revista Agricultura: experiências em agroecologia. Publicação AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. Rio de Janeiro. v. 5. Ano 2. p. 7-13 Junho. 2008.

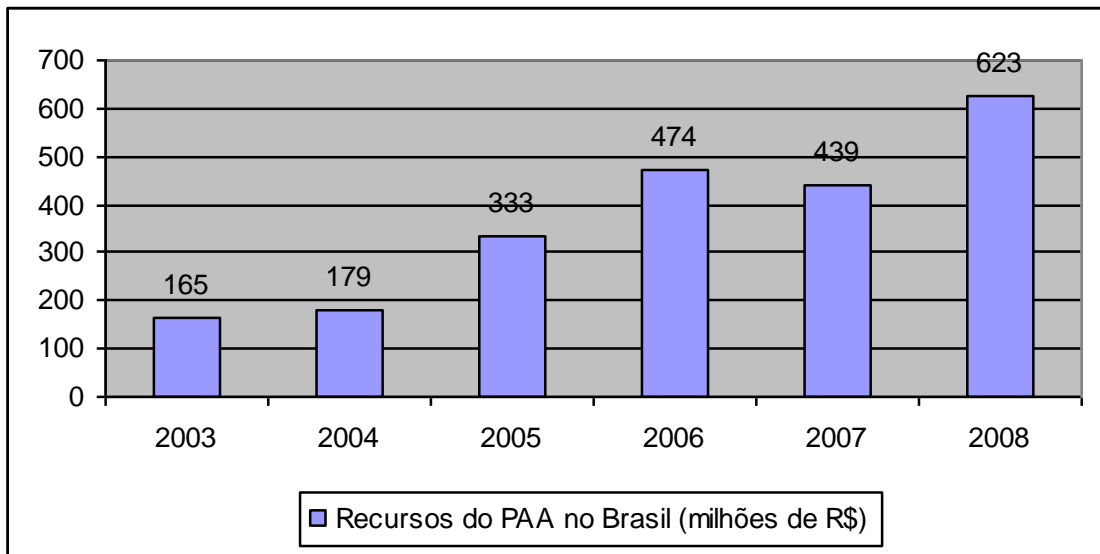


GRAFICO 01 - RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS APLICADOS NO PAA NO BRASIL POR ANO.

FONTE: CONAB (2009)

Tanto os números do PAA no Paraná como no Brasil revelam o significativo alcance geográfico e de investimentos e resultados quantitativos obtidos. O Programa vem crescendo e se expandindo a cada ano. Isto comprova que o PAA, seja enquanto ação emergencial ou pela dimensão estrutural, tem conseguido mobilizar os atores sociais nos quatro cantos do país. Vale ressaltar que o PAA tem conseguido se consolidar enquanto uma ação pública permanente, ou seja, com aparato legal, normas, regulamentações e, principalmente, mobilização pública e política para a continuidade do Programa.

No entanto, gestores nacionais do Programa afirmam que o PAA ainda é um espaço de disputa política, pois a cada ano se faz necessário promover tratativas em torno do orçamento público para que os recursos sejam mantidos e ampliados. Para tanto, os esforços em criar um aparato legal para o Programa tem a perspectiva de que independentemente das forças políticas que estiverem comandando o país, o Programa tenha sua continuidade garantida.

Todavia, não só a continuidade do PAA tem sido alvo de disputa, mas também a diversificação dos mecanismos públicos de aquisição de alimentos da agricultura familiar, a exemplo da aquisição de alimentos para a alimentação escolar,

ou para a formação de estoque ou mesmo a integração do PAA enquanto meta do plano safra da agricultura familiar.

Estas e as novas perspectivas de garantir que as compras institucionais sejam direcionadas para a agricultura familiar, faz com que o Estado assuma para si a responsabilidade de gerar processos que tem na agricultura familiar atores do desenvolvimento social e econômico.

1.3 – O CONTEXTO POLÍTICO DO PAA

O PAA tem sua motivação inicial em demandas de organizações da sociedade civil, que, diante do processo de elaboração do plano de governo do PT às eleições presidenciais de 2003, articulam-se e apresentam como proposta mecanismos e instrumentos que poderiam fazer parte da política nacional de segurança alimentar.

Com a vitória do PT à presidência, o MESA, sob forte pressão dos movimentos sociais e da mídia, para que solucionasse da “noite para o dia” as questões históricas do país relativas à fome e à miséria, passa a encaminhar “projetos de lei” para o Congresso Nacional, dentre eles, o que permitiria aos governos promover as compras institucionais de alimentos da agricultura familiar.

No entanto, vale ressaltar que o processo de apresentação do projeto de lei, sua tramitação, aprovação e sanção presidencial ocorreram de uma forma significativamente rápida e ágil, pois em menos de seis meses a lei foi sancionada. E isto em função de que esta lei³⁷ tinha como objeto principal a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, sendo que apenas no artigo 19, de um total de 21 artigos, constava a autorização para as compras e doação de alimentos oriundos da agricultura familiar.

³⁷ BRASIL. Lei 10.696, de 02 de Julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/2003/L10.696.htm>>. Acessado em: 11/06/ 2007.

Foi então, a partir deste momento, que o MESA iniciou as articulações, a normatização e as parcerias necessárias para o funcionamento do Programa. Assim, em outubro de 2003, a CONAB, parceiro primeiro e prioritário para a operacionalização do PAA, iniciou o processo de divulgação nos Estados, sendo que teria apenas dois meses para investir 400 milhões de reais.

Para muitos, a parceria entre o MESA e a CONAB transpõe como algo “estranho”, pois o parceiro considerado mais próximo para a operacionalização do PAA seria o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e não o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), na qual a CONAB está ligada institucionalmente. No entanto, alguns fatores, tanto político, quanto técnico-burocrático e organizacionais, foram considerados para que a CONAB fosse o principal órgão governamental responsável pela execução do PAA. Dentre eles, vale ressaltar a intenção da então diretoria recém empossada no ano de 2003 (diretores estes que eram indicados pelo PT) em reestruturar e reordenar a missão e as concepções que historicamente estabeleciam a dinâmica e funcionamento da CONAB³⁸. Esta diretoria, diferentemente das demais³⁹, era formada por pessoas que tinham ligação com concepções e setores da sociedade que afirmavam o papel da agricultura familiar enquanto ator do processo de desenvolvimento e defendiam a ideia de que seria necessário um certo reordenamento e reposicionamento institucional da CONAB diante da agricultura nacional.

Esta noção de reestruturação tinha como pano de fundo a posição de que a

³⁸ Desde 01 de janeiro de 1991, dar-se-á início às atividades da CONAB, a partir da junção entre 03 empresas públicas, a Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), Companhia de Financiamento da Produção (CFP) e a Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM), que atuavam em áreas distintas e complementares, quais sejam, abastecimento, fomento à produção agrícola e armazenagem, respectivamente, com foco na agricultura de grande escala e de *commodities*. Este direcionamento estava tão presente, que técnicos e funcionários da CONAB, em 2003, relatavam total desconhecimento para o que seria a agricultura familiar, sua dinâmica e questionavam qual seria a importância deste setor para a agricultura nacional e para a CONAB.

³⁹ Historicamente, a Diretoria da CONAB, com sede em Brasília, assim como os/as superintendentes regionais, com sede nos Estados da Federação, eram nomeados em função da sua ligação com setores da agricultura de exportação, ou como denominado popularmente, ao agronegócio, pois a CONAB sempre foi considerada instrumento estratégico para garantir o escoamento da produção de *commodities*, assim como atuar na regulação de preços e no armazenamento.

CONAB se institui enquanto um instrumento imprescindível para a promoção, a garantia e o fortalecimento das relações de mercado com a agricultura, seja ela do “agronegócio” ou da agricultura familiar. Para tanto, seria fundante estruturar ações na CONAB com foco na agricultura familiar, de forma a garantir que mecanismos e instrumentos de comercialização, gerenciados pelo Estado, fossem implementados respeitando a dinâmica e características da agricultura familiar.

Outro fator de grande relevância foi a preocupação com a dimensão operacional e burocrática. Um programa como o PAA, se vinculado a um Ministério, seja ele o MESA ou o MDA, deveria ser operacionalizado segundo a legislação de convênios e contratos para os órgãos do Executivo, o que dificultaria e, em certa medida, imobilizaria o funcionamento do Programa, pois este exige agilidade, em função de trata-se da aquisição de alimentos de ciclos rápidos de produção. No entanto, a CONAB, enquanto uma empresa estatal seja em função da legislação, mas também do ponto de vista da estrutura física e de técnicos descentralizados nos Estados da Federação, conferia a si mesmo as condições para que fosse o órgão federal prioritário para a execução do PAA.

Assim, mais do que uma “imposição” ou um “equivoco” na escolha da CONAB, por ser um órgão ligado ao MAPA, enquanto parceiro prioritário para a operacionalização do PAA, a definição passou por critérios técnicos e de condições operacionais do Programa, mas, também em função da dimensão política, pois seria necessário instrumentalizar um órgão federal para atuar diretamente com os processos de comercialização para a agricultura familiar, não apenas a curto prazo, mas a médio e longo prazo.

Contudo, além da parceria com a CONAB, outros fatores chamam atenção neste cenário político produzido a partir do PAA. Um fator importante a ser compreendido e analisado foi e é a relação que se estabeleceu entre o PAA e o MDA, que ao longo da trajetória do Programa não foi muito além do que o apoio institucional e a participação de representantes deste Ministério no comitê gestor nacional do PAA. Seja em rodas de conversa ou mesmo em alguns eventos e

reuniões (das quais participei no período de 2004 a 2007), técnicos e gestores do MDA deixavam claro sua posição de que a agricultura familiar não necessitava de instrumentos governamentais que estimulassem e fortalecessem ainda mais relações “paternalistas” por parte do Estado. Ou seja, que as políticas públicas substituíssem o papel do mercado e da sociedade.

Esta concepção é fundada na ideia de que o PAA estimula a desestruturação das relações de mercado estabelecidas pelos agricultores familiares, pois passa a estabelecer uma relação de dependência com o Estado⁴⁰. No entanto, questiono em que medida estes “mercados” existentes no espaço local e territorial, também estimulam ou estabelecem relações de dependência e precarização da autonomia dos agricultores familiares? Ou então, em que medida as compras institucionais não passam a ser mais um instrumento de mercado para os agricultores, diferentemente de ser entendido como o único mercado?

Esta posição política fica ainda mais evidente quando o MDA passa a participar oficialmente do Programa com a aplicação de recursos advindos do seu orçamento. No entanto, estes recursos serão destinados, única e exclusivamente, para a aquisição de alimentos para a formação de estoque, e não para mecanismos como a doação simultânea. O mecanismo de formação de estoque, como será apresentado mais a frente, tem como objetivo garantir certo capital de giro e garantir que a produção possa ser comercializada em períodos de entressafra. Mesmo sendo de grande relevância, ele atua sobre organizações de agricultores familiares em processo de consolidação ou consolidadas do ponto de vista organizativo, de produção e de comercialização, sendo que o PAA/doação simultânea, como será explicitado, impacta diretamente sobre organizações de agricultores que muitas vezes nem mesmo possuem relações com o mercado local e regional.

⁴⁰ Esta caracterização é fruto de impressões, conversas e participação em eventos e reuniões em Brasília, quando era coordenador do PAA no Governo do Estado, no período de 2004 a 2007. No entanto, não há como estabelecer e apresentar documentos ou informações oficiais sobre esta relação entre o PAA e o MDA. Sei que posso correr o risco de ser taxativo ou ingênuo, no entanto, as impressões estão fundadas em diálogos e embates políticos e técnicos com gestores e interlocutores que vivenciaram o PAA neste período.

No entanto, o PAA não estará restrito a operacionalização por parte da CONAB, pois em dezembro de 2003 o MDS, prevendo uma sobra financeira do orçamento do PAA na ordem de aproximadamente 300 milhões de reais, ou seja, $\frac{3}{4}$ do previsto inicialmente, “convidou” alguns Governos Estaduais para estabelecer convênios para a operacionalização do Programa. Assim, os estados que firmaram convênio em 2003, para a execução em 2004, foram: Paraná, Santa Catarina, Tocantins, Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte.

Em relação ao Paraná, a definição para ser um dos estados conveniados com o MDS para a execução do PAA, para além dos critérios técnicos, estava em função de que, naquele ano, o então Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social (SETP), Roque Zimmermann, pressionava o MDS para que iniciasse o quanto antes ações de enfrentamento da pobreza no Paraná. Desta forma, em razão da sua permanente presença nos “corredores” do MDS, fez-se com que os gestores deste Ministério liberassem os recursos do PAA para o Governo do Estado. E, vale destacar, os recursos foram destinados para uma Secretaria de Estado que tem vínculo com a área da assistência social e com a área do trabalho e emprego nos centros urbanos e não para a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB) ou suas vinculadas, como a Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) ou Centrais de Abastecimento do Paraná (CEASA).

No entanto, quando conveniado, o Programa no Estado do Paraná, logo no seu início, foi instituída uma comissão estadual com a atribuição de estabelecer estratégias conjuntas entre secretarias de estado e órgãos governamentais federais para o acompanhamento e a execução do PAA no Estado. Esta comissão era formada por representantes da SEAB, da CEASA/PR, da EMATER/PR e da Secretaria de Estado da Educação (SEED), sob coordenação da SETP, e tendo como participação informal representantes da Superintendência Regional da CONAB no Paraná e do CONSEA/PR.

Porém, assim como no âmbito Federal, a posição dos órgãos ligados à

agricultura familiar no Paraná foi bastante tímida no que se refere ao apoio político por parte dos gestores estaduais (Secretários e Diretores), sendo que apenas os técnicos e coordenadores de programas destes órgãos é que assumiram a responsabilidade de apoiar institucionalmente o Programa. No entanto, este apoio se restringia a participação em reuniões da comissão estadual do Programa e o repasse de *e-mails* e documentos, solicitados pela coordenação do Programa na SETP, para suas subsedes descentralizadas do Estado.

Porém, no que se refere à SEED, além de não participar das reuniões da comissão, evitava contato e relações institucionais e técnicas com membros da comissão estadual do PAA, pois não “concordavam” com a inserção dos produtos da agricultura familiar na alimentação escolar, fundado na ideia de que estes alimentos poderiam apresentar baixa qualidade, pois não passavam pelos sistemas de controle centralizado do Estado⁴¹.

Assim, mesmo apresentando um contexto conjuntural e histórico do PAA, fica explícito que as relações institucionais e políticas em torno do Programa são mais complexas do que aparentemente poder-se-ia considerar. As razões e motivações, mesmo que apresentadas, são, ainda, significativamente superficiais, para analisar e fundamentar conclusões finalísticas sobre este arranjo institucional de encontros e desencontros que vão além do pensamento e organização do sistema.

No entanto, é importante desconstruir esta realidade, que muitas vezes parece como dada e possuidora de preceitos já consolidados, a fim de compreender em medida esta realidade vem se construindo, que, atrelada a certos pressupostos e concepções, vem estruturando ações e políticas governamentais que impactam direta e indiretamente na vida cotidiana dos agricultores familiares do país.

Assim, mais do que compreender e analisar o PAA do ponto de vista técnico e

⁴¹ Até então, a alimentação escolar adquirida pelo Governo do Estado, através de licitações, eram inspecionadas e controladas, lote a lote, pelos laboratórios estatais e pelo laboratório da Universidade Federal do Paraná. Critério condicionante para estabelecer a sanidade e qualidade dos alimentos, segundo os gestores estaduais da alimentação escolar.

organizativo, torna-se fundamental estabelecer quais são as relações políticas que dão sustentação governamental e econômica para sua implementação, sua gestão e avaliação.

1.4 – PROBLEMATIZANDO A REALIDADE PESQUISADA

A realidade apreendida através da percepção e análise do PAA em articulação com a realidade rural e urbana permite-nos questionar e problematizar em que medida o PAA com doação simultânea interfere na dimensão organizativa, econômica, produtiva e social dos agricultores familiares. Isso permite compreender, também, em que medida o PAA estabelece conexões com a noção de desenvolvimento e a emergência dos atores sociais.

Esta pesquisa busca compreender como o PAA interfere na condição de vida e na lógica produtiva dos agricultores familiares, na perspectiva de verificar em que medida o Programa: qualifica os mecanismos de comercialização utilizados pela agricultura familiar; aproxima e articula o rural e o urbano; impacta nos processos de diversificação da produção; mas, fundamentalmente, se possibilita certo reconhecimento da agricultura familiar enquanto ator no âmbito local.

Desta forma, esta pesquisa pretende problematizar esta realidade a partir das seguintes questões:

1) Em que medida o PAA possibilita a promoção de certa autonomia e sustentação das condições de vida e da reprodução social da agricultura familiar, a partir da reestruturação da lógica da produção familiar, com vistas à diversificação da produção e dos mecanismos de comercialização?

2) Em que medida o PAA possibilita o reconhecimento e emergência dos agricultores e de suas organizações, enquanto atores sociais e econômicos no âmbito local? e

3) Em que medida o PAA contribui, a partir da reestruturação organizacional

e burocrática do Estado, para o reconhecimento e legitimidade dos agricultores e suas organizações perante as políticas públicas?

Assim, esta pesquisa tem como objetivo compreender de que forma o Programa de Aquisição de Alimentos contribui ou não para a reorganização das formas e estratégias de produção e comercialização dos agricultores familiares. E desta forma, em que medida esta reorganização, se realmente há, contribui para a articulação e emergência destes agricultores enquanto atores do processo de desenvolvimento, fundado nas relações econômicas, políticas e sociais, e não meramente nas relações econômicas.

Para tanto, as hipóteses são:

1) o PAA possibilita a reorganização das formas de produção na perspectiva da diversificação da produção e do resgate da agrobiodiversidade, contribuindo para o fortalecimento condição camponesa;

2) o PAA permite a aproximação e articulação da agricultura familiar no espaço urbano, restabelecendo certo reconhecimento e legitimidade social, política e econômica destes;

3) a partir do PAA, os agricultores familiares têm a possibilidade de estabelecer outras relações comerciais no espaço local (para além das que já estavam postas antes do PAA), com a perspectiva de garantir certo reconhecimento enquanto atores no âmbito local;

4) o PAA interferiu na forma como o Estado compreende e estrutura a política pública para a agricultura familiar, seja do ponto de vista burocrático ou organizacional.

Desta forma, a perspectiva desta pesquisa, não será isolar o Programa e compreendê-lo a partir de uma análise fragmentada e com foco, única e exclusivamente, na dinâmica produtiva e mercantil de cada agricultor e de suas organizações. Mas, tem a premissa de compreender o PAA a partir da noção de desenvolvimento, da noção de Estado e democracia, de forma a analisar em que medida o Programa tem contribuído ou não para a emergência de atores sociais no

na agricultura familiar.

Para que seja possível conhecer e reconhecer a dinâmica do PAA, suas contradições e avanços, proponho um recorte metodológico que permita, a partir da delimitação da realidade do Programa no Estado do Paraná, compreender em que medida as compras institucionais estão possibilitando à agricultura familiar qualificar as condições de vida na perspectiva de garantir a autonomia e sustentabilidade para as famílias e suas organizações.

Assim, no segundo capítulo apresentarei quais as características que a metodologia desta pesquisa assumiu, de forma a possibilitar o reconhecimento da dinâmica de funcionamento do Programa e suas inter-relações, assim como caracterizar os espaços e sujeitos alvo desta pesquisa.

CAPITULO II – CONHECENDO E RECONHECENDO A REALIDADE PESQUISADA

A metodologia de pesquisa é a atividade que resulta da “aproximação sucessiva da realidade que não se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados”⁴². O corpo metodológico desta pesquisa tem como pressuposto a (re)construção constante da realidade, com o objetivo de realizar o debate crítico e propositivo que contribua efetivamente na formulação de caminhos e estratégias para a produção de espaços sociais mais democráticos e socialmente justos.

Segundo Minayo⁴³, a metodologia de pesquisa é o caminho e o instrumental próprio de como abordar a realidade. Nesse sentido, é a metodologia que possibilita a inter-relação entre a realidade e a teoria, dando forma e conteúdo subjetivado e objetivado através da visão de mundo, tanto do pesquisador que observa, como do “corpo” metodológico que apreende e analisa esta realidade.

A metodologia deixa de ser apenas instrumento e técnica e passa a ser concebida enquanto concepção teórica de abordagem, onde o conjunto de técnicas e também o potencial criativo do pesquisador estão, a todo o momento, buscando apreender os elementos de dada realidade segundo sua perspectiva e visão de mundo.

Assim entendida, a metodologia não se restringe à técnica, pelo contrário, é a concepção da forma como determinada realidade deve ser observada, apreendida e analisada. Portanto, colocar num segundo plano as técnicas e instrumentos de pesquisa não é, de forma alguma, desconsiderar sua importância na construção do “corpo” metodológico. A utilização habilidosa tanto da teoria quanto das técnicas metodológicas, ou seja, nem a excessiva teorização e nem a excessiva utilização de instrumentos e técnicas, é condição para que a pesquisa seja uma construção técnica, mas também política.

⁴² MINAYO, M. C. de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 7ª ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

⁴³ *Ibid.*, p. 23.

2.1 - DELIMITANDO O ESPAÇO DE INVESTIGAÇÃO E SEUS ASPECTOS METODOLÓGICOS

O objeto de estudo desta pesquisa é o Programa Aquisição de Alimentos com doação simultânea, que é gerenciado e operacionalizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, pela Companhia Nacional de Abastecimento/CONAB e pelos Governos Estaduais e Municipais, além de associações de agricultores familiares e organizações não governamentais que estão na “ponta” com a responsabilidade de executar o Programa em cada comunidade e localidade. No entanto, o foco desta pesquisa está delimitada a dois municípios localizados no interior do Estado do Paraná, sendo que os dados foram coletados junto a duas associações de agricultores, os agricultores participantes do PAA, representantes de organizações beneficiárias pelo Programa, gestores públicos municipais, estaduais e federais, assim como também técnicos e representantes de organizações não governamentais de apoio e assessoramento.

A delimitação proposta pela pesquisa justifica-se em função das possibilidades financeiras disponíveis para sua operacionalização. Assim, a pesquisa foi desenvolvida em dois municípios do interior do Estado do Paraná: o município de Turvo e o município de Fernandes Pinheiro. Estes municípios foram selecionados segundo alguns critérios de exigibilidade para a definição da amostra intencional, os quais foram: 01) participar do PAA desde o ano de 2004 e, ainda, estar participando do Programa em 2009; 02) a organização-associação responsável pela execução do Programa no município, deveria, necessariamente, pertencer e ser gerida por um grupo de agricultores familiares e; 03) serem caracterizados como municípios rurais (ter menos de 20 mil habitantes e densidade demográfica menor de 80km²)⁴⁴.

⁴⁴ CINTRA, A. P. de U. *Espaços Rurais no Paraná: um Estudo das Relações Campo-Cidade nos Pequenos Municípios*. 95 f. Dissertação de Mestrado. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

A partir destes dados, dos sessenta municípios inicialmente identificados como projetos em funcionamento no ano de 2004, vinte e quatro enquadraram-se nos critérios acima descritos. No entanto, para que o recorte fosse ainda menor, adotaram-se outros três critérios com o objetivo de reduzir o número da amostra em, no máximo, dois ou três municípios, de forma a atender as possibilidades e condições para a realização da pesquisa.

Desta forma, os outros critérios foram: 04) grau de urbanização não superior a 50%; 05) municípios com taxa de pobreza superior a 20%; e 06) projetos que tenham sido financiados tanto pela CONAB como pelo Governo do Paraná, no período de 2004 a 2009.

Os critérios utilizados foram estabelecidos de forma a garantir que os municípios selecionados apresentassem as seguintes condições: sustentação e continuidade dos projetos (critério 01); caracterizar-se enquanto município rural (critérios 03 e 04); apresentar níveis de pobreza acima da média estadual (a média do Estado do Paraná está em 20,87), demonstrando a necessidade de investimentos emergenciais para com estes municípios e sua população (critério 05); e, por fim, que os projetos, independentemente da fonte financiadora, tivessem a continuidade e sustentação ao longo do tempo, segundo a dinâmica e funcionamento das associações executoras (critério 06).

Outro critério importante foi que os projetos selecionados estivessem participando desde o início do PAA, a partir de 2004, e ainda estivessem participando do Programa em 2008. Este critério de seleção do projeto a ser investigado possibilita que o objeto de pesquisa esteja ancorado em um processo histórico e com certo nível de consolidação da experiência.

A condição de que o processo de investigação fosse realizado em municípios rurais justifica-se em função de que esta pesquisa tem, na sua relação dialética, modelo de desenvolvimento hegemônico e modelos alternativos, um debate importante a ser considerado quando está em pauta uma ação pública para a agricultura familiar. Para tanto, municípios rurais são aqueles que, além de serem a

maioria indiscutível dos municípios brasileiros, estão à margem do processo de desenvolvimento nacional.

Desta forma, atentar para os processos que estão ocorrendo nos municípios rurais faz com que possamos buscar explicações e proposições de como estes espaços se constituíram e estão sendo constituídos no contexto social, econômico e político brasileiro.

Assim sendo, esta pesquisa entende município rural a partir dos seguintes critérios: 1) população abaixo de 20 mil habitantes; 2) densidade demográfica abaixo 80 hab/km²; e 3) grau de urbanização, de forma que os municípios selecionados apresentassem o máximo de 50% da população no espaço urbano.

A preocupação que tive em relação à dinâmica de funcionamento do projeto, independentemente da fonte financiadora, foi que tivesse seu funcionamento permanente ao longo dos quatro anos, em função de que a amostra selecionada apresentasse as condições de autonomia e sustentação no que se refere à gestão e capacidade política de condução do Programa.

Já o critério 02, que estabelece a exigência de que uma associação de agricultores familiares fosse a organização proponente do projeto, ou seja, a responsável jurídico-financeira da execução do PAA no município, se fez necessário em virtude de que o Governo do Estado do Paraná, assim como a CONAB, em alguns momentos, realizam ou realizaram convênios com organizações que atuam na área da educação (a exemplo das associações de pais e mestres de colégios estaduais e escolas municipais, as APAEs, Centros de educação infantil, entre outras), da assistência social (asilos, fundações de assistência social, entre outras) e organizações da área da saúde (fundações ligadas a hospitais, etc.), de forma que o foco da pesquisa é analisar o PAA em relação aos agricultores e suas organizações, e não na relação com organizações da saúde, educação ou assistência social.

2.2 – CONTEXTUALIZANDO E DELIMITANDO A REALIDADE PESQUISADA

É importante salientar que mesmo antes de iniciar esta pesquisa, minha relação com o PAA estabeleceu-se além da preocupação e interesse enquanto investigador, pois durante o período de dezembro de 2003 a maio de 2007, fui coordenador estadual do Programa no Estado do Paraná, o qual é lotado na Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social (SETP). Isto me permitiu a “intimidade” com os procedimentos, a forma de operacionalização e as especificidades administrativas e burocráticas. No entanto, a partir do primeiro semestre de 2007, desliguei-me formalmente da coordenação do Programa.

Convém ressaltar que o meu ingresso no doutorado em Sociologia/UFPR a partir do ano de 2006 possibilitou certo conflito entre o olhar do gestor e do pesquisador, embora ainda neste ano não houvesse iniciado a pesquisa, apenas me arriscava a fazer tratativas ao projeto de pesquisa.

Assim, durante o ano de 2006 tive a preocupação de promover a execução do Programa enquanto gestor, mas igualmente com um olhar de pesquisador, preocupado com a validade dos processos, sua importância enquanto política pública, seus impactos e as dimensões de intervenção nas realidades, porém, sem me atender muito à questão da coleta de dados. Neste mesmo ano, não fiz nenhum levantamento de campo, mas tive como foco estabelecer e organizar quais seriam as dimensões e os “olhares” possíveis para quando da realização da atividade de campo. A minha preocupação ficou centrada na coleta de informações sobre o funcionamento e dinâmica do Programa, assim como as regulamentações legais, relatórios, informações e dados governamentais e não-governamentais e também a realização de visitas técnicas a diversas comunidades e municípios com a preocupação de vivenciar a dinâmica do Programa no seu *locus* operacional (propriedades rurais, comunidades, entidades sociais beneficiadas, fóruns e reuniões de debate e discussão sobre o Programa, entre outras).

No ano 2007, diante da dificuldade em estabelecer uma relação entre o

papel do gestor e do pesquisador e perante as dificuldades políticas de minha permanência enquanto coordenador, “preparei” meu desligamento do Programa e do Governo do Estado, o que ocorreu definitivamente em maio deste mesmo ano.

Liberado das minhas atribuições de gestor do Programa e das minhas relações institucionais com o Governo do Estado, planejei um período de tempo sem contato com o PAA, seja em relação à institucionalidade do Programa, seja em relação aos projetos ou mesmo em relação à dinâmica e funcionamento, de forma que pudesse me distanciar e conseguir “olhar” para o Programa não mais enquanto gestor, mas, sim, como pesquisador.

Assim, a partir de 2008 o meu foco foi organizar e estruturar a pesquisa no que se refere aos seus aspectos metodológicos e operacionais. Este período de afastamento me permitiu obter a distância da realidade do Programa, e assim, ter maior liberdade para determinar os caminhos que esta pesquisa assumiria.

Desta forma, durante os anos de 2006 e 2007, o foco foi apreender e (re)conhecer a dinâmica de funcionamento do PAA, seus parâmetros legais, sua relação e interação com o Estado e as políticas públicas, assim como participar de espaços de avaliação e planejamento do Programa no âmbito nacional, estadual e nos municípios e organizações, da mesma forma que pude acompanhar o relato de dezenas de experiências desenvolvidas no Paraná.

No entanto, o trabalho de maior complexidade ainda estava por vir: a coleta de informações e dados sistematizados através da pesquisa de campo junto aos agricultores familiares, lideranças e representantes de instituições locais responsáveis pela execução do Programa nos municípios da amostra. Será então, a partir do ano de 2008, que tive como foco a elaboração dos instrumentos de pesquisa e planejamento das atividades de campo.

2.3 - INSTRUMENTOS E SUJEITOS DA PESQUISA

Os instrumentos de coleta de dados utilizados nesta pesquisa foram organizados a partir de dois públicos alvos: o primeiro, os agricultores familiares participantes das associações de agricultores e do PAA, sendo que a coleta de dados foi organizada a partir de um roteiro de entrevista estruturado e fechado e um roteiro de entrevista não estruturado. O segundo, formado por lideranças municipais, diretores/as de escolas públicas e instituições sociais beneficiadas pelo PAA, gestores públicos municipais (secretários, nutricionistas, pedagogos, etc.), presidentes das associações de agricultores e técnicos de uma organização não-governamental de assessoria rural, sendo que a coleta de dados foi organizada a partir de um roteiro de entrevista semiestruturado. A opção por estes instrumentos, funda-se em alguns pressupostos observados e acompanhados nas atividades realizadas pelo autor, quando era gestor do Programa e enquanto pesquisador.

Pude observar durante a realização de visitas às propriedades de agricultores e quando da participação em eventos de avaliação e apresentação de experiências do Programa, que os depoimentos sempre conduziam para um “sentimento” de satisfação e avaliação positiva do Programa, na perspectiva de garantir e preservar a sua existência e seu funcionamento. Como exemplo, cito alguns relatos de agricultores e gestores locais do PAA: “o PAA é a salvação da lavoura”, “sem o PAA não sei o que seria de mim e da minha família”, “o PAA veio para salvar a agricultura familiar”, “a única política no país para o agricultor familiar é o PAA”, “sem o PAA meus filhos já teriam ido embora pra cidade”, entre outros. Depoimentos como estes, são repetidos e reforçados “num só tom”, de forma que as contradições e as possíveis críticas ao Programa eram relatadas com certa limitação⁴⁵.

⁴⁵ Em alguns encontros e momentos de avaliação, agricultores, técnicos e gestores municipais consentiam em alguns pontos que limitam a execução do programa, dentre eles vale ressaltar: 1) os preços de alguns produtos eram abaixo do valor de mercado; 2) burocracia excessiva; 3) o valor da cota anual por agricultor é muito baixa; 4) o valor da cota por município é muito baixa; 5) não há

As avaliações realizadas por agricultores, entidades e gestores locais envolvidos no PAA, ficam restritas a questões relativas ao seu funcionamento, seja no que se refere à burocracia ou aos recursos financeiros. No entanto, estas avaliações não permitem identificar em que medida o PAA impacta objetivamente na forma como os agricultores estruturam a produção agrícola e as relações mercantis - antes e depois do Programa, nas relações políticas locais, como também na autonomia e na dependência gerada pelo Programa para as condições econômicas dos agricultores.

Assim, quando da elaboração dos instrumentos de coleta de dados, o objetivo foi evitar que as “defesas” e “discursos pró-PAA” aparecessem como único e exclusivo elemento, de forma que a preocupação seria conseguir perceber de forma objetiva o impacto que o Programa gera na realidade da agricultura familiar e na intersubjetividade estabelecida entre agricultores e sociedade envolvente.

Desta forma, a preocupação principal foi garantir que o instrumento de pesquisa pudesse identificar as contradições e limitações do Programa, dirimindo as avaliações apaixonadas e ideologizantes. Visto que a dificuldade em apreender tais informações através do discurso seria uma atividade complexa, principalmente em função das falas virem carregadas de conteúdos prontos a defender o PAA, optei, então, por construir um roteiro de entrevista que possibilitasse identificar as contradições, limitações e potencialidades do Programa a partir das condições objetivas vivenciadas pelos agricultores.

No entanto, a elaboração do roteiro de entrevista se deu a partir dos

recursos para a gestão local do programa; 6) não há recursos para o pagamento do transporte dos produtos, da propriedade para as entidades beneficiárias; entre outros. Tais relatos puderam ser observados pelo autor quando da participação em eventos de avaliação e apresentação de experiências e projetos em municípios no Paraná, mas também, estão presentes no relatório de avaliação participativa organizado pela CONAB no Paraná. Cf. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. *Relatório da Oficina de Documentação Participativa do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA Região Sul*. Curitiba. 26 a 28 de Abril de 2006. 26 f. Relatório Síntese. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/download/paa/1_relatorio_oficinapaa_sul.pdf>. Acessado em: 28/04/2008.

subsídios captados através da participação em reuniões, encontros, visitas técnicas, solenidades, enfim, da participação em espaços públicos junto com os agricultores, técnicos do Programa, gestores locais e entidades sociais.

Com base nestas informações, foi elaborado um primeiro roteiro que foi testado em caráter piloto no município de Rio Branco do Sul (Região Metropolitana de Curitiba), onde foram realizadas entrevistas com cinco agricultores familiares participantes do PAA. Importante destacar que estes apresentavam as mesmas características dos agricultores localizados nos municípios definidos para a realização da pesquisa. O período de realização desta etapa ocorreu entre 16 e 19 de junho de 2008.

Segundo Moreira⁴⁶, na elaboração de um roteiro de entrevista estruturado ou questionário aplicado face-a-face, quando da sua aplicação em etapas piloto, é considerado prudente realiza-lo em grupos diferentes da amostra da pesquisa, mas que estes tenham as mesmas características do público alvo da pesquisa, de forma a apreender e não “viciar” o instrumento de pesquisa ainda no seu processo inicial de elaboração.

Após esta primeira fase de aplicação, o roteiro sofreu alterações e adaptações, sendo aplicado novamente, em caráter piloto, junto a quatro famílias de agricultores do município de Turvo, de forma a verificar se o vocabulário e as expressões culturais destes, assim como as formas de produção e comercialização e também demais especificidades do roteiro, respondiam à realidade dos agricultores que fariam parte da amostra da pesquisa. Esta etapa foi realizada no dia 16 de outubro de 2008. Além da aplicação da entrevista, foram realizadas visitas às propriedades e entrevistas não estruturadas com os agricultores.

Após a etapa piloto, que teve como objetivo a elaboração e revisão do roteiro de entrevista, um segundo momento foi a realização da pesquisa de campo propriamente dita. Nesta etapa, as entrevistas foram realizadas com 45 famílias de agricultores, sendo trinta e quatro do município de Turvo e onze do município de

⁴⁶ MOREIRA, H. *Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

Fernandes Pinheiro, totalizando 100% das famílias de agricultores que participam do PAA nestes municípios. Estas entrevistas foram realizadas em dois momentos diferentes: no município de Turvo, as entrevistas foram realizadas entre os dias 02 e 10 de novembro de 2008; no município de Fernandes Pinheiro as entrevistas foram realizadas no período de 11 a 17 de novembro de 2008.

Além das entrevistas com os agricultores, foram realizadas visitas às propriedades com o objetivo de observar os locais de produção, mas, fundamentalmente, realizar entrevistas não estruturadas que proporcionassem um momento de investigação de fatores que pudessem ser de relevância, mas que não apareceriam no roteiro de entrevista estruturado. Convém ressaltar que dúvidas e questionamentos do pesquisador também eram realizados durante estes momentos.

Chamo atenção para o fato de que, enquanto exercia a função de coordenador estadual do PAA no Governo do Estado, visitei os municípios de Turvo e Fernandes Pinheiro por mais de uma vez para a realização de visitas as propriedades e as entidades sociais participantes do Programa. Estas visitas ocorreram no período de 2004 a 2006, porém, não tenho como precisar as datas e períodos que estive realizando tais visitas. Estes encontros tiveram como objetivo o acompanhamento dos projetos, seja diretamente nas propriedades dos agricultores, em conversas e reuniões com técnicos, como também, em reuniões e eventos organizados e desenvolvidos pelas associações de agricultores. Desta forma, não há como desconsiderar outros momentos, anterior da pesquisa, em que estive em contato com estes agricultores, técnicos e representantes das entidades sociais, e que pude vivenciar um pouco da história dos projetos destes municípios.

Assim, embora o foco principal do PAA sejam os agricultores familiares, o Programa não se restringe a estes, mas estabelece relações com entidades sociais que recebem os alimentos entregues pelos agricultores, ao mesmo tempo em que possibilita relações institucionais com órgãos governamentais de extensão rural, organizações não governamentais de assessoria, técnicos e gestores municipais, além de lideranças sociais e políticas nos municípios. Desta forma, esta pesquisa

não poderia privar-se de entrevistar e coletar dados e informações destes sujeitos que direta ou indiretamente participam do PAA. O instrumento de pesquisa para este grupo foi um roteiro de entrevista semiestruturado⁴⁷.

Desta forma, no município de Turvo foram realizadas entrevistas com: chefe do Departamento de Agricultura da Prefeitura Municipal; diretoras das Escolas Municipais; Secretário de Educação; nutricionista da Prefeitura Municipal; técnica da Prefeitura municipal responsável pela alimentação escolar; cozinheiras das Escolas Municipais; diretora da Creche Municipal, diretora e coordenadora pedagógica do Centro de Educação Infantil; gerentes-proprietários dos quatro mercados localizados na sede urbana; presidente da Associação de agricultores responsável pela execução do PAA no município; presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais; presidente e coordenador técnico da Organização Não-Governamental que prestava assessoria às famílias de agricultores beneficiados pelo Programa e que atualmente dá apoio na elaboração dos projetos.

No município de Fernandes Pinheiro foram realizadas as entrevistas com: secretária Municipal de Educação; nutricionista da Prefeitura Municipal; diretores das Escolas Municipais; cozinheiras das Escolas Municipais; diretora da APAE do Município; pedagoga de uma Escola Municipal; Presidente da Associação executora do PAA no município; representante da Organização Não Governamental que prestava assessoria às famílias de agricultores beneficiados pelo Programa e que atualmente dá apoio à elaboração dos projetos.

As entrevistas com estes atores foram realizadas nos dias 16 e 17 de outubro e 03, 04 e 05 de novembro de 2008 no município de Turvo; em Fernandes Pinheiro, nos dias 15, 16 e 17 de novembro de 2008.

As entrevistas realizadas com os agricultores foram registradas no próprio roteiro, formado por 75 questões, sendo: 11 questões abertas, 07 questões mistas (formada por uma primeira parte fechada e a segunda parte com questão aberta) e

⁴⁷ Ver apêndice II. Roteiro de Entrevista para lideranças e representantes governamentais e não-governamentais.

57 questões fechadas. No entanto, após a realização da entrevista estruturada, quando da visita à propriedade e da realização da entrevista não estruturada, o que era observado foi sendo registrado no diário de campo.

As entrevistas realizadas com os representantes de organizações beneficiárias, organizações públicas e não governamentais foram registradas em gravador digital e transcritas posteriormente.

2.4 – ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Convém, novamente, ressaltar que esta pesquisa não tem a preocupação de analisar os dados do ponto de vista estatístico, mas apenas percentualmente e numericamente.

Os dados foram analisados a partir de três enfoques metodológicos. O primeiro, formado pelos dados das entrevistas estruturadas, que foram tabulados e organizados de forma a apresentar o número e a porcentagem de agricultores sobre cada problemática apresentada. Os dados foram organizados em planilhas eletrônicas, tabulados e organizados por questão, sendo que quando necessário, foi realizado cruzamento das informações.

Uma segunda forma de análise dos dados foi realizada em função das entrevistas não estruturadas e semiestruturadas realizadas com os agricultores, lideranças e representantes de organizações governamentais e não-governamentais. Estes dados foram anotados em um diário de campo e/ou gravadas em aparelho de gravador de áudio digital, que após a coleta do material da pesquisa, foram transcritos e organizados de forma a possibilitar identificar e apontar as contradições e correlações entre as respostas. Estas serão apresentadas nesta pesquisa durante a análise e discussão dos dados, de forma a contribuir para o aprofundamento e a melhor compreensão dos dados objetivos, assim como para

elucidar as representações e opiniões dos entrevistados sobre as problemáticas apresentadas pela pesquisa.

A terceira forma de análise dos dados faz referência ao material institucional coletado, seja diretamente dos arquivos das instituições ou mesmo do material disponibilizado na rede mundial de computadores.

Para tanto, antes de passarmos da apresentação dos dados à fundamentação da análise dos dados, é de fundamental importância apresentar os municípios, as associações de agricultores e os projetos do PAA alvo desta pesquisa, como também contextualizar política, social e economicamente estes espaços sociais.

2.5 – A REALIDADE PESQUISADA: OS ESPAÇOS DE REPRODUÇÃO, AGRICULTURA FAMILIAR E O PAA

Quando nos remetemos à agricultura familiar, a preocupação em localizar estas famílias, muitas vezes, não é considerado como uma informação importante, pois é atribuído a esta categoria o *locus* do espaço rural como algo dado e inquestionável. No entanto, o espaço rural ainda não é considerado como algo definido, mas é, sim, questionável do ponto de vista conceitual, pois a discussão sobre o que é rural e o que vem a ser urbano ainda sofre distorções e equívocos.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), rural são os espaços que não são considerados urbanos. Desta forma, qualquer localidade que se caracterize enquanto núcleo urbano assim o será, desconsiderando se este possui ou não características e dinâmicas culturais, econômicas e sociais, essencialmente rurais.

No entanto, o que chama atenção é que quando nos deparamos com os dados demográficos e censitários do país é o fato de que é rural e o que é urbano muitas vezes passa por um processo de homogeneização e padronização.

Segundo Veiga⁴⁸, deveriam ser considerados espaços rurais, os municípios que apresentam população total com menos de 20 mil habitantes e menos de 80 habitantes por quilômetro quadrado. Assim, estes municípios passariam a ser considerados, independentemente da localidade considerada centro urbano ou regiões rurais, um município rural.

Esta nova conformação do que vem a ser rural e urbano determinaria em grande medida a forma como o Brasil é constituído e, desta forma, determinaria em a elaboração e implementação de políticas e intervenções públicas.

Não seria necessário um levantamento aprofundado para verificar o quão as políticas públicas ainda têm um foco e prioridade para uma concepção de desenvolvimento fundado na existência e na qualificação dos espaços urbanos.

A pouca inserção ou a completa inexistência de políticas públicas de educação, cultura, esporte e lazer, saúde, segurança pública, habitação, entre outras, para os espaços rurais faz com que cada vez mais estas localidades sejam depreciadas do ponto de vista da qualidade de vida, mas, principalmente, do reconhecimento político, social e econômico.

Os dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS)⁴⁹, de 2006, que avalia a situação de segurança e insegurança alimentar dos domicílios, apontam que:

⁴⁸ VEIGA, J. E. *Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Ed. Autores Associados, 2002.

⁴⁹ MINISTÉRIO DA SAÚDE. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher. Relatório Final. 2006. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/pnds/img/relatorio_final_pnds2006.pdf>. Acessado em: 10/01/2009.

TABELA 04 - PREVALÊNCIA DOMICILIAR DE SEGURANÇA ALIMENTAR E INSEGURANÇA ALIMENTAR, SEGUNDO SITUAÇÃO DE RESIDÊNCIA E GRANDES REGIÕES.

	Nº DE DOMICÍLIOS DA AMOSTRA*	SEGURANÇA ALIMENTAR (%)	INSEGURANÇA ALIMENTAR		
			LEVE (%)	MODERADA (%)	GRAVE (%)
Brasil	12.718	62,5	23,1	9,7	4,7
Urbano	8.906	63,8	22,9	8,8	4,5
Rural	3.812	56,3	23,9	13,7	6,1

*Para 338 domicílios, a informação de Segurança Alimentar e Insegurança Alimentar foi incompleta, impossibilitando a classificação.

FONTE: PNDS (2006).

Tais números nos revelam uma situação muito particular e que chama atenção para a realidade rural, mesmo que esta seja ainda subavaliada em função de que estão sendo consideradas aqui as localidades eminentemente rurais, ou seja, o que não é urbano. Chama-nos a atenção para o fato de que a realidade rural apresenta índices superiores no que se refere à insegurança alimentar em comparação com a realidade urbana. Da mesma forma, os índices de segurança alimentar da realidade rural são significativamente inferiores à realidade urbana.

Mais do que apresentar uma realidade de segurança ou insegurança alimentar, os dados, da tabela 04, nos levam a questionar em que medida o atual modelo hegemônico de desenvolvimento contribui e/ou corrobora com os processos de exclusão no meio rural brasileiro.

Embora o senso comum afirme que no meio rural há abundância e fartura de alimentos (exceto em regiões onde a seca e outras condições ambientais e “naturais” tenham presença permanente) e que a fome estará presente em proporções significativas na periferia dos grandes centros, os números da PNDS vêm comprovando, proporcionalmente, que é exatamente o contrário do que afirma o senso comum (ver tabela 04, página 77).

O que chama atenção, além dos números referentes à situação alimentar, é onde a população rural está concentrada. Segundo dados do censo demográfico do IBGE (2000), nos municípios abaixo de 20 mil habitantes, que representam 4.074

municípios, ou seja, 73% do total dos municípios brasileiros, possuem 47% da sua população morando nos espaços rurais (ver tabela 05, página 78).

Esta análise torna-se ainda mais aguda quando consideramos que, segundo dados do IBGE/2000, 90% da população rural do país está localizada nos municípios com até 100 mil habitantes, ou seja, a população rural está muito pouco presente nas localidades em que os investimentos têm sido, historicamente, direcionados com maior intensidade e constância pelo poder público, nas regiões metropolitanas e nos grandes (acima de 500 mil habitantes) e médios (entre 100 e 500 mil habitantes) centros urbanos.

TABELA 05 - NÚMERO DE MUNICÍPIOS E POPULAÇÃO SEGUNDO CLASSES DE TAMANHO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

CLASSES DE TAMANHO DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS	MUNICÍPIOS		POPULAÇÃO (%)					
			TOTAL		URBANA		RURAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Até 20 mil	4.074	73,3	33.618.857	19,8	18.492.363	13,4	15.126.494	47,5
Entre 20 e 50 mil	963	17,3	28.831.791	17,0	19.132.661	13,9	9.699.130	30,5
Entre 50 e 100 mil	299	5,4	20.786.695	12,2	16.898.508	12,2	3.888.187	12,2
Acima de 100 mil	31	4,0	86.561.827	51,0	83.430.427	60,5	3.131.400	9,8
TOTAL	5.367	100	169.799.170	100	137.953.959	100	31.845.211	100

FONTE: IBGE (2000)

Os dados do censo demográfico/2000, aliados aos números da PNDS/Ministério da Saúde/2006, reforçam a tese de que, embora a miséria e a fome estejam presentes nos grandes centros urbanos, proporcionalmente, as populações rurais ainda são aquelas que estão sofrendo com maior intensidade as agruras do modelo de desenvolvimento do país.

Desta forma, entre os critérios de definição e recorte da amostra havia a presença do critério que estabelecia a necessidade de que os projetos da amostra deveriam ser desenvolvidos em municípios rurais. Este recorte não foi organizado de forma meramente figurativa e como um fator secundário, mas como concepção metodológica, pois como apresentado e analisado neste item da pesquisa, os

municípios com características rurais apresentam índices e condições sócio-econômicas que os diferenciam significativamente de municípios considerados urbanos.

Assim, a partir dos critérios estabelecidos para a delimitação da amostra, os municípios investigados pela pesquisa foram Turvo e Fernandes Pinheiro, que, em função de algumas características próprias, merecem ser descritos no que se refere a situação socioeconômica e populacional, assim como do ponto de vista da estrutura pública e da organização do Programa no município.

É de fundamental importância caracterizar o espaço geográfico e social onde os agricultores da amostra estão e, da mesma forma, compreender a relação entre a dinâmica dos agricultores, do Programa e do contexto municipal, seja no aspecto político, econômico ou social.

Da mesma forma, será realizada a descrição e caracterização das organizações de agricultores que executam o PAA nos dois municípios, sendo que no município de Turvo a organização é a Associação de Grupos de Agricultura Ecológica de Turvo (AGAECO) e no município de Fernandes Pinheiro a organização responsável pelo PAA é a Associação de Grupos de Agricultura Ecológica São Francisco de Assis (ASSIS).

2.5.1 - MUNICÍPIO DE TURVO E O PROGRAMA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

Fundado em 1983, quando foi desmembrado do município de Guarapuava, o município de Turvo localiza-se a 307 quilômetros do município de Curitiba e 37 quilômetros, ao norte, do município de Guarapuava, localizado na região Centro-Sul do Estado do Paraná.

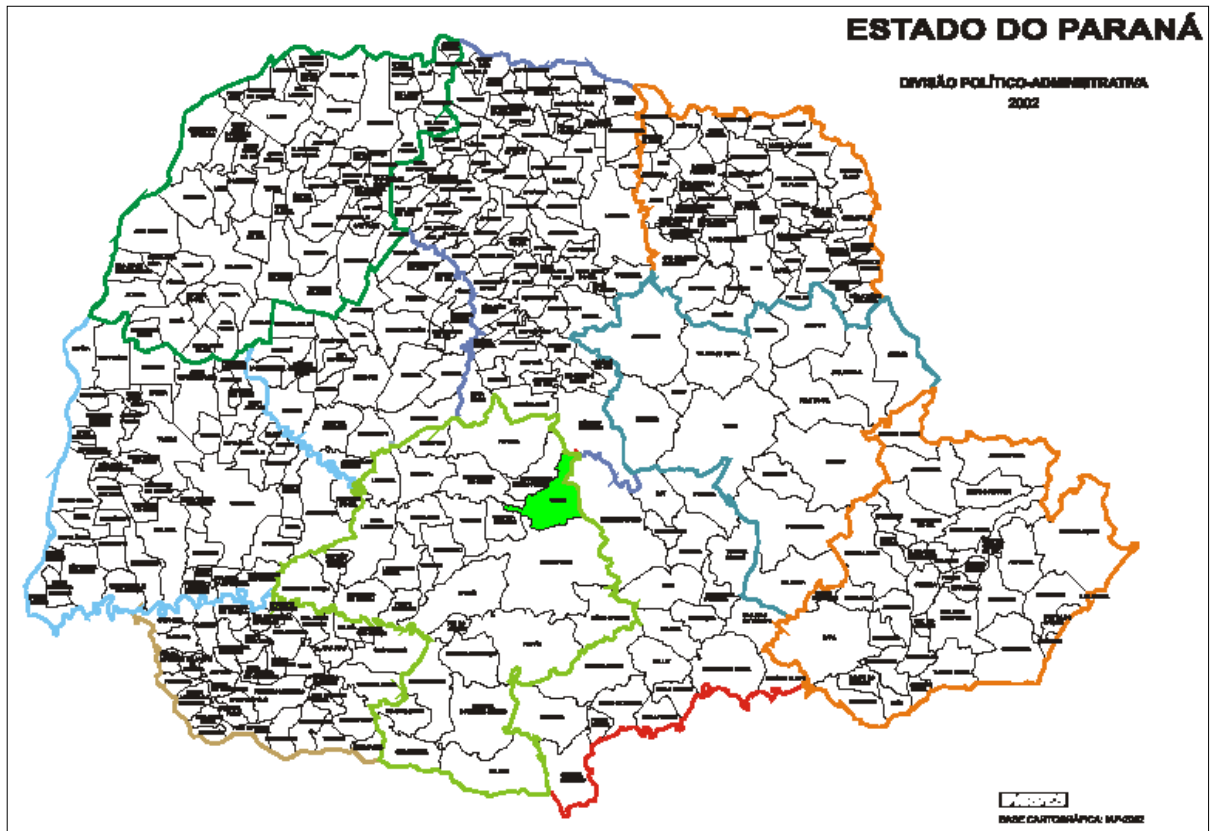


FIGURA 05 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TURVO (EM VERDE). IPARDES (2002)

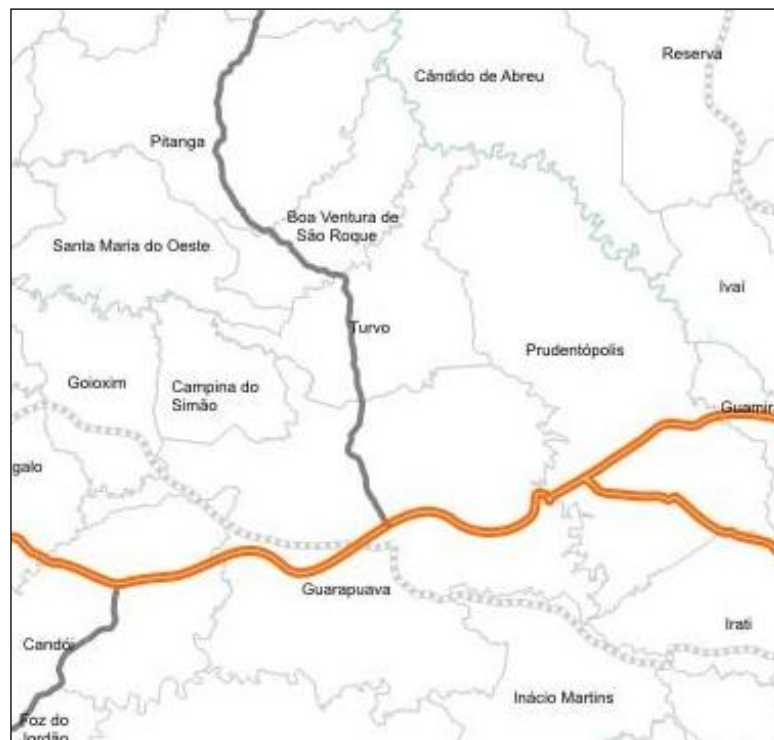


FIGURA 06 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TURVO.
GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. ÓRGÃO:
PARANÁ CIDADE.

O município de Turvo caracteriza-se pela economia rural, sendo que do total da população, 71% está no meio rural.

A economia gira em torno das atividades agropecuárias, tendo como destaque a produção de madeira de reflorestamento (pinus), milho, feijão, erva mate, soja, aveia, trigo, ervas medicinais, bicho da seda, pinhão, além da produção de pequenos animais (suínos e galináceos) e leite. A madeira tem significativa importância econômica para o município em função da presença de uma indústria de papel (Companhia Brasileira de Papel - IBEMA)⁵⁰. Vale ressaltar que esta atividade (indústria de papel), ao mesmo tempo em que influencia positivamente as finanças públicas do município, a indústria de papel tem transformado a realidade ambiental e produtiva do município, o qual antes possuía importantes áreas preservadas de araucária, muito em função da presença histórica de faxinais nas áreas rurais.

Outro produto importante para a economia do município é a produção de erva mate, que além de representar importante fator econômico, tem na dimensão cultural e ambiental aspecto de grande relevância para a sustentabilidade das condições de vida dos agricultores familiares e para a integração social.

Além destes produtos, o leite tem impactado positivamente na economia da agricultura familiar, sendo que uma das associações de agricultores familiares do município possui estrutura de resfriamento e armazenamento, o que tem melhorado a captação e comercialização do leite produzido no município.

A produção de feijão e milho, seja pela importância e valorização cultural ou fácil acesso à comercialização e às práticas e tecnologias de produção tradicionais e modernas já incorporadas pelas famílias, são os cultivos que mais estão presentes na estrutura produtiva das propriedades rurais, principalmente, na agricultura familiar.

A produção de hortaliças e a fruticultura tem se expandido, principalmente, em função do surgimento e da estruturação de grupos de agricultura ecológica no município, tendo como principal motivador econômico o PAA e, mais recentemente,

⁵⁰ Informações coletadas no Departamento Municipal de Agricultura da Prefeitura Municipal de Turvo.

uma feira livre na sede do município de Turvo. No entanto, historicamente, a produção de alimentos para o consumo local e regional tem sido desestimulada e desestruturada, seja pela ausência de políticas públicas, pela pressão de atravessadores do setor de abastecimento ou mesmo pela ausência de canais de comercialização para estes produtos.

O município de Turvo caracteriza-se por ter um núcleo urbano de pequeno porte, com poucos serviços (públicos e privados) disponíveis, mas que tem se ampliado significativamente a partir do fim da década de 90 do século passado⁵¹.

TABELA 06 - CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE TURVO/PR

INFORMAÇÃO	Unidade	Nº
População Censitária 2000 – Total**	habitantes	14.530
População Censitária 2007 – Total***	habitantes	14.025
População Urbana**	habitantes	4.179
População Rural**	habitantes	10.351
Porcentagem de População Rural**	%	71,24
Estabelecimento Rural Patronal*	unidade	115
Estabelecimento Rural Familiar*	unidade	1237
Densidade Demográfica***	hab/km ²	15,15
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M)****	Índice	0,692
Grau de Urbanização**	%	28,76
Taxa de Pobreza**	%	46,98

FONTE: *IBGE (1996). **IBGE (2000). ***IBGE (2007). ****PNUD/IPEA (2000).

O município de Turvo apresenta alguns indicadores que o caracterizam enquanto um município rural: além de ter a população total menor que 20 mil habitantes e a densidade demográfica abaixo de 80 hab/km², ainda destacam-se alguns dados, como a população rural do município, que representa mais de 70% da população total, sendo o 34º município do Estado do Paraná com população rural superior à urbana.

⁵¹ Atualmente, a sede do município conta com 04 supermercados; 01 agência do correio e 01 agência de correio comunitário; 02 agências e um posto bancário; 01 feira livre; 01 estação rodoviária; um hospital municipal; uma indústria de papel; 01 entreposto de erva mate; 01 hotel; 04 postos de gasolina; 161 estabelecimentos comerciais; 19 indústrias; 28 equipamentos públicos; entre outros.

Segundo dados do IPARDES⁵², a população total do município vem diminuindo de forma significativa nos últimos sete anos, no entanto, os dados censitários estimados de 2008 apresentam um acréscimo de 2,6% em comparação ao ano de 2007.

A taxa de pobreza do município é de 46,98%, dado este que apresenta o percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza (renda mensal abaixo de meio salário mínimo *per capita*), sendo que a média do Estado é de 20% e o município com a pior taxa de pobreza do Paraná é Ortigueira, com 52% de pessoas abaixo da linha da pobreza.

Assim como a taxa de pobreza, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH) de Turvo está entre os piores índices do Estado, ficando atrás, apenas, de 44 municípios de um total de 399.

Tais dados possibilitam compreender e analisar a fragilidade da capacidade de ação e gestão do poder público municipal e, conseqüentemente, a precariedade da qualidade de vida das famílias. A tabela 04 expressa a origem da entrada monetária da prefeitura municipal de Turvo, na qual 97% da receita total são provenientes de transferências de outras instâncias governamentais, estadual e federal.

TABELA 07 - ORIGEM E VALOR DAS ENTRADAS MONETÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

ORIGEM DA RECEITA (2007)	VALORES EM REAIS (R\$1,00)	RECEITA DO MUNICÍPIO EM PORCENTAGEM (%)
Transferências da União	7.478.550,67	47%
Transferências do Estado	5.064.079,31	32%
Tributos Municipais	471.230,02	03%
Outras Transferências	2.826.544,88	18%
Total	15.840.404,88	100%

FONTE: IPARDES (2008)

⁵² INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Perfil dos Municípios: perfil do município de Turvo*. Curitiba, 2009. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=85150&btOk=ok>. Acessado em: 10/02/2009.

O caso do município de Turvo, infelizmente, não é uma exceção à regra, mas é a realidade de grande parte dos municípios que possuem população total abaixo de 20 mil habitantes.

A baixa participação das políticas federais e estaduais e, por conseguinte, a diminuição da importância econômica, social e política destes municípios têm promovido um certo esvaziamento da densidade populacional ao longo dos anos. Seja através de políticas compensatórias, fiscais ou de investimentos diretos, a esfera nacional e estadual tem a atribuição, neste modelo de pacto federativo, de promover ações e políticas que garantam o desenvolvimento local e sua inclusão destes municípios, considerados rurais, no processo de desenvolvimento regional e nacional.

No que se refere ao PAA, no município de Turvo vem sendo executado, desde o ano 2004, de forma ininterrupta até o ano de 2009. A organização responsável jurídica e financeiramente pela gestão do projeto é a AGAECO; fundada por grupos de agricultores familiares do município no dia 11 de agosto de 2001 e formada, atualmente, por aproximadamente 120 associados e 13 grupos de agricultores. A origem da associação está ligada ao trabalho de duas organizações não-governamentais de desenvolvimento rural, a primeira, o Instituto Agroflorestal Bernardo Hakvoort (IAF), com sede em Turvo, responsável por iniciar o trabalho com os grupos de agricultores no período de 1999 a 2002 e, a partir de 2002, o trabalho de assessoramento técnico-organizativo passou a ser realizado pelo Instituto Equipe de Educadores Populares (IEEP), com sede em Irati.

Inicialmente, segundo relatos dos técnicos do IEEP, o elemento motivador para a constituição de grupos de agricultura ecológica no município de Turvo foi a necessidade de promover iniciativas que pudessem servir de referencial para os agricultores da região. Fruto disto, em agosto de 2003, a AGAECO organizou uma feira de alimentos agroecológicos no município de Guarapuava⁵³. Porém, esta feira,

⁵³ Guarapuava está localizado a aproximadamente 50 quilômetros de Turvo e possui 164 mil habitantes segundo dados do IBGE/2007.

segundo relato dos agricultores, conseguiu viabilidade econômica até fins do primeiro semestre de 2004, quando, a partir do início do PAA, a feira passou a ser “subsidiada” para que sua continuidade fosse garantida.

Atualmente, a associação tem uma feira de produtos agroecológicos na sede do município de Turvo, realizada semanalmente, às sextas-feiras (o que será relatado, contextualizado e analisado nos capítulos seguintes).

No que se refere ao Programa de Aquisição de Alimentos, a AGAECO vem participando desde o ano de 2004, sendo que sua participação no que se refere ao volume de recursos financeiros dos projetos foram:

TABELA 08 – RECURSOS DO PAA/DOAÇÃO SIMULTÂNEA APLICADOS NO MUNICÍPIO DE TURVO, SEGUNDO VALORES FINANCIADOS PELO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ E PELA CONAB, EM REAIS (R\$1,00)

ÓRGÃO FINANCIADOR	2004	2005	2006	2007	2008
GOVERNO DO PARANÁ					
	38.056,55	10.000,00	153.329,86	0,00	0,00
CONAB					
	38.056,55	33.550,98	72.841,05	188.328,59	211.770,96
TOTAL					
	76.113,10	43.550,98	226.170,91	188.328,59	211.770,96

FONTE: IEEP (2009). AGAECO (2009). CONAB/SUREG/PR (2008). SETP (2008).

A variação de valores acessados através do PAA pelos agricultores da AGAECO, principalmente no que se refere ao período de 2004 e 2005, ocorreu em função, segundo lideranças da associação, de que os agricultores apresentavam baixa capacidade de produção e de organização, além de não acreditarem na efetividade do Programa, assim como em sua continuidade.

No entanto, ao longo dos anos, entre 2004 e 2009, percebe-se claramente um aumento significativo no valor acessado, demonstrando a confiança atribuída ao Programa pelos agricultores.

Os produtos adquiridos pelo PAA são entregues pelos agricultores nas escolas municipais na área urbana e rural, no centro de educação infantil, na creche municipal e na APAE. Mesmo com o volume de recursos disponibilizados para o

Programa em Turvo, o Colégio Estadual não recebe os produtos em função de não haver produção suficiente, sendo que este colégio é onde encontra-se o maior contingente de alunos. Os agricultores declaram que a preocupação principal da associação é atender as instituições que têm trabalho com crianças, pois é para estes que a alimentação deve ser prioridade.

2.5.2 - MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO E O PROGRAMA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

Fundado em 1997, desmembrado do município de Teixeira Soares, o município de Fernandes Pinheiro caracteriza-se por ser um município rural, no qual o núcleo urbano ainda lembra aqueles antigos vilarejos ou distritos⁵⁴. Sua população total é de 6.368 habitantes, sendo que destes, 69% ainda encontram-se na área rural, ou seja, 4.403 habitantes. Com tais características, poder-se-ia conjecturar que este município está isolado e distante de centros urbanos. No entanto, Fernandes Pinheiro está a 151 quilômetros do município de Curitiba, e 68 quilômetros do município de Ponta Grossa (com aproximadamente 300 mil habitantes) e 15 quilômetros do município de Irati (com 52 mil habitantes).

⁵⁴ Na sede do município estão localizados os seguintes equipamentos de serviços públicos e privados: 02 agências bancárias; 02 agências comunitárias do correio; 508 residências, 13 estabelecimentos comerciais; 09 indústrias e 19 equipamentos públicos (entre escolas, unidades de saúde, entre outros). Cf. INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Caderno Estatístico*: Município de Fernandes Pinheiro. Curitiba, 2008. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=84535&btOk=ok>>. Acessado em: 05/11/2008.



FIGURA 07 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO (EM VERMELHO). IPARDES (2002)



FIGURA 08 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO. GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. ÓRGÃO: PARANÁ CIDADE.

O que chama atenção no município de Fernandes Pinheiro é sua estrutura de abastecimento de alimentos, que é formada por uma pequena mercearia e uma padaria-mercearia-açougue. O relato dos moradores do centro urbano é de que as compras de alimentos e bens em geral são realizadas nos supermercados de Irati, sendo “impossível” realizar estas compras nos mercados do município. Pois a estrutura dos mercados, assim como a qualidade e a diversidade de alimentos, disponíveis nestes mercados, é considerado, pelos moradores, muito precário.

Assim, o município tem sua economia, no que se refere ao comércio local, bastante debilitada e dependente de municípios maiores (como é o caso de Irati e Ponta Grossa), o que vem impossibilitando a formação de iniciativas que estimulem e garantam a atividade econômica local.

Um exemplo que caracteriza este contexto é a feira livre que foi estruturada pelos agricultores familiares da Associação de Grupos de Agricultura Ecológica São Francisco de Assis, que participam do PAA. Na tentativa de estruturar uma experiência de comercialização local, realizada semanalmente na sede urbana do município, os agricultores, com o apoio do Instituto Equipe de Educadores Populares, organizaram a feira a partir de meados de 2006; porém, a feira não se viabilizou economicamente. A Secretaria Municipal de Agricultura do município e agricultores identificam como causa principal para o fracasso da feira, a presença de caminhões que praticam o comércio ambulante de hortaliças, legumes e frutas aos finais de semana. Além de tabularem preços abaixo do mercado, estes atravessadores possibilitam que os fregueses “pendurem” as contas e paguem ao final de cada mês. Vale ressaltar que, segundo os moradores do município, estes caminhões vêm da CEASA de Curitiba e, mesmo com a proibição por parte da prefeitura municipal, os caminhões continuam entrando no município aos finais de semana quando a prefeitura não funciona.

TABELA 09 - CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO/PR

INFORMAÇÃO	Unidade	ESTATÍSTICA
População Censitária – Total**	Habitantes	6.368
População Censitária – Total***	Habitantes	5.688
População Urbana**	Habitantes	1.965
População Rural**	Habitantes	4.403
Porcentagem de População Rural**	%	69.14
Estabelecimento Rural Patronal*	Unidade	67
Estabelecimento Rural Familiar*	Unidade	428
Índice de Desenvolvimento Humano - IDH-M****	índice	0,711
Grau de Urbanização**	%	30,86
Taxa de Pobreza**	%	46,66

FONTE: *IBGE (1996). **IBGE (2000). ***IBGE (2007). ****PNUD/IPEA (2000).

O município de Fernandes Pinheiro, diferentemente do município de Turvo, tem uma economia que não se restringe à atividade agropecuária, pois em seu território está instalada uma indústria, de grande porte, de produção de chá mate (chá concentrado e sachê de chá mate) e um laticínio, de médio porte.

No que se refere à arrecadação de tributos municipais, a indústria de processamento de erva mate tem importância ímpar; no entanto, no que se refere à economia local, percebe-se pouco impacto estrutural ou de grande relevância para a população local, pois, segundo dados do IBGE, da população economicamente ativa, 70% dependem exclusivamente da atividade agropecuária e do serviço público. Vale salientar, que, segundo relatos de moradores, grande parte da mão-de-obra contratada pela indústria de chá mate mora em Irati ou em municípios da região.

Em relação à atividade agropecuária, a estrutura produtiva do município está centrada principalmente na produção de feijão, milho e soja. Todavia, a produção de fumo, erva mate, arroz e aveia, além da produção integrada de galináceos, tem significativa participação na economia do município e das propriedades rurais. A produção de leite e derivados vem se ampliando a cada ano, em função, principalmente, da presença de uma indústria de beneficiamento de leite

de médio porte no município⁵⁵.

Além destes cultivares, segundo a Secretaria Municipal de Agricultura, tem sido estimulado o plantio de frutíferas, com destaque para a uva, em função da provável instalação de uma vinícola no município, o que poderá, segundo esta, potencializar, principalmente, a economia familiar do município.

Outro componente importante da produção municipal tem sido a produção de alimentos agroecológicos, com destaque para hortaliças e frutas. Mesmo com um número de agricultores bastante reduzido (apenas 11 famílias), a produção de alimentos tem sido responsável pelo abastecimento e manutenção do PAA, além de pontos de entrega direto para o consumidor na sede urbana e no município de Irati.

Vale ressaltar que o número de propriedades familiares no município de Fernandes Pinheiro é seis vezes superior ao número de propriedades patronais, como apresentado na tabela 09. Este dado reafirma a necessidade de que municípios como Fernandes Pinheiro tenham políticas e ações governamentais para o atendimento de populações diferenciadas, seja do ponto de vista cultural, social e econômica.

TABELA 10 - ORIGEM E VALOR DAS ENTRADAS MONETÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

ORIGEM DA RECEITA	VALORES EM REAIS (R\$1,00)	RECEITA DO MUNICÍPIO EM PORCENTAGEM (%)
Transferências da União	4.909.140,00	25%
Transferências do Estado	3.590.858,00	18%
Tributos Municipais	10.204.206,00	51%
Outras Transferências	1.128.231,00	06%
Total	19.832.435,00	100%

FONTE: IPARDES (2007)

No que se refere às entradas monetárias da prefeitura municipal, o município de Fernandes Pinheiro é uma exceção à regra. Num contexto nacional, onde a maioria dos municípios abaixo de 20 mil habitantes necessita exclusivamente dos repasses e transferências federais e estaduais para manter os serviços e

⁵⁵ Informações coletadas a partir de relato de técnicos da Prefeitura Municipal e do gestor da Secretaria Municipal de Agricultura.

investimentos públicos, o município de Fernandes Pinheiro possui 51% de sua entrada monetária total é proveniente de arrecadações municipais. Isto é determinante para que haja certa autonomia e sustentabilidade dos serviços e investimentos públicos.

No entanto, o que se percebe no município não é a transferência automática desta receita para a melhoria da qualidade de vida de sua população, como pode ser percebido na tabela 06 (página 86). Assim, mais do que recursos financeiros disponíveis, as diretrizes e opções do governo municipal são quem determinam para onde e para quem os recursos serão destinados.

Se fizermos um exercício meramente figurativo e hipotético, podemos verificar que esta “autonomia” financeira não é sinal de melhores serviços públicos e melhor qualidade de vida da população. Como exemplo, podemos comparar, no quesito renda per capita, o município de Fernandes Pinheiro e Turvo: o primeiro tem a renda *per capita* três vezes superior ao segundo; no entanto, a taxa de pobreza dos dois municípios é de 46%. O mesmo acontece nas contas públicas, como pode ser observado nas tabelas 04 (página 77) e 07 (página 83), na qual o município de Fernandes Pinheiro, mesmo contando com uma população 40% menor que a população do município de Turvo e com 30% a mais de recursos públicos disponíveis, os níveis de pobreza ainda são equivalentes.

Isto demonstra que mesmo com circulação superior de recursos, questões como gestão pública, presença de população urbana e rural, distância de médios e grandes centros urbanos, entre outros, interferem diretamente na melhoria da qualidade de vida da população.

O município de Fernandes Pinheiro, assim como Turvo, apresenta índices de desenvolvimento humano abaixo da média estadual, sendo que a taxa de pobreza está quase no limite superior da pobreza no Estado, que é de 20,87%.

Este processo de empobrecimento tem promovido a diminuição populacional e precarização da qualidade de vida e do trabalho, como também ausência de reconhecimento social, político e econômico destas populações em

detrimento do desenvolvimento regional e nacional.

Nesta perspectiva, o PAA, além de ser uma ação de impacto direto e imediato, propicia, a estes municípios, a possibilidade de configurar outras estratégias de desenvolvimento local e regional (como será analisado nos capítulos seguintes).

No município de Fernandes Pinheiro o PAA é desenvolvido por uma associação de agricultores familiares agroecológicos, denominada Associação de Grupos de Agricultura Ecológica São Francisco de Assis (ASSIS), que tem sua sede em Irati, mas com uma subsede em Fernandes Pinheiro. Fundada no final do ano de 2003, teve sua criação como resultado da articulação de 04 grupos de agricultores familiares ecologistas dos municípios de Irati e Fernandes Pinheiro, processo este que foi assessorado pelo Instituto Equipe de Educadores Populares (IEEP).

A missão da associação, segundo seu estatuto social, é promover processos de desenvolvimento local integrando a população urbana e rural através de ações em agricultura ecológica e abastecimento e segurança alimentar. Atualmente, participam da organização, 11 grupos de agricultores agroecológicos, distribuídos em cinco municípios da região⁵⁶, com aproximadamente 90 famílias de agricultores ecologistas, sendo que no município de Fernandes Pinheiro, até o ano de 2008 havia 11 famílias associadas⁵⁷. No entanto, em cada município a associação possui “subsedes” que têm autonomia para a tomada de decisão, seja nos processos de negociação e de articulação social e política, como também na estruturação de mecanismos e estratégias de comercialização local.

⁵⁶ A ASSIS está presente nos municípios de Irati, Inácio Martins, Teixeira Soares e Fernandes Pinheiro.

⁵⁷ INSTITUTO EQUIPE DE EDUCADORES POPULARES. *Relatório Institucional*. Irati, 2008.

TABELA 11 - HISTÓRICO DO PROJETO DO PAA NO MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO, SEGUNDO VALORES FINANCIADOS PELO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ E PELA CONAB, EM REAIS (R\$1,00)

FINANCIADOR	2004	2005	2006	2007	2008
GOVERNO DO PARANÁ	30.657,16	22.500,00	34.985,70	0,00	0,00
CONAB	20.227,09	9.980,45	44.988,30	45.497,44	80.043,83
TOTAL	50.884,25	32.480,45	79.974,00	45.497,44	80.043,83

FONTE: IEEP (2008). CONAB/SUREG/PR (2008). SETP (2008).

NOTA: DADOS TRABALHADOS PELO AUTOR (2008).

De 2004 a 2008, o PAA em Fernandes Pinheiro tem passado por significativas alterações, seja em função da “proibição” da comercialização de pães e massas⁵⁸, assim como o aumento significativo dos recursos para a execução do PAA. A entrada e saída de agricultores no Programa têm ocorrido a cada ano, de forma que as solicitações para ingressar na associação têm sido fortemente influenciadas em função do apelo econômico gerado a partir do PAA. No entanto, a associação tem regras para o ingresso de novos associados, na qual exige um processo planejado de conversão da propriedade para a produção agroecológica, assim como a participação em momentos e encontros de formação.

2.5.3 – CARACTERIZAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES E DO PAA EM TURVO E FERNANDES PINHEIRO

Compreender como os agricultores que participam do Programa reagem a ele, mas também, como se dão as relações econômicas, sociais e políticas, antes e a partir da implementação do PAA, é fundante para compreender em que medida esta ação governamental alterou as condições de vida dos agricultores.

No entanto, é condição necessária apresentar quem são, quantos são, onde

⁵⁸ Segundo depoimento da nutricionista da Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro, a proibição da entrega de pães e massas para o PAA, deu-se em função de que os produtos estavam sendo produzidos em locais com infraestrutura precária no que se refere à higiene e boas práticas para a produção de alimentos. Para tanto, a Prefeitura tem realizado cursos para que os agricultores possam adaptar a estrutura física e reciclar os conhecimentos sobre beneficiamento de alimentos, de forma que possam retornar com as entregas de pães e massas.

estão, e como se reproduzem os agricultores que participam do PAA da amostra desta pesquisa, de forma a estabelecer o perfil e as condições objetivas e as intersubjetividades postas, permitindo compreender como se relacionam com o Programa.

Chamo atenção para o fato de que o PAA, no que se refere às normas e regulamentações que regem seu funcionamento, tem como prerrogativa legal atender agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e, para tal, estes devem possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), emitida por escritórios oficiais de extensão rural ou sindicatos credenciados. Dessa maneira, apenas agricultores que possuem a DAP dos grupos A, B, C ou D (ficando excluídos os agricultores enquadrados no grupo E do Pronaf⁵⁹) podem participar do PAA. Vale ressaltar que cada agricultor participante tem o limite de R\$ 3.500,00 por ano para acessar no Programa.

Assim, no município de Turvo foram 34 famílias de agricultores que participaram do PAA no ano de 2008, já no município de Fernandes Pinheiro, o número foi de 11 famílias. Nesta pesquisa não foram entrevistados todos os agricultores que participam do Programa nestes municípios, pois as entrevistas foram realizadas com um representante de cada família que participou do Programa, sendo que nas famílias onde havia mais de um membro participante do PAA, apenas um era entrevistado. Este critério metodológico tem como objetivo reduzir os “erros” e “duplicidades” de informações, pois em se tratando de agricultores familiares, o trabalho e a produção é familiar e não individual.

No que se refere à realidade dos municípios pesquisados, a distribuição dos agricultores no território é significativamente heterogênea em Turvo, sendo que no município de Fernandes Pinheiro, os agricultores estão localizados em uma comunidade apenas, como apresenta a tabela 12.

⁵⁹ Cf.: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria da Agricultura Familiar. *Manual do Cadastrador DAP*. 2008. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/0811415616.pdf>>. Acessado em 05/12/2008.

TABELA 12 - NÚMERO DE FAMÍLIAS ENTREVISTADAS E SUA DISTRIBUIÇÃO NAS COMUNIDADES RURAIS NOS MUNICÍPIOS DE FERNANDES PINHEIRO E TURVO

MUNICÍPIO	COMUNIDADES	NÚMERO FAMÍLIAS
Turvo	Cachoeira dos Turcos	03
	Arroio Fundo	01
	Cambucica	04
	Campina das Palmeiras	01
	Passa Quatro	05
	Passo Grande	02
	São Gerônimo	02
	Saudade Santa Anita	08
	Velho Ivaí	08
Fernandes Pinheiro	Faxinal dos Antunes	11
TOTAL		45

FONTE: O autor (2008)

Esta pesquisa não se preocupou em identificar e caracterizar cada comunidade onde os agricultores estão. No entanto, reconhece que há diversidade e diferenciação destas realidades. Esta diversidade, embora não seja uma preocupação presente na pesquisa, demonstra que os agricultores investigados não vivenciam situações homogêneas no que se refere as condições ambientais, sociais e econômicas, pelo contrário⁶⁰.

Outro fator importante de diferenciação dos agricultores da amostra é a sua condição sócio-econômica, seja através da classificação segundo a Declaração de Aptidão do Pronaf, a renda mensal, a condição da propriedade, as fontes de renda, o acesso a programas sociais e a assistência técnica.

Segundo o levantamento realizado junto às 45 famílias, a maioria absoluta faz parte do Grupo C do Pronaf⁶¹, sendo que apenas 9% do total de agricultores, ou

⁶⁰ Como exemplo, posso citar a comunidade Velho Ivaí em Turvo, localizada a 80 quilômetros da sede do município, que caracteriza-se por condições ambientais e climáticas mais favoráveis para a produção de frutas e culturas tropicais. Ou então a comunidade da Saudade Santa Anita que faz parte de um sistema de faxinal ainda preservado. Ou então, comunidades bastante empobrecidas como a comunidade Faxinal dos Antunes, localizada em Fernandes Pinheiro, e organizada a partir da produção de fumo, ou sobre forte influência e necessidade do trabalho externo como estratégia para a reprodução social das famílias.

⁶¹ Segundo os parâmetros legais do Pronaf, os agricultores que estão enquadrados no Grupo C, caracterizam-se por explorarem a terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou

seja, quatro agricultores, estariam enquadrados em outros grupos, no caso o Grupo B⁶² (7% do total), e o Grupo D⁶³ (2% do total).

TABELA 13 - NÚMERO DE AGRICULTORES FAMILIARES PARTICIPANTES DO PAA EM TURVO, FERNANDES PINHEIRO, TOTAL GERAL E A CLASSIFICAÇÃO DA DAP POR MUNICÍPIO E POR TIPO DE CLASSIFICAÇÃO

GRUPO do PRONAF	MUNICÍPIOS				TOTAL	
	TURVO		FERNANDES PINHEIRO			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
B	02	06	01	09	03	07
C	32	94	09	82	41	91
D	00	00	01	09	01	02
Total	34	100	11	100	45	100

FONTE: O autor (2008)

parceiro; residem na propriedade; não dispõem, a qualquer título, de área superior a 04 módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor; e obtém, no mínimo, 60% da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento; assim como possuem o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando-se apenas eventualmente o trabalho assalariado, de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária. E por fim, obtém renda bruta anual familiar acima de 4.000,00 reais até 18.000,00 reais, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais. Cf.: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria da Agricultura Familiar. *Manual do Cadastrador DAP*. 2008. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/0811415616.pdf>>. Acessado em 05/12/2008.

⁶² Segundo os parâmetros legais do Pronaf, os agricultores que estão enquadrados no Grupo B, diferenciam-se do Grupo C, pois devem obter, no mínimo, 30% (trinta por cento) da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento; tenham o trabalho familiar como base na exploração do estabelecimento; e obter renda bruta anual familiar de até R\$4.000,00 (quatro mil reais), excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais. Cf.: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria da Agricultura Familiar. *Manual do Cadastrador DAP*. 2008. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/0811415616.pdf>>. Acessado em 05/12/2008.

⁶³ Segundo os parâmetros legais do Pronaf, os agricultores que estão enquadrados no Grupo D, diferenciam-se do Grupo B e C, pois devem obter, no mínimo, no mínimo, 70% (setenta por cento) da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento; tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, podendo manter até 2 (dois) empregados permanentes, sendo admitido ainda o recurso eventual à ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade o exigir; e obter renda bruta anual familiar acima de R\$18.000,00 (dezoito mil reais) e até R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais. Cf.: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria da Agricultura Familiar. *Manual do Cadastrador DAP*. 2008. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/0811415616.pdf>>. Acessado em 05/12/2008.

A caracterização por grupo do Pronaf não fica restrita a uma leitura legalista, mas nos traz elementos de renda e, fundamentalmente, das formas de acesso ao crédito e, fundamentalmente, como estes agricultores são reconhecidos pelas estruturas e órgãos de governo.

Segundo a situação da propriedade, os agricultores entrevistados caracterizam-se por arrendatários ou proprietários da terra, como apresentado na tabela abaixo.

TABELA 14 - SITUAÇÃO DA PROPRIEDADE DOS AGRICULTORES FAMILIARES PESQUISADOS NOS MUNICÍPIOS DE TURVO E FERNANDES PINHEIRO

SITUAÇÃO DA PROPRIEDADE	MUNICÍPIOS				TOTAL	
	TURVO		FERNANDES PINHEIRO			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Proprietário da Terra	28	82	08	73	36	80
Arrendatário	06	18	03	27	09	20
TOTAL	34	100	11	100	45	100

FONTE: O autor (2008)

A situação da propriedade, segundo dados levantados na pesquisa de campo, chamam atenção para o fato de que a maioria das famílias, tanto no município de Turvo como em Fernandes Pinheiro, possuem terra própria, o que determina certas condições para viabilizar a reprodução social da família. No entanto, das famílias que arrendam terras, parte delas estão arrendando de familiares (pais e tios).

O tamanho da propriedade, seja ela própria ou arrendada, é fator preponderante para a reprodução dos agricultores e a manutenção das condições de vida para suas famílias.

TABELA 15 - TAMANHO DA PROPRIEDADE DOS AGRICULTORES FAMILIARES PESQUISADOS

TAMANHO DA PROPRIEDADE	MUNICÍPIOS				TOTAL	
	TURVO		FERNANDES PINHEIRO			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Até 10 hectares	22	65	09	82	31	69
De 11 a 20 hectares	09	26	01	09	10	22
De 20 a 50 hectares	03	09	01	09	04	09
TOTAL	34	100	11	100	45	100

FONTE: O autor (2008)

Os dados apresentados acima, constataam que 69% das famílias possuem menos de 10 hectares e 22% dos agricultores possuem entre 11 e 20 hectares.

Esta realidade nos permite verificar que a maioria dos agricultores da amostra possui propriedades rurais com limitações significativas de espaço, o que implicará estruturalmente nas condições de reprodução das futuras gerações.

Para tanto, outro dado relevante para compreender as condições de vida destes agricultores da amostra, é o número de pessoas que fazem parte da família e que moram na mesma propriedade e, conseqüentemente, fazem parte da mão-de-obra disponível para a produção familiar. Assim, segundo os dados levantados, 60% das famílias entrevistadas possuem até quatro pessoas na família, sendo que apenas 38% têm entre cinco ou seis pessoas e apenas uma família de Turvo tem 07 pessoas na família, como apresentado na tabela 16.

TABELA 16 – NÚMERO DE PESSOAS POR FAMÍLIA, POR MUNICÍPIO E TOTAL

	Turvo		Fernandes Pinheiro		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Até 02 pessoas	05	15	01	09	06	13
03 pessoas	06	18	03	27	09	20
04 pessoas	09	26	03	27	12	27
05 pessoas	07	21	03	27	10	22
06 pessoas	06	18	01	09	07	16
07 pessoas	01	03	00	00	01	02

FONTE: O autor (2008)

Outro dado importante a ser destacado sobre a condição de vida dos agricultores da amostra, faz referência à principal fonte de renda familiar. Os resultados demonstram que 71% das famílias dependem da renda proveniente da propriedade rural, sendo que apenas 11% dependem do trabalho externo como principal fonte de renda.

TABELA 17 - PRINCIPAL FONTE DE RENDA DOS AGRICULTORES FAMILIARES PESQUISADOS NOS MUNICÍPIOS DE TURVO E FERNANDES PINHEIRO

PRINCIPAL FONTE DE RENDA	MUNICÍPIOS				TOTAL	
	TURVO		FERNANDES PINHEIRO			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Da Propriedade	24	71	08	73	32	71
Do Trabalho Externo	05	15	00	00	05	11
Da Aposentadoria	05	15	03	27	08	18
TOTAL	34	100	11	100	45	100

FONTE: O autor (2008)

Vale destacar que nas entrevistas realizadas, três famílias de agricultores de Fernandes Pinheiro destacaram que o PAA foi fator indispensável para que a família deixasse de realizar trabalho externo e se dedicasse apenas à produção na propriedade.

No entanto, das famílias que possuem a principal fonte de renda familiar proveniente da propriedade, quando questionados se realizam trabalho externo para complementar a renda familiar, 63% afirmam que necessitam. Vale ressaltar que destas famílias que realizam o trabalho externo, este é realizado de duas diferentes formas: a primeira por meio do trabalho assalariado⁶⁴, que representa 30% do total de famílias e os demais 70% dedicam-se ao trabalho de diarista.

As famílias de agricultores que recebem aposentadoria e possuem esta como a principal fonte de renda, no município de Turvo, representam aproximadamente 80% e, em Fernandes Pinheiro, 100% das famílias que recebem

⁶⁴ Trabalho assalariado, segundo os agricultores, se resume a duas atividades. A primeira, quando o agricultor ou um membro da família tem vínculo empregatício através de carteira assinada, ou então, o segundo, quando presta serviços, de forma regular, para uma empresa ou cooperativa.

aposentadoria afirmam que esta é a principal fonte de renda. Vale destacar que o trabalho e renda proveniente da propriedade é considerada como complementação do orçamento familiar.

A situação de precariedade da condição sócio-econômica dos agricultores da amostra fica explícita quando verifica-se que 53% das famílias participam do Programa Bolsa Família. Sendo que no município de Turvo 47% do total das famílias acessam este Programa, e no município de Fernandes Pinheiro, este número sobe para 73% das famílias.

Estes dados demonstram que mais da metade das famílias de agricultores pesquisados estão abaixo da linha da pobreza, ou seja, não conseguem obter renda suficiente para sua subsistência, como pode ser constatado na tabela 18.

TABELA 18 - RENDA MENSAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES PESQUISADOS NOS MUNICÍPIOS DE TURVO E FERNANDES PINHEIRO

RENDA FAMILIAR MENSAL	TURVO		FERNANDES PINHEIRO		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Até 01 salário mínimo	15	44	08	73	23	51
De 01 até 01 1/2 salário mínimo	11	32	02	18	13	29
De 01 1/2 até 03 salários mínimos	08	24	01	09	09	20
TOTAL	34	100	11	100	45	100

FONTE: O autor (2008)

NOTA: O valor referência do salário mínimo utilizado foi de R\$415,00 mensais.

Se considerarmos os dados de renda apresentados, percebe-se que a renda familiar de mais da metade, ou seja, 51% dos agricultores está abaixo da linha da pobreza, pois a renda familiar é de um salário mínimo.

Embora os dados não possam trazer informações sobre a renda *per capita*, os dados traduzem em certa medida uma realidade de famílias de baixa renda e que encontram-se numa condição socioeconômica abaixo da linha da pobreza.

A partir das informações e dados elencados durante este item, fica claro que o perfil da maioria dos agricultores pesquisados concentra-se na condição: de

pequenos agricultores; de baixa renda; com propriedade própria com até 20 hectares de área total; que dependem da renda proveniente da propriedade, mas utilizam-se do trabalho externo para complementar a renda familiar; e parte significativa dos agricultores acessam o Programa Bolsa Família.

Vale ressaltar que a mão de obra disponível em 100% das propriedades pesquisadas é familiar, sendo que a troca de dias de trabalho com vizinhos e parentes é a forma mais comum de “contratação” de mão de obra.

Ainda segundo relato dos agricultores durante as entrevistas, assim como através de observações durante a pesquisa de campo, estas famílias afirmam dependerem intensamente da produção de alimentos na propriedade para viabilizar parte significativa do consumo familiar. A mão de obra da família é fator preponderante para a sua reprodução. Possuem baixa capacidade de se relacionar com o mercado, assim como, possuem baixa capacidade de investimento financeiro e tecnológico. Os agricultores se dizem altamente dependentes do crédito do Pronaf.

Vale destacar as representações que os agricultores possuem sobre o projeto de vida. Quando questionados sobre a sua vontade ou desejo de morar na cidade, 82% dos agricultores afirmam não ter esta intenção, sendo que apenas 16% afirmam que um dia irão morar na cidade e 02% não emitiram opinião. Esta intencionalidade se confirma quando questionados se acreditam na vida e no trabalho no meio rural, no qual 87% afirmam acreditar muito ou acreditar e apenas 13% dizem acreditar pouco.

Mais do que avaliar a situação atual, 47% dos agricultores afirmam que a realidade está mudando para melhor, 38% apontam que irá melhorar futuramente e 13% afirma que ficará da mesma forma.

Estes dados, além de configurar uma intencionalidade por parte da maioria dos agricultores da amostra em permanecer no meio rural, contribuem para caracterizá-los com certas condições camponesas, pois buscam no meio rural as condições para possibilitar sua reprodução social a partir de um projeto de vida (o que será discutido no terceiro capítulo).

Porém, é necessário mais do que a intencionalidade de permanecer no rural, para afirmar esta condição camponesa, pois a relação com a produção, com o mercado, com os espaços sociais e políticos, assim como a condição que possuem de autonomia e liberdade, é que poderão contribuir para esta caracterização.

No entanto, há como indicar que os agricultores da amostra apresentam traços e características de que estão mais próximos de uma racionalidade camponesa, do que de uma racionalidade de agricultores em processo de modernização ou modernizados. No entanto, para que haja esta relação e caracterização, é de fundamental importância realizar o aprofundamento conceitual do que vem a ser o campesinato, a agricultura familiar e suas variações. Desta forma, no terceiro capítulo, será realizado a análise e debate sobre os conceitos, assim como a apresentação de dados e informações dos agricultores da amostra, no que se refere a suas relações com o mercado e as formas de produção e sua relação com o PAA, e o que estas dimensões impactam ou não na dinâmica e funcionamento da agricultura familiar na busca por autonomia e liberdade.

CAPITULO III – CAMPEPINATO E O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

No âmbito da sociologia rural, o debate teórico-conceitual sobre a agricultura familiar, o campesinato, os trabalhadores rurais, entre outras categorizações sobre a pequena agricultura, por muito tempo tem sido preocupação premente e de grande debate. Pois, é perspectiva caracterizar e permitir o reconhecimento da pequena agricultura enquanto categoria social (com especificidades culturais, econômicas, sociais e políticas) e não apenas como parte da população do mundo rural.

Ploeg faz um resgate desta categoria social desde a época grega, na qual era representada pelo “homem livre que praticava a agricultura de forma orgulhosa e independente”⁶⁵. Já na tradição romana, o camponês era subordinado, considerado incapaz de controlar seu próprio destino, concepção esta que ainda parece ser bastante presente na cultura moderna e brasileira, seja pelas influências da literatura (“Jeca Tatu”), ou mesmo através do próprio modelo de desenvolvimento capitalista que propugna tal ideologia na sociedade e na cultura.

A agricultura familiar no Brasil, por mais estudos que já foram realizados com o objetivo de demonstrar as especificidades e existência desta enquanto categoria social, até os dias de hoje, os esforços ainda continuam sendo necessários para que os agricultores sejam reconhecidos como atores sociais do desenvolvimento econômico, social e político, tanto no âmbito da sociedade como diante das estruturas de Estado.

A agricultura familiar, mesmo que atendida por algumas políticas públicas⁶⁶,

⁶⁵ PLOEG, J. D. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 05.

⁶⁶ Vale ressaltar que as políticas públicas para o rural nas áreas da educação, saúde, esporte, lazer, cultura, entre outras, ainda estão no âmbito de muito debate e pouca ação prática. O mundo rural ainda é sinônimo de carência de infraestrutura e de ausência de políticas públicas de promoção e garantia da cidadania. Mesmo as políticas de assistência técnica e extensão rural, políticas estas que são estruturais para o desenvolvimento, ainda não estão presentes em todo território nacional, quiçá as políticas de educação e outras. Exemplos para isto não faltam, mas chamo atenção para as

ainda está relegada ao segundo plano nas ações governamentais.

...por de trás dessa invisibilidade construída, que é amplamente fortalecida pela conotação negativa que a palavra 'camponês' tem na linguagem cotidiana, há uma realidade empírica na qual existem muito mais camponeses do que antes. Em todo o mundo, hoje existem cerca de 1,2 bilhão de camponeses (*Ecologiste*, 2004; Charvet, 2005). 'Afinal, os pequenos agregados familiares agrícolas ainda constituem cerca de dois quintos da humanidade'.⁶⁷

No entanto faz-se necessário, antes mesmo de aprofundar este debate, estabelecer a relação e as contradições postas no âmbito da pequena agricultura, que segundo o debate da sociologia rural, os agricultores podem ser categorizados ou subdivididos em alguns tipos e subtipos.

Segundo Lamarche⁶⁸, as formas de reprodução da agricultura familiar podem ser subdivididas em quatro diferentes modelos, partindo do princípio de que a organização da produção e do trabalho familiar, assim como a relação da lógica de mercado e a lógica familiar influenciam diretamente nas formas de reprodução social. O autor propõe os seguintes modelos: 1) o modelo empresa; 2) o modelo empresa familiar; 3) o modelo agricultura camponesa ou de subsistência; e 4) o modelo agricultura familiar moderna.

O primeiro modelo, denominado empresa, caracteriza-se principalmente pela função objetiva de gerar lucro e está baseada na forte dependência de insumos e tecnologias e a fraca predominância do trabalho familiar. Neste modelo é factível a presença preponderante da racionalidade instrumental sob a subjetividade, descaracterizando as relações homem-natureza que é sobreposta pela lógica do mercado.

políticas de saúde (e saúde mental) para a agricultura familiar, as políticas de esporte e lazer e as políticas de cultura. A inexistência ou ineficácia destas políticas são reflexo do grau de reconhecimento que a sociedade tem para com a agricultura familiar.

⁶⁷ PLOEG, J. D. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 06.

⁶⁸ LAMARCHE, H. *Agricultura familiar: do mito à realidade*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

O segundo modelo, empresa familiar, diferencia-se do primeiro no que se refere ao trabalho, pois há uma forte predominância da mão de obra familiar, no entanto possui uma acentuada dependência do exterior e forte relação com a dimensão técnica da produção.

O terceiro modelo, a agricultura camponesa ou de subsistência, caracteriza-se por ter uma predominância das lógicas familiares e pouca dependência do mercado e de tecnologias modernas. Ressalta-se forte presença de técnicas tradicionais, com objetivo de satisfazer as necessidades familiares de consumo, em detrimento do lucro e da acumulação de capital. Neste terceiro modelo, muitas vezes, a opção por manter-se na lógica de produção tradicional, caracteriza-se por ser uma estratégia de autodefesa do agricultor em se proteger do mercado ou mesmo garantir sua identidade enquanto camponês.

Para Mendras⁶⁹, o campesinato irá se constituir enquanto tal, a partir do triunfo da sociedade industrial, que em função da sua organização territorial e econômica, proporcionou o desmembramento entre uma sociedade camponesa e uma “sociedade envolvente” e afirma que

Toda autonomia das coletividades camponesas desaparece frente à sociedade urbanizada e industrializada, que não pode mais tolerar que em seu seio uma população tão importante se mantenha marginal e conserve sua lógica de produção e de vida. A autarcia econômica, demográfica, social e cultural torna-se incompatível com o desenvolvimento de nossa sociedade. O camponês transforma-se em agricultor, produtor agrícola que é, ao mesmo tempo, ‘empreiteiro’ e ‘trabalhador’, proprietário de seus meios de produção, mas que não utiliza – ou só em pequena escala – mão de obra assalariada⁷⁰.

O quarto e último modelo é a agricultura familiar moderna, que caracteriza-se, de um lado, pela “busca de uma diminuição constante do papel da família nas relações de produção e, de outro, a busca da maior autonomia possível”⁷¹. Este

⁶⁹ MENDRAS, H. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Editores Sahar, 1978.

⁷⁰ *Ibid.* p. 13.

⁷¹ LAMARCHE, H. *Agricultura familiar: do mito à realidade*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998. p. 78.

modelo representa o agricultor familiar que está entre a agricultura tradicional e a moderna, pois ao mesmo tempo em que tenta resguardar a família do trabalho com a utilização de tecnologia moderna, busca manter sua autonomia.

Estas caracterizações não podem ser vistas como tipos puros ou categorias que possam encaixar este ou aquele grupo de agricultores, mas servem como referencial para o debate sobre a reprodução social da agricultura familiar a partir das relações capitalistas.

Assim, a diversidade e a heterogeneidade com que a agricultura familiar se reproduz social, cultural e economicamente faz dela uma categoria que exige aprofundamento conceitual e metodológico para sua compreensão, seja na perspectiva de possibilitar a melhor adequação das políticas públicas a sua realidade, ou mesmo de compreender em que medida a agricultura familiar pode ou não modernizar-se sem perder sua condição de vida e seu projeto coletivo.

Segundo Wanderley, a agricultura familiar caracteriza-se pela especificidade na forma como ela é estruturada e organizada internamente, pois "... o produtor familiar é fundamentalmente um proprietário que trabalha. Na verdade, quem trabalha é o agricultor e sua família, e é familiar a propriedade do estabelecimento⁷²". Porém, mais do que um espaço de vida e trabalho, a agricultura familiar tem nesta relação um conjunto de racionalidades que a diferencia de outras categorias sociais.

Segundo Wanderley⁷³, a forma de reprodução social dos agricultores familiares está ligada direta e proporcionalmente à disponibilidade de força de trabalho e das necessidades de consumo da família e, conseqüentemente, ao tempo disponível para a realização do trabalho na propriedade.

Assim, a análise e caracterização desta categoria social não se restringe as formas de reprodução interna, mas também, pelas relações externas. Desta forma, o

⁷² WANDERLEY, M. de N. B. *Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov*. In: FERREIRA, A. D. D. e BRANDENBURG, A. (org.). *Para pensar: outra agricultura*. Curitiba: Editora da UFPR, 1998. p. 31.

⁷³ *Ibid.* p. 29-49.

termo agricultura familiar passa a ser uma terminologia, que mais do que uma categoria formalmente reconhecida no âmbito governamental, é uma denominação genérica e que pode ou não representar a diversidade e heterogeneidade da pequena agricultura brasileira.

Neste cenário, a condição camponesa e da agricultura moderna têm sido foco do grande debate, onde camponeses representariam aqueles que ainda têm “preservado” condições de vida que lhes garantam autonomia diante do mercado, e de outro lado os agricultores ditos “modernos” que “aliam-se” a estratégias intensamente dependentes de relações externas.

A noção de campesinato se “institui” no campo dos estudos rurais, enquanto uma categoria social, defendido e propalado enquanto condição de garantia da reprodução de uma agricultura fundada num modo de vida que respeita e garante o rural enquanto espaço de vida e sociabilidade, e não apenas enquanto espaço de reprodução da racionalidade econômica.

Assim, camponês é uma forma particular de agricultura familiar que tem como características: 1) a produção fundada na policultura – pecuária; 2) a transmissão do conhecimento e do capital material para as futuras gerações; 3) o local enquanto espaço de produção de subjetividade e intersubjetividade, que extrapola as relações familiares e de parentesco; 4) autonomia em relação às relações externas; 5) e à produção de subsistência, mas não enquanto atividade central da produção⁷⁴.

Ploeg⁷⁵ defende a condição camponesa, que fundada na sua condição de agente como característica central, caracteriza-se pela

⁷⁴ WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: XX Encontro anual da ANPOCS. Processos Agrários. *Anais*. Caxambu, MG. Outubro, 1996.

⁷⁵ PLOEG, J. D. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

...(1) luta por autonomia que se realiza em (2) um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privações. Essa condição tem como objetivo e se concretiza na (3) criação e desenvolvimento de uma base de recursos auto-controlada e auto-gerenciada, a qual por sua vez permite (4) formas de co-produção entre o homem e a natureza viva que (5) interagem com o mercado, (6) permitem a sobrevivência e perspectivas de futuro e (7) se realimentam na base de recursos e a fortalecem, melhorando o processo de co-produção e fomentando a autonomia e, dessa forma, (8) reduzem a dependência. Dependendo das particularidades da conjuntura sócio econômica dominante, a sobrevivência e o desenvolvimento de uma base de recursos própria poderão ser (9) fortalecidos através de outras atividades não agrícolas. Finalmente, existem (10) padrões de cooperação que regulam e fortalecem essas inter-relações.⁷⁶

No entanto, esta autonomia só se constitui enquanto uma possibilidade, quando a relação produção-mercado se realiza a partir da realidade social, política e econômica dos camponeses e de um projeto coletivo, e não a partir de relações que estão fundadas na livre concorrência e no livre mercado.

Já as formas modernas de agricultura familiar, como destaca Lamarche⁷⁷, caracterizam-se principalmente em função da dependência com a racionalidade econômica. A agricultura familiar moderna estará marcada por uma baixa autonomia, pela desestruturação dos conhecimentos tradicionais, pela resignificação do trabalho familiar e integração a racionalidade econômica.

Como pode ser observado, a questão da autonomia foi e é marcante para a definição e recorte das distintas formas de agricultura familiar, sendo que esta autonomia tem sua relação com as formas de produção, as formas de comercialização e a intersubjetividade interposta no espaço social e político. No entanto, mais do que uma racionalidade econômica e técnica, a autonomia tem correlação direta com o projeto de vida e o projeto coletivo dos agricultores, que buscam na produção, nas relações com o mercado, no espaço local e na subjetivação, formas de reprodução social que lhes garantam estabilidade e garanta a “manutenção” das condições de vida.

⁷⁶ PLOEG, J. D. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 40.

⁷⁷ LAMARCHE, H. *Agricultura familiar: do mito à realidade*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

Desta forma, esta pesquisa tem como pressuposto a defesa pela condição camponesa, donde os agricultores se constituem enquanto tal a partir de um projeto que possibilita sua permanência no rural, através de uma relação que compartilha e articula o espaço da vida com o espaço do trabalho. Assim como, considera a exploração da atividade produtiva em constante relação entre produção-consumo, mas que mantém sua relação com o mercado com a finalidade de proporcionar a família e ao trabalho, condições materiais e econômicas para sua reprodução social.

Assim, a condição camponesa se afirma quando os agricultores têm um projeto fundado em condições que se estabelecem a partir da lógica interna de seu funcionamento. Projeto este que tem como pressuposto a busca dos agricultores e suas famílias de garantirem sua identidade, sua cultura, de conquistar a qualidade de vida e de trabalho, preservando a identidade e o modo de vida camponês, ao mesmo tempo sendo reconhecidos enquanto sujeitos e atores do processo social, econômico e político, seja no âmbito local e/ou territorial.

Portanto, este projeto se produz e se afirma a partir da realização do agricultor no espaço rural enquanto espaço de vida, que articula a racionalidade econômica as dimensões de autonomia, liberdade, pertencimento, reconhecimento, e que oportunize as condições para a construção coletiva de um projeto, que lhes possibilite a realização individual e coletiva enquanto agricultores e atores⁷⁸.

3.1 – CONTEXTUALIZANDO: AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA E AS RELAÇÕES MERCANTIS

Uma das dimensões importantes para a delimitação da condição camponesa são as relações externas, seja com o mercado ou com as instituições públicas e sociedade envolvente. No entanto, a relação entre a dinâmica interna com as relações externas está intimamente ligada, pois, tanto a produção como a

⁷⁸ A noção de ator será discutida no capítulo IV.

comercialização estão imbricadas num processo de retroalimentação. Isto indica que o que é produzido ou o que é consumido pelos agricultores tem relação direta com o que é comercializado.

Assim, uma das questões postas nesta pesquisa é analisar em que medida o PAA influencia no reconhecimento e no fortalecimento de uma racionalidade camponesa, de forma que os agricultores restabeleçam uma relação com a produção e com o mercado, respeitando o projeto de vida e a afirmação e defesa de um projeto coletivo.

Os agricultores quando organizados a partir do modelo moderno de agricultura se tornam reféns das relações impostas pelos mercados, interferindo não apenas na forma como se relacionam com estes, mas, fundamentalmente, interferindo nas estratégias de produção, de trabalho e de funcionamento das relações sociais, políticas e econômicas.

No entanto, pesquisas fazem pouca ou quase nenhuma referência à forma de reprodução dos agricultores no que se refere à organização e às estratégias de produção. Ploeg⁷⁹ defende a ideia de que esta dimensão é observada pelos pesquisadores como se fosse

(...) um mero cenário. Ela existe apenas como se fosse um papel de parede. Mesmo quando as atividades agrícolas são descritas extensivamente, o aspecto salientado é a rotina. A dinâmica e a maleabilidade da produção agrícola raramente são exploradas, tal como as atividades associadas ao processo de produção. Por conseguinte, a produção agrícola organizada pelos camponeses é, basicamente, vista como um fenômeno em estagnação que muitas vezes se traduz no 'atraso' intrínseco do campesinato como um todo.

A questão crucial é que a produção agrícola representa, para os camponeses, um de seus principais campos de batalha. É na produção agrícola e através dela que o progresso pode ser alcançado. Melhorando lentamente a qualidade e a produtividade dos recursos essenciais – terras, animais, culturas, instalações, infra-estrutura de irrigação, conhecimentos, etc -, aprimorando meticulosamente o processo de produção e reestruturando as

⁷⁹ PLOEG, J. D. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

relações com o mundo exterior, os camponeses lutam e por fim alcançam os meios para aumentar sua autonomia e melhorar a base de recursos de suas unidades agrícolas⁸⁰.

A proposição feita por Ploeg ataca de forma direta e precisa um dos maiores “nós” que limitam o reconhecimento da agricultura familiar camponesa enquanto ator do processo de desenvolvimento, pois há limitações técnicas e científicas da descrição e caracterização da importância que a agricultura familiar tem para com a produção de alimentos, como também para a produção agrícola nacional.

Esta pesquisa reafirma e defende esta concepção apresentada por Ploeg, donde a dinâmica interna da propriedade (produção, manejo da propriedade, etc.) e da família (trabalho disponível, consumo, etc.), assim como as relações externas (aquisição de insumos, crédito, mercado, organização social e política, interação rural-urbano, etc.) integram a forma como a(s) racionalidade(s) da agricultura familiar se estrutura(m), se dinamiza(m) e se reproduz(m).

Desta forma, a condição de vida da agricultura familiar camponesa, se sustenta e se reproduz a partir das condições de autonomia, seja econômica, social e/ou política, e também da relação entre conhecimento científico e conhecimentos tradicionais, assim como na relação entre a dinâmica de produção e as estratégias de comercialização.

Brandenburg⁸¹ chama a atenção para o que considera condição fundante para a reprodução do agricultor familiar camponês: a autonomia e a liberdade. E, para tanto, este agricultor não deve ser apenas aquele que

⁸⁰PLOEG, J. D. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 41-42.

⁸¹ BRANDENBURG, A. *Agricultura familiar: ONGs e desenvolvimento sustentável*. Curitiba: Ed. UFPR, 1999.

(...) investe em inovações tecnológicas no sentido de substituir a base técnica visando obter maior produtividade na produção e maior eficiência na gestão administrativa da unidade familiar, mas o agricultor que se coloca na condição de autor de um projeto de vida e que ao lutar para construí-lo combina racionalidade e subjetividade. Nessas condições, o agricultor familiar é, portanto, uma categoria moderna, cujo projeto, sem dúvida, inscreve-se como uma continuidade de uma condição camponesa.⁸²

Segundo Almeida⁸³, a autonomia do agricultor, a partir da lógica do sistema capitalista, passa a se instituir como estratégia para a resolução de problemas locais de maneira imediata, seja pela descrença no sistema institucional, seja para defender-se de certas imposições do sistema. Estas, muito mais do que servir de estratégia de organização, valorização da identidade e fortalecimento de um projeto, colocam-se enquanto estratégia de autopreservação em momentos de crise e que perde força quando re-estabelecida a condição anterior.

Seja para assegurar o fortalecimento de canais de participação e autogestão, ou então como estratégia de defesa e autopreservação, a agricultura familiar não pode prescindir da conquista de autonomia econômica, política e social, para que lhe garanta condições para sua reprodução social.

No entanto, a produção agrícola na agricultura familiar camponesa não acontece por vontade individual do agricultor, mas sofre grande pressão das possibilidades de comercialização que o agricultor tem disponíveis para acessar⁸⁴. Se a produção da agricultura familiar é condição para a interação e transformação

⁸² BRANDENBURG, A. *Agricultura familiar: ONGs e desenvolvimento sustentável*. Curitiba: Ed. UFPR, 1999. p. 283.

⁸³ ALMEIDA, J. *A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

⁸⁴ As relações mercantis não se constituem ou se estabelecem instrumentalmente entre agricultores e compradores. Esta sofrerá sim influências culturais e organizativas, mas também, e principalmente, terá nas relações de confiança e credibilidade fator preponderante para que se estabeleçam as relações mercantis. Uma diversidade de relações mercantis podem se estabelecer a partir destes pressupostos, no entanto um contingente significativo de agricultores deixam de produzir em função da pouca confiabilidade com os possíveis compradores, permanecendo desta forma na condição de produtores para o autoconsumo. Outros passam a produzir aquilo que é possível e seguro para ser comercializado sem grandes riscos e custos, como é o caso dos produtos tradicionalmente produzidos pela agricultura familiar, como o feijão, milho, erva mate, leite, fumo, pequenos animais, soja, entre outros.

entre homem e natureza, esta terá influências estruturais na relação com os mercados, pois os agricultores familiares vivendo sob a “linha” frágil da sobrevivência, tem no tempo, na força de trabalho, nos recursos da propriedade e nos recursos financeiros, capital para sua reprodução, não podendo arriscar-se em “aventuras”. Assim, buscam estruturar sua produção para a comercialização, a partir de estratégias que sejam mais seguras possíveis, mesmo que estas sejam as mais precárias e que desestremem seu projeto de vida, como por exemplo, as culturas de fumo, bicho da seda e outras monoculturas de escala e integradas a agroindústrias.

Portanto, a relação entre o que produzir e para qual mercado comercializar, passa, cada vez mais, a fazer parte da agenda política da agricultura familiar, de forma que, assim como esta tese pretende problematizar, mais do que a vontade, os desejos e as ideologias, a produção passa a ser estruturada e realizada a partir das relações mercantis, muitas vezes, fundadas estritamente na racionalidade econômica.

Com isto, não quero determinar que a comercialização seja fator único e exclusivo para definir as formas de produção e relações sociais e políticas na agricultura familiar, porém, mais do que ser apenas a engrenagem para viabilizar o acesso monetário, será a comercialização que contribuirá de forma ímpar para que os agricultores conquistem e sustentem um projeto de vida e a condição de ator, ou então, passem a integrar formas de agricultura ditas modernas.

Assim, a articulação entre o Estado, a organização social dos agricultores e os mercados, influenciam e são influenciados, de forma a estabelecer cenários e conjunturas que venham a contribuir para a reestruturação ou desestruturação das dinâmicas e da condição de vida camponesa, na perspectiva de garantir autonomia e reconhecimento enquanto atores.

No entanto, os mecanismos de comercialização têm sido definidores dos processos produtivos a partir da modernização do rural. Dependente cada vez mais de estratégias de comercialização mais estáveis e reguladas por organizações

privadas ou governamentais, os agricultores, de um modo geral, adaptam sua produção às possibilidades de comercialização disponíveis no mercado ou passíveis de serem construídas com certa garantia. Isso se dá, principalmente na agricultura familiar camponesa, onde a relação produção e subsistência é mais próxima e limítrofe.

Se há cálculo da distribuição alternativa do tempo dos membros da unidade doméstica a ser despendido com a agricultura e o negócio, há também um cálculo para saber quando os recursos em dinheiro devem passar da agricultura para o negócio, ou do negócio para a agricultura, assim como cada uma destas atividades pode servir alternadamente ou conjuntamente para proporcionar o necessário à subsistência doméstica. Não constituem portanto atividades estanques, e o negócio não é algo externo à própria atividade agrícola. Assim, o dinheiro com que se compra sementes e adubo, com que se paga o trabalhador alugado, frequentemente provém do negócio. Do mesmo modo, a renda obtida com a venda dos produtos do roçado e/ou sítio não necessita esperar o ciclo agrícola seguinte para ser reaplicada, mas pode ser transferida para o negócio. Note-se também que se o negócio proporciona uma renda suficiente para fazer face ao consumo doméstico, a venda dos produtos do sítio e do roçado pode ser aliada para o momento em que se julga dar o melhor preço, aumentando-se a renda líquida com a agricultura⁸⁵.

Não há como separar a relação produção-comercialização, sendo ainda mais intensa essa relação na agricultura familiar, pois o trabalho, o autoconsumo, o acesso aos bens de consumo, o manejo da propriedade e a comercialização estão articulados de forma a manter ou desestruturar as condições de vida na agricultura familiar camponesa.

Vencedores ou perdedores neste campo de luta, os camponeses, no passado como atualmente, dele participam com o objetivo de ter acesso a atividades estáveis e rentáveis. É este objetivo que norteia suas estratégias econômicas e que se articulam em dois níveis complementares. Por um lado, o acesso a uma atividade mercantil. A historiografia é plena de exemplos que nos permitem afirmar que, desde o período colonial, os chamados “cultivadores pobres livres” sempre buscaram alternativas econômicas que os integrassem positivamente à economia local e regional, tanto o mercado

⁸⁵ GARCIA, A. R. *O Sul: caminho do roçado – estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1990. p. 105.

interno de produtos alimentares, como também o de produtos destinados à exportação, como o fizeram com a produção da mandioca, do tabaco e do algodão. E até hoje, sempre foi uma orientação comum e natural destes agricultores, a busca de produto ou produtos comercializáveis, que sejam o carro-chefe do sistema produtivo adotado.

Por outro lado, a esta atividade mercantil se soma o autoconsumo. É natural que, dispondo de meios de produção, mesmo que em condições precárias e insuficientes, o camponês procure, antes de mais nada, assegurar o consumo alimentar da família. Como indicam Maria Yeda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva, a economia de subsistência “é a face oculta da economia e da sociedade coloniais.”⁸⁶

No entanto, até fins da década de 80, a comercialização era vista como algo que deveria ser resolvido pelo Estado, como é o caso da produção de *commodities*, ou então, no caso da agricultura alternativa, a comercialização era vista como uma condição secundária, ou melhor, era necessário, primeiramente, restabelecer a relação produção-consumo na perspectiva da garantia da segurança alimentar das famílias, para aí sim, viabilizar processos de comercialização.

Para os defensores dos modelos alternativos de produção, a comercialização não era vista como um fator decisivo para a mudança da dinâmica da produção. A proposta tinha como pressuposto que os agricultores mobilizados e sensibilizados para uma produção sustentável - agroecológica e solidária, possuíam o necessário para garantir a própria autonomia⁸⁷. Desta forma, a comercialização do excedente da produção era visto como contingência secundária e não necessária para a melhoria da qualidade de vida, pois a autonomia dos agricultores seria viabilizada através da garantia da segurança alimentar.

⁸⁶ WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: XX Encontro anual da ANPOCS. Processos Agrários. *Anais*. Caxambu, MG. Outubro, 1996. p. ?.

⁸⁷ Organizações não governamentais e movimentos sociais estruturaram propostas de comercialização para a agricultura familiar, como feiras, pontos fixos, cooperativas de consumo, entre outros, no entanto estas experiências estavam fundadas no pressuposto de que os agricultores deveriam comercializar o excedente da produção, e a produção com foco na inserção em mercados locais e regionais. Estas propostas vinham de encontro ao debate sobre a segurança alimentar, que tinham como perspectiva retirar da pauta da agricultura familiar a produção de *commodities* e a integração agroindustrial, com o objetivo em retomar a produção de alimentos como fator preponderante.

No entanto, sob impacto de condições externas, eminentemente urbanas, a agricultura camponesa passou a ter que se adaptar a novas condições sociais, econômicas e políticas para conseguir se reproduzir socialmente. Estas mudanças efetivam-se com a crescente perda da autonomia e o esvaziamento das sociedades locais, seja populacionalmente, mas também do ponto de vista da dinâmica e da organização social⁸⁸.

Os agricultores que ali permaneceram na atividade produtiva, o fazem com o objetivo de manter a estabilidade no que se refere à produção para o autoconsumo, mas ao mesmo tempo, criam estratégias que possibilitem integrar-se a mecanismos de mercado local ou regional, de forma a garantir estabilidade e rentabilidade, com vistas ao acesso a bens de consumo.

No entanto, os mercados têm cada vez mais exigido certas condições dos agricultores, porém, estes têm apresentado significativa dificuldade em estruturar e responder a esta realidade, seja em função da baixa capacidade de investimento, ou pela ausência de tecnologias, pelo risco e a instabilidade que estas novas formas de mercado exigem.

O alto custo do transporte, a pressão da produção em escala, o acesso a conhecimento e tecnologia, a capacidade de assumir riscos, a proximidade de centros consumidores e a estrutura atacadista e de abastecimento são fatores que influenciam diretamente para que os agricultores participem ou não dos mercados.

Esta lógica de mercado tem pressionado os agricultores a produzirem produtos e alimentos que já possuem sistemas de compra organizados em suas regiões, como é o caso dos grãos, fumo, bicho da seda, leite, grãos, entre outros, como foi observado nos municípios pesquisados (o que será apresentado ainda neste capítulo). No entanto, estes produtos agregam pouco valor a produção, exigem a especialização das formas de produção e têm no comprador o controle do estabelecimento de preços e quantidades. Este mercado é controlado e dominado

⁸⁸ WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: XX Encontro anual da ANPOCS. Processos Agrários. *Anais*. Caxambu, MG. Outubro, 1996.

por atravessadores, empresas, indústrias, grandes cooperativas e supermercados, que veem no agricultor um mero produtor de matéria prima para sistema mercantil.

Quando da inexistência de outros mecanismos de comercialização, como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos e das feiras livres, os agricultores integram-se a estes, e passam a produzir para esta demanda, mesmo que para tanto seja necessário reordenar suas estratégias de produção e comercialização, pois se não o fizer, será necessário precarizar ainda mais a dinâmica familiar, em momentos de crise, assumindo o trabalho externo à propriedade como caminho para manter a produção para o consumo e o acesso a renda monetária, ou então produzir exclusivamente para o autoconsumo.

A integração aos mecanismos de comercialização de baixa autonomia, muitas vezes, precarizam o trabalho e a vida familiar ao nível de que a produção para o autoconsumo seja inviabilizada, pois o tempo despendido para estas atividades acabam sendo excessivamente alto. Esta dinâmica pode levar os agricultores a dependerem cada vez mais deste sistema, não lhe restando outra saída a não ser, reforçar cada vez mais a própria precarização e relação de dependência.

Neste ambiente, a agricultura familiar produz aquilo que não, necessariamente, faz parte da pauta de alimentos que são produzidos para o consumo familiar, exigindo que deixe de produzi-los ou diminua significativamente sua produção e passe a organizar a propriedade, quase que exclusivamente, para mercados possíveis e “estáveis”, como é o caso do fumo, do milho, feijão, carvão, bicho da seda, entre outros.

Assim, os agricultores vão perdendo sua capacidade de gerenciar sua condição de vida a partir de um projeto camponês, pois passam a integrar-se cada vez mais a uma racionalidade organizada e gerenciada por lógicas eminentemente economicistas.

Vale ressaltar que esta lógica de produção e comercialização na agricultura familiar, foi e tem sido mediada e estimulada pelo Estado, pois seja através do

financiamento público (crédito), do investimento em infraestrutura (de transporte, abastecimento, órgãos de controle, entre outros), no estímulo à pesquisa e assistência técnica, assim como o investimento e fomento público à agroindustrialização de grande porte, é o Estado que passa a fortalecer as cadeias produtivas altamente especializadas em detrimento das lógicas de mercado local.

Assim, a produção de alimentos organizada pela agricultura familiar perde espaço nos mercados locais e regionais, seja em função do alto custo de produção e transporte, em função da baixa escala e baixo subsídio governamental, ou mesmo em função da baixa capacidade de divulgar e mediatizar seus produtos. Desta forma, cria-se um círculo vicioso, donde os agricultores na ausência de mercados mais sustentáveis e que possibilite maior controle e transparência, inserem-se em mercados que lhes possibilitem acessar renda monetária, e assim, gradativamente, passam a desestruturar os conhecimentos e tecnologias tradicionais de produção de alimentos, as estratégias locais de comercialização, e de forma inversa, passam a depender e reforçar a utilização dos conhecimentos dos pacotes tecnológicos. Isto não quer dizer que os agricultores não acessem mercados locais, no entanto, este é acessado com o objetivo de escoar produtos de interesse da pauta tradicional das agroindústrias ou empresas cerealistas.

Nesta perspectiva, o Programa de Aquisição de Alimentos tem como objetivo a reintegração e o fortalecimento da produção de alimentos e das estratégias de comercialização local, permitindo a estruturação de condições que permitirão a comercialização através de outros instrumentos locais e regionais. No entanto, mais do que estruturar e garantir as condições de vida dos agricultores familiares, seja no que se refere a racionalidade econômica ou produtiva, o Programa, em princípio, oportuniza a ressignificação das relações internas e externas da lógica familiar.

Como o PAA demanda dos agricultores alimentos que possam ser disponibilizados para as instituições sociais, estes passam a produzir hortaliças, legumes, frutas, ovos, massas, panificios, mel, milho verde, entre outros. Produtos

estes que fazem parte da pauta de alimentos de autoconsumo dos agricultores, ou seja, produtos que já são ou foram, historicamente, pauta da produção familiar, mas que, geralmente, não possuem mercado, seja em função da baixa capacidade de escala e especialização, ou mesmo de não serem competitivos diante da estrutura de logística, qualidade e preços dos atravessadores e dos supermercados locais.

Desta forma, o PAA permite que os agricultores retomem a produção de alimentos e a comercialize diretamente com o governo com garantia de pagamento durante o período de funcionamento da proposta, que geralmente é de dez meses, mas podendo variar de seis meses a um ano. Neste período, os agricultores tem a garantia de que o que for produzido, segundo o planejamento aprovado no projeto, será entregue e pago, sendo que a quantidade e os preços dos produtos são acordados no início do projeto.

Assim, mais do que um instrumento de aquisição de alimentos, o PAA tem se instituído enquanto um instrumento público de “subsídio” da agricultura familiar, com foco no estímulo à produção de alimentos para o consumo local. No entanto, a contradição posta com a implementação do PAA, é que os agricultores sinalizam para uma certa dependência do Programa, pois para manter a lógica estabelecida de produção necessitam da continuidade do PAA, embora esta “nova” dependência não se caracterize, qualitativamente, como a dependência gerada por atravessadores, empresas, indústrias e supermercados.

Todavia, o que se tem observado, e que poderá ser verificado nesta pesquisa, é que mesmo dependentes, os agricultores têm reordenado a produção com foco na produção de alimentos, na perspectiva de restituí-los: da valorização dos conhecimentos tradicionais; da re-estruturação das condições de vida; da relação com a diversidade da produção; do reconhecimento político, social e econômico no âmbito local e regional; e a realização do projeto de vida.

3.2 - O PAA E O FORTALECIMENTO DA LÓGICA PRODUTIVA CAMPONESA

O impacto do PAA, embora tenha uma participação ainda pequena de agricultores familiares nos municípios, pode ser avaliado de forma a compreender em que medida estes agricultores têm interagido com o Programa e de que forma esta relação tem gerado ou não consequências para a atividade produtiva, para as condições de vida camponesa, para o projeto de vida e para a relação rural-urbano.

Assim, mais do que avaliar se o PAA tem contribuído ou não para o aumento da renda das famílias dos agricultores, é de significativa importância compreender em que medida o Programa tem interferido, positiva ou negativamente, na reordenação da produção e no projeto de vida camponês, mas também nas relações políticas e econômicas dos agricultores no contexto local e regional.

O projeto de vida funda-se a partir da identificação com o local, com a cultura, com as formas de produção, ao mesmo tempo em que são reconhecidos pela sociedade envolvente enquanto camponeses, pequenos agricultores, agricultores familiares, produtores de alimentos e população que faz parte da história do município. Assim, mais do que as formas de produção e a lógica produtiva, os camponeses têm como perspectiva permanecer enquanto agricultor e possibilitar que as futuras gerações tenham condições para permanecerem no meio rural.

Já a condição de vida camponesa funda-se na relação produção-consumo numa perspectiva de autonomia. Num ambiente pós-industrial, onde a pressão da condição de vida urbana e capitalista interage com as famílias de agricultores, mas principalmente, com as novas gerações, a qualidade de vida no rural não deve ser compreendida como o resgate das formas tradicionais de produção, subjetivação e comercialização. Ao mesmo tempo, não há como defender a tese de que o rural tradicional seja considerado atrasado e inviável diante desta nova realidade social. Resguardar certas tradições, desde que ressignificadas num ambiente de modernidade, é condição para a “sobrevivência” e reprodução social dos agricultores na perspectiva de serem “incluídos” na dinâmica da sociedade com autonomia.

No entanto, incluir os camponeses numa lógica de industrialização tem se mostrado insustentável, seja do ponto de vista econômico, político e social, seja fundamentalmente, cultural e ambiental. Os agricultores se vêem retirados da lógica construída cultural e historicamente, quer na relação com as formas de produção ou mesmo com os espaços de convivência. Assim, mais do que pressionar os agricultores para a re-estruturação das condições de vida, à luz da racionalidade moderna, o Estado tem estruturado, historicamente, ações públicas que reafirmam, que os espaços de reprodução do campesinato necessitam ser qualificados na perspectiva da eficiência e eficácia econômicas. Isso se demonstra através do Pronaf, do estímulo a determinadas formas de comercialização, a exemplo da integração agroindustrial, ou mesmo dos investimentos em infraestrutura. Assim, o Estado tem se colocado presente no estabelecimento e na produção da dinâmica da vida dos agricultores.

As relações entre produção e comercialização estabelecidas pela agricultura familiar se estruturam na medida em que os agricultores necessitam, de um lado, do acesso a recursos monetários para atender a demanda de bens de consumo e, de outro, também custear insumos para a produção e investimentos para a propriedade. Desta forma, a agricultura essencialmente de subsistência fica à margem das necessidades que a modernidade impõe ao contexto e às demandas da agricultura familiar.

O estabelecimento de relações comerciais não é e nunca foi algo estranho à reprodução da agricultura familiar. No entanto, as modernas formas de fazer agricultura, a partir da década de 60, do século XX, trouxeram uma realidade paradigmática diametralmente diferente da realidade vivenciada pelos pequenos agricultores até então. Mecanismos de comercialização construídos local e muitas vezes comunitariamente, deixam de ser regra, para que mecanismos de comercialização integrados a uma lógica agroindustrial e agroexportadora faça parte da dinâmica da agricultura familiar.

Assim, a produção deixa de ser uma prioridade enquanto instrumentalidade de acesso ao mercado, para que produtos como o fumo, o bicho da seda, o carvão, a soja, o trigo, o algodão, o leite, o feijão e o milho, produzidos com certa escala, passem a ser prioridade enquanto formas de produção. No entanto, estas, ao longo dos anos, foram se configurando enquanto atividades que, além de estranhos aos sistemas de cultura dos camponeses, eleva, significativamente, o custo de produção diante dos valores de venda no mercado.

Modernamente não há como imaginar uma agricultura familiar camponesa isolada da sociedade. Enquanto categoria produtiva e importante segmento da economia nacional, os pequenos agricultores são levados a reorganizar-se diante de novos arranjos organizativos. Porém, este novo enquadramento, em certa medida, deve considerar certos limites e especificidades das formas de produção camponesa. Tais limites se configuram em função dos baixos investimentos governamentais, da pressão dos mercados de atacado, da baixa capacidade do capital social presente na pequena agricultura e das relações políticas precarizadas entre camponeses e sociedade envolvente.

No que se refere aos agricultores pesquisados, fica claro a relação entre a produção agrícola desenvolvida antes do Programa de Aquisição de Alimentos e a produção a partir da intervenção realizada pelo PAA no cotidiano das famílias, como segue na tabela abaixo.

TABELA 19 - PRODUÇÃO DESTINADA PARA A COMERCIALIZAÇÃO PELOS AGRICULTORES FAMILIARES DA AMOSTRA, REFERENTE AO PERÍODO ANTERIOR AO PAA, 2003, E NO ANO DE 2008

PRODUTOS	ANTES DO PAA - 2003		DURANTE O PAA - 2008	
	Nº Agricultores	% de Agricultores	Nº Agricultores	% de Agricultores
Amendoim	02	04	27	60
Arroz	05	11	07	16
Batata doce	01	02	37	82
Bicho da Seda	03	07	00	00
Carvão	02	04	01	02
Derivados de Leite	00	00	06	13
Erva Mate	10	22	16	36
Feijão	30	67	21	47
Frutas	00	00	25	56
Fubá	00	00	01	02
Fumo	02	04	01	02
Geléias e Doces	00	00	06	13
Hortaliças	02	04	44	98
Legumes	01	02	30	67
Leite	05	11	17	38
Mandioca	02	04	37	82
Mel	01	02	05	11
Milho Seco	23	51	00	00
Milho Verde	00	00	27	60
Ovos	01	02	30	67
Panifícios	02	04	17	38
Pequenos Animais	07	16	02	04
Pinhão	02	04	26	58
Soja	07	16	03	07
Sucos	00	00	05	11
Não Comercializava	09	20	00	00

Fonte: O autor (2008)

Como pode ser observado na tabela acima, a partir do PAA, produtos que anteriormente não eram comercializados ou eram comercializados com uma baixa representatividade, passaram a fazer parte da pauta de produtos “comercializáveis” pela grande maioria dos agricultores da amostra. Produtos como hortaliças, legumes, mandioca, pinhão, milho verde, ovos e batata doce passaram a ser produzidos pelos agricultores com foco na comercialização, numa dimensão significativamente superior à realidade anterior ao PAA. O que chama atenção é o fato de que alguns dos produtos, como é o caso do pinhão, que passou de 4% dos

agricultores comercializando antes do PAA para 58%. Ou então, no caso das hortaliças, que passaram de 4% para 98%, considerando que aqui há uma significativa diversidade de espécies incluídas, o que amplia em muito o número de produtos comercializáveis.

A produção de ovos, mandioca e amendoim chama atenção pelo fato de que saltaram de praticamente 0% de agricultores produzindo para a comercialização para aproximadamente 60%; produtos estes que nesta região fazem parte da cultura alimentar das famílias de agricultores.

Outro produto a ser destacado é o milho verde, que em função de agregar, significativamente, maior valor em comparação ao milho “maduro”, pois é comercializado por espiga, e não por saca, passou de 0% para 60% dos agricultores produzindo para a comercialização e, em contrapartida, o milho “seco” ou “maduro” passou de 51% antes do PAA (no ano de 2003) para 0% (no ano de 2008). Vale destacar que o milho é utilizado pelos agricultores como alimentação para a criação de suínos, aves e gado de leite (no período de inverno) e estes serão utilizados para a alimentação familiar, seja através do consumo da carne, dos ovos ou do leite. Desta forma, mais importante do que a venda do milho *in natura*, os agricultores têm preferência em utilizar-se da produção de milho para a alimentação da criação de animais e assim garantir a sustentabilidade alimentar de proteína animal.

Chamo atenção para o fato de que a redução da comercialização de pequenos animais (de 16% para 4% dos agricultores) ocorreu em função de que a renda obtida a partir da comercialização do PAA, das feiras, dos vizinhos e da associação possibilitou a diminuição da necessidade monetária dos agricultores sobre o orçamento familiar e, desta forma, a comercialização de carne pôde ser diminuída. É importante destacar que a produção de pequenos animais representa a única fonte de proteína animal para o consumo familiar e, assim, é de grande relevância resguardar esta produção para que o autoconsumo seja garantido. No entanto, vale ressaltar que em função da impossibilidade de comercializar carnes para o Programa, sem a devida inspeção sanitária, os agricultores da amostra

relatam que são prejudicados, pois poderiam acessar ganhos financeiros mais significativos com a comercialização de carne, porém, em função desta limitação, optaram em investir a mão de obra disponível em produtos possíveis de comercialização no PAA.

Produtos como o fumo, o bicho da seda, a soja e o carvão, tiveram uma redução significativa ou sua exclusão da produção realizada por estes agricultores, como apresentado na tabela 19 (página 123), pois mesmo havendo a possibilidade de comercializá-los através de outros mecanismos existentes na região, reduziram sua produção em função de ganhos em outras culturas comercializadas através de outros mecanismos considerados mais favoráveis pelos agricultores – como o PAA, as feiras, os vizinhos e a associação (como pode ser verificado no gráfico 02, página 135).

Com isto, fica clara a disposição dos agricultores em não investir na produção de produtos que estão ligados diretamente aos mecanismos de integração agroindustrial. Mas esta “não comercialização” destes produtos só pode ser identificada, a princípio, em função da existência de outros mecanismos de comercialização, como o PAA.

Com o PAA a venda é garantida, a gente sabe quando vai entregar e o que pode entregar, e sabe que vai receber e quanto vamos receber. É mais justo. Mais transparente. Não vale mais a pena produzir para o atravessador. A gente nunca sabe se vamos poder vender ou não, e qual vai ser o preço. Na época da venda o preço sempre tá lá embaixo e a gente sempre sai perdendo. Os compradores chegam aqui na porta e fazem o preço, e a gente sempre tem que vender porque tem que pagar o crédito. Com o programa a gente pega o crédito mas tem como programar o pagamento das dívidas. Mas tem gente que tem medo de ficar só com o programa e ainda continua produzindo para os atravessadores.⁸⁹

Vale ressaltar que culturas, ditas “modernas”, são difundidas e divulgadas, por empresas, agroindústrias e órgãos governamentais de extensão rural, como

⁸⁹ Agricultor entrevistado no município de Turvo. Pesquisa de Campo 2008.

sendo altamente rentáveis e viáveis para a agricultura familiar, e contrariamente, a produção de hortaliças, frutas, legumes, panificios, entre outros, são considerados produtos não sustentáveis ou mesmo sem possibilidade de comércio em municípios de pequeno porte, como é o caso dos municípios pesquisados.

Esta re-estruturação das formas de produção demonstra que o PAA tem estimulado fortemente a produção de alimentos por parte dos agricultores familiares, pois o Programa é demandante de produtos que possam ser consumidos por crianças e famílias atendidas nas entidades sociais dos municípios.

Este reordenamento das formas de produção, diferentemente do que havia sido fomentado pela agricultura moderna, restabelece relações de produção que retroalimentam certo “resgate” da dinâmica produtiva camponesa, pois faz com que os agricultores abandonem ou não necessitem produzir culturas e variedades que não fazem parte da pauta alimentar ou mesmo da sua cultura produtiva. Restabelecem condições de autonomia e liberdade, seja do ponto de vista da produção e mesmo dos mecanismos de comercialização.

Olha em volta da minha casa. Isso é o que tenho de terra. É muito pequeno. Antes (do PAA) eu trabalhava fora. Tinha que trabalhar pra fora. Porque se produzia ia vender para quem. É muito pouca quantidade. Não dá pra vender. Mas agora com o projeto de entregas pro governo, pras escolas de Fernandes, eu até deixei de trabalhar pra fora. Consigo ter uma renda boa pra poder ficar em casa. Agora você pode ver aqui em volta de casa. Não tem um metro sem produzir. Antes não tinha tempo pra produzir quase nada. Tinha que fazer o que dava. Mas agora, consigo vender, ter renda, ficar em casa junto da família e ainda tem muito pro gasto. Mas o que eu queria mesmo era ter mais terra⁹⁰.

A reprodução social da agricultura familiar camponesa está direta e proporcionalmente vinculada às necessidades de consumo da família. Atendida esta necessidade os agricultores passam a comercializar sua produção com certa autonomia econômica e social. No entanto, no caso da produção de fumo, bicho da seda, soja, ou mesmo do trabalho externo, em função do alto investimento, seja de

⁹⁰ Agricultor entrevistado no município de Fernandes Pinheiro. Pesquisa de Campo 2008.

mão de obra, de terra ou de capital financeiro, os agricultores diminuem a capacidade de produzir alimentos, mesmo que seja para o consumo.

Entretanto, como pôde ser observado através do relato do agricultor de Fernandes Pinheiro, mas também pôde ser percebido em diversos outros relatos e depoimentos de agricultores que participam do PAA, que se demonstra certo ganho de autonomia e um certo resgate da condição camponesa a partir do processo de comercialização estabelecido pelo PAA. Ou seja, anteriormente ao PAA, alguns agricultores em situação econômica vulnerabilizada e com precário espaço de terra, passaram a estabelecer processos de desconstrução da sua relação com a atividade de ser agricultor, pois ingressaram em atividades que retiram a carga subjetiva e intersubjetiva, histórica e organizativa, do ser camponês – como é o caso do trabalho externo realizado de forma permanente, assim como a produção de fumo, bicho da seda, soja, ou mesmo a atividade restrita à subsistência.

Assim, o PAA, mais do que um mecanismo de comercialização, traz consigo a possibilidade de promover e fortalecer processos organizativos e produtivos que permitem garantir o fortalecimento da condição camponesa, mas não como uma forma de retorno, de reconstrução ao passado, mas como um processo de reestruturação.

Produzi fumo durante 12 anos, hoje to produzindo verduras agroecológicas. Não posso dizer que o fumo não dá dinheiro, mas faz muito mau a saúde. Eu me prejudiquei muito nesse tempo. Além da saúde, nossa e da família, a gente ainda tem que trabalhar muito pra poder fazer o fumo produzir. Todo mundo pensa que é fácil, mas é muito trabalho, a gente fica meio escravo da produção de fumo. Não sobra tempo para outras atividades na propriedade. Assim como o dinheiro vem com o fumo, vai também, porque a gente tem que comprar tudo pra casa. Mas ainda parece que dá dinheiro. Mas o programa do governo (o PAA) traz renda e a gente produz o que é bom pra nós, pra família e pra quem consome⁹¹.

Assim, ao analisar o impacto do PAA no conjunto dos agricultores da amostra, identifica-se que a produção de alimentos é aumentada na medida em que passa a ser considerada a principal fonte de renda das famílias, invertendo a relação

⁹¹ Agricultor entrevistado no município de Fernandes Pinheiro. Pesquisa de Campo 2008

estabelecida pelos agricultores com a agricultura moderna e, conseqüentemente, para sua condição enquanto agricultor. Ou seja, a partir do PAA, os agricultores passam a imprimir menos intensidade - de tempo, mão de obra, capital, terra - para a produção de uma agricultura para o mercado agroindustrial, e passam a investir mais em uma agricultura produtora de alimentos, ampliando a autonomia no que se refere à segurança alimentar da família e, também aumentando a renda familiar a partir da produção e comercialização de alimentos – o que será demonstrado mais a frente.

Como pode ser observado na tabela 20, 39% dos agricultores entrevistados afirmam que a principal fonte de renda da família advém da produção de hortaliças e legumes. Outros 18% afirmam que é o leite e 12% que é o feijão o responsável pela principal fonte da renda da família.

TABELA 20 - PRODUTOS QUE OS AGRICULTORES AVALIAM COMO RESPONSÁVEL PELA PRINCIPAL RENDA DA FAMÍLIA

PRODUTOS	NÚMERO DE AGRICULTORES	% DE AGRICULTORES
Batata doce	01	02
Cana de Açúcar	01	02
Carvão	01	02
Erva mate	02	04
Feijão	05	12
Frutas	02	04
Fumo	01	02
Hortaliças e Legumes	17	39
Leite	08	18
Mandioca	04	09
Mel	01	02
Milho	01	02
Soja	01	02
TOTAL	45	100

Fonte: O autor (2008)

Já os produtos considerados de alta rentabilidade pelo senso comum, ou divulgados pelo sistema moderno de agricultura como vantajosos, como a soja, o fumo, o carvão, o bicho da seda, entre outros, são considerados como a principal fonte de renda da família por apenas 6% do total da amostra.

Chamo atenção para o fato de que hortaliças, legumes, mandioca, frutas, são produtos que não possuem, tradicionalmente, mercado para a agricultura familiar nas localidades investigadas, em função, principalmente, da presença de atravessadores que trazem a produção da CEASA/Curitiba. Estes produtos são vistos, nas regiões pesquisadas, como não rentáveis, pois não fazem parte da lista de produtos considerados de “primeira linha”, como é o caso da soja, do milho, do fumo, da erva mate, entre outros. No entanto, com a presença do PAA, os agricultores passaram a estabelecer outro padrão do que é rentável e do que não é rentável.

Ploeg chama atenção para a necessidade de que haja a revisão da noção de campesinato produzidas nos séculos XIX e XX, pois não há como imaginar um agricultor camponês isolado e que é passivo diante do desenvolvimento capitalista. Segundo este autor, os camponeses devem estar integrados e agindo sobre o sistema e não apenas resistindo de forma estática. Não há como compreender a resistência como uma forma de reação, mas deve ser entendida como uma forma de ação e produção⁹². Conclui afirmando que “a condição camponesa consiste em um conjunto de relações dialéticas entre o ambiente hostil em que os camponeses têm de agir e suas respostas ativamente construídas, as quais visam criar graus de autonomia para enfrentar as relações de dependência, as privações e a marginalização implícitas nesse ambiente⁹³”.

Para tanto, é necessário a organização e fortalecimentos de novos circuitos de mercados, que por um lado contestam e demonstram certo enfrentamento para com o mercado capitalista, mas também propõem formas alternativas de relações sociais, políticas e, principalmente, econômicas entre agricultores e população

⁹² NIERDELE, P. A. A Coreografia do campesinato na sociedade contemporânea. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais: CSOnline*. Publicação Editora da UFJF. Juiz de Fora. V. 5. Ano 2. p. 319-325. Dezembro. 2008. Disponível em: <<http://www.editoraufjf.com.br/revista/index.php/csonline/article/viewFile/407/380>>. Acessado em: 18/11/2009.

⁹³ PLOEG, J. D. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 285.

urbana. No entanto, estes novos circuitos devem estar atrelados a ideia de um agricultor que possui e articula sua condição cultural, social, ambiental e política com a racionalidade econômica.

Para tanto, o PAA tem demonstrado uma capacidade de possibilitar novos mecanismos de comercialização para os agricultores, no entanto, este novo passa por reconhecer e considerar não apenas a dimensão econômica, mas também a multidimensionalidade que faz parte da condição camponesa.

Durante as incursões de campo, agricultores salientam que no início do PAA não acreditavam que, tanto o Programa, como a produção de hortaliças e legumes, traria resultado para a renda familiar. No entanto, ao longo destes 05 anos de participação no Programa, foi possível verificar a consolidação da produção de alimentos para a comercialização local, que deixou de ser uma atividade restrita para o autoconsumo e sob responsabilidade das mulheres agricultoras e passou a ser uma atividade da família, onde o homem tem participação significativa.

Quando o PAA começou, quem cuidava da horta era a mulher. Mas hoje eu ajudo. O trabalho é maior. Tem mais variedades, tem coisas a serem feitas que é muito pesado. Mas ela é quem comanda o trabalho na horta, na agroindústria. As crianças ajudam também. Mas quando tem que colher todo mundo tem que ajudar, porque é muita coisa pra fazer em pouco tempo⁹⁴.

Seja em função do retorno financeiro, ou em função do reconhecimento político e social que o Programa tem viabilizado, a produção de alimentos passou a ser reconhecida como a principal atividade econômica das famílias pesquisadas, como pode ser verificado na tabela 20 (página 128), onde 39% dos agricultores reconhecem a produção de hortaliças e legumes como a principal renda.

Se considerarmos, a partir da tabela 20, apenas os produtos que fazem parte da pauta alimentar e estão disponíveis nas propriedades destes agricultores, independentemente de haver comercialização ou não, evidencia-se que 86% dos agricultores avaliam que a principal fonte de renda familiar é proveniente das

⁹⁴ Agricultor entrevistado do município de Turvo. Pesquisa de Campo 2008.

hortaliças, legumes, mel, feijão, batata doce, mandioca, leite e frutas. Os demais 14%, avaliam como principal fonte de renda, produtos como carvão, soja, milho, erva mate, fumo e cana de açúcar.

Vale ressaltar que os agricultores responderam à questão sobre o produto que representa a principal renda em função de informações objetivas; no entanto, muitos não tinham dados sistematizados sobre o impacto destes produtos na renda familiar, sendo que sua avaliação foi em função de como percebiam tanto a entrada de recursos financeiros, como em função do volume de produção realizada e comercializada.

Assim, mais do que uma representação, a avaliação dos agricultores se realiza a partir do projeto de vida – que será discutido nos itens que seguem, pois o que tem fortalecido e proporcionado a melhoria nas condições de vida destes agricultores tem sido a produção de alimentos, sendo que a perspectiva futura está diretamente ligada às condições positivas que esta ou aquela produção têm representado na realização financeira e social da família. A valorização que os agricultores atribuem à produção de alimentos tem demonstrado um movimento contrário às condições estabelecidas pela agricultura moderna. No entanto, não estou afirmando que este processo se dê exclusivamente em função do PAA, porém, é a partir do Programa e das condições objetivas de sustentação financeira geradas por este que tais avaliações podem ser identificadas.

Esta posição se reafirma, quando identificamos que, segundo a tabela 19 (página 123), 20% dos agricultores não comercializavam nenhum tipo de produto antes do PAA, ou seja, produziam apenas para a subsistência familiar, sendo que a partir do PAA, passaram a comercializar sua produção.

A gente não comercializava mais, porque o custo de produção, a mão de obra e o valor que pagam pela produção não compensava mais. É melhor ficar parado e usar o tempo apenas para produzir para a família mesmo. A gente conseguia se manter ainda, porque tinha a renda da aposentadoria e bolsa família, mas se não tivesse isso, teria que produzir para poder ter renda. Com o programa da CONAB (PAA) a gente se animou para produzir, porque é só aumentar o que a gente já produz, e tem muita coisa que a gente tem no quintal e nem precisa investir. O pagamento é certo e o valor é justo.⁹⁵

Ao estimular a produção de alimentos para o Programa, os agricultores salientam que, mais do que um mecanismo de comercialização, o PAA é uma forma de articular o que já é produzido para o autoconsumo com o que pode ser comercializado. No entanto, em função da demanda do Programa ter aumentado de forma significativa nos últimos três anos, os agricultores afirmam terem iniciado processos constantes de investimento de forma a ampliar a produção destinada para o PAA, seja com o objetivo de promover a especialização na produção ou mesmo qualificar as formas de produção já existentes.

Antes do Programa a horta era muito pequena. A gente tá fazendo investimento para aumentar a produção. A gente tem esperança que o Programa do governo (PAA) continue, porque a gente tá investindo. Parte do dinheiro do projeto desse ano é para investir na horta. Aumentar, fazer estufa, comprar semente e investir naquelas variedades que dão maior retorno⁹⁶.

Quando questionados se o PAA estimulou ou não o aumento da produção, comparativamente, entre o primeiro ano de participação no Programa (2004), e o último ano (2008), 42% dos agricultores afirmam ter aumentado a produção destinada para o PAA; 15% afirmam ter permanecido com o mesmo número e quantidade de produtos; e 42% afirmam ter diminuído o número de produtos entregues ao Programa. O fato de ter ocorrido a diminuição é identificada pelos

⁹⁵ Agricultor entrevistado no município de Turvo. Pesquisa de Campo 2008.

⁹⁶ Agricultor entrevistado no município de Turvo. Pesquisa de Campo 2008.

agricultores em função de que passaram a estabelecer “novas” relações de custo benefício ao longo dos anos.

Os agricultores que afirmam ter necessidade de diminuir o número de produtos, relatam que houve sim a necessidade de especializar-se, pois a relação entre custo de produção e valor monetário pago pelos produtos passou a estabelecer certos “padrões” de viabilidade, ou mesmo, como afirmam, a produção de muitos produtos é inviabilizada do ponto de vista de tempo e do aumento da complexidade do trabalho. No entanto, esta especialização não significa que estes agricultores restringiram sua produção a um ou dois produtos, mas mantiveram certa diversidade, sendo que alguns relatam que anteriormente chegavam a entregar até 30 tipos de produtos para o PAA. Vale ressaltar que no ano de 2008, foram adquiridos, através do PAA, no município de Fernandes Pinheiro uma média de 52 tipos de alimentos e no município de Turvo 58 tipos de alimentos, sendo que a “média” da produção por família de agricultores ficou em torno de 13 variedades⁹⁷.

Já o aumento da produção destinada ao Programa é avaliada pelos agricultores: 1) em função da exigência das entidades sociais em demandar maior diversidade; 2) em função da necessidade do aumento da renda familiar; ou 3) em decorrência da pouca diversidade de produtos para a comercialização no início do Programa, pois não produziam determinados tipos de produtos em quantidade suficiente e qualidade para que fossem comercializados. Os agricultores alegam que isto ocorreu em função de que não havia mercado para estes produtos antes do Programa, o que inviabilizava, naquele momento (em 2004) a produção sem que houvesse destino comercial para eles.

Estes dados contribuem para compreender que o PAA, de um lado, estimula a diversificação da produção para a comercialização e autoconsumo, seja em função da possibilidade do aumento da remuneração ou da exigência das entidades sociais,

⁹⁷ Dados coletados nos projetos aprovados pela CONAB no ano de 2007/08. Pesquisa de Campo 2008.

e, de outro lado, exige um grau maior de especialização, seja em função de qualificar a escala de produção ou melhorar a qualidade dos produtos.

Um dado expressivo captado pela pesquisa faz referência ao fato de que 82% do total da amostra comercializa os produtos destinados ao PAA para outras formas de comercialização, sendo que no município de Turvo 91% dos agricultores comercializam sua produção através de outros mecanismos de comercialização e em Fernandes Pinheiro 55%. Estes dados refletem uma realidade: de um lado, o PAA pode estar gerando maior dependência no município de Fernandes Pinheiro, ao mesmo tempo em que o PAA pode estar gerando a abertura de novas possibilidades de comercialização em Turvo. No entanto, é importante destacar que, para além do PAA, existem outras iniciativas e dinâmicas de comercialização que estão sendo (des)estimuladas, fortalecidas ou articuladas a partir do Programa ou mesmo que já faziam parte da dinâmica dos agricultores e que passaram a ser reorganizadas a partir desta nova realidade.

Desta forma, no gráfico abaixo, são apresentados os dados referentes os mecanismos de comercialização acessados pelos agricultores antes do PAA (antes do ano de 2004) e onde passaram a comercializar após participar do PAA, mais especificamente após quatro anos de participação no Programa (ano de 2008).

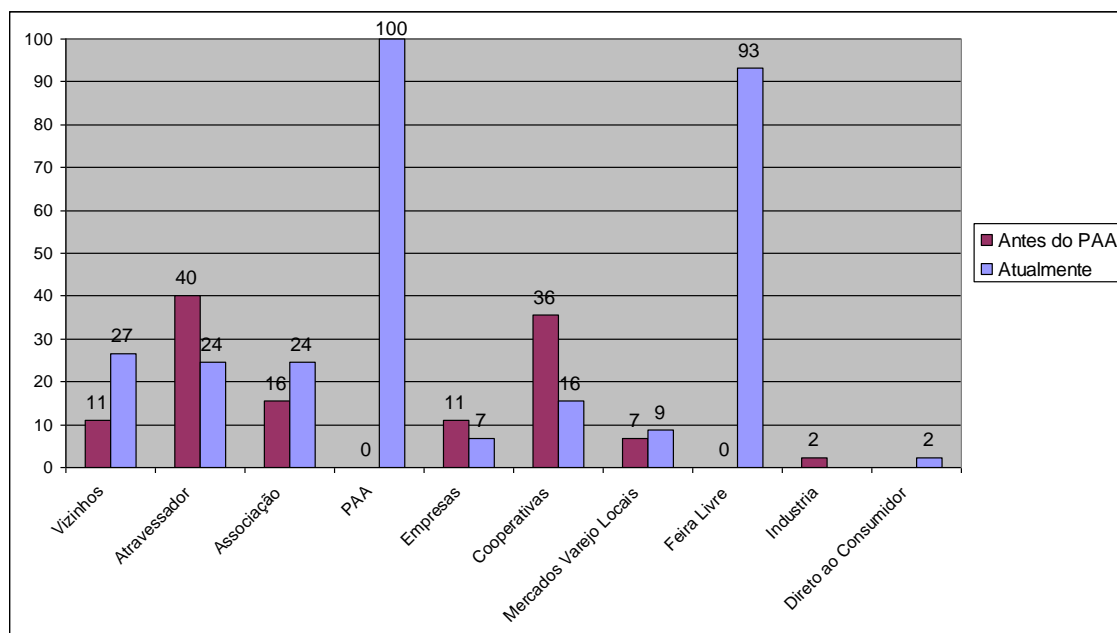


GRÁFICO 02 - PORCENTAGEM DE AGRICULTORES E OS LOCAIS DE COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO, ANTES DO PAA (2003) E NO ANO DE 2008. O autor (2008).

Antes do PAA, os mecanismos de comercialização mais acessados pelos agricultores eram: atravessadores (40%), cooperativas (36%), associação (16%) e empresas (11%). No entanto, as cooperativas, embora aparentemente sejam vistas como um mecanismo de comercialização que promova certa autonomia dos agricultores, é avaliada negativamente, pois caracterizam este mecanismo como pior ou igual aos atravessadores.

Observa-se que os agricultores acessavam o mercado através de instrumentos “tradicionais” de comercialização (cooperativa, atravessadores, empresas etc.), que lhes permitiam pouca ou quase nenhuma autonomia, seja referente aos produtos produzidos ou aos preços praticados. Nesta lógica, passam a ser reféns da demanda estabelecida pelo mercado, à exceção do comércio realizado com os vizinhos, pois os preços são estabelecidos de comum acordo entre quem vende e quem compra. No entanto, os demais mecanismos estabelecem o que deve ser produzido e a que preço pode ser comercializado.

A partir do PAA, os mecanismos que os agricultores avaliam negativamente⁹⁸ e que desestruturam as formas de produção e as relações sociais e econômicas dos agricultores, foram perdendo espaço para o Programa. Segundo relatos dos agricultores, o PAA contribui para o fortalecimento e a reestruturação da lógica produtiva segundo sua história e cultura, pois potencializa a produção de alimentos e aproxima os agricultores da população urbana.

A partir do PAA eu realizei um sonho que eu tinha, que era parar de trabalhar para fora. A minha propriedade é muito pequena, então, sem o trabalho para fora eu não tenho como ter renda. A partir do Programa eu to conseguindo ter uma renda igual ou maior do que tinha trabalhando para fora, e isso tudo é produzindo o que tá aqui na frente de casa. Eu não tenho área de lavoura, tenho apenas o quintal, aqui em volta da casa, o que você tá vendo, e produzir nesse pedaço de terra é muito difícil para conseguir renda. Mas com o Programa ta dando certo. Agora eu fico em casa e junto da família, isso é o mais importante.⁹⁹

A partir da participação no PAA, houve uma redução significativa de agricultores que estabeleciam relações comerciais com mecanismos de comercialização considerados menos transparentes e que desconstroem a autonomia dos agricultores.

Essa redução deu-se de forma quase que uniforme, sendo que a comercialização estabelecida com atravessadores reduziu de 40% para 24%, das cooperativas, de 36% para 16%, e nas empresas, de 11% para 7%. Estes dados demonstram, como já foi afirmado, que os agricultores avaliam negativamente estes mecanismos de comercialização, e que estes são “dispensáveis” diante de mecanismos mais próximos da lógica produtiva camponesa, como é o caso do PAA, da feira e da comercialização com vizinhos.

Os atravessadores, empresas, indústrias e cooperativas “impõem” mudanças na lógica de produção das famílias, reduzindo-os a função de operadores

⁹⁸ Os agricultores avaliam negativamente os mecanismos de comercialização realizados com atravessadores, cooperativas, empresas, indústrias e supermercados locais.

⁹⁹ Agricultor entrevistado do município de Fernandes Pinheiro. Pesquisa de Campo 2008.

do sistema produtivo, pois estes se veem “obrigados” a produzir tipos de produtos que não fazem parte da pauta de produtos tradicionalmente produzidos pelos agricultores familiares, como é o caso do fumo, soja, carvão, bicho da seda, assim como o milho e o feijão em grande escala. Da mesma forma, estabelecem relações sociais, econômicas e políticas que estimulam a desintegração das formas organizativas dos agricultores nos seus espaços de trabalho e convivência, pois passam a ser integrados a uma lógica individual e, essencialmente, monetária com estas organizações.

Outra contingência importante a ser destacada é que anteriormente ao PAA, os agricultores apresentavam um alto nível de especialização, com foco em alguns produtos, como é o caso de 67% dos agricultores que produziam o feijão para ser comercializado, 51% produzindo milho, 16% produzindo soja e pequenos animais, enquanto, inversamente, uma parcela diminuta dos agricultores da amostra produziam para a comercialização produtos como hortaliças, pinhão, panificios, entre outros.

Diferentemente do que o senso comum estabelece, a agricultura familiar “não produz” nos padrões modernos de agricultura, não porque não tem capacidade ou conhecimento técnico, mas em função de mercados estabelecidos a partir de padrões de produção que não são adaptados à sua lógica de produção. Seja pela baixa capacidade de investimento ou por regras de mercado que não dão conta dos custos de produção da pequena agricultura, a agricultura familiar fica alijada da política nacional de produção agrícola.

Para tanto, a exigência de especialização pelo PAA, está distante dos parâmetros da agricultura moderna, pois, a lógica estabelecida pelo Programa vai de encontro às necessidades de autoconsumo da família ao mesmo tempo em que está articulada com ganhos monetários suficientes para a manutenção dos padrões de renda da família, como será apresentado nesta pesquisa.

Assim, a decisão do que e quanto produzir para o Programa, permite que os agricultores tenham autonomia no que se refere à gestão da propriedade, do consumo e da renda familiar.

Vale destacar que durante as entrevistas os agricultores fazem questão de afirmar que o Programa de Aquisição de Alimentos representa: “uma ajuda do governo”; “é uma coisa boa porque a gente vende tudo o que tem”; “é a única coisa que você produz, vende e recebe”; “é uma boa coisa porque antes perdia a produção por falta de comércio”; “uma grande opção de comércio”; “é a garantia de um comércio sem precisar sair da propriedade”; “mais uma forma de comercialização que tem ajudado muito na renda da família”; “uma boa saída para os agricultores”; “uma forma de rendimento mensal”; “é uma ajuda para as famílias se manterem na roça”; “sem o PAA não teria como vender o que vendo atualmente”; “foi uma grande coisa, não tinha onde vender a produção, a gente produzia, mas não tinha onde vender, aí dava pra criação, e hoje em dia, ainda dá pra dar pra criação e ainda vender”; “em Fernandes todo mundo tem um canteiro em casa e sem o PAA não tem onde vender nossa produção”; “ajuda a aumentar a renda”; “é o que está mantendo a gente no campo, é uma complementação importante da renda da família”¹⁰⁰.

Estes relatos reafirmam a ideia de que os agricultores avaliam positivamente o PAA, sendo que estas avaliações são unânimes em relação à existência do Programa, seja em função da defesa da manutenção do PAA ou mesmo como forma de qualificá-lo enquanto mecanismo de comercialização que responde a uma demanda dos agricultores.

Vale ressaltar que a participação no PAA não se configura enquanto uma obrigatoriedade por parte dos agricultores, mas é avaliada enquanto uma perspectiva positiva, pois mais do que um mecanismo que possibilita a garantia da

¹⁰⁰ Relatos dos agricultores familiares da amostra, durante a pesquisa de campo 2008, sendo que 100% dos agricultores avaliam positivamente o programa, quando perguntados sobre o que representa o PAA para a ele e para a família – Questão 2.1 do roteiro de entrevista – ver Apêndice.

comercialização da agricultura familiar camponesa, tem possibilitado a reorganização das formas de produção e comercialização dos agricultores, na perspectiva de assegurar renda a partir da produção de alimentos que fazem parte da cultura e da dinâmica produtiva e alimentar dos camponeses.

Segundo Brandenburg¹⁰¹, ao avaliar a noção de autonomia pelos agricultores da região centro sul do Estado do Paraná, afirma que esta “refere-se ao que nem tudo é determinado exteriormente, mas que existe um controle interno, sobre a produção, sobre a organização do trabalho, sobre os processos de decisão. (...) O grau de autonomia parece estar determinado pelo seu projeto de vida...”. Assim, segundo os dados apresentados, o PAA tem conseguido estabelecer a autonomia para os agricultores familiares, pois além de valorizar e fortalecer as relações de produção e organização do trabalho fundadas a partir das relações da família e dos conhecimentos e saberes dos agricultores, como demonstrado nos dados da pesquisa, tem permitido que os agricultores estabeleçam um projeto coletivo, seja referente às formas de comercialização, produção e organização política.

No entanto, a condição camponesa articula-se e dialoga com a noção de ator, pois como defende Touraine, o ator se constitui enquanto tal quando tem um projeto e o defende contra a dominação e opressão de um sistema que tenta reestruturar seus valores, seus projetos e suas relações, na perspectiva de retirar sua autonomia e liberdade.

Mas não apenas isso, pois o ator se institui quando se reconhece e é reconhecido enquanto categoria social, e, para tanto, deve estar organizado coletivamente para que este reconhecimento não seja uma atribuição externa, mas uma construção coletiva que disputa e se coloca diante dos demais atores sociais e do Estado.

¹⁰¹ BRANDENBURG, A. *Agricultura familiar: ONGs e desenvolvimento sustentável*. Curitiba: Ed. UFPR, 1999. p. 129.

Nesta perspectiva, a noção de ator é condição para compreender em que medida os camponeses se reconhecem e são reconhecidos nos espaços sociais e nas relações políticas.

CAPITULO IV – O RECONHECIMENTO E AFIRMAÇÃO DOS CAMPONESES ENQUANTO ATORES

Os camponeses não estão isolados do sistema social, pelo contrário, dependem e estão articulados cada vez mais, pois necessitam de bens de consumo e de processos de comercialização que viabilize o acesso monetário. Acesso este que possibilita aos camponeses condições para assegurar a reprodução social.

O camponês não escolhe entre plantar e vender ou plantar para consumir, mas vende como única alternativa para garantir as condições mínimas de sua reprodução. Deste modo, a distinção entre autoconsumo e “excedente” comercializado não se identifica à distinção entre trabalho necessário e trabalho excedente. (...) Com efeito, a organização do trabalho familiar, depende, cada vez mais, dos mecanismos estruturais do mercado. Este passa a constituir uma mediação indispensável à obtenção, pelo camponês de seus meios de vida, da terra e dos instrumentos técnicos da produção e da transferência, para fora da unidade familiar, do sobretrabalho nela produzido, e que irá alimentar o processo global de acumulação do país.¹⁰²

Para tanto, faz-se necessário que os camponeses se reconheçam e sejam reconhecidos, pois a relação com o mercado pode, em vez de possibilitar a melhoria das condições de vida, imprimir um processo de desarticulação da condição camponesa de forma a colocá-los na situação de trabalhadores rurais.

No entanto, a realidade do rural se constrói e se ressignifica num ambiente imbricado na modernidade. Tal modernidade estabelece, de um lado, um modo de vida pautado pela comunicação de massa e pelo consumo, por um sistema produtivo regulado pela técnica e pelo valor econômico da produção, visando o lucro e a acumulação e pela fragmentação dos costumes e das tradições.

Os últimos anos do século XX testemunharam grandes mudanças em toda a face da Terra. O mundo torna-se unificado – em virtude das novas condições técnicas, bases sólidas para uma ação humana mundializada. Esta, entretanto, impõe-se à maior parte da humanidade como uma globalização perversa.

¹⁰² WANDERLEY, M. de N. B. *O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 123-124.

Consideramos, em primeiro lugar, a emergência de uma dupla tirania, a do dinheiro e a da informação, intimamente relacionadas. Ambas, juntas, fornecem as bases do sistema ideológico que legitima as ações mais características da época e, ao mesmo tempo, buscam conformar segundo um novo *ethos* as relações sociais e interpessoais, influenciando o caráter das pessoas. A competitividade, sugerida pela produção e pelo consumo, é a fonte de novos totalitarismos, mais facilmente aceitos graças à confusão dos espíritos que se instala. Tem as mesmas origens à produção, na base mesma da vida social, de uma violência estrutural, facilmente visível nas formas de agir dos Estados, das empresas e dos indivíduos.¹⁰³

Para tanto, a modernidade, ao mesmo tempo em que está imbricada em contingências que, de um lado, tecnifica e instrumentaliza a subjetividade, desconstruindo costumes, crenças e tradições estabelecidas historicamente e individualizando o espaço e “atemporizando” o tempo tem possibilitado a emergência da diversidade, da democratização das formas de comunicação, do reconhecimento social e político de grupos sociais historicamente ditos como atrasados, como é o caso dos camponeses, dos homossexuais, das populações tradicionais, dos saberes e das práticas tradicionais, da agroecologia, entre outros.

Segundo Giddens¹⁰⁴, a modernidade mediada pela noção de reflexividade, possibilita compreender os espaços sociais enquanto espaços de ressignificação e reconstrução permanente das práticas sociais. Assim, a modernidade se coloca enquanto momento histórico que retira o certo, a normatização, a homogeneização enquanto condição permanente e estabelece a organização social enquanto espaço fluído e em permanente mudança.

A reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformuladas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter. (...) Em todas as culturas, as práticas sociais são rotineiramente alteradas à luz de descobertas sucessivas que passam a informá-las. Mas somente na era da modernidade a revisão da convenção é radicalizada para se aplicar (em princípio) a todos os aspectos da vida humana, inclusive à intervenção tecnológica no mundo material. Diz-se com frequência que a

¹⁰³ SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 13ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2006. p. 37-38.

¹⁰⁴ GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. 2ª Edição. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

modernidade é marcada por um apetite pelo novo, mas talvez isto não seja completamente preciso. O que é característico da modernidade não é uma adoção do novo por si só, mas a suposição da reflexividade indiscriminada – que, é claro, inclui a reflexão sobre a natureza da própria reflexão¹⁰⁵.

Desta forma, a modernidade, de um lado, estabelece, de certo modo, o *homo economicus*, mas, ao mesmo tempo, possibilita que a sociedade não seja mais espaço de homogeneização, de massificação, de padronização, mas de abertura para novas possibilidades, novas vozes e olhares sobre a realidade social.

Não há, portanto, uma crise geral da modernidade, mas uma crise limitada, bastante profunda, no entanto para indicar que algo de importante se passa: o desaparecimento do evolucionismo social, da ideia de que existiria um processo natural de modernização, comandado por leis de desenvolvimento histórico capazes de revelar todos os aspectos da vida social e da sua transformação¹⁰⁶.

Segundo Touraine,

a passagem para a modernidade não é a da subjetividade para a objetividade, da ação centrada sobre si para a ação impessoal, técnica ou burocrática. Ela conduz da adaptação ao mundo para a construção de mundos novos, da razão que descobre as idéias eternas para a ação que, racionalizando o mundo, liberta o sujeito e o recompõe¹⁰⁷.

4.1 – CAMPESINATO E A NOÇÃO DE ATOR

Será a partir da modernidade que o ator tem a possibilidade de se constituir, de forma que esta construção se dá na relação racionalidade-subjetividade. O ator integra aquilo que é desejo, que é cultura, que é produção, que é identidade e que faz parte da sua individuação com o que é progresso técnico, que, ao mesmo tempo em que o coloca enquanto objeto, instrumentaliza-o para a ação transformadora.

¹⁰⁵ GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. 2ª Edição. São Paulo: Editora UNESP, 1991. p. 45-46.

¹⁰⁶ TOURAINE, A. *O Retorno do Actor: ensaio sobre sociologia*. Lisboa: Instituto Piaget. 1984. p. 56.

¹⁰⁷ TOURAINE, A. *Crítica da modernidade*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 243.

Assim, o ator, enquanto razão e identidade, se institui a partir da possibilidade da produção de uma subjetividade que permite a sua liberdade, sua libertação, mas não somente: possibilita também a liberdade do conjunto social em que está inserido, pois esta construção permeia a rede de relações por ele vivenciada.

Como defende Touraine, o ator

...não é simplesmente uma forma da razão. Ele só existe mobilizando o cálculo e a técnica, mas da mesma forma a memória e a solidariedade e, sobretudo, batalhando, indignando-se, esperando, inscrevendo a sua liberdade pessoal em combates sociais e libertações culturais. O ator, mais ainda que razão, é liberdade, libertação e negação ¹⁰⁸.

O ator não é unicamente subjetividade, emoção, afetividade e solidariedade. Pelo contrário, faz questão de firmar-se também enquanto razão, racionalidade e técnica, pois não será na relação comunitária e de identificação puramente que o ator se constitui, mas também na relação com o que permite ao ator ressignificar sua relação com a realidade a partir de uma leitura racionalizada e objetivamente construída.

Desta forma, o indivíduo e suas organizações só se (re)produzem enquanto atores quando resistem à dominação, luta por liberdade e reconhece o outro enquanto ator. A resistência à dominação é condição fundante para que o ator não tenha no mercado o ideal de mundo, muito menos tenha na comunidade ¹⁰⁹ espaço uno de (con)vivência. Pelo contrário, tanto um quanto outro podem se constituir

¹⁰⁸ TOURAINE, A. *Poderemos viver juntos?* iguais e diferentes. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998. p. 75.

¹⁰⁹ A noção de comunidade tem como norte a ideia de massificação, de relações estabelecidas a partir de ideologias e dogmas que impossibilitam o ator de repensar criticamente suas práticas sociais. A noção de comunidade não tem a objetividade da comunidade enquanto *locus*, mas enquanto noção de comunitarismo, que desconstrói a ideia de que os indivíduos e as organizações possam quebrar as amarras de um sistema social imposto e inquestionável. Mas, ao mesmo tempo, a noção de comunidade traz consigo os princípios de solidariedade, de identidade, de construção coletiva de um projeto, sendo condição fundante para que o ator se constitua enquanto tal, pois a individualização é o atrelamento ao mercado e a racionalidade instrumental. Da mesma forma, a relação unidimensional com a comunidade leva o ator a se instituir enquanto objeto de ideologias e dogmas.

enquanto formas de dominação e homogeneização do indivíduo e da sociedade. Para isto, é necessário que o ator crie condições de defesa em relação ao mercado e à comunidade.

Desta forma, a produção do ator não se dará apenas por este duplo afastamento, mas essencialmente pela rearticulação destes dois espaços na consolidação de um modo de vida que integra subjetivação e instrumentalidade¹¹⁰, ou seja, a construção de um projeto coletivo de rural articulado com o mercado, respeitando e defendendo a condição camponesa e seu reconhecimento social e político enquanto tal.

A resistência à dominação, da mesma forma que mantém o ator distante dos processos homogeneizadores, propicia que reconheça o outro e este a si mesmo enquanto ator, possibilitando a quebra do isolamento e da individualidade contida anteriormente.

Assim, como a resistência à sociedade de mercado (capitalista) e a comunidade (enquanto forças homogeneizadoras) são condicionantes para a produção do ator, é necessário a afirmação de um projeto coletivo perante a organização social. O indivíduo isolado de processos coletivos de reconhecimento e de autonomia não conquista sua condição de ator.

Desta forma, a partir do PAA, a hipótese é que os agricultores podem afirmar-se enquanto atores, pois o Programa permite aos agricultores restabelecer processos produtivos fundados a partir de uma lógica camponesa, ou seja, não estão atrelados, unicamente, à lógica econômica imposta pela agricultura moderna.

Os agricultores da amostra desta pesquisa, mesmo que organizados coletivamente, não estão ligados a processos homogeneizadores, pois tem seu projeto coletivo respeitado e reconhecido. Assim, os agricultores participantes do PAA, como será discutido ainda neste capítulo, afirmam-se enquanto atores, pois constroem um projeto coletivo ao mesmo tempo em que se reconhecem e são

¹¹⁰ TOURAINE, A. *Poderemos viver juntos? iguais e diferentes*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

reconhecidos no contexto local.

Para tanto, a noção de ator está, necessariamente, articulada à idéia de ação coletiva, a qual nos remete à noção de uma categoria social muito particular que “...questiona uma forma de dominação social, simultaneamente particular e geral, invocando contra ela valores e orientações gerais da sociedade, que ela partilha com seu adversário, para privar este de legitimidade”¹¹¹.

Nesta perspectiva, a organização coletiva é o espaço onde os atores se articulam por um projeto coletivo com o objetivo de reivindicar e lutar por princípios éticos e morais contra um poder hegemônico. A ação coletiva é quem subsidia a produção do ator e vice-versa.

Assim, os camponeses e suas organizações só se instituem enquanto atores, a partir do momento em que se defendem da sociedade de mercado, ao mesmo tempo em que propõem um projeto e estratégias coletivas alternativas a este modelo, de forma que permitam a estes inserir-se economicamente nos processos sociais, mas preservando sua condição e seus espaços coletivos e individuais que lhes garantam sua reprodução social, sua identidade e sua autonomia, ou seja, seu projeto coletivo.

No entanto, com o advento da Revolução Verde e das formas modernas de agricultura, alteraram-se as bases tecnológicas de produção e as relações de mercado. Deve-se frisar que não foi apenas isso. Modificaram-se progressivamente as bases organizativas das comunidades e grupos sociais do campo, além da cultura e da relação homem-natureza, imobilizando o indivíduo e suas organizações numa rede de relações dominadas pela razão e pelo capital. As consequências deste processo são, em certa medida, uma crise sócio-cultural, que descaracteriza sua relação com a natureza e a relação com o outro, fragmentando e desconstruindo a dinâmica social e cultural presente nas comunidades, assim como as formas de produção e comercialização existentes nestes espaços sociais.

¹¹¹ TOURAINE, A. *Poderemos viver juntos? iguais e diferentes*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998. p. 113.

Esta crise levou vários grupos sociais, principalmente os de origem rural, a uma perda de sentido à medida que se destroem as formas de vida tradicional (...). Destrói as formas de vida anterior sem dar condições de reintegrá-los a uma vida social que permita realizarem-se satisfatoriamente (...) Daí as reações múltiplas que retratam um sistema que, se não está prestes a desintegrar-se, submete-se a uma colonização culturalmente estéril sem dar condições aos atores sociais de reagirem aos meios de comunicação de massa regidos pela indústria cultural.¹¹²

No entanto, não será a negação da tecnologia e da organização da produção para o mercado quem manterá ou restituirá a condição de vida camponesa, mas a articulação entre a condição camponesa (subjetivação, projeto de vida e autonomia), a organização sócio-política (identidade, reconhecimento e projeto coletivo) e a relação com o mercado (racionalização); são esses elementos que possibilitarão a produção dos camponeses enquanto atores sociais.

Estabelecer relações com o mercado, por si só, não são razões para a desconstrução da condição camponesa, mas o que potencializa esta é a forma como os agricultores estabelecem relações com estes mercados e vice versa.

Como exemplo, a integração agroindustrial e a produção de *commodities* agrícolas têm pressionado para que a pequena agricultura estabeleça novas formas de produção, impactando diretamente nas relações familiares, no trabalho, na organização social e política e nas relações locais e comunitárias, ou seja, na reorganização das condições de vida para uma agricultura moderna.

Assim, o ator tem a intenção de utilizar-se do progresso técnico desde que esse não o faça objeto, não o torne instrumento; e é por este motivo que o ator luta por sua liberdade, luta para que sua cultura, suas crenças e seu projeto coletivo sejam respeitados e reconhecidos enquanto tal.

¹¹² BRANDENBURG, A. *Agricultura familiar: ONGs e desenvolvimento sustentável*. Curitiba: Ed. UFPR, 1999. p. 56.

4.2 - PROJETO COLETIVO E OS ATORES CAMPONESES

O acesso dos agricultores ao Programa de Aquisição de Alimentos, tanto do município de Fernandes Pinheiro como do município de Turvo, ocorreu, necessariamente, em função de que havia uma organização formalmente constituída, como é o caso da ASSIS e da AGAECO.

No entanto, mais do que a constituição de uma organização formal, o acesso ao PAA implica na organização coletiva da produção, de forma a dar escala à produção familiar, como também estabelecer a organização coletiva em torno do processo de distribuição e logística, mas, fundamentalmente, a partir da construção de um projeto coletivo que estabeleça os pressupostos políticos deste processo organizativo.

Assim, a constituição enquanto atores sociais não se dará em função da simples formatação de uma organização burocraticamente constituída e de processos de negociação e comunicação, mas será, também, em função do quanto esta organização de agricultores está mobilizada em torno de um projeto político.

No mundo rural brasileiro, a partir da década de 80 do século XX, com forte ascendência em fins da década de 90, movimentos sociais e organizações não governamentais passaram a questionar a agricultura moderna e propor uma agricultura alternativa. Este modelo alternativo consolidou-se através da agroecologia, em fins da década de 90. Tal modelo tem como pressuposto a pequena agricultura como público prioritário, o fortalecimento da organização social e política dos agricultores, a preservação do meio ambiente, o resgate e a valorização cultural dos saberes e das práticas dos camponeses e o fortalecimento de processos de comercialização de âmbito local e regional, aproximando a produção do consumo.

A agroecologia, diferentemente de outros modelos de desenvolvimento propostos até então, consolida o papel central dos agricultores enquanto atores sociais que participam ativamente do processo de construção de espaços mais

democráticos, solidários e autônomos.

As associações pesquisadas, além de terem como foco a produção agroecológica, participam da Rede Ecovida¹¹³ com a perspectiva de integrar-se a um projeto coletivo que propõe outras formas de relações sociais, políticas e econômicas.

A participação das associações e dos agricultores na Rede Ecovida permitiu, em grande medida, fortalecer uma identidade camponesa com um projeto coletivo de produção agroecológica, pois a realização de intercâmbios e a assessoria do Instituto Equipe de Educadores Populares (IEEP) possibilitaram que estes agricultores acessassem informações, recursos e se organizassem em torno deste projeto.

Assim, mais do que acessar o mercado institucional do PAA e das feiras agroecológicas, os agricultores da ASSIS e da AGAECO organizaram-se em torno de um projeto político, com foco na agroecologia e em processos de comercialização, que garantisse a reprodução dos agricultores e de suas famílias a partir de pressupostos que não os da agricultura moderna. Portanto, o projeto coletivo dos agricultores da amostra se constrói a partir de pressupostos de um projeto fundado na agroecologia, na segurança alimentar dos agricultores e dos consumidores, mas também aproximação entre a produção e o consumo, retirando os intermediários do processo de comercialização e, assim, possibilitando outras formas de relação entre o rural e o urbano.

Vale ressaltar que os agricultores e os representantes das associações

¹¹³ Com a perspectiva de fomentar e integrar as experiências em agroecologia, um grupo de ONGs de desenvolvimento rural dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, fundam a Rede Ecovida de Agroecologia. Trata-se de uma organização sem fins lucrativos, que organiza e gestiona um processo de certificação participativa de produtos agroecológicos. No entanto, vale destacar que a Rede Ecovida não se restringe a certificação, mas tem como objetivos: estimular o trabalho associativo na produção e no consumo de produtos ecológicos; articular e disponibilizar informações entre as organizações e pessoas; aproximar, de forma solidária, agricultores e consumidores; estimular o intercâmbio, o resgate e a valorização do saber popular; ter uma marca e um selo que expressam o processo, o compromisso e a qualidade¹¹³. Cf.: REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. Disponível em: <<http://www.ecovida.org.br/?sc=SA002&stp=STP0002>>. Acessado em: 20/09/09.

pesquisadas afirmam que o PAA vem permitindo a consolidação deste projeto fundado na agroecologia por parte dos participantes do Programa, pois a garantia da comercialização desta produção tem estimulado e viabilizado a conversão agroecológica numa velocidade muito superior do que verificava-se anteriormente.

Antes do PAA era difícil a gente ter espaço para comercializar a produção. O PAA deu visibilidade para nós, tanto que abrimos à feira em Turvo. Além disso, hoje em dia, tem muitas famílias de agricultores querendo entrar na AGAECO, mas isso por causa do PAA. De um lado isso nos anima, mas também nos preocupa, porque a agroecologia não pode ser um projeto econômico, mas um projeto de defesa da qualidade de vida, contra a produção da monocultura. Mas o PAA acaba sendo muito bom, porque da visibilidade e possibilita ampliar o projeto da agroecologia. (...) O PAA é que tem dado sustentação para as feiras, sem o Programa acho que a gente teria muita dificuldade para ter a quantidade e a diversidade de produtos que temos nas feiras, além de que não sei se teríamos tantos agricultores participando, pois desanima produzir e não conseguir vender. E o PAA é que nos dá maior garantia de comercialização e renda.¹¹⁴

Desta forma, o PAA tem oportunizado a visibilidade e reconhecimento dos agricultores a partir de motivações objetivas do Programa, como a questão financeira¹¹⁵, mas, fundamentalmente, a partir da possibilidade de serem reconhecidos política e socialmente, sejam nas relações entre agricultores e comunidades rurais e também a partir do reconhecimento pela sociedade envolvente.

Este reconhecimento é legitimado e se confirma, no caso estudado, através das relações estabelecidas com o poder público municipal (através da prefeitura e das entidades sociais dos municípios), do poder público federal (através da CONAB), pelo poder público estadual (através da SETP) e pelos agricultores de outras comunidades no município (através de organizações e prefeituras de

¹¹⁴ Entrevista realizada com representante da diretoria da AGAECO. Município de Turvo. Pesquisa de Campo. 2008.

¹¹⁵ Segundo dados das entrevistas, 87% dos agricultores afirmam terem aumentado a renda a partir da participação no PAA, sendo que 81% dos agricultores relatam que este aumento representa até 300 reais por mês. No que se refere à renda familiar, 64% dos agricultores afirmam que a renda obtida no PAA representa até 50% da renda familiar total.

municípios do entorno de Turvo e Fernandes Pinheiro, pois por terem ingressado no PAA ainda em 2004, serviram como referência) e, também, por pesquisadores que passaram a se interessar pela trajetória destes grupos, como é o caso desta pesquisa e de outras.

Muita gente veio visitar a gente por causa do PAA e da feira. Agora parou um pouco, faz um tempo já, porque agora em todo lugar tem o PAA, mas foi bem importante pra nós, porque a gente começou a se valorizar. (...) Foi bom também, porque a prefeitura passou a respeitar a gente mais. Antes a gente nem existia. Nesse ano, até debate com os candidatos a prefeito, a AGAECO organizou. Mas o principal é que a prefeitura precisa da gente, porque a gente entrega alimento de graça pra eles, então à gente começou a pedir pra eles pagarem combustível para o transporte e também algumas matérias primas, como foi o caso da farinha de trigo. Isso foi resultado de muito trabalho, não foi do dia pra noite, mas foi trabalhando muito, brigando muito, muita reunião pra gente ser reconhecido como a gente é hoje. Ai agora todo mundo quer ser sócio da associação.¹¹⁶

Nesse sentido, a afirmação e o reconhecimento enquanto atores não se dará apenas pela valorização do trabalho e da renda, pela valorização política da sociedade e organizações locais, mas, fundamentalmente, pela valorização e reconhecimento de um projeto coletivo que se materializa na proposta da agroecologia e da participação em mercados locais.

Este projeto está fundado na organização política dos agricultores em torno das associações, na valorização econômica através da participação nas feiras e no PAA, na produção agroecológica e no debate sobre a formação de mercados locais para a agricultura familiar.

O PAA contribuiu muito para aumentar a produção dos agricultores, para melhorar nossa organização, porque a gente passou a ter que responder mais rapidamente. A demanda de produtos é muito maior que das feiras. Isto estimulou todo mundo. A gente resgatou muito produto que não produzia mais, aumentou a variedade, a diversidade de alimentos. Isto só foi possível com o PAA. Porque o PAA é também muito rentável. Mas a gente discute na AGAECO, que o PAA é uma parte do nosso trabalho. Nós temos que ter um projeto firme. Não dá pra imaginar que o PAA é pra vida toda. Nós

¹¹⁶ Agricultor entrevistado do município de Turvo. Pesquisa de Campo 2008.

aumentamos a feira. Antes tinha só em Guarapuava, agora temos em Turvo também. Nós temos convite para entregar no hospital de Guarapuava, em restaurantes. Isto tudo está sendo possível porque a gente tem um projeto da produção agroecológica e o PAA nos dá sustentação para estruturar estes projetos.¹¹⁷

A noção de ator é fundamental para compreendermos este processo que vem ocorrendo nestes dois municípios, pois os agricultores alteraram de forma significativa a lógica produtiva e os mecanismos de comercialização acessados, como demonstrado no capítulo III. No entanto, este processo não se deu exclusivamente em função de uma racionalidade econômica, mas também em função de um projeto coletivo que permite aos agricultores fortalecerem a condição camponesa e, principalmente, serem reconhecidos enquanto atores nos espaços locais.

Para tanto, este projeto coletivo passa a ser reconhecido e legitimado pela sociedade envolvente a partir do momento em que as racionalidades interpostas no processo, vão além do econômico.

A partir do Programa é que a gente começou a comprar os alimentos diretamente dos agricultores daqui do município. Eu e muitos professores começamos a comprar os alimentos dos agricultores que entregam para a escola. A gente vê até dono de mercado saindo da feira com sacola cheia. Isso porque a gente sabe da qualidade, sabe que é agroecológico. Até visita as propriedades a gente já fez com as crianças. Os agricultores já vieram aqui fazer palestra também. O importante disso tudo é que os alimentos são produzidos sem o uso de agrotóxicos, e a gente sabe quem é que produz. Outra coisa importante, é que a gente comprando deles a gente gera renda aqui no município.¹¹⁸

Os agricultores e suas organizações se afirmam enquanto projeto coletivo, a partir da defesa pela agroecologia e pela organização coletiva. No entanto, este projeto não predispõe uma desarticulação com estratégias de mercado, pelo contrário, aproximou os agricultores de processos de comercialização e estes são

¹¹⁷ Entrevista realizada com representante da diretoria da AGAECO. Pesquisa de Campo 2008.

¹¹⁸ Entrevista realizada com uma professora de Escola Municipal de Turvo. Pesquisa de Campo 2008.

construídos a partir do projeto coletivo dos agricultores.

Assim, mais do que ampliar as formas de relação com o mercado, o PAA possibilitou a afirmação e emergência dos agricultores enquanto atores, a partir do reconhecimento do projeto coletivo, pois o Programa oportunizou: 1) o fortalecimento das relações organizativas dos agricultores em torno das associações e nas redes sociais (Rede Ecovida, relação com ONGs, com governos, com a sociedade envolvente etc); 2) a ampliação dos processos de comercialização que garantam a autonomia fundada numa lógica camponesa; 3) o reconhecimento dos agricultores nos espaços locais e; 4) fortaleceu a organização dos agricultores em torno de um projeto coletivo, agroecológico e de afirmação econômica e política diante dos espaços locais (instituições políticas, processos de comercialização e abastecimento alimentar).

Portanto, diferentemente de processos organizativos que excluem os agricultores de processos comerciais ou geram uma dependência excessiva para com lógicas econômicas consideradas modernas, o PAA tem demonstrado a capacidade de instrumentalizar estes grupos de agricultores de forma a garantirem a reprodução enquanto camponeses e, fundamentalmente, para conquistarem a condição de atores sociais nos espaços locais a partir da defesa de um projeto coletivo que lhes permitam articular a dimensão econômica com a dimensão política.

Assim, as consequências e resultados advindos do processo de participação dos agricultores no PAA, não se resumem à instrumentalidade econômica, mas têm contribuído significativamente para a afirmação e reconhecimento dos agricultores enquanto atores. Este reconhecimento passa, necessariamente, pela afirmação de um projeto coletivo. No entanto, o reconhecimento se dará pela articulação entre projeto coletivo e o reconhecimento do outro enquanto ator.

Esta pesquisa identificou, através das entrevistas realizadas com agricultores e população urbana, que a partir do PAA foi possível o reconhecimento dos agricultores e das associações enquanto atores no espaço local. Este

reconhecimento não se deu exclusivamente em função da entrega de alimentos, mas se deu também a partir de um projeto que se sustenta na defesa da comercialização institucional, da agricultura agroecológica, do processo de comercialização local através das feiras, do processo organizativo em torno das associações, assim como a defesa pela co-participação das prefeituras municipais na execução do PAA.

Antes do PAA nós tínhamos um projeto de agroecologia, mas não tínhamos um projeto de como isso poderia acontecer aqui no município. A gente produzia, mas não tinha como chegar na cidade com isso. O pessoal (da cidade, os agricultores não agroecológicos) sabia quem a gente era, mas a gente não era respeitado aqui no município. Foi só a partir do PAA que a gente passou a ser reconhecido da forma como a gente é hoje. A prefeitura reconhece, as escolas, as entidades sociais e os consumidores da feira. Foi a partir do PAA que a gente conseguiu iniciar a feira aqui. E foi com essas coisas que a gente conseguiu o respeito e o reconhecimento do povo da cidade para nós e para o nosso trabalho.¹¹⁹

Portanto, a partir do momento em que os agricultores passam a operacionalizar o PAA e, assim, estabelecer relações com representantes de entidades sociais e do governo local, os agricultores passam a ser reconhecidos social, política e economicamente.

Com o PAA a gente começou a perceber que tem muito mais agricultores produzindo alimentos aqui perto da gente. Que a gente não precisa tanto dos mercados. Que os alimentos que são produzidos tem muita qualidade e são agroecológicos. Que a gente comprando os alimentos destes agricultores a renda fica aqui para o nosso município. Isso é importante, porque esses agricultores são pobres, e a gente precisa valorizar eles também.¹²⁰

Para tanto, o reconhecimento está articulado ao projeto coletivo dos agricultores, que, afirmado e defendido perante a sociedade envolvente, se estabelece enquanto um processo de luta para viabilizar relações de reciprocidade,

¹¹⁹ Entrevista realizada com representante da diretoria da AGAECO. Pesquisa de Campo 2008.

¹²⁰ Entrevista realizada com representante de uma Escola Municipal do Município de Fernandes Pinheiro. Pesquisa de Campo 2008.

afirmação e reconhecimento dos agricultores enquanto atores da realidade local.

A afirmação e a emergência dos atores no espaço local se darão em função do reconhecimento de que os agricultores são produtores de alimentos, estão organizados coletivamente, são responsáveis pela gestão e operacionalização do PAA e das feiras agroecológicas, mas, principalmente, porque os agricultores passaram a interferir nos espaços locais de maneira a reorganizar a forma como a sociedade envolvente os visualizava e os reconhecia política e economicamente.

Antes do PAA era difícil a prefeitura ouvir a gente. Agora que a gente tá entregando os alimentos, a prefeitura quer falar com a gente. Tem interesse na gente. As coisas mudaram. A prefeitura paga o combustível para o transporte dos alimentos. Até debate na campanha eleitoral a gente organizou, mas o prefeito atual não foi. Acho que ele tem medo da gente. Mas foi bastante gente do município assistir. Isso mostra o quanto à gente tá sendo valorizado. Isso valoriza a gente. A gente fica até importante.¹²¹

A organização e o contexto social, político e econômico oportunizado a partir da participação dos agricultores e das associações no PAA, assim como a defesa de um projeto fundado na agroecologia, têm permitido um processo de valorização e afirmação dos agricultores enquanto atores, pois a população urbana, assim como as instituições públicas e privadas (supermercados, cooperativas de crédito, etc.), reconhecem os agricultores como responsáveis pela produção de alimentos, pela dinamização da atividade econômica local, mas, fundamentalmente, pela melhoria da qualidade de vida das pessoas a partir da disponibilização de alimentos saudáveis.

¹²¹ Agricultor entrevistado do município de Turvo. Pesquisa de Campo 2008.

Tanto a feira como o PAA ajudou a gente a perceber que lá no interior tem muita gente produzindo alimento. E alimentos de boa qualidade. A gente já tava acostumado a comprar alimento de agricultores, mas agora a gente tem muito mais alimentos. Antes a gente precisava ir até os agricultores, agora tem a feira. E na merenda da escola a gente tem tipos de alimentos que fazem parte da nossa alimentação, não tem apenas alimentos enlatados e que as crianças não estão acostumadas. E estes alimentos são livres de químicos, eles são agroecológicos.¹²²

Este processo de reconhecimento não se dá apenas em função do reconhecimento externo aos agricultores, mas enquanto autoreconhecimento.

Foi importante o pessoal da cidade nos reconhecer, porque isso teve como resultado o resgate da nossa identidade. No início do Programa, o pessoal (os agricultores) achava que a gente não tinha capacidade para entregar alimentos para as escolas e para a feira. Hoje eles sabem que podem fazer e que têm capacidade. O pessoal não tem mais vergonha do que fazem. Antes, a gente falava que era agricultor e isso não era nada. Agora o pessoal fala com orgulho, porque todo mundo sabe quem a gente é.¹²³

Assim, seja no município de Turvo ou no município de Fernandes Pinheiro, os agricultores afirmam que o reconhecimento da prefeitura municipal e da população urbana possibilitou o fortalecimento da organização coletiva dos agricultores, seja através do reconhecimento institucional, através do financiamento e subsidio do poder público municipal para o transporte dos alimentos, ou mesmo o reconhecimento da sociedade e das instituições locais, que permitiram aos agricultores se colocarem nos processos de disputa política e de intervenção nos espaços de mercado local.

Para tanto, o resgate e a reafirmação de um projeto coletivo que os identifica e possibilita a organização dos agricultores é condição para que se institua um processo “de resistência, um movimento de autodefesa contra todas as agressões e ameaças externas. É também uma tentativa de reforçar o espírito de

¹²² Entrevista realizada com a Diretora de uma Escola Municipal do Município de Turvo. Pesquisa de Campo 2008.

¹²³ Agricultor entrevistado do município de Turvo. Pesquisa de Campo 2008.

união, de solidariedade destinada a combater esses mesmos perigos”¹²⁴.

Antes do PAA a associação, os grupos, a gente, fazia a discussão sobre agroecologia, sobre como comercializar nossa produção sem que fosse para os atravessadores, mas foi com o PAA que a gente conseguiu ter um projeto mais firme, que todo mundo passou a acreditar mais. O pessoal se envolveu mais na associação. Agora a gente tem um projeto que tá na prática, tá no nosso dia a dia.¹²⁵

Os agricultores e as associações pesquisadas apresentam e reforçam este projeto coletivo quando reivindicam do poder público municipal a sua co-participação financeira e política na operacionalização do PAA, mas também na defesa e abertura de espaços públicos para a organização das feiras. No entanto, estes processos só foram possíveis em função da clareza do projeto que os agricultores possuem, do estabelecimento de relações de negociação e de disputa de espaço político com o poder público municipal.

Vale ressaltar que este processo de negociação entre as associações e demais instituições, vem ocorrendo desde 2004, ou seja, é um processo consolidado ou em processo de consolidação. Não há como negar que as associações imprimiram um processo que avançou significativamente na visibilidade, no reconhecimento e no estabelecimento de intersubjetividades com instituições e organizações que pudessem contribuir para o desenvolvimento do PAA, das feiras agroecológicas e, portanto, do projeto coletivo dos agricultores.

Desta forma, é possível afirmar que o Programa oportunizou, estimulou e, de certo modo, garantiu que os agricultores e as associações pesquisadas afirmassem um projeto coletivo e sua condição enquanto ator, pois, num primeiro momento, foi a visibilidade dos agricultores no espaço urbano, através do PAA, que permitiu, num segundo momento, o reconhecimento dos agricultores enquanto produtores de alimentos e, também, enquanto agricultores que participam social,

¹²⁴ ALMEIDA, J. *A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil*. Porto Alegre: Ed. Universidade, UFRGS, 1999. p. 136.

¹²⁵ Agricultor entrevistado do município de Turvo. Pesquisa de Campo 2008.

econômica e politicamente do contexto local.

Vale ressaltar que este reconhecimento não existia anteriormente ao PAA. Os agricultores, mesmo que organizados coletivamente, não interferiam diretamente nas estratégias governamentais locais, no mercado local e nos espaços comunitários, da forma como passaram a intervir a partir do PAA. Desta forma, é possível afirmar que o Programa de Aquisição de Alimentos possibilitou a afirmação dos agricultores e de suas associações enquanto atores sociais, políticos e econômicos destes espaços locais.

O reconhecimento e, conseqüentemente, a emergência dos agricultores enquanto atores sociais ocorreu não apenas em função da visibilidade dos agricultores nos espaços institucionais e sociais, mas, fundamentalmente, em função da afirmação institucional e política das associações através da operacionalização do PAA e da organização das feiras de produtos agroecológicos.

A articulação entre o reconhecimento e a emergência enquanto atores se efetiva também na dimensão política, pois a participação e a interferência em processos políticos locais estão imbricadas na correlação entre a afirmação do ator e o reconhecimento político. No entanto, esta condição passa pela organização coletiva e pela estruturação de processos produtivos que possibilitem condições de autonomia e liberdade, que permitem, assim, o reconhecimento social do trabalho e da condição dos agricultores enquanto atores.

Desta forma, o PAA, se de um lado, possibilitou fortalecer um projeto coletivo que já vinha sendo estruturado pelos agricultores, de outro possibilitou as condições para que este projeto ganhasse força e visibilidade para com a sociedade envolvente e, conseqüentemente, reconhecimento e legitimidade social e política de participação nos espaços locais.

4.3 - A CONDIÇÃO CAMPONESA, ATORES E AS RELAÇÕES ECONÔMICAS NO CONTEXTO LOCAL

Mais do que a defesa por um projeto coletivo, o PAA tem oportunizado que os agricultores familiares e suas organizações lutem por condições de mais autonomia e pela defesa de uma relação com o mercado que possibilite as condições de produção e trabalho camponês¹²⁶.

Esta afirmação se confirma quando os agricultores da amostra foram questionados sobre qual o mecanismo de comercialização que consideram como mais próximo do ideal e o mecanismo que consideram mais distante do ideal, conforme tabela abaixo.

TABELA 21 – AVALIAÇÃO DOS AGRICULTORES DA AMOSTRA SOBRE OS MECANISMOS DE COMERCIALIZAÇÃO CONSIDERADOS COMO MAIS PRÓXIMOS DO IDEAL

	Pior Mecanismo		Mecanismo Ideal	
	Nº	%	Nº	%
Vizinhos	02	04	00	00
Atravessador	22	49	00	00
Associação	01	02	01	02
PAA/Compra Direta	00	00	36	80
Outras Empresas	01	02	00	00
Cooperativas	04	10	00	00
Mercados Locais	10	22	00	00
Feira Livre	00	00	07	16
Indústria	01	02	00	00
Venda Direta	01	02	01	02
Não soube responder	03	07	00	00
	45	100	45	100

Fonte: O autor (2008)

Os dados da tabela 21 apresentam informações sobre a avaliação que os camponeses têm dos mecanismos de comercialização acessados. Os agricultores afirmam que o PAA é um instrumento mais próximo do ideal, pois ele permite: 1) que

¹²⁶ Esta condição tem como pressuposto a produção fundada na policultura – pecuária; na transmissão do conhecimento e do capital material para as futuras gerações; no local enquanto espaço de produção de subjetividade e intersubjetividade, que extrapola as relações familiares e de parentesco; em certa autonomia em relação às relações externas; e na produção de subsistência, mas não enquanto atividade central da produção.

as famílias produzam e comercializem alimentos que muitas vezes já fazem parte das estratégias de autoconsumo; 2) o fortalecimento da diversificação da produção; 3) a valorização da escala de produção de pequenas áreas; 4) a compatibilização da logística de entrega com os valores dos produtos; 5) o reconhecimento dos agricultores enquanto produtores de alimentos na dimensão local e comunitária; 6) a garantia de sustentação financeira; e 7) a valorização da organização política e produtiva dos agricultores familiares¹²⁷.

Assim, o PAA, mais do que possibilitar um satisfatório retorno financeiro, segundo os agricultores, tem permitido uma relação com o mercado fundada em outros pressupostos que até então não eram compartilhados quando na relação com a agricultura moderna.

As cooperativas, empresas e os atravessadores pagam o que querem pela nossa produção. A gente tem que vender para eles porque não tínhamos como vender para outros. E a gente sempre tem que vender quando tá no menor preço, porque a gente tem que pagar crédito e sobreviver. Mas não é só isso. O que a gente produz para vender pra eles não é o que a gente gostaria de produzir. Eu gostaria de produzir outras coisas, vender para outros lugares, ter mais participação no preço. Mas, antes do projeto do governo (PAA), a gente ficava refém dos atravessadores. Hoje eu ainda vendo pra eles, mas é porque a gente nunca sabe até quando vai o projeto (PAA).¹²⁸

As relações construídas a partir da comercialização institucional, como relatam os agricultores, está fundada não apenas na relação econômica, embora esta seja indispensável e muito atraente. No entanto, as relações estabelecidas entre agricultores e instituições beneficiárias, assim como a relação das organizações de agricultores com os governos (municipal, estadual e federal) e o fortalecimento do processo organizativo (projeto coletivo) dos agricultores, têm influenciado diretamente na avaliação dos agricultores em relação à preferência ao

¹²⁷ Informações coletadas através das entrevistas realizadas com os agricultores da amostra.

¹²⁸ Agricultor entrevistado do município de Turvo. Pesquisa de Campo 2008.

PAA, pois será a partir destas relações que os agricultores afirmam serem reconhecidos pelos consumidores urbanos e pelas instituições públicas e não governamentais, sejam elas locais ou não (como será demonstrado neste capítulo).

O PAA tem permitido que os agricultores tenham garantido e fortalecido a organização política e um projeto coletivo, fundado a partir das condições sociais, políticas e econômicas que são estabelecidas e planejadas pelos agricultores e suas organizações.

Foi a partir das relações oportunizadas pelo PAA que os agricultores puderam se afirmar enquanto atores; não foi, única e exclusivamente, a partir da afirmação da organização coletiva e de um projeto coletivo, mas a partir do processo e das relações (econômicas e políticas) proporcionadas pelo Programa que se possibilitou a afirmação destes enquanto atores no contexto local (como será demonstrado neste capítulo).

No entanto, o PAA, isolado e descolado de um projeto e da organização coletiva dos agricultores, seria um projeto de geração de renda e com características essencialmente emergenciais. Assim, será a partir do PAA que os agricultores conseguiram estruturar e organizar um processo de relação com o urbano que lhes permitiu o reconhecimento e a visibilidade necessária para intervirem na realidade local com a perspectiva de defenderem um projeto coletivo.

O Programa tem permitido o que antes a gente não tinha. A feira foi possível. A prefeitura passou a ver a gente. A CONAB passou a ver a gente. Muita gente tem percebido o nosso trabalho. Seja aqui no município ou fora. Isso é importante, porque a gente começou a ter condições de pegar mais recursos, mas também de participar mais das coisas, do processo político.¹²⁹

Os agricultores da amostra avaliam que as condições de comercialização acessadas seriam dificilmente percebidas em outros mecanismos de comercialização até então disponíveis. Estas condições, segundo os agricultores,

¹²⁹ Entrevista com representante da direção da AGAECO. Município de Turvo. Pesquisa de Campo 2008.

fundam-se na possibilidade de autonomia da produção e do trabalho, assim como a garantia financeira e o fortalecimento da organização coletiva, pois as feiras livres, organizadas pela AGAECO no município de Turvo, e pela ASSIS no município de Fernandes Pinheiro, mesmo com características muito próximas ao PAA, não são tão estáveis, visto que não há como prever o que será comercializado e as relações políticas com as organizações locais não se dão necessariamente.

O PAA é muito importante, temos críticas, mas é muito importante. Enquanto ele funciona durante o ano, a gente fica mais tranquilo, sabe pra onde caminha. Sabe quando e como as coisas vão acontecer. É diferente da feira, que mesmo a gente sabendo que tem um certo movimento, a gente nunca sabe se vai voltar isso ou aquilo. Se pudesse ter o PAA para o resto da vida era muito bom. Não precisava ser do governo, mas que fosse desse mesmo jeito.¹³⁰

Assim, os agricultores defendem a continuidade do Programa, pois ele permite a autonomia no que se refere à produção, à dinâmica do trabalho familiar, à garantia de renda familiar, ao fortalecimento da organização social e política dos agricultores e, principalmente, ao reconhecimento e à visibilidade social e política que o Programa possibilita aos agricultores e suas organizações.

O PAA não é a salvação de tudo, a gente sabe disso. É um programa de governo e quando muda governo, muda tudo. Mas ele tem dado algumas condições importantes para os agricultores e para a associação. Foi a partir do Programa que a gente conseguiu ser visto no município, mas também na região. Lógico que as feiras ajudam, mas a feira aqui no município também aconteceu por causa do Programa. A relação com a prefeitura também foi toda em cima do PAA, e hoje a gente ta negociando outras coisas. (...) Os agricultores tem uma renda garantida, sabem que tem uma renda fixa no ano, isso é muito importante. Aí fica mais fácil arriscar. Por isso que aconteceu a feira. É por isso e outras coisas que a gente defende o Programa a qualquer custo, tem que continuar sim.¹³¹

¹³⁰ Agricultor entrevistado do município de Fernandes Pinheiro. Pesquisa de Campo 2008.

¹³¹ Entrevista com representante da direção da AGAECO. Município de Turvo. Pesquisa de Campo 2008.

Esta defesa não se dará apenas enquanto condição de sustentação individual dos agricultores e suas famílias, mas como condição para a sustentação das estratégias adotadas coletivamente através das associações.

Exemplo disto foi quando, em 2006, no município de Turvo, a prefeitura municipal cortou os investimentos para o subsídio no transporte dos alimentos, do campo para a cidade. Como consequência, a AGAECO paralisou as entregas de alimentos e mobilizou os diretores das escolas para que pressionassem o gestor público municipal para que retomasse o financiamento do combustível para o transporte dos alimentos. Esta paralisação fez com que o gestor municipal revisasse seu posicionamento inicial e retornasse a custear o transporte dos alimentos.

Já no município de Fernandes Pinheiro, desde o início das entregas, os agricultores e a associação imprimiram um processo de negociação e reivindicação de que a prefeitura municipal deveria custear integralmente as entregas dos alimentos doados pelo PAA¹³².

Este posicionamento dos agricultores diante do poder público municipal demonstra que, além de estarem organizados, possuem e defendem um projeto coletivo e reivindicam que o poder público assuma seu papel enquanto gestor de políticas sociais.

Desde o início a gente tem dialogado e reivindicado que a prefeitura participe do PAA. A gente não é uma empresa que ganhou uma licitação. Nós somos agricultores que temos dificuldade econômica para fazer com que o PAA possa funcionar. E a prefeitura é quem é responsável pela merenda escolar, e a gente faz todo o processo pra ela. A gente negocia com a CONAB, com a SETP, conseguimos o dinheiro para o projeto, produzimos alimentos agroecológicos, organizamos as entregas e entregamos tudo de graça para a prefeitura. Ela tem responsabilidade nisso, e tem que participar, mesmo

¹³² Vale ressaltar que em ambas as prefeituras municipais, os prefeitos estão vinculados a partidos políticos e setores da sociedade considerados conservadores e que, historicamente, não reconhecem na agricultura familiar setor de relevância social, política e econômica. O prefeito de Turvo, neste período, era um proprietário de uma madeireira e empresário de outros setores da economia regional, já no município de Fernandes Pinheiro, o prefeito é um médio empresário do setor de beneficiamento de derivados de leite.

porque ela economiza muito dinheiro com a merenda com os alimentos que entregamos.¹³³

Tanto a AGAECO como a ASSIS demonstram uma defesa pelo PAA, não apenas enquanto um projeto pontual de sustentação financeira dos agricultores, mas enquanto um projeto que deve ser ampliado e que deve dar abertura para outras demandas dos agricultores, colocando-os enquanto atores na relação com as instituições públicas e nas relações sociais e políticas locais.

Uma avaliação da direção (da AGAECO) e estamos discutindo junto com as comunidades agora, é que tem outras coisas que atingem as pessoas. Até agora a gente discutiu comercialização de alimentos. A gente discutiu as formas de produção. Mas de agora pra frente, a gente quer discutir educação, saúde, o que atinge no dia a dia as pessoas. E a gente até fez isso no jantar ecológico com o debate político dos candidatos a prefeito. E aí a gente percebeu que precisa discutir outras coisas. Precisamos indicar para a prefeitura o que a gente quer e como a gente vê as coisas que precisamos. Dizer como a gente quer a educação, saúde, estradas... então esse ano vai ser um ano que vamos dar um passo e vai depender muito da direção da AGAECO.¹³⁴

No caso do município de Turvo, a partir do PAA os agricultores passaram a estabelecer relações com o poder público e a consolidar um projeto coletivo, pois como relatam, os agricultores passaram a ter importância visível para os gestores públicos, para os representantes das entidades sociais e para o conjunto da sociedade local.

Esta relação com o mercado institucional permite que os agricultores destas associações estabeleçam outras formas de intervenção na realidade social e política das famílias de agricultores e, também, na forma como o poder público vem intervindo na sua realidade.

Assim, os agricultores se instituem enquanto atores quando articulam a relação com o mercado e com os espaços comunitários, sendo que esta relação

¹³³ Agricultor entrevistado do município de Turvo. Pesquisa de Campo 2008.

¹³⁴ Entrevista com o presidente da AGAECO. Pesquisa de Campo. 2008.

está fundada a partir de um projeto construído pelos agricultores, ou seja, um projeto pensado, elaborado, organizado e operacionalizado a partir da dinâmica e da realidade dos agricultores.

O PAA oportunizou aos agricultores o estabelecimento de uma dinâmica própria para a estruturação e organização da produção e distribuição dos alimentos. Assim, não será, única e exclusivamente, o mercado que estabelecerá as formas de produção e as relações sociais entre agricultores-associação-mercado, mas há espaço para que os agricultores e a organização coletiva estabeleçam a dinamicidade que estes processos serão desenvolvidos, pois desde a negociação com os órgãos financiadores, a elaboração do projeto do PAA, a forma como a produção dos alimentos se realizará, assim como a distribuição dos alimentos e a avaliação do andamento do Programa, é de responsabilidade dos agricultores e das associações.

Embora haja a regulamentação e normatização do Programa, estas não estabelecem os produtos a serem produzidos e muito menos a forma como os agricultores deverão estar organizados. O PAA permite que os agricultores estabeleçam a relação com este mercado a partir da lógica e da dinâmica produtiva, organizativa e política que é característico dos agricultores.

O PAA nos dá a liberdade de planejar e organizar a produção e a comercialização da forma como a gente acha melhor. Lógico que tem limitações, como a ausência de alguns produtos nas listas de preços. No entanto, a gente sempre dá um jeito de incluir e organizar as coisas do jeito que a gente é. É muito diferente de ficar na mão dos atravessadores e empresas, porque a gente tem que produzir o que eles querem e do jeito que eles querem.¹³⁵

Os agricultores e as associações pesquisadas têm demonstrado a capacidade de, ao mesmo tempo, estabelecer relações com o mercado, mas, também, estruturar um projeto coletivo que lhes permitam garantir a afirmação e autonomia diante dos demais atores locais.

¹³⁵ Entrevista com a presidente da AGAECO. Pesquisa de Campo. 2008.

Eu acho que o PAA é importante para nós, para a sustentabilidade das famílias. Mas eu acho que a gente não pode ficar parado no tempo. Ficar achando que o PAA vai continuar pra sempre e que a gente vai poder ficar sempre dependendo dele. Eu acho que a gente tá até atrasado em repensar os espaços de comercialização. Inclusive estamos começando a discutir as questões referentes à vigilância sanitária do município, para poder contribuir mais na discussão sobre os 30% da alimentação escolar¹³⁶, até para contribuir mais no estabelecimento das regras. Eu acho que a gente tem um certo peso político no município, não que a gente vá ganhar todas, mas que a gente consiga fazer algum tipo de negociação nesse sentido.¹³⁷

Este posicionamento não tem se restringido a falas e depoimentos individualizados, pois no segundo semestre de 2009 a ASSIS e a AGAECO, em conjunto com o Instituto Equipe de Educadores Populares (IEEP), realizaram um evento público, com a participação de representantes das prefeituras municipais, de movimentos sociais, dos agricultores, das entidades sociais e de pesquisadores de universidades públicas, com o objetivo de debater e discutir formas de relação e organização entre agricultores familiares e a aquisição de alimentos para a alimentação escolar.

Seja do ponto de vista econômico, mas também no que se refere à melhoria da qualidade da alimentação e da presença dos alimentos agroecológicos na alimentação escolar, o evento foi, segundo seus organizadores, uma declaração de defesa pública sobre a importância dos agricultores e da sua produção na pauta política local.

¹³⁶ A presidente da AGAECO faz referência à nova lei que obriga as prefeituras municipais a adquirirem o mínimo de 30% da alimentação escolar diretamente da agricultura familiar com recursos advindos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

¹³⁷ Entrevista com a presidente da AGAECO. Pesquisa de Campo. 2008.

Não tem como a gente ficar discutindo apenas o PAA, de forma isolada. A gente tem que discutir a qualidade dos alimentos, a importância de que esses alimentos venham da agricultura familiar, mas que sejam agroecológicos. A gente tem que discutir um projeto, não dá pra ficar indo atrás do PAA apenas pelo lado econômico, pela sustentabilidade que ele nos dá. É difícil envolver os agricultores nesse debate, porque eles precisam do dinheiro, mas de outro lado, mostrar que o PAA não fica pra sempre e apontar quais os caminhos e as formas que temos para melhorar a nossa realidade. É importante avançarmos para um projeto que não dependa tanto do governo.¹³⁸

Para tanto, segundo as lideranças e representantes da direção da AGAECO e da ASSIS, o PAA é de relevante importância para demonstrar para os agricultores da associação que são possíveis outras formas de relação com o mercado. Assim, o Programa não apenas permitiu aos agricultores vislumbrar novas possibilidades de inserção no mercado, mas fundamentalmente, de que esta deve estar atrelada a uma inserção política e social (como será discutido ainda neste capítulo).

Vale ressaltar, que antes do PAA, ou seja, antes do ano de 2003, os agricultores tinham uma relação com mecanismos de comercialização, que além de serem avaliados negativamente pelos agricultores, são característicos de relações mercantis que geram a reorganização das formas de produção para a agricultura moderna e, fundamentalmente, imprimem uma condição de agricultores a serviço dos mecanismos de integração agroindustrial e de exportação (como já demonstrado nesta pesquisa).

Portanto, a participação no PAA permitiu, e permite que os agricultores e suas organizações visualizem outras formas de comercialização e, conseqüentemente, outras formas de organizar a produção e de dinamizar o trabalho familiar. Estas avaliações, sejam individuais ou no âmbito das organizações dos agricultores, têm como foco a garantia da autonomia e o fortalecimento da condição camponesa, no entanto, sem desconstruir a relação com o mercado.

Assim, a partir do PAA houve a reorganização da produção e das formas de comercialização que até então vinham sendo desenvolvidas. Este processo foi

¹³⁸ Depoimento de um técnico do IEEP antes da realização do evento sobre alimentação escolar e agroecologia, na região de Irati.

possível em função não apenas da instrumentalidade do Programa, mas, também, aliado ao processo organizativo dos agricultores, pela construção de um projeto coletivo e das intersubjetividades interpostas na relação rural-urbano (como será aprofundado nos itens que seguem).

4.4 - RECONHECIMENTO POLÍTICO-INSTITUCIONAL: AS RELAÇÕES ENTRE O PODER PÚBLICO E OS AGRICULTORES

A articulação entre a dimensão política e institucional ocorre de forma a possibilitar a emergência dos atores, pois sem o reconhecimento no plano político e institucional, a condição do ator não se estabelece. Assim, os camponeses devem sim, interferir na realidade na perspectiva de possibilitar seu reconhecimento institucional e político, ou seja, serem reconhecidos pelos demais atores em função da representação política de participação no sistema social.

Nos casos estudados, tanto em Fernandes Pinheiro como em Turvo, as duas associações apresentaram experiências de participação e reconhecimento institucional que ocorreram, apenas, em virtude da operacionalização do PAA. Em ambas as associações de agricultores pesquisadas, antes do ano de 2003, estas não eram reconhecidas pelo poder público local, pelas demais organizações de agricultores dos municípios, pelas organizações da sociedade local e pelos demais poderes públicos, estadual e federal (embora já estivessem legalmente constituídas e realizando algumas ações e atividades em prol da organização coletiva e da agroecologia).

No entanto, a partir do ano de 2004, quando as associações e os agricultores passaram a operar o Programa de Aquisição de Alimentos, o poder público municipal passou a reconhecer e valorizar as experiências de produção agroecológica e de distribuição dos alimentos às escolas e entidades sociais.

A gente (prefeitura) sempre trabalha em parceria com o Instituto Equipe e os agricultores, e desse Programa vem à merenda escolar, eles fornecem boa parte, o município de Fernandes Pinheiro com esse Programa ganhou um prêmio, entre os 11 melhor do Brasil, e o único premiado do Paraná, em função desse Programa. Sempre que o pessoal (a associação de agricultores) precisa, sempre que precisa da gente pra renovar o contrato (do PAA), sempre que precisa do aval da secretaria (de agricultura), que precisa dos serviços da Inspeção Municipal, para poder vender ovos e mel, e pra isso precisa ter a inspeção municipal e assim a gente sempre está em contato, não tão perto, mas sempre atualizado, até um período que o projeto parou, acabou o dinheiro, no ano passado, o pessoal deixou de receber três meses desse projeto, devido a renovação do projeto, a prefeitura comprou a mesma quantia que seria a soma desses três meses com recursos próprios. A prefeitura comprou dos agricultores o alimento para a merenda escolar, e aqui na região foi um assunto inédito.¹³⁹

Assim, a Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro, no ano de 2006, a partir da experiência desenvolvida através do PAA, inscreveu-se no Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar, promovido pela ONG Ação Fome Zero em conjunto com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Esta inscrição levou o município a ser premiado no quesito desenvolvimento local, que tem como objetivo premiar experiências de alimentação escolar que viabilizem o fornecimento de alimentos provenientes de produtores locais, considerando inclusive a realização de programas municipais de incentivo ao pequeno produtor local a fim de capacitá-lo a ser um fornecedor da merenda escolar.

Vale ressaltar que este prêmio só foi possível em função de que o PAA estava em funcionamento no município desde 2004, como chama atenção a nutricionista do município:

Na verdade o prêmio foi, basicamente, em função do Programa. A gente enviou o formulário da inscrição. A gente colocou um relato do nosso trabalho em relação ao Programa. E o que chamou a atenção deles na hora de selecionar o nosso município, foi em função de que, como um município tão pequeno já tem um enfoque na educação nutricional e também em relação ao desenvolvimento local. Daí eles vieram aqui, inclusive à gente ganhou no quesito desenvolvimento local pelo apoio que nós damos à agricultura familiar. Porque o Programa tem época que a verba esgota, os agricultores

¹³⁹ Entrevista realizada com o Secretário Municipal de Agricultura do Município de Fernandes Pinheiro. Pesquisa de Campo 2008.

não recebem mais recursos do Programa, acho que fica uns dois ou três meses sem receber, e a gente já fez por dois anos, no ano de 2007 e 2006, nesse período que eles ficam sem receber recursos do Programa, a prefeitura compra a produção com recursos próprios.

Os outros municípios todos pararam de entregar nas escolas e aqui a gente continuou recebendo e a prefeitura pagando pra eles, até acertarem o contrato novamente.¹⁴⁰

Este processo demonstra o reconhecimento institucional, seja por parte da prefeitura municipal, ou mesmo por parte do sistema nacional de alimentação escolar. Tal reconhecimento permitiu não apenas a validação dos agricultores como produtores de alimentos, mas como atores do processo de legitimação e valorização das ações políticas desenvolvidas no município.

Desta forma, mais do que uma ação de comercialização e abastecimento alimentar, o PAA, no município de Fernandes Pinheiro, ganha *status* de reconhecimento político do município e dos agricultores no sistema da alimentação escolar nacional.

Porém, mais do que a valorização dos agricultores a partir deste prêmio, a Prefeitura municipal reconheceu as ações realizadas pelos agricultores a partir do momento em que passou a co-financiar o PAA gerenciado pela ASSIS. Mais do que apoiar e reconhecer socialmente os agricultores da ASSIS, o poder público local passou a reconhecê-los institucionalmente e politicamente, pois, além do apoio financeiro, utilizou-se desta experiência para concorrer e conquistar o reconhecimento político do modelo de alimentação escolar implantada a partir do PAA no município.

Vale ressaltar que o prefeito municipal de Fernandes Pinheiro, assim como seus secretários municipais, não tinha vínculos e relações políticas com os agricultores da ASSIS, sendo que as relações estabelecidas ocorreram na dimensão institucional e organizativa, sem aproximações políticas partidárias e ideológicas. Mesmo porque o grupo político que esteve à frente da prefeitura municipal neste

¹⁴⁰ Entrevista realizada com a nutricionista da Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro. Pesquisa de Campo 2008

período não tinha como foco prioritário o apoio à agricultura familiar, mas o apoio a grupos agroindustriais que pudessem motivar a cadeia produtiva de alguns produtos locais.

Aqui é a soja, o milho, isso pega do médio ao grande, isso predomina. Tem algumas regiões do município que tem a produção de cebola, produção de batatinha por parte de alguns grandes. Nós temos a produção integrada de peru, com a Perdigão. Isso tá crescendo muito, mas quem entra nessa atividade tem que ter uma estrutura maior, então quem tá entrando é o médio produtor, mas está tendo muita representatividade. Temos madeireiros também. Inclusive, temos firmas grandes até de outros estados que tem áreas aqui, e são áreas de reflorestamento. A pecuária de leite está se desenvolvendo muito, e tem muitos pequenos agricultores envolvidos com essa atividade, inclusive são agricultores que estão saindo da cultura do fumo e indo para a atividade do leite, isso é algo positivo. Temos a agroecologia, mas são poucos grupos e na pequena propriedade temos o feijão, o milho, o básico né, e algumas pequenas propriedades também entrando na fruticultura, na uva principalmente. Inclusive já temos agricultores com produção e vamos ter uma estrutura de uma vinícola no prazo bem próximo, e já temos agricultores com produção inicial. Temos a produção de feijão de grande destaque, com projetos com a Emater, Embrapa, Iapar, com um trabalho que dura 10 anos. Nós somos referência na nossa região, como produtor de semente de feijão.¹⁴¹

No entanto, a presença da ASSIS, sua predisposição de participar do PAA e estabelecer o diálogo com o poder público local, possibilitou o reconhecimento dos agricultores enquanto atores políticos. Este processo não se deu de forma consensual, pois a prefeitura municipal só co-financiou a execução do PAA em função da reivindicação dos agricultores para com o poder local. Esta reivindicação não se restringiu ao PAA, mas tem se mantido em relação à garantia de espaços públicos para a realização da feira livre de agroecologia na sede do município, assim como a manutenção do financiamento do transporte para a feira e para o PAA.

Estas reivindicações, além de aproximar a ASSIS do poder público municipal, possibilitaram o reconhecimento dos agricultores enquanto atores políticos locais, pois a prefeitura municipal, assim como a câmara de vereadores, foi,

¹⁴¹ Entrevista com o Secretário Municipal de Agricultura do Município de Fernandes Pinheiro. Pesquisa de Campo 2008.

em certa medida, obrigada a estabelecer relações políticas de reconhecimento e valorização dos agricultores.

Da mesma forma, no município de Turvo a relação política entre a AGAECO e o poder público municipal não se deu em função de relações políticas partidárias, ideológicas ou pessoais, pois estas não existiam, mas ocorreu em função da necessidade do poder público reconhecer na AGAECO um parceiro importante para a gestão pública da alimentação escolar. Da mesma forma, a AGAECO reconheceu na prefeitura municipal, mesmo contrapondo-se ideologicamente e politicamente a esta, um parceiro necessário para a operacionalização do PAA no município.

Nós não apoiamos a prefeitura politicamente. Não apoiamos esse prefeito e nem vamos fazer campanha pra ele. Mas nós aprendemos com o tempo, que nós precisamos da prefeitura. Ela é um espaço público. Tem dinheiro nosso lá. Então a gente tem que ocupar os espaços que devem ser nosso. O prefeito foi obrigado a apoiar a gente, porque todo mundo fala da gente. Então ele não pode ficar mau com a gente. Tem que parecer que é amigo, que apóia 100%. Mas ele tem apoiado no que ele acha que pode. Mas poderia mais. Mas o importante é que a prefeitura tá assumindo a função dela, apoiando as nossas iniciativas.¹⁴²

Este processo, fez com que, mesmo havendo discordâncias e uma certa contrariedade para estabelecer estas relações, entre associação e o poder público local, estas ocorreram em função, primeiramente, das trocas econômicas impostas para a sucesso das ações que cada uma destas instâncias tinha como responsabilidade. Em segundo, porque estas trocas são suplantadas em função do apelo político eleitoral e também em função da busca por mecanismos que contribuam para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores e da população beneficiada pelo Programa.

No entanto, esta necessidade econômica de ambas as partes possibilitou a institucionalização de relações fundadas na noção de democracia e no

¹⁴² Agricultor entrevistado do município de Turvo. Pesquisa de Campo 2008.

reconhecimento dos agricultores enquanto atores sociais. Seja por parte dos próprios agricultores, mas também por parte dos gestores públicos.

Porém, estas relações deram-se a partir de um contexto em que as associações são as responsáveis legalmente pelo PAA nestes municípios, sendo que as prefeituras municipais e as entidades sociais seriam apenas parceiros na execução do Programa. Algumas questões podem aqui surgir: Se a responsabilidade em executar o PAA fosse da prefeitura municipal ou das entidades sociais, qual seria o reconhecimento destas para com os agricultores? Seriam estes agricultores os que estariam participando do PAA? Haveria necessidade da organização coletiva dos agricultores? Para tanto, no capítulo V, problematizarei e contextualizarei estas e outras questões que emergem com o PAA no que se refere à formatação político-institucional e a noção de democracia e participação.

Voltando ao tema, para que estes agricultores sejam considerados atores, necessário se faz extrapolar a dimensão político-institucional, pois o reconhecimento dos agricultores enquanto atores deve estar articulado ao reconhecimento social e econômico por parte da sociedade em que estes se inscrevem. Desta forma, o PAA não pode ser considerado como uma solução em si mesma, mas como uma forma de ampliar as relações políticas, sociais e econômicas dos agricultores na perspectiva de estabelecer processos que garantam autonomia e liberdade. Autonomia diante da dinâmica produtiva, mas também nas relações políticas, sociais e econômicas.

Dessa maneira, mais do que serem reconhecidos e lutarem por uma identidade cultural, os agricultores que participam do PAA foram em busca de novas relações e intersubjetividades no contexto local. Estas foram sendo construídas a partir do PAA. Por conseguinte, o Programa possibilitou condições econômicas e políticas para que as associações e os agricultores, por si só, estruturassem propostas e ações que permitissem avançar na direção da autonomia e do reconhecimento econômico e político enquanto atores no contexto local.

4.5 - INSTRUMENTOS LOCAIS DE COMERCIALIZAÇÃO: RECONHECIMENTO POLÍTICO-ECONÔMICO E A BUSCA PELA AUTONOMIA

A busca por mecanismos de comercialização que garantam mais autonomia e liberdade para os agricultores familiares é um objetivo histórico dos movimentos sociais do campo e das organizações não governamentais de desenvolvimento rural, que, fundados a partir dos princípios de uma agricultura alternativa, passaram a estruturar, a partir da década de 90, do século XX, formas de produção que viabilizasse experiências que comprovassem a capacidade da agricultura familiar de inserir-se no mercado e, ao mesmo tempo, preservando sua dinâmica de funcionamento, seu projeto coletivo e, em certa medida, sua condição camponesa.

No entanto, estas experiências têm sido estruturadas a partir de arranjos localizados, seja através de subsídios de órgãos de cooperação internacional ou governamental e que não tem possibilitado sua disseminação para o conjunto da agricultura familiar, embora, a partir do ano 2000, estas experiências tenham consigo se alastrado para diversas localidades.

Experiências como as feiras de produtos ecológicos, exportação para o mercado justo europeu, os circuitos de comercialização - a exemplo das experiências organizadas no âmbito da Rede Ecovida no sul do país, assim como as feiras estaduais e nacional da agricultura familiar -, organizados por órgãos governamentais, são casos de sucesso que possibilitam pensar a agricultura familiar a partir de outros arranjos institucionais que não apenas a relação da produção familiar com instrumentos para a integração agroindustrial e para a exportação de *commodities* agrícolas. No entanto, estas experiências ainda estão circunscritas em arranjos localizados em determinadas regiões, restritas a grupos de agricultores organizados.

Para que a agricultura familiar seja inserida em outro modelo de produção e comercialização, o Estado deve conceber e intervir na realidade dos pequenos

agricultores de forma a organizar ou garantir que “novos” arranjos organizativos e institucionais sejam produzidos a luz de outros pressupostos de desenvolvimento.

Para tanto, é necessário que o Estado garanta a sustentação econômica, política e organizativa para que a agricultura familiar dispute espaços com as formas de agricultura que possuem como pressuposto a industrialização e a agroexportação. Tais formas precarizam e desarticulam os espaços de reprodução social da agricultura familiar em favor de uma agricultura focada no abastecimento de empresas e indústrias que articulam o processo de beneficiamento e abastecimento das cidades. Este modelo tem retirado da pequena agricultura a capacidade de organizar-se, econômica e politicamente, de forma a estruturar relações de produção e mercado, que empoderem os agricultores e restabeleçam relações de identificação, reconhecimento e autonomia, garantindo que as condições de vida camponesa sejam pressupostos para a estruturação e organização de outros modelos de comercialização e produção.

Desta forma, o PAA se institui enquanto uma possibilidade de ação pública que tem a perspectiva de garantir a inserção dos agricultores familiares em estratégias locais e regionais de comercialização ao mesmo tempo em que busca promover certo reordenamento dos arranjos produtivos e sua relação com o urbano, na perspectiva de garantir o fortalecimento da organização social e política dos agricultores familiares e, principalmente, respeito e valorização da identidade cultural camponesa.

Assim, a partir dos dois casos estudados por esta pesquisa, foi possível verificar e compreender em que medida o PAA tem interferido nos arranjos locais, de forma a possibilitar que os agricultores familiares busquem novas alternativas de produção e comercialização, na perspectiva de restabelecer relações com os mercados locais e regionais.

O surgimento das feiras livres realizadas nos municípios de Turvo e Fernandes Pinheiro, organizadas pelos agricultores e associações participantes do PAA, demonstram que o Programa interferiu nesta realidade de forma a contribuir

para que os agricultores passassem a estruturar novas estratégias de comercialização. No entanto, estas estratégias não foram possíveis, apenas em função da dimensão econômica do Programa, mas também, a partir do reconhecimento político e social por parte da sociedade envolvente.

O surgimento das feiras, tanto em Turvo como em Fernandes Pinheiro, teve como elemento estruturante a implantação e operacionalização do PAA, pois antes do Programa, os consumidores do núcleo urbano destes municípios, assim como o poder público local, não reconheciam nestes agricultores, capacidade e potencial para viabilizar o abastecimento alimentar da população local, seja em quantidade ou qualidade.

Esta afirmação se comprova a partir dos dados de participação dos agricultores em estratégias de comercialização antes e após o desenvolvimento do Programa, nas quais, antes do PAA, nenhum agricultor participava de feiras ou outras formas de comercialização organizadas sob a gestão das associações nestes municípios. No entanto, no ano de 2008, 93% dos agricultores afirmaram participar das feiras realizadas nos municípios.

A forma como se deu o início destas feiras está intimamente ligada à implementação do PAA nos municípios. No município de Fernandes Pinheiro, os agricultores passaram a organizar a feira como uma estratégia para diminuir a dependência para com o Programa de Aquisição de Alimentos e, ao mesmo tempo, possibilitar outro canal de escoamento para excedentes da produção que seriam destinados para o PAA. Com a implantação da feira, os agricultores aumentaram a produção destinada para o Programa desta forma, a produção excedente era destinada para a comercialização através da feira. Para tanto, as entregas para o Programa, na sede urbana, eram organizadas no mesmo dia em que a feira era realizada, de forma a reduzir os custos de logística e transporte, sendo que o que não era comercializado durante a feira era destinado para as entregas do Programa. Assim, as perdas econômicas advindas dos produtos não comercializados na feira eram nulas. Esta estratégia também foi adotada no município de Turvo.

No entanto, no município de Fernandes Pinheiro, a feira, no momento da pesquisa de campo, estava paralisada, pois, segundo os agricultores, assessores técnicos e representantes da prefeitura municipal, enfrentavam certos problemas em função da baixa capacidade organizativa dos agricultores em sustentar o seu funcionamento e em função da pressão econômica realizada por caminhões de venda de alimentos (comércio ambulante) que circulavam no município durante os finais de semana¹⁴³.

No município de Turvo, a feira teve seu início em meados de 2006, quando o PAA já estava em funcionamento há mais de dois anos. A feira teve seu início sem intencionalidade por parte dos agricultores (um fato curioso!). Seu início deu-se em função das entregas para o PAA, pois os agricultores organizavam as entregas dos produtos na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais¹⁴⁴, localizado na avenida central do município. Neste local, os agricultores estacionavam o caminhão da associação, retiravam as caixas de produtos e as organizavam para facilitar as entregas nas instituições sociais. Neste momento da retirada e organização das caixas de alimentos, alguns moradores do município abordavam os agricultores com o objetivo de adquirir alguns produtos, visto não existir a estrutura para a montagem da feira. Assim, a cada semana, segundo o presidente da associação, foi aumentando o número de consumidores e a quantidade de produtos comercializados nesta feira informal.

¹⁴³ Porém, em um dos dias em que estava realizando a pesquisa de campo, presenciei um grupo de agricultores participantes do PAA em reunião com a câmara municipal, em que estavam presentes vereadores, representantes da prefeitura e assessores parlamentares de um deputado estadual, onde a pauta da reunião era para definir um espaço fixo, subsidiado pela prefeitura, para o funcionamento da feira, assim como a continuidade da garantia do subsídio para o transporte dos alimentos, das propriedades dos agricultores até o núcleo urbano. Desta forma, a justificativa das limitações organizativas poderia ser questionável em função desta disponibilidade de que os agricultores demonstram em retomar o funcionamento da feira. Para tanto, os agricultores enfatizam a dificuldade em comercializar a produção localmente, pois a pressão do comércio ambulante e a cultura local de adquirir alimentos no município de Irati têm impactado significativamente na sustentação econômica da feira no município.

¹⁴⁴ O Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Turvo cedeu uma sala do sindicato para que a associação tivesse um ponto de referência e local para organizar as entregas do PAA no município.

Diante desta realidade, a associação decidiu estabelecer horário para que a comercialização dos produtos pudesse ser realizada para os consumidores do município, assim como quais seriam os produtos que seriam disponibilizados para a comercialização na feira.

A gente não pretendia fazer uma feira, porque a gente sabe do risco e dos custos para iniciar uma feira. Os agricultores não estavam motivados para isso. A associação já tinha planos, mas a gente sabia que podia correr o risco de não vender muito, aí desmotiva ainda mais o pessoal. Mas quando as pessoas da cidade começaram a procurar a gente. Começaram a ir no sindicato. E cada semana aumentava mais. A gente viu que tinha a possibilidade de iniciar uma feira no município. Agora, a gente tá sem estrutura ainda, não temos uma barraca lá ainda. Os produtos ficam nas caixas, mas o pessoal vem do mesmo jeito, e a gente marca horário. Os produtos sempre acabam, a gente não consegue atender a demanda.¹⁴⁵

Assim, o PAA vem possibilitando o surgimento e a sustentação de experiências de produção de alimentos e comercialização local, seja do ponto de vista econômico, seja político e social. Sem o Programa, os subsídios do poder público municipal, assim como o reconhecimento da sociedade local, seriam dificultados ou mesmo inexistentes.

Segundo os agricultores, iniciar uma experiência de comércio local, como é o caso das feiras, torna-se uma atividade de grande desafio e com significativas dificuldades sem que haja o estímulo e apoio governamental. Os agricultores têm pouca margem para assumir riscos, ou seja, substituir as formas de produção e comercialização atual, sem que para isto haja a depreciação da qualidade de vida.

Assim, nas experiências pesquisadas, os agricultores utilizam-se da feira com o objetivo de comercializar os mesmos produtos que são entregues para o PAA, sendo que ao final da feira, as associações encaminham os produtos não comercializados para as entidades sociais. Desta forma, a feira não tem prejuízo em função das sobras de produtos, como nas feiras que não possuem o PAA como

¹⁴⁵ Entrevista com representante da direção da AGAECO. Município de Turvo. Pesquisa de Campo 2008.

suporte. Isto tem garantido a sustentação das feiras, seja do ponto de vista da quantidade de produtos disponibilizados, da diversidade ou do ponto de vista econômico. Sem o PAA, a avaliação dos técnicos da ONG que assessora a associação de agricultores de ambos os municípios é de que o envolvimento dos agricultores para a proposta da feira seria significativamente menor, pois o investimento inicial e as perdas geradas inviabilizaria a participação de muitas famílias de agricultores.

Assim como as feiras, a comercialização direta ao consumidor¹⁴⁶ foi uma experiência que teve seu início a partir da participação no PAA, mesmo que ainda represente uma iniciativa isolada de algumas famílias de agricultores. Da mesma forma, a ampliação da comercialização entre vizinhos dos agricultores participantes do PAA só foi possível em função da disponibilização de alimentos excedentes do Programa ou, então, em função da garantia de que parte da produção já está comercializada, o que dá margem para investimentos na produção para que seja possível outras formas de comercialização.

Como relatado pelos agricultores, tanto a feira quanto o PAA permitem que os agricultores aproveitem a produção que, muitas vezes, já é produzida e faz parte da cultura produtiva dos agricultores, desde um “pé de fruta” até produtos agroindustrializados, como pães e massas, para que sejam viabilizados processos de comercialização. No entanto, para que estas experiências sejam efetivadas de forma a garantir a autonomia e o reconhecimento político e social, é necessária a organização dos agricultores em grupos, pois a escala de produção é pequena e, assim, é necessário reunir a produção de várias propriedades e dos grupos de agricultores para que haja quantidade suficiente para abastecer a demanda.

Porém, a estratégia adotada pelos agricultores, tanto em Turvo como em Fernandes Pinheiro, para permitir a sustentação econômica e organizativa das feiras, tem, em certa medida, ampliado a dependência para com o Programa de Aquisição de Alimentos, pois as feiras não movimentam recursos suficientes para a

¹⁴⁶ Entrega de cestas de alimentos realizadas diretamente na residência dos consumidores.

manutenção da renda disponibilizada pelo PAA. Atualmente, a feira do município de Turvo movimenta, segundo integrantes da direção da associação, uma média de 60 mil reais por ano; no entanto, o PAA tem uma demanda de aproximadamente 200 mil reais por ano. Esta diferença, entre o PAA e as demais formas de comercialização local não se restringe ao volume de recursos financeiros movimentados por uma ou outra estratégia, mas, principalmente, pelas diferenças no que se refere à garantia de comercialização, custos de transporte e logística, as perdas advindas das sobras da comercialização, a gestão do processo de comercialização, a garantia de continuidade, entre outros.

A estruturação de agroindústrias familiares por parte dos agricultores pesquisados tem demonstrado ser outra experiência importante que possibilita a reestruturação da lógica produtiva e, assim, a forma como os camponeses percebem e concebem sua relação com a produção, com a família e com o mercado consumidor, na perspectiva da autonomia. Mais presente no município de Turvo, os grupos de agricultores da AGAECO, a partir de 2005, passaram a estruturar pequenos espaços físicos independentes das residências das famílias, que têm como funcionalidade a produção de pães e massas. Além destas agroindústrias, alguns agricultores passaram a beneficiar o melado de cana, com o objetivo de agregar valor à produção.

TABELA 22 – NÚMERO E PORCENTAGEM DE FAMÍLIAS DE AGRICULTORES QUE PASSARAM A BENEFICIAR AGROINDUSTRIALMENTE ALGUM PRODUTO A PARTIR DA PARTICIPAÇÃO NO PAA

	Turvo		Fernandes Pinheiro		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sim	19	56	04	36	23	51
Não	15	44	07	64	22	49
Total	34	100	11	100	45	100

Fonte: O autor (2008)

Assim, além das inovações nas estratégias de comercialização, os agricultores passaram a estruturar agroindústrias com o objetivo de manter e aumentar a renda monetária, como forma de repensar as estratégias de produção,

beneficiamento e comercialização, que antes do PAA, estavam focadas em produtos como feijão, milho, soja, ou seja, em produtos integrados a sistemas comerciais ditos modernos. Este movimento tem na busca e garantia de maior autonomia e liberdade a partir das condições de vida que as famílias estabelecem como ideal. Ou seja, a família, autogerenciando as formas de produção, transformação e comercialização, na busca de garantir renda como uma alternativa, de forma que a família mantenha-se no rural e tenha sua condição camponesa respeitada e valorizada na perspectiva de garantir autonomia.

Para tanto, é necessário compreender em que medida o Programa de Aquisição de Alimentos tem contribuído para a conquista e o fortalecimento desta autonomia por parte dos agricultores e de suas organizações.

Nesta perspectiva, o capítulo V tem por objetivo discorrer e analisar a forma como o Estado tem estruturado e organizado o PAA e, a partir desta dinâmica de funcionamento, dentro do próprio Estado e na relação com os agricultores e com suas organizações, como o Programa tem contribuído ou não para o fortalecimento da agricultura familiar enquanto atores sociais, políticos e econômicos no contexto local.

CAPITULO V – ESTADO, DEMOCRACIA E A EMERGÊNCIA DOS ATORES SOCIAIS

A partir da organização do Estado moderno, o sistema social passou por uma grande mudança no que se refere à sua estrutura, organização e dinâmica de funcionamento, principalmente, na perspectiva de garantir certos direitos e deveres coletivos e individuais.

Para os contratualistas, o Estado surge a partir de um pacto que visa cumprir um contrato, mas pelo fato de ser artificial, só terá validade enquanto a preservação da vida não estiver sofrendo ameaça. Daí a necessidade da construção de um Estado social, mediante a instituição do Estado, que deve mantê-lo enquanto detentor de um poder supremo. Ele o fará através da ameaça de punição a quem não cumprir o pacto mútuo estabelecido entre os indivíduos. Nessa sociedade, o ser humano submete-se a uma lei moral, de modo a não fazer a outros, o que não deseja para si.

Para Hobbes¹⁴⁷, o surgimento do Estado, deriva da necessidade de se exercer um controle sobre a natureza humana, pois ela torna impossível a vida coletiva, dado seu constante desejo de poder, de domínio sobre os outros. Daí a busca por saídas através de uma decisão racional – institucionalização do Estado. Para tanto, as pessoas precisam trocar sua liberdade, de “pouco valor”, embora sem limites, pela segurança que só o estado civil pode oferecer.

Logo, a base fundamental da existência desse Estado assenta-se em um poder superior ao de qualquer homem individualmente. Esse Estado é o *Leviatã*¹⁴⁸

¹⁴⁷ HOBBS, T. *Leviatã*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1988.

¹⁴⁸ A palavra *Leviatã* (do hebraico l'wiyatan) significa “a serpente enganadora, a serpente amarrada e subjugada”. Trata-se, para o povo de Israel, da imagem do maligno, o qual era representado, aqui, ou pelo crocodilo ou por um grande peixe ou monstro marinho; tais alusões sugerem, para o consciente coletivo do mundo bíblico, a imagem de um ser monstruoso, oponente de Deus. A partir disso, Hobbes comparou o grande poder do soberano com o *Leviatã* “... onde Deus, após ter estabelecido o grande poder do *Leviatã*, lhe chamou Rei dos Soberbos. *Não há nada na Terra, disse ele, que se lhe possa comparar. Ele é feito de maneira a nunca ter medo. Ele vê todas as coisas abaixo dele, e é o Rei de todos os Filhos da Soberba. Mas dado que é mortal, e sujeito à degenerescência, do mesmo modo que todas as outras criaturas terrenas, e dado que existe no céu (embora não na terra) algo de*

– homem artificial, maior e mais forte que o ser humano, e que foi concebido para defendê-lo e protegê-lo. Pela autoridade que lhe é atribuída, torna-se detentor de muita força e poder a ponto de conciliar as vontades dos seres humanos. Esse poder legítimo, essa liberdade incondicional de agir, torna o Estado soberano em contraposição aos demais, que são súditos. Eis, assim, um Estado por instituição, um Estado Político.

Assim, o Estado passa a se constituir enquanto *locus* de definição de estratégias, o qual se torna responsável pela forma como os grupos sociais se organizam e dinamizam-se, seja econômica, social, política e culturalmente. No entanto, com o advento do Estado Democrático, a prerrogativa da participação de todos passa a ser condição para o funcionamento da sociedade moderna, mesmo que tenha se tornado, em certa medida, uma concessão das classes dominantes para que trabalhadores e excluídos percebessem a participação e inclusão. Porém, contemporaneamente, democracia e participação têm sido foco de grande disputa e tensionamento entre movimentos sociais, sociedade civil organizada e Estado, de forma a possibilitar reformas na máquina pública com o objetivo de ampliar o acesso à população aos bens e recursos do Estado.

O modelo do Estado democrático liberal, representativo e federativo, tem suas limitações, no entanto, tem possibilitado alguns avanços importantes à população excluída social e economicamente, que, em outros momentos da história, permaneceram à margem das benesses produzidas pelo conjunto da sociedade. Mesmo assim, a democracia aliada ao sistema capitalista irá implicar em alterações significativas para que a participação e a equidade estejam limitadas não apenas pela formatação da democracia brasileira, mas também pelas próprias características do sistema.

Entretanto, ainda permanece uma grande contradição no sistema brasileiro e de inúmeras nações ditas democráticas, onde a relação entre democracia e

que ele deve ter medo, e a cuja lei deve obedecer (...)”. Cf.: HOBBS, T. *Leviatã*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1988. p. 191.

capitalismo imprime um processo de distanciamento da noção de equidade e participação política, social e econômica, pois os avanços conquistados pelas populações excluídas historicamente são significativamente diminutos quando comparados aos segmentos e grupos sociais considerados estratégicos para o desenvolvimento capitalista¹⁴⁹.

O poder político e administrativo, uma dimensão ulterior da modernidade, não deriva diretamente do controle dos meios de produção, não obstante o que Marx tenha dito sobre o assunto. Dependendo das capacidades de vigilância, esse poder pode ser a origem do controle autoritário. Em oposição ao autoritarismo político está o prestígio da democracia – a palavra favorita do momento, pois quem não é democrata hoje em dia? Mas que tipo de democracia está sendo discutida? Exatamente no momento em que os sistemas democráticos liberais parecem estar se difundindo por toda parte, descobrimos que tais sistemas estão sob pressão em suas próprias sociedades de origem¹⁵⁰.

A democracia liberal tem se instituído como um sistema que se caracteriza por “eleições regulares, sufrágio universal, liberdade de consciência e pelo direito universal de candidatar-se a um cargo ou de formar associações políticas. Definida desta maneira, a democracia é normalmente relacionada ao pluralismo e à expressão de interesses diversos”¹⁵¹. No entanto, as democracias liberais têm demonstrado uma capacidade indiscutível de aliar-se ao capital e às regras de mercado, avançando para uma sociedade democrática que é regulada por um modelo de desenvolvimento que privilegia estratégias de acumulação e concentração de poder por parte das elites locais.

Não é minha intenção desconectar a noção de democracia da noção de mercado. Concordo com Touraine¹⁵² quando afirma que “não há democracia sem economia de mercado, mas existem muitos países que praticam a economia de

¹⁴⁹ Industriais, empresários, produtores de *commodities* rurais, entre outros, ou seja, as grandes corporações que atuam numa dimensão macro estrutural do sistema econômico e político.

¹⁵⁰ GIDDENS, A. *Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical*. São Paulo: Editora da UNESP, 1996. p. 20.

¹⁵¹ *Ibid.*, p. 129.

¹⁵² TOURAINE, A. *O que é a democracia?* 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996. p 212.

mercado que não são democráticos. A economia de mercado é uma condição necessária, mas não suficiente para a existência da democracia”. No entanto, vale ressaltar que economia de mercado, não significa a existência de um mercado auto-regulável, o *laissez-faire*. Pelo contrário, o Estado democrático tem a atribuição de regular a dinâmica econômica de forma a não permitir que o capital imprima a desestruturação dos processos e dos espaços de produção e reprodução dos atores sociais, seja da dimensão cultural, social, econômica e política.

No entanto, os estados democráticos modernos tiveram uma atuação focada e eficiente na estruturação de grandes conglomerados industriais e empresariais, para que desta forma dessem suporte à atividade econômica nacional, em detrimento de estratégias de dinamização econômica que considerasse o mercado interno como fator preponderante para o crescimento, ou seja, os mercados com foco na microeconomia, nas economias locais, de pequena escala, da produção “artesanal” e do abastecimento local.

Que democracia é esta que, de um lado, estimulou, fortaleceu e criou as condições favoráveis (políticas, econômicas, legais e sociais) para a construção de grandes conglomerados industriais, empresariais (serviços, atacado, varejo, transporte, etc) e de produção agrícola (commodities), e, no entanto, promoveu a desarticulação das estruturas de produção descentralizadas? Estas estruturas que fomentam e garantem a sustentação do mercado interno e, principalmente, a autonomia das famílias e grupos sociais de pequeno porte, mas, fundamentalmente, possibilitam certas garantias de que o modo e as condições de vida de grupos sociais e indivíduos sejam preservados e fortalecidos diante do sistema.

Partamos da concepção de democracia como sendo

(...) o reconhecimento de que os indivíduos e coletividades têm o direito de serem os atores de sua história e não somente de serem libertados de suas cadeias. A democracia não está a serviço da sociedade ou dos indivíduos, mas dos seres humanos como sujeitos, isto é, criadores de si mesmos, de sua vida individual e coletiva¹⁵³.

¹⁵³ TOURAINE, A. *O que é a democracia?* 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996. p 34.

Dessa maneira, uma sociedade verdadeiramente democrática tem por princípio “garantir a igualdade não só dos direitos, mas também das oportunidades e limitar o quanto possível à desigualdade dos recursos”.¹⁵⁴

Assim como Giddens, defendendo a necessidade de que haja a democratização da democracia, no entanto, esta dependeria de um ambiente social fundado em uma sociedade reflexiva, pois sem esta, os indivíduos ficariam atrelados a um certo simbolismo tradicional e a uma forma preexistente de se fazer as coisas.¹⁵⁵

O que é necessário por em questão, o que é preciso suprimir, é o centro, a idéia de que um conjunto deva ter um centro. O que é um centro além da presença material, aparentemente em meio à sociedade.... É a catedral, o palácio do governo, a bolsa e os bancos, Deus, o Estado ou as finanças. Numa sociedade pós-industrial não existem mais esses mundos transcendentais e o centro deve desaparecer. Se permanece, é porque um poder que não é absolutamente moderno, mas o herdeiro das classes dominantes anteriores, um Estado absolutista, ao mesmo tempo desempenha um papel tecnocrático, domina a sociedade...Aprendamos a romper com a velha noção de Estado, para rejeitar tudo o que é enquadramento e centralização, mas para reconhecer ao mesmo tempo a importância da capacidade de gerir as mudanças. É preciso romper o laço administrativo entre sociedade e Estado: é necessário uma sociedade descentralizada, porém um Estado planejador.¹⁵⁶

A multidimensionalidade da realidade social exige que o Estado democrático oportunize a reorganização, na perspectiva de vislumbrar nos espaços sociais, onde vivem os grupos e indivíduos, o *locus* para a produção de atores sociais que se constroem a partir de um projeto coletivo.

É fato que este processo não pode e não deve ser, única e exclusivamente, um processo de concessão por parte do poder público, mas uma conquista dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada, de forma que não se restrinja a um processo tutelado pelo Estado e pelas elites nacionais. Assim, a democracia,

¹⁵⁴ TOURAINE, A. *O que é a democracia?* 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 160.

¹⁵⁵ GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. 2ª Edição. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

¹⁵⁶ TOURAINE, A. *Cartas a uma jovem socióloga*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 195.

mais do que um sistema fechado e legalmente constituído, deve ser compreendido como uma construção social, histórica e cultural, que em sua forma mais pragmática, esta a execução das políticas públicas e o acesso aos recursos públicos (financeiros, humanos, tecnológicos, políticos, etc).

A burocracia, como método de acesso, e em certa medida, de “diálogo” entre Estado e sociedade, deve ser pauta imprescindível para um processo de reorganização e democratização do Estado, tendo a perspectiva de que a burocracia não é e não deve ser um instrumento de criterização dos “escolhidos” a serem premiados com os recursos públicos, mas de convergência a uma compreensão de desenvolvimento fundando no modo de vida dos povos e dos atores sociais. Modo de vida este que não deve estar atrelado unicamente às tradições, mas também não responder diretamente à economicização da dinâmica da vida, mas que garanta a inclusão nas estratégias do mercado permitindo que o funcionamento dos grupos sociais e suas tradições não sejam desestruturadas do ponto de vista das necessidades econômicas.

O Estado brasileiro, assim como esta pensado e organizado, deve sim, sofrer uma reorganização do ponto de vista da participação e da sua descentralização administrativa, no entanto, necessita ser reorganizado no seu funcionamento, seja no que se refere como e quem acessa as políticas públicas e, principalmente, no que se refere às formas de acesso.

A democracia não pode ser pensada somente pela perspectiva macroestrutural do sistema social, pois além da estrutura e das condições legais e organizativas, está à dimensão do projeto de vida, da construção cotidiana dos atores, da possibilidade dos atores se realizarem enquanto produtores da realidade social, das intersubjetividades locais, as quais devem fundar novos pressupostos para a organização do Estado.

Touraine defende a ideia de que

...a democracia não pode ser definida como a subordinação da vida privada dos cidadãos ao interesse público e tampouco como limitação da vida pública à proteção da liberdade individual. Devemos defini-la como a combinação da unidade da lei e da técnica com a diversidade cultural e com a liberdade pessoal.¹⁵⁷

Nesta perspectiva, as condições de vida dos atores enquanto pressuposto do sistema democrático, deve ter respaldo e legitimidade nas regras e normas institucionais, exigindo que a técnica e as leis sirvam enquanto aparato metodológico de proteção e garantia de um desenvolvimento equitativo e sustentável, fundado nos princípios: 1) do respeito à cultura local e regional; 2) da organização social e política dos grupos sociais; 3) das relações econômicas que valorizam e reconhecem os atores em seus espaços de atuação e na realização de suas práticas sociais; 4) dos “padrões” ambientais sustentáveis; e 5) do espaço da vida, ou seja, de garantir que o projeto de vida dos atores seja a finalidade e busca das ações do Estado.

Assim, quando a democracia é organizada e estruturada a partir da noção de ator, a dimensão democrática oportuniza ao ator a liberdade de quebrar as amarras das tradições e normas comunitaristas, mas ao mesmo tempo, este não pode cair na mera substituição destas, por normas racionalizadas e “artificialmente” construídas. Deve sim, contemplar o projeto de vida e os espaços de construção coletiva como realização da noção de democracia. Resguardar e garantir a produção social e cultural do modo de vida dos grupos sociais, é a garantia de promover uma organização social efetivamente democrática.

O *ator* (grifo do autor) é o esforço do indivíduo ou da coletividade para unir as duas faces de sua ação; a democracia é o sistema institucional que garante a combinação dessas duas faces [racionalização e identidade] no plano político e permite que uma sociedade que seja, simultaneamente, una e diversa. (...) A democracia deve ajudar os indivíduos a serem *atores* (grifo do autor) e conseguirem em si mesmos, através de suas práticas como de suas

¹⁵⁷ TOURAINE, A. *O que é a democracia?* 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 164.

representações, a integração não só de sua racionalidade, isto é, de sua capacidade para manipular técnicas e linguagens, mas também de sua identidade que se apóia em uma cultura e tradição, reinterpretadas constantemente por eles em função das transformações do meio técnico.¹⁵⁸

Da mesma forma que outrora, a democracia foi um instrumento de liberdade das tradições e culturas que cerceavam os indivíduos, trazendo consigo a instrumentalidade e a racionalidade técnica. Assim, a democracia passa a ser um espaço fragilizado em função do aprofundamento da globalização dos mercados e pela instrumentalidade do conhecimento, posicionando o indivíduo numa condição de mero operador de sistemas tecnicistas. E é na busca de avançar nesta condição que se instala a partir da democracia liberal e da globalização, a democratização da democracia, a qual busca construir-se a partir da política do ator, ou seja, é através da libertação do ator, das amarras da tecnificação, integrando identidade e instrumentalidade, de forma a garantir um projeto de vida singular para o ator social.

A busca por uma cultura, efetivamente, democrática faz com que os atores sociais constituam-se enquanto *locus* de individuação e de relações intersubjetivas, fundadas nas relações locais, e assim a possibilidade de estabelecer relações coletivas, de identidade e de autonomia, desde que baseados em relações de diálogo, de “reconhecer em cada indivíduo o direito de combinar, de articular em sua experiência de vida pessoal ou coletiva, a participação no mundo dos mercados e das técnicas com uma identidade cultural particular”¹⁵⁹.

Desta forma, a agricultura familiar, enquanto categoria social, só se constitui enquanto tal, em função do seu esforço coletivo de se reconhecer e ser reconhecida socialmente pelo Estado e pelo conjunto da sociedade. Sem o posicionamento dos agricultores nos espaços de disputa e luta política e técnica (esfera técnico-burocrática), dificilmente serão inseridos nas ações e políticas governamentais da forma e na proporção de se constituírem enquanto atores.

¹⁵⁸ TOURAINE, A. *O que é a democracia?* 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 175.

¹⁵⁹ TOURAINE, A. *Igualdade e diversidade: o sujeito democrático*. São Paulo: EDUSC, 1998. p. 65.

Desde o surgimento das políticas agrícolas modernas no país, a agricultura familiar foi posta à margem dos recursos do Estado, pois as ações governamentais disponibilizadas para estes agricultores não permitiam a reprodução social destes, segundo suas especificidades e características próprias, mas reforçava mudanças necessárias para que os agricultores “alcançassem” o dito moderno e eficiente.

Foi, apenas a partir de 1995, com a institucionalização do Pronaf, que o Estado brasileiro passou a reconhecer a necessidade de especificidade para a agricultura familiar. No entanto, a política nacional de crédito agrícola para estes agricultores, não alterou de forma significativa o modelo até então difundido e defendido pelo modelo capitalista. Pelo contrário, reforçou, em certa medida, as formas de produção e comercialização da agricultura familiar com foco na modernização agrícola. No entanto, o Pronaf, mesmo com suas contradições, representou um avanço diante do sistema estruturado até então.

Assim, o Estado brasileiro, no que se refere, historicamente, a sua política de desenvolvimento rural, além de impossibilitar o fortalecimento da agricultura familiar, seja local e/ou territorialmente, ou mesmo no contexto nacional, vem intensificando processos de desarticulação da condição camponesa, de suas organizações e da sua relação com o local e com o a realidade urbana, de forma que a agricultura familiar passa cada vez mais a integrar-se aos modelos de produção e comercialização atrelados ao modelo capitalista global.

Algumas iniciativas como o PAA, os Territórios da Cidadania¹⁶⁰, a reforma agrária, a assistência técnica, o crédito e a regularização fundiária, dentre outras, embora ações públicas importantes, estão sendo executadas de forma isolada e fragmentada da política e do desenvolvimento nacional.

¹⁶⁰ Segundo informações no sitio eletrônico do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Territórios da Cidadania tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia. Cf.: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. O Programa: Territórios da Cidadania. Disponível em: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one-community>>. Acessado em: 02/11/2009.

No entanto, estas e outras ações reafirmam a necessidade de que o Estado deve assumir posição central para que as condições atuais da pequena agricultura sejam re-estruturadas na perspectiva de garantir que os agricultores familiares e camponeses, sejam vistos e compreendidos enquanto atores do desenvolvimento social e econômico nos espaços locais, regionais e nacional.

5.1 – PARTICIPAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO COMO FORMAS DE RECONHECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Será a partir do ano de 2006, com a aprovação da lei da agricultura familiar, (lei nº11.326, de 24 de julho¹⁶¹), que o governo brasileiro passa a reconhecer a agricultura familiar, mais do que alvo de ações e programas governamentais, uma categoria social que tem suas necessidades e características próprias, sendo que esta lei estabelece a obrigatoriedade do Estado brasileiro como responsável por elaborar e implementar a política nacional da agricultura familiar.

A lei da agricultura familiar, enquanto instrumento legal, permite que os agricultores familiares sejam reconhecidos enquanto atores do processo de organização social, possuidores de características e dinâmicas diferenciadas das outras formas de reprodução social. Assim, mais do que imprimir novas obrigações ao Estado, esta lei, estabelece quais as características e as áreas de ação que o poder público deve interferir. Um passo importante para o reconhecimento, enquanto estado democrático e de direito, é o fato de que no rural, existem especificidades, e

¹⁶¹ No caput, a lei da agricultura familiar “estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais”, assim como “os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais”. Cf.: BRASIL. Lei nº11.326, de 24 de julho. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acessado em: 09/10/2008.

que estas devem ser atendidas e dinamizadas no que se refere às formas de organização, produção, trabalho e convivência familiar e comunitária.

Estas e outras conquistas foram e são de relevante importância para que o Estado tenha parâmetros para definir políticas públicas, e não políticas de governos, para a agricultura familiar.

A partir da lei da agricultura familiar e com a ascensão do Partido dos Trabalhadores a presidência da República (2003) e, principalmente, com a ocupação de cargos e posições políticas estratégicas por grupos vinculados aos movimentos sociais do campo, como foi o caso do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento Social e a Companhia Nacional de Abastecimento, o Governo Federal passou a estruturar e implementar conjuntos de ações e programas que permitissem construir novos arranjos institucionais para o desenvolvimento rural brasileiro, principalmente, no que se refere a agricultura familiar. Mesmo que não tenha representado um avanço tão significativo como à lei da agricultura familiar, o Programa de Aquisição de Alimentos, possibilitou e vem possibilitando que os agricultores participem de novas formas de comercialização, garantidas por instrumentos de compras institucionais, e que objetivam estimular a produção a partir da lógica de funcionamento e dinâmica da vida dos agricultores familiares.

O que antes era considerado como uma impossibilidade, e muitas vezes uma “ilegalidade” na estrutura burocrática (refiro-me às compras institucionais nos moldes do PAA), passou a ser regra, exigindo adequações instrumentais e culturais no sistema público e burocrático do Estado brasileiro. Assim, mais do que estabelecer decisões estratégicas e políticas que revertam e reorientem os recursos públicos na perspectiva da democratização do acesso às “benesses” do Estado, o PAA imprimiu a necessidade da máquina pública rever conceitos e procedimentos burocráticos que anteriormente não eram aceitos.

5.2 – PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS: POLÍTICA COMPENSATÓRIA OU POLÍTICA ESTRUTURANTE?

Como vimos, o PAA passa a ser instrumentalizado e estruturado dentro da máquina pública, a partir de algumas concepções, que para além da descrição técnica, busca contextualizar questões como a segurança alimentar, agricultura familiar, distribuição de renda e agrobiodiversidade.

Não somente com o foco na geração de renda e no combate à fome, o PAA foi elaborado e organizado de forma a intervir na realidade da agricultura familiar, com a perspectiva de reconhecer o rural e os pequenos agricultores enquanto espaço de produção de alimentos e também de desenvolvimento econômico e social.

O Programa traz consigo o pressuposto de que o rural pode e deve contribuir para “assegurar a circulação de dinheiro na economia da própria região, possibilitando aos agentes econômicos locais, principalmente o comércio, maior atividade e, por conseguinte, melhores possibilidades de investimento na região, criando um círculo virtuoso de promoção econômica e bem estar social”¹⁶².

Segundo a CONAB¹⁶³, o PAA, pretende nos seus objetivos estratégicos, incentivar a recuperação e preservação da agrobiodiversidade, pois, através da aquisição de alimentos que fazem parte da biodiversidade local, estimula ao mesmo tempo a preservação do ecossistema, valorizando produtos da cultura alimentar e fortalecendo a cultura local.

No entanto, o governo brasileiro, na gestão do presidente Lula, não assume institucionalmente a agricultura familiar enquanto o principal ator do desenvolvimento social e econômico do mundo rural brasileiro. Embora defenda a ideia de que o PAA estimula à agricultura familiar a qualificar a economia local, o Programa ainda é

¹⁶² COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Programa de Aquisição de Alimentos. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/agriculturaFamiliar/paa_objetivos.html>. Acessado em: 23/05/2009.

¹⁶³ Idem.

posto enquanto um instrumento que tem como premissa fundante o aumento da renda dos agricultores familiares, na perspectiva de retirá-los da linha da pobreza através do incentivo da produção voltada para a subsistência.

Desta forma, quando tratamos sobre a democratização do Estado, é necessário estabelecer que os agricultores familiares e camponeses sejam atores do desenvolvimento, e para tanto, é necessário que as condições objetivas e subjetivas sejam asseguradas e oportunizadas, ou ao menos, preservadas pelo Estado.

No entanto, no que se refere à atividade econômica, num cenário onde o regime vigente é o capitalismo, o Estado deve intervir de forma a promover as mudanças e garantias necessárias para que o sistema econômico não desestruture as relações e processos organizativos gerados a partir da pequena agricultura, mas que invista nas externalidades negativas do processo de desenvolvimento, assim como assegure níveis sustentáveis de equidade, no que se refere à competitividade do mercado.

Atualmente, a pouca presença do Estado no contexto da agricultura familiar, em comparação com a “agricultura de grande escala”¹⁶⁴, tem gerado seu atrelamento às formas mais avançadas do capitalismo, a integração à agroindustrialização de grande porte e à produção de *commodities* agrícolas. Esta integração só foi e tem sido possível mediante a baixa capacidade de competitividade, consequência dos baixos níveis de investimento do Estado, o que faz da agricultura familiar instrumento para dinamizar a industrialização e a concentração do capital e, conseqüentemente, sua desestruturação do ponto de vista organizativo e produtivo, assim como a desarticulação social e cultural com o contexto local e regional.

¹⁶⁴ Vide o Plano Safra 2008/2009, que investiu aproximadamente 05 vezes mais para o chamado agronegócio em comparação com a agricultura familiar. No ano de 2008/2009, o plano safra destinou 65 bilhões de reais para o agricultura empresarial e 13 bilhões para a agricultura familiar. Cf.: EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. Plano Agrícola e Pecuário destinará R\$ 78 bilhões para a safra 2008/2009. Disponível em: <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/07/02/materia.2008-07-02.7702537185/view>. Acessado em: 20/08/2009.

Embora algumas iniciativas¹⁶⁵ que buscam promover e instituir a agricultura familiar enquanto atores do desenvolvimento se colocam, fundamentalmente, como referências e exemplos de “boas práticas” da maneira de instrumentalizar e organizar a agricultura familiar na perspectiva de gerar núcleos de resistência para um outro modelo de desenvolvimento rural, a maioria significativa dos agricultores familiares ainda permanecem sob a tutela do modelo hegemônico. Estas experiências, fundadas a partir da agroecologia e dos movimentos sociais camponeses, buscam reafirmar a agricultura familiar enquanto espaço de articulação e integração do local com vistas à preservação e recuperação ambiental e da agrobiodiversidade, dos conhecimentos tradicionais, da cultura alimentar e de novos formatos organizativos para a agroindustrialização e para as relações comerciais.

Nesta perspectiva, o Programa de Aquisição de Alimentos, mesmo sem objetivar de forma explícita a posição de que a agricultura familiar deve ser ator do desenvolvimento, tem sido utilizado pelas organizações e movimentos sociais da agricultura familiar, como uma ferramenta que pode contribuir para o fortalecimento destes enquanto atores.

Em encontro realizado no município de Curitiba, entre os dias 26 e 28 de abril do ano de 2006, com o objetivo de avaliar o PAA nos três estados do sul do país, com a presença de representantes de órgãos governamentais, organizações não governamentais, associações e cooperativas de agricultores familiares e entidades sociais¹⁶⁶, avaliaram que o PAA, principalmente no que se refere à Compra Direta Local da Agricultura Familiar, tem apresentado avanços significativos,

¹⁶⁵ Iniciativas estas, que foram desenvolvidas inicialmente com o apoio de organizações não governamentais, a partir da década de 80, do século XX, e fundadas em práticas agroecológicas e do comércio justo, de forma a gerar condições para promover uma agricultura familiar com certa autonomia e sustentabilidade. Iniciativas como os grupos de produção e feiras de produtos agroecológicos, redes de comercialização regional, feiras e bancos de sementes, compras coletivas, cooperativas de consumo, entre outras, fazem parte das experiências já consolidadas e espalhadas por boa parte do território nacional, no entanto, ainda caracterizadas por serem iniciativas pontuais e “fragmentadas” do processo social.

¹⁶⁶ Participaram do encontro 79 pessoas de 41 municípios, dos três estados do sul do país.

mas também limitações e desafios. No relatório final desta avaliação, os participantes apontam que o PAA tem contribuído, de forma efetiva, para:

Ampliação e diversificação da produção, das possibilidades de comercialização e ampliação das atividades de agroindustrialização (revitalização, estruturação e consolidação);
 Resgate de produtos tradicionais e possibilidade de comercialização de produtos que antes não eram vendidos;
 Melhoria na qualidade dos produtos;
 Auxiliou para a melhoria dos preços pagos aos agricultores;
 Facilitação do planejamento da produção e segurança na comercialização;
 Ampliação da renda e possibilidade de investimentos na produção e na qualidade de vida da família;
 Desafio às organizações da agricultura familiar na gestão da comercialização e no diálogo com o poder público;
 Ingresso de novas famílias nas organizações de agricultores familiares;
 Visibilidade e fortalecimento das organizações de agricultores familiares e da relação com as famílias agricultoras;
 Reconhecimento e aumento da credibilidade das organizações da agricultura familiar na região;
 Incentivo para transição agroecológica;
 Valorização e melhoria no fluxo de comercialização dos produtos agroecológicos.¹⁶⁷

Na avaliação realizada pelos agricultores, estes, apontam e identificam, para além do aumento da renda e da garantia de comercialização, que o PAA tem contribuído de forma significativa para a diversificação da produção e o resgate de produtos tradicionais, o fortalecimento de estratégias de agroindustrialização, a qualificação dos preços dos produtos, o fortalecimento das organizações de agricultores e sua aproximação com as famílias de agricultores, mas fundamentalmente, o reconhecimento político e econômico das organizações de agricultores e da realidade da agricultura familiar no espaço local e regional.

Nesta perspectiva, segundo os próprios agricultores, o PAA possibilita uma intervenção estrutural nas condições de vida dos agricultores familiares, pois garante

¹⁶⁷ COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. *Relatório da Oficina de Documentação Participativa do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA Região Sul*. Relatório Síntese. Curitiba. 26 a 28 de Abril de 2006. 26 f. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/download/paa/1_relatorio_oficinapaa_sul.pdf>. Acessado em: 28/04/2008.

a sustentação e o fortalecimento de estratégias que garantam a autonomia para as organizações de agricultores e para as famílias. Esta autonomia verifica-se a partir da reorganização da produção, da organização coletiva, da economia familiar, das intersubjetividades estabelecidas entre o rural e o urbano, assim como a partir da valorização da condição ambiental e do trabalho familiar enquanto questões estratégicas do desenvolvimento rural.

Diferentemente de uma ação compensatória que tem como foco a renda e a exclusão econômica, ou seja, a manutenção de uma renda mínima para a permanência no campo, o PAA tem permitido a reestruturação e ressignificação do papel da agricultura familiar e suas organizações nos espaços locais.

Já os pontos negativos identificados pelos agricultores são:

As organizações proponentes e os agricultores enfrentam custos elevados na implementação do Programa, como os gastos com embalagens, etiquetas, transporte e administração. A escala que a agricultura familiar opera eleva o peso destes custos no valor final do produto;

O contexto político local nem sempre é favorável, ocorrendo situações em que divergências políticas locais dificultam a operação do PAA. Estes conflitos costumam envolver Prefeituras, órgãos de extensão rural e Sindicatos, dificultando inclusive a obtenção da DAP;

A falta de apoio técnico por parte de algumas prefeituras e órgão de extensão rural dificulta a implementação dos projetos;

A falta de estradas adequadas e a falta de meio de transporte dificultam a implementação do projeto e oneram ainda mais o custo dos produtos para agricultores e suas organizações;

A falta de serviços de inspeção em alguns municípios impede a inclusão de alguns produtos produzidos pelas agroindústrias.¹⁶⁸

Os desafios e as limitações, segundo os agricultores, concentram-se em questões referentes às externalidades negativas que impactam na operacionalização do PAA no âmbito local e territorial.

¹⁶⁸ COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. *Relatório Oficina de Documentação Participativa do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA Região Sul*. Curitiba. 26 a 28 de Abril de 2006. Relatório Síntese. 26 Páginas. Disponível em http://www.conab.gov.br/conabweb/download/paa/1_relatorio_oficinapaa_sul.pdf, acessado em 28 de Abril de 2008.

Estas limitações apontam para a ausência do Estado para questões estruturais do desenvolvimento local e territorial, pois a dimensão das estruturas que viabilizam a produção e a organização social dos agricultores familiares é diferente das postas para a agricultura empresarial. Ou seja, a dimensão com que o Estado intervém no que se refere às estradas rurais, a forma e conteúdo trabalhado pela assistência técnica, o contexto político local e a própria legislação sanitária e fiscal, está em patamares diferentes se compararmos a agricultura empresarial à agricultura familiar.

Os custos de produção que envolve o sistema de transporte e abastecimento, a agroindustrialização, a utilização de insumos, a diversidade de produção, a mão de obra disponível, as formas de organização coletiva da produção, entre outros, impactam de forma diferente na agricultura familiar e na agricultura empresarial. Desta forma, o Estado deve rever seu posicionamento diante desta realidade, e não replicar a forma da agricultura empresarial na agricultura familiar, seja por concepção ou mesmo por não ter recursos suficientes para realizar tais mudanças do sistema público.

Assim, de um lado, os movimentos sociais e as organizações de agricultores familiares, mesmo com precariedade no que se refere as externalidades do processo produtivo e organizativo da agricultura familiar, utilizam-se do PAA enquanto uma política estruturante, ou seja, uma política que contribui para o fortalecimento da agricultura familiar enquanto ator social, político e econômico. De outro lado, o PAA apresenta-se como uma ação pública isolada que garante apenas o acesso a renda monetária através da comercialização institucional, com o objetivo de manter as famílias rurais pobres no campo.

O Estado, dessa maneira, tem interferido, direta e indiretamente, na realidade, com o objetivo de fortalecer e potencializar a agricultura empresarial, através da realização de “importantes” investimentos para a melhoria e manutenção de estradas, portos, aeroportos, para a qualificação da pesquisa agropecuária, para a expansão dos serviços de fiscalização, logística e armazenamento da produção,

sendo que tais investimentos são de responsabilidade, principalmente, do governo federal em conjunto com governos estaduais, entes federativos que possuem grande capacidade de investimentos e intervenção na realidade rural brasileira.

No entanto, de outro lado, a agricultura familiar reivindica a presença do Estado para que seja viável do ponto de vista econômico e político a produção de alimentos em escala local e regional. Porém, as estruturas que poderiam contribuir para este processo dependem quase que exclusivamente de investimentos realizados pelo poder público municipal, ente federado que possui pequena ou nenhuma capacidade de investimento em infraestrutura.

Portanto, se considerarmos que quase metade da população de agricultores familiares do país está localizada em municípios com menos de 20 mil habitantes, há de considerarmos que, nestas condições, estes agricultores terão poucas chances de serem atendidos no que se refere a investimentos em infraestrutura.

Desta forma, as limitações organizativas do sistema produtivo da agricultura familiar, a partir da conformação atual do Estado Federativo brasileiro, encontram-se com gargalos estruturais do ponto de vista político e institucional, e que tem sua maior expressão pragmática nas dificuldades econômicas dos municípios brasileiros.

Estas limitações, mais do que problemas do ponto de vista econômico para a agricultura familiar, impactam diretamente no reconhecimento dos agricultores enquanto atores do desenvolvimento, pois a baixa qualidade dos produtos, as perdas de produção durante a realização do transporte, a falta de credibilidade dos próprios agricultores para o processo de comercialização local e regional e a fragilidade dos processos organizativos dos agricultores, são consequências destes gargalos estruturais, os quais influenciam diretamente na forma como a sociedade compreende ou não a viabilidade econômica e social da agricultura familiar.

No entanto, mesmo com limitações e desafios estruturais do sistema, o PAA, mais do que instrumentalizar e oportunizar processos de comercialização para a agricultura familiar com vistas à sua reprodução social, tem possibilitado a produção de condições de visibilidade e, conseqüentemente, de reconhecimento

social, político e econômico, por parte de organizações e grupos sociais do urbano e do rural.

5.3 – O PAA ENQUANTO INSTRUMENTO DE PARTICIPAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO NOS ESPAÇOS LOCAIS

Desta forma, o PAA é posto enquanto um instrumento que amplia as relações do Estado com os agricultores, de forma que, seja do ponto de vista dos investimentos públicos ou mesmo do funcionamento burocrático, o acesso aos recursos públicos através do PAA tem sido destinado diretamente, sem intermediários, para os agricultores e suas organizações.

Este reconhecimento só foi possível em função da forma como o Programa se institui e se articula diante da realidade dos agricultores e do espaço local. Ao mesmo tempo em que o PAA exige destes e de suas organizações a produção de alimentos, também possibilita que seja utilizado enquanto instrumento de empoderamento dos agricultores. Porém, como foi observado nas atividades de campo da pesquisa, isto só foi possível porque as organizações dos agricultores é que passam a gerenciar e conduzir o PAA. Se, neste caso, a Prefeitura Municipal fosse a responsável pelo gerenciamento e condução dos projetos do PAA, como assim reivindicam, porventura os agricultores seriam reconhecidos e valorizados da forma como são atualmente? Ou será que seriam vistos e reconhecidos apenas como “entregadores” de alimentos? Ou ainda: haveria necessidade dos agricultores estarem organizados para realizar as entregas para as prefeituras municipais?

Estas e outras questões devem ser pautadas em função de que Prefeituras Municipais e entidades sociais reivindicam para si a responsabilidade de condução e gerenciamento do Programa. Por conseguinte, será que esta “simples” mudança burocrática impactaria na forma como a agricultura familiar vem conduzindo o PAA?

Como foi observado nas entrevistas e nas demais atividades de campo desta pesquisa, quando os agricultores estão organizados em uma associação e são os proponentes e gestores do Programa, em nível local, as organizações urbanas se veem atreladas à lógica estabelecida pelos agricultores, sendo necessária a adaptação à forma e dinâmica de funcionamento proposta por eles. Não estou afirmando que este processo se dá de forma unilateral; pelo contrário: como observado nas realidades pesquisadas, durante a execução do Programa as associações de agricultores realizaram reuniões e encontros de planejamento e avaliação das entregas dos alimentos. No entanto, quando os agricultores têm sob seu domínio o processo de gestão, os beneficiários, diretos e indiretos, necessitam reconhecer politicamente a estes enquanto atores e não como meros instrumentos de produção e abastecimento. Assim, mais do que estabelecer uma relação meramente comercial, é necessário que haja um processo de diálogo e negociação entre as partes, de forma que os agricultores sejam ouvidos e reconhecidos enquanto atores do processo.

Vale destacar, que nos dois casos pesquisados, as Prefeituras Municipais subsidiam o transporte da produção, sendo que em Turvo, a associação tem um caminhão próprio e o poder público local subsidia o combustível. Já em Fernandes Pinheiro, a Prefeitura Municipal disponibiliza o veículo, motorista e combustível para que os alimentos sejam deslocados das propriedades dos agricultores até as entidades beneficiárias. No entanto, este processo só foi possível em função de que os agricultores reivindicaram, através da força política e do reconhecimento social, que o poder público local deveria assumir sua responsabilidade de prover o abastecimento alimentar dos equipamentos públicos do município.

5.4 – O PAPEL DO ESTADO E A AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA

O PAA tem impactado em dimensões que o poder público não possui capacidade para intervir diretamente, como, por exemplo, o reconhecimento social a partir das relações locais. O poder público somente poderia intervir através da disponibilização de políticas que permitam que os agricultores se afirmem enquanto atores a partir de um projeto coletivo. Para tanto, as políticas e ações governamentais devem ser elaboradas e “desenhadas” de forma que o modo e as condições de vida da agricultura familiar estejam alinhadas aos pressupostos conceituais e políticos e também burocrático. No entanto, não basta responder ao modo de vida dos agricultores, prescindindo que as políticas e ações governamentais estejam fundadas a partir da concepção de um desenvolvimento que promulgue a equidade e a sustentabilidade enquanto princípio fundante.

De outro lado, a “exposição” dos agricultores, ou melhor, a emergência dos agricultores enquanto atores sociais, econômicos e político, tem possibilitado relações de solidariedade e reconhecimento; em outra perspectiva, tem proporcionado certo “desconforto” e cerceamento desta nova realidade posta pelo Programa, seja pela inquietação do poder público local em dispor de recursos para potencializar ou fortalecer as ações dos agricultores ou mesmo pelo não reconhecimento destes enquanto atores. O poder público local, a partir do PAA, tem “percebido” a perda de espaço e reconhecimento político em função de outros atores estarem desenvolvendo inovações e modificações na realidade social local.

É neste momento em que o discurso do pacto federativo vem à tona. A disputa política, faz com que as elites locais, normalmente “proprietárias” dos espaços políticos institucionalizados, reivindiquem para si, o mando da condução das políticas públicas, justificando que esta é função restrita dos governos.

O pacto federativo surge, sempre, quando os segmentos e grupos organizados da agricultura familiar estão ganhando espaço. Que façam o pacto federativo com outras políticas, com o PAA não. O Programa é uma política de comercialização e não de assistencialismo. Queremos gerar novas possibilidades de organização da agricultura familiar. As prefeituras e os governos estaduais reivindicam para si a condução do Programa, no entanto defendendo que ele deve estar nas mãos dos agricultores e de suas organizações, de forma que se fortaleçam política e economicamente.¹⁶⁹

O Estado, enquanto ator público tem, sim, importância e papel indispensável na condução de ações para a agricultura familiar e para o desenvolvimento rural e local. No entanto, num ambiente em que a cultura democrática se constitua enquanto arranjo institucional, políticas (como o PAA) devem contribuir para a participação dos indivíduos e organizações na perspectiva de possibilitar espaços de produção de autonomia e empoderamento à luz da equidade. Da mesma forma, o PAA, assim como as políticas para a agricultura familiar, não pode e não deve ser compreendido, única e exclusivamente, enquanto política compensatória, com foco na manutenção das famílias no campo, mas, sim, enquanto ação pública para o fomento do desenvolvimento econômico e social a partir do espaço local e para a democratização das relações estado-sociedade.

Sem a presença do Estado (seja do poder público local, regional ou nacional), na organização dos espaços econômicos e sociais, o mercado assume esta atribuição e, no caso da agricultura familiar, passa a utilizá-los a partir de estratégias, eminentemente, econômicas, que desterritorializa e desarticula a realidade destes atores, como é o caso da produção das *commodities* e da integração agroindustrial.

No entanto, a intervenção estatal não deve restringir-se a implementação de políticas e ações públicas de fomento a comercialização, como é o caso do PAA. Se compararmos a realidade da agricultura familiar com a realidade da “agricultura de grande escala”, percebe-se que a segunda, além dos instrumentos de

¹⁶⁹ Gestor nacional do Programa de Aquisição de Alimentos da Companhia Nacional de Abastecimento/CONAB. Depoimento realizado no Seminário Nacional do PAA, realizado em Brasília, no ano de 2005.

comercialização subsidiados pelo Estado, tem neste, “porto seguro” para promover e fomentar investimentos que venham a sanar algumas das externalidades negativas da produção e comercialização agrícola. Desta forma, estradas, portos, equipamentos públicos de armazenamento, compras governamentais, política de preço mínimo e regulação de preços, crédito subsidiado, além de investimentos em cooperativas e empresas de logística e armazenamento, entre outras, o Estado, historicamente, tem estruturado ações com o objetivo de contribuir para o fortalecimento da agricultura de grande escala e exportação.

Para tanto, os investimentos públicos organizados a partir de um modelo de desenvolvimento rural que tenha como foco a agricultura familiar exigem a reestruturação dos arranjos institucionais e pressupostos burocráticos adotados pelo Estado, que, historicamente, priorizam quase que exclusivamente uma agricultura industrial e agroexportadora e não consegue responder à realidade e dinâmica da agricultura familiar. Desta forma, a infraestrutura de estradas rurais, garantias fiscais e abertura de “novas” possibilidades de mercados, assessoria técnica, crédito rural, legislação sanitária, formação e capacitação de capital social, como também recursos para capital de giro para os empreendimentos da agricultura familiar, são condições para que o desenvolvimento rural, fundado na agricultura familiar, tenha algumas garantias para viabilizar e consolidar experiências que possibilitem a emergência destes enquanto atores do desenvolvimento¹⁷⁰.

¹⁷⁰ Vale destacar que a partir do Plano Safra 2009/10, o Governo Federal, através do PRONAF, passa a financiar veículos utilitários, como caminhões, caminhões frigoríficos, isotérmicos ou graneleiros, camionetes de carga, reboques ou semirreboques e motocicletas, adaptados a realidade da agricultura familiar, fato importante a ser destacado, pois é uma demanda histórica dos agricultores familiares, em função de que é uma limitação estrutural que os agricultores acessem mercados locais e regionais. Cf.: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Plano Safra da Agricultura Familiar fortalece e amplia políticas públicas. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/arquivos/2072421532.pdf>>. Acessado em: 28/07/2009.

5.5 - COMERCIALIZAÇÃO INSTITUCIONAL, AS CONTRADIÇÕES GOVERNAMENTAIS E O MODELO DE DESENVOLVIMENTO

As contradições existentes em torno do PAA, entre organizações de agricultores familiares, movimentos sociais e governo, está posta desde a implantação do Programa a partir de 2003. De um lado a Companhia Nacional de Abastecimento, através de alguns diretores e superintendências estaduais e movimentos sociais ligados à agricultura familiar, e de outro o Ministério do Desenvolvimento Social, Governos Estaduais e Prefeituras Municipais.

A disputa em voga, tem como ponto central, a discordância sobre o papel do Estado no desenvolvimento do Programa. A CONAB, aliada aos movimentos sociais, defende a tese de que o PAA deve ser gerenciado por organizações de agricultores familiares, sendo estes responsáveis por elaborar os projetos (contatar as entidades sociais, os agricultores familiares, planejar as etapas e metas, entre outros), firmar convênios/contratos com o poder público, executar e gerenciar o projeto no nível local e regional, do ponto de vista organizativo, financeiro e contábil, como também prestar contas aos órgãos competentes. Já o MDS, articulado com os governos estaduais e prefeituras municipais, defende a proposta de que o PAA é uma política pública de responsabilidade, única e exclusivamente, do poder público, sendo atribuição do MDS, repassar os recursos para governos estaduais e municipais, pois estas serão as instâncias responsáveis pela gestão e operacionalização do Programa no nível regional ou local. Estes seriam responsáveis por firmar contratos com cada agricultor individualmente (independentemente dos agricultores estarem ou não organizados), realizar a gestão organizativa, financeira e contábil, assim como prestar contas ao MDS sobre a implementação do Programa.

No entanto, estas duas formas de estruturação do PAA estão em funcionamento no país, sendo que em alguns estados, o Programa tem a presença dos dois modelos, como é o caso dos Estados do Paraná, Maranhão, Tocantins, Rio

Grande do Norte, Piauí e Santa Catarina¹⁷¹, além de que o MDS também firma convênios diretamente com prefeituras municipais, independentemente dos convênios com os Estados e com a CONAB.

Em que esta discussão tem importância para compreender o PAA enquanto instrumento para a emergência dos atores sociais na agricultura familiar? Mais do que analisar o impacto do Programa de forma instrumental, o PAA tem na sua estrutura organizativa e na forma de implementação, os princípios e pressupostos que possibilitam ou não a produção de atores. Nesta disputa, mais do que choque de opiniões e interesses, está em pauta a disputa por espaço político destas instituições e, também, e fundamentalmente, estão as premissas e impactos que o Programa permite gerar na realidade dos agricultores familiares.

De um lado, a partir das concepções da CONAB, o PAA é estruturado enquanto um instrumento público que tem nas associações e cooperativas de agricultores parceiro prioritário, pois o Programa deve servir como estímulo para que estas organizações promovam relações com o mercado independentemente dos recursos do Estado e, assim, o PAA sirva como um estímulo ou como fortalecimento de processos de geração de autonomia e empoderamento destas organizações e da agricultura familiar.

Já o MDS, assume a prerrogativa de que os parceiros prioritários são os governos estaduais e municipais, sem que para isto, as organizações de agricultores estejam vinculadas à execução do PAA.

¹⁷¹ No caso do Governo do Estado do Paraná, no período de 2004 a 2007, a Secretaria Estadual do Trabalho, Emprego e Promoção Social, executou o convênio nos mesmos moldes propostos pela CONAB, ou seja, realizava convênios com associações de agricultores familiares e estes eram responsáveis pela operacionalização no contexto local e regional. A diferença entre o PAA da CONAB e do Governo do Estado do Paraná, é que este último também firmava convênios com associações ligadas à educação, saúde e assistência social, quando da “ausência” de associações de agricultores no município. Segundo os gestores estaduais, esta ausência poderia ocorrer em função da ausência de estrutura e baixa capacidade de capital social na gestão das associações, ou mesmo em função da negativa por parte destas organizações em se responsabilizar pela operacionalização do programa.

Para a realização de uma análise comparativa, faz-se necessário aprofundar as informações sobre como cada um destes modelos funciona. No caso dos projetos desenvolvidos pelos governos estaduais, em parceria com o MDS, o Programa não necessita de uma organização de agricultores familiares para que entre em funcionamento, pois a instância estadual gestora do Programa, contrata cada agricultor de forma individualizada, tendo na prefeitura municipal uma parceira no processo de elaboração, apresentação do projeto e cooperação para a gestão do programa. Da mesma forma, quando o Programa está sob a gestão das prefeituras municipais, estas contratam os agricultores individualmente e realizam a gestão e operacionalização do projeto independentemente da existência de uma organização de agricultores familiares. O que mais chama atenção nestes dois processos de execução do PAA é a forma como o pagamento é realizado, pois é efetuado mediante a apresentação individual da “Nota do Produtor” diretamente aos órgãos governamentais responsáveis pela execução do Programa, sendo depositado o valor a receber na conta de cada agricultor em separado. Este modelo, sugerido e estimulado pelo MDS, reforça a lógica da centralização e controle do Estado sobre as ações desenvolvidas, dificultando que processos organizativos sejam estruturados pelos agricultores familiares.

Tal modelo funda-se no pressuposto de que os agricultores não precisam participar de uma associação ou cooperativa, ou mesmo conhecer os demais agricultores que entregam os alimentos para o mesmo projeto do município. Desta forma, a relação é individualizada, onde cada agricultor tem a responsabilidade e a meta de atender a demanda do poder público, sendo que as demandas e necessidades de comercialização dos agricultores são colocadas em segundo plano.

De outro lado, a CONAB, estabelece, necessariamente, contratos diretamente com as associações e/ou cooperativas de agricultores, de forma que estes são os responsáveis pelo processo de gestão e operacionalização do Programa no nível local ou regional, não havendo interferência direta dos governos estaduais e municipais no desenvolvimento do Programa. Nesta perspectiva, o PAA

tem nas organizações de agricultores familiares atores do desenvolvimento, e assim o Programa servirá muito mais como forma de estimular que os agricultores estruturarem novas formas de comercialização, além da representação política e social junto aos órgãos públicos, como também o efetivo aprendizado sobre processos de gestão contábil, financeira e de processos administrativos e organizativos.

A partir dos pressupostos estabelecidos pela CONAB, as organizações de agricultores não são compreendidas apenas enquanto empreendimentos econômicos, mas também políticos e sociais da dinâmica local. Para tanto, é necessário o reconhecimento destas a partir do ato de conveniamento/contratação, como da gestão dos recursos e do estabelecimento de parcerias.

No entanto, é necessária a compreensão de que o PAA, enquanto uma ação pública concebe e é concebido a partir da noção de Estado e de desenvolvimento defendida e reproduzida pelos gestores públicos do Programa, e desta forma, é fundante compreender em que medida a forma de operacionalização do Programa interfere positivamente ou negativamente para a produção de atores sociais na agricultura familiar.

De forma a analisar a diferença entre estes dois modelos, vale ressaltar como este processo vem ocorrendo nas associações localizadas nos municípios de Turvo e Fernandes Pinheiro, pois ambas as organizações de agricultores firmaram convênios tanto com a CONAB, como com o Governo do Estado do Paraná, no período de 2004 a 2007. Neste período, o governo estadual, diferentemente dos outros estados e sob críticas do MDS, implementou o Programa no mesmo formato vigente na CONAB. No entanto, as associações de agricultores pesquisadas acessaram os recursos disponíveis no Governo do Estado e na CONAB até o ano de 2007, sendo que a partir de 2008 e 2009 recusaram-se a participar do processo de seleção pública divulgado pelo Governo do Estado, em função de que a gestão local do Programa ficaria a cargo do próprio governo estadual em parceria com as prefeituras municipais, retirando as organizações de agricultores do processo de

gestão e implementação local dos projetos. A justificativa fornecida pelos presidentes das associações, em entrevista realizada durante a pesquisa de campo, é que as associações têm a preocupação em ampliar as formas de comercialização, e que sem a organização coletiva, este processo dificultaria em muito a efetivação de qualquer projeto de comercialização, seja local ou regional. Ressaltam que no curto prazo, a operacionalização do PAA proposta pelo Governo do Estado gera menos custo e facilita a forma de funcionamento do Programa, pois os agricultores, individualmente, entregam sua produção e recebem o pagamento diretamente em sua conta bancária, e todo processo é de responsabilidade de cada agricultor e não da associação. Já no modelo proposto pela CONAB, enfatizam que quem articula e representa os agricultores é a associação, sendo que para que o Programa seja implementado há necessidade da realização de reuniões para organizar a produção de cada agricultor e dos grupos de agricultores, o planejamento e avaliação das entregas dos alimentos, a mediação dos problemas e conflitos, como também arcar com as despesas administrativas geradas pela execução do Programa. No entanto, os presidentes das associações chamam atenção para o fato de que a realização das feiras e de outras formas de comercialização só está sendo viável em função da existência da organização dos agricultores, e tem sido o PAA o fator preponderante para que ocorresse o envolvimento e a credibilidade de novos formatos organizativos dos agricultores, além de que é o PAA quem tem dado sustentabilidade financeira para que as associações e agricultores viabilizem outras experiências de comercialização local.

Não só de reconhecimento social e político “sobrevivem” os agricultores, sendo que o PAA tem conquistado a confiança e permitido certo envolvimento dos agricultores em outras propostas de comercialização e isso em função de que o Programa gera renda financeira muito próxima do ideal almejado pelos agricultores.

Quando os agricultores já estão organizados em função do PAA, seja através de uma associação, cooperativa ou grupo informal, a expansão para novos empreendimentos é significativamente mais facilitada do que se não houvesse o

Programa, pois os agricultores já possuem venda garantida de parte da produção por um período previamente estipulado, o que lhes garante uma renda planejada e programada por certo período e, assim, podem arriscar a outra parte da produção em novas possibilidades de comercialização.

O Programa já me dá uma segurança que a gente não tinha antes. A feira e as outras formas de comércio não arriscam a nossa renda principal. Isso é importante. O melhor é que a gente já tá produzindo para algo que é certo, e o que a gente produz a mais vai para a feira, para os mercado, vendemo para os vizinhos. (...) Eu não consigo produzir tudo que as escola pedem, por isso é importante a união entre o nosso grupo e os outros grupos da associação. Se não fosse assim, acho que as escolas nem iam querer comprar o que eu tinha.¹⁷²

A mobilização dos agricultores em torno do Programa permite que outras experiências de comercialização sejam possíveis. No entanto, estas só se configuram enquanto realidade em função de contingências geradas a partir das potencialidades dos agricultores, seja do ponto de vista do capital social, dos recursos disponíveis, do reconhecimento social, do planejamento e da gestão, da localização da experiência, entre outras. Assim, o Estado, através do PAA, por si só não consegue viabilizar avanços significativos para a realidade dos agricultores, do ponto de vista estrutural, mas gera as condições instrumentais para que os agricultores e as associações desenvolvam possibilidades que interfiram estruturalmente no dinamismo e na organização da produção, da comercialização e das intersubjetividades estabelecidas, assim como na emergência dos atores sociais.

Desta forma, o PAA não é uma ação governamental que irá salvar e triunfar diante da realidade da agricultura familiar, pois não seria a instrumentalidade do Programa possibilitaria os avanços possíveis, mas a partir do Programa os agricultores e suas organizações podem reverter a realidade de exclusão e “invisibilidade” social, econômica e política da agricultura familiar.

¹⁷² Agricultor entrevistado do município de Turvo. Pesquisa de Campo 2008.

No entanto, a forma como o Programa é estruturado e desenvolvido pelo Estado tem importância *sine qua non*, pois as políticas públicas, seja em função do seu aparato instrumental ou mesmo pela dimensão política, são carregadas de ideologias, princípios e pressupostos que fundamentam desde a contextualização, a leitura da realidade, assim como as relações e processo gerados a partir da sua formatação e que terá consequências na vida dos indivíduos, grupos e do sistema social.

Assim, mais do que analisar, única e exclusivamente, o PAA na sua instrumentalidade, enquanto uma política dispersa do conjunto das relações sociais, econômicas, políticas e institucionais, esta pesquisa assume o caráter diverso e intersubjetivo em que o PAA está implicado na rede social local, de forma que o Programa tem interferido na organização social, seja na perspectiva de alterar a realidade para outros contextos anteriormente “não aceitos” ou então reproduzir a lógica e pressupostos do sistema hegemônico.

Assim, não há como analisar e compreender o Programa à luz das suas implicações meramente locais e imbricado nas redes sociais de agricultores e população urbana. No entanto, faz-se necessário discutir o PAA na perspectiva de compreender qual o modelo de desenvolvimento que está posto e qual a proposição que este defende e de que forma os atores interagem e reagem a este modelo.

Para tanto, no capítulo VI, irei discorrer sobre a relação rural-urbano à luz do desenvolvimento local, donde o PAA se inscreve enquanto um instrumento que possibilita que os atores envolvidos passem a pautar a necessidade de reorganização do sistema social vigente.

CAPITULO VI – O LOCAL E O RURAL-URBANO: ESPAÇO DE VIDA E DESENVOLVIMENTO

O Programa de Aquisição de Alimentos circunscreve-se enquanto uma ação pública intersetorial, que não tem exclusividade o desenvolvimento rural ou a segurança alimentar, mas se institui a partir da complementaridade entre estas áreas. Mais do que um Programa isolado e parcializado, que tem como pressuposto atender exclusivamente uma demanda social, o PAA está articulado a uma diversidade de dimensões e áreas que possibilitam compreender a realidade a partir da complementaridade entre o rural e o urbano no contexto local.

Diferentemente de outras políticas para a agricultura familiar, o PAA vem contribuindo de forma positiva para o debate e a afirmação do espaço local como espaço de vida, de troca e de construção da realidade para e pelos atores.

Historicamente, as políticas de desenvolvimento rural estiveram vinculadas a formas de produção que objetivavam viabilizar os agricultores para ingressar na agricultura moderna. No entanto, o PAA tem contribuído para um certo resgate, valorização e fortalecimento de uma agricultura que privilegia a diversificação, as relações no âmbito local e territorial, assim como a produção de alimentos e a aproximação rural-urbano.

Para tanto, não há como descolar o PAA de uma concepção de desenvolvimento e de estratégias que contribuam para a formação da organização social. Pois, mesmo sendo um programa com um foco bastante específico – a comercialização institucional, tem contribuído para que outras ações sejam organizadas, seja pelos agricultores ou pelo poder público.

Desta forma, o PAA tem sim interferido na realidade dos municípios, das comunidades, das organizações de agricultores e da vida dos agricultores familiares de forma a reordenar, ressignificar ou redimensionar ações que privilegiam a aproximação entre rural e urbano, o fortalecimento da agricultura familiar e da

produção de alimentos, assim como a valorização da cultura e das intersubjetividades presentes nos espaços locais.

Portanto, o PAA tem contribuído para a discussão e a proposição de ações que buscam reorganizar o modelo de desenvolvimento que tem a perspectiva de valorizar e fortalecer uma agricultura familiar diversa, heterogênea e que tem no contexto local espaço de vida.

Assim, setores vinculados aos movimentos populares da agricultura familiar, movimentos de camponeses, da agroecologia, da segurança alimentar e setores da educação e da assistência social, utilizam-se da experiência proporcionada pelo PAA, de forma a pautar política e socialmente, a discussão sobre qual o papel do Estado e os pressupostos políticos e ideológicos que devem fazer parte de uma política nacional para o desenvolvimento rural, para a segurança alimentar e para o desenvolvimento do país.

Portanto, diferentemente da ideia de que o rural é lugar de atraso e ignorância e o urbano considerado lugar de progresso, desenvolvimento, conhecimento e crescimento, outros pressupostos e concepções têm emergido e se fortalecido a partir de políticas públicas e ações coletivas que vêm conquistando espaço político e, conseqüentemente, legitimidade, como é o caso do PAA.

Como questão central deste debate está a relação rural-urbano, que, articulado à segurança alimentar, ao fortalecimento da agricultura familiar e à agroecologia, formam alguns dos pressupostos que fundam uma outra matriz de desenvolvimento.

Desta forma, o debate em torno da relação rural-urbano articula-se com os pressupostos da reprodução social dos camponeses, que imbricados na modernidade, passam a ter que responder a outras formas de relação com o mundo externo.

Para Kautski, o camponês inevitavelmente seria extinto, porém sua explicação desenvolvida no livro *A Questão Agrária*¹⁷³ baseia-se na superioridade

¹⁷³ KAUTSKY, K. *A Questão Agrária*. Rio de Janeiro: Laemert, 1968.

técnica e econômica da grande exploração capitalista frente a pequena exploração de caráter familiar.

Na opinião de Abramovay, “Kautski procura provar teoricamente que ali onde os camponeses sobrevivem isso não é sinônimo de eficiência, mas de superexploração, do fato de venderem seus produtos que nem cobrem se quer sua própria subsistência”¹⁷⁴.

Para Chayanov¹⁷⁵, a unidade de produção familiar é regida por certos princípios gerais de funcionamento interno que a tornam diferente da unidade de produção capitalista, o que garante suas características da forma como entendemos por agricultura familiar tradicional. Em suas análises, Chayanov demonstra a preocupação política com relação à identidade do campesinato. Diferentemente do que talvez se induza a pensar, a preocupação central da obra de Chayanov não está em conservar valores e formas sociais antigas, mas preocupa-se em como promover a modernização econômica dos camponeses em ambientes onde estas formas são dominantes. Assim, fundamenta de maneira racional, um projeto político de compatibilização do socialismo com a agricultura familiar, rebatendo o determinismo de Lênin e a superioridade técnica e econômica de Kautski. Chayanov apostava, sobretudo, na organização cooperativa como uma alternativa ao capitalismo agroindustrial dominante.

É a partir deste contexto que se intensificará o debate sobre o modelo de desenvolvimento posto e quais os caminhos para re-estruturar e reorganizar este modelo na perspectiva de promover uma maior equidade política, econômica e social, mas, fundamentalmente, a valorização e fortalecimento do rural enquanto espaço de vida.

Para tanto, a aproximação e articulação entre o rural e o urbano passa a ser questão central no debate sobre um modelo de desenvolvimento que tenha na

¹⁷⁴ ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. São Paulo: HUCITEC, ANPOCS, UNICAMP, 1992. p. 46.

¹⁷⁵ CHAYANOV, A. V. *La Organización de la Unidad Camponesa*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

noção de democracia, segurança alimentar e qualidade de vida, condições para o avanço da cidadania e da participação política e social nos espaços rurais e locais.

Assim, um projeto de desenvolvimento que se contraponha ao modelo capitalista atual, e que tenha a função de propor uma nova forma de organização social, necessariamente precisa conceber uma aproximação entre o rural e o urbano, mas uma aproximação que tenha na noção de complementaridade e reciprocidade seu eixo central.

Wanderley considera a noção de desenvolvimento a partir da concepção de complementaridade do rural-urbano, como um processo de construção de um espaço que seja “lugar de encontro entre esses dois ‘mundos’, porém as particularidades de cada um não são anuladas, ao contrário são a fonte da integração e da cooperação, tanto quanto das tensões e dos conflitos”¹⁷⁶. Para isto, a autora utilizará o termo desenvolvimento local para definir este espaço que tem por função primordial, a construção de atores sociais autônomos e conscientes de seu papel transformador perante a realidade, e este enquanto *locus* prioritário para a construção de espaço de vida e subjetivação.

Dessa maneira, como pensar este “local”? Segundo Romano¹⁷⁷, o local passa a ser redescoberto como um espaço diversificado e heterogêneo, que induz a pensar a multiplicidade de atores e a visualizar-se como um *locus* privilegiado de mobilização social na construção da cidadania. O local pensado desta forma deixa de ser a comunidade localista, comunitarista, caracterizada pelo agrupamento de indivíduos de uma determinada categoria social, como, por exemplo, uma comunidade de agricultores familiares ou uma comunidade indígena, e passa a ser um espaço onde a diversidade está presente, inter-relacionando-se e comunicando-se umas com as outras.

¹⁷⁶ WANDRELEY, M. de N. B. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACA, N. (Compiladora). *Uma nueva ruralidade em America Latina*. Buenos Aires, Clacso/ASDI, 2001. p. 33.

¹⁷⁷ ROMANO, J. O.; PETERSEN, P. *Abordagens participativas para o desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: AS-PTA/ACTIONAID-Brasil, 1999.

Assim, o local é o território de uma municipalidade de realidades e, ao mesmo tempo, é o espaço em que os atores vivem e convivem, social, política, econômica e culturalmente. Produzem-se e se constroem enquanto atores que participam da produção da realidade a partir das intersubjetividades e do reconhecimento do outro enquanto ator.

No entanto, o local é um espaço onde a multiplicidade de culturas e saberes é condição necessária para que a relação entre o rural e o urbano se caracterize enquanto uma relação de interação – conflituosa ou não -, de cooperação e de solidariedade.

Morin¹⁷⁸ propõe em sua construção conceitual em que o espaço local será condição necessária para que o conhecimento seja total, ou seja, o conhecimento no espaço local não é parcelizado, especializado, fragmentado, mas é sim um conhecimento que respeita a condição plural da realidade, tendo como fundante a construção de conhecimentos, de experiências, que sendo local e total, gera um processo de interconhecimentos, um processo de interligação dos saberes para que possam produzir interfaces entre eles. Essa característica identificada e analisada por Morin, aponta para a concepção de um espaço que se diz local por ser um espaço essencialmente de multiplicidade, de pluralidade de conhecimentos, de culturas e de saberes.

Assim acrescenta Jara

(...) visando contribuir conscientemente à geração de um novo estilo de desenvolvimento. Trata-se de articular a dimensão global com a local mediante uma abordagem da realidade como sistema articulado, procurando solucionar, através da participação política, os problemas de relacionamento que resultam das diferenças e contradições sociais. No enfoque global, é o progresso econômico, ou seja, a dinâmica dos negócios (...), que geralmente determina as políticas de crescimento quantitativo, subordinando os interesses das sociedades locais. Ao contrário, no enfoque local, é o jogo político e democrático dos atores envolvidos o que permite definir o rumo dos processos econômicos; é a afirmação dos direitos de cidadania social o que

¹⁷⁸ MORIN, E. *Introdução ao Pensamento Complexo*. 3. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

possibilita orientar o desenvolvimento da base produtiva. O global e o local são manifestações diversas da mesma totalidade complexa, e constituindo de aspectos interconectados por uma variedade de relações tanto funcionais quanto estruturais.¹⁷⁹

Será então, a partir de uma concepção de desenvolvimento local que se dará a possibilidade de re-estruturar e rearticular a ideia de desenvolvimento rural às estratégias de desenvolvimento das cidades.

Pensar o desenvolvimento rural em separado do desenvolvimento urbano é legitimar o desenvolvimento industrial e urbano como hegemônico e estruturante, e desconsiderar o espaço local enquanto estratégico para a construção de relações sociais, políticas, culturais e econômicas fundadas a partir da noção de ator.

Como exemplo de proposições que defendem outro modelo de desenvolvimento, está o movimento agroecológico, que tem como foco o desenvolvimento que se realiza a partir das comunidades rurais e da sua relação com os espaços locais, na perspectiva de proporcionar a articulação entre o desenvolvimento urbano e rural para que se constituam enquanto espaços de potencialização da subjetividade e das intersubjetividades de agricultores e das populações urbanas.

A proposição agroecológica se apresenta como uma aspiração geral a uma outra forma de agricultura e desenvolvimento; se apóia no uso potencial da diversidade social e dos sistemas agrícolas, especialmente aqueles que os atores reconhecem como o mais próximo dos 'modelos' camponês e indígena. Aqueles que idealizam esse tipo de agricultura têm razões para pensar que, em se aliando a um projeto de desenvolvimento local, descentralizado, que privilegie a diversidade em cada meio, estão exprimindo novas aspirações, novas formas de sociabilidade, uma vontade de promover outros padrões de desenvolvimento econômico e social que seriam mais

¹⁷⁹ JARA, C. J. *Município, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável*. Seminário: Desenvolvimento e Cidadania. Número 14, p. 4-28, Dezembro/94 à Fevereiro/95. p. 08.

controláveis e aceitos porque estão espacialmente circunscritos e cultural e tecnicamente fundados na 'experiência do tempo'.¹⁸⁰

Será a partir destes princípios que políticas e ações do governo e da sociedade poderão intervir na realidade junto aos agricultores ou à população urbana, de forma a oportunizar um novo processo de reprodução social, de representação social da relação rural-urbano, dos valores culturais, da estruturação das relações econômicas, mas que fundamentalmente, possibilite a construção social de um novo espaço de relações e de convivência social a partir do local.

Nesta perspectiva, a intervenção do poder público será imprescindível para que seja possível vislumbrar novos formatos organizativos e institucionais que permitam a estruturação de um modelo de desenvolvimento que possibilite garantir a sustentabilidade ambiental, mediante a incorporação de processos mais naturais de produção e de formas de abastecimento descentralizadas e mais próximas dos consumidores, e, conseqüentemente, a garantia de processos mais descentralizados no que se refere à renda e, principalmente, a emergência de atores na busca de conquistar a condição de liberdade e autonomia¹⁸¹.

Desta forma, as políticas públicas de desenvolvimento rural devem ter clareza para qual modelo de desenvolvimento de sociedade e de nação estão incorporando e reproduzindo.

Portanto, um projeto de desenvolvimento que pretenda, verdadeiramente, articular o desenvolvimento rural e o desenvolvimento urbano como complementares e interdependentes, deve considerar a realidade local como um espaço dinâmico e possuidor de uma diversidade que é, social e historicamente, construída.

Para tanto, a concepção teórico-metodológico do desenvolvimento local vem, historicamente, de teorias e concepções que, de forma geral, articulam-se a

¹⁸⁰ ALMEIDA, J. *A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999. p. 141.

¹⁸¹ VIOLA, E. J. *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania*. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

partir de definições e conceitos como localidade, territorialidade, empreendedorismo, capital humano, identidade cultural, redes, desenvolvimento endógeno, enfim, terminologias que buscam demarcar e reafirmar a concepção de que a noção de desenvolvimento deve estar articulada ao elemento humano, aos aspectos culturais e ao empoderamento político e econômico dos atores sociais.

Brandão¹⁸² faz uma síntese das diversas linhas e correntes teóricas que buscam defender a escala local como foco para o desenvolvimento. Dentre elas, vale destacar: 1) a teoria do desenvolvimento endógeno, tendo como um dos grandes expoentes Vazquez Barquero¹⁸³ defendendo a tese de são necessárias habilidades e soluções compartilhadas; 2) o Desenvolvimento Local Integrado Sustentável e Governança Local, proposto e capitaneado pelo Banco Mundial, em que se defende a tese de que são necessárias estratégias construídas coletivamente entre população, empresas e gestores; 3) a sócio-economia proposta por Paul Singer, que pressupõe a construção de mercados alternativos ao sistema hegemônico fundado e organizado por setores populares e de trabalhadores; e 4) os Planos Estratégicos Locais, propostos por Manuel Castells e Jordi Borjas, em que se defende a tese de que processos comunicacionais em rede, aliados à mobilização social, promoveriam o desenvolvimento fundado na atração de capitais e na imagem do território.¹⁸⁴

Segundo Amin e Robins¹⁸⁵, citado por Brandão¹⁸⁶, afirma que

¹⁸² BRANDÃO, C. *Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

¹⁸³ VÁZQUEZ BARQUERO, A. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

¹⁸⁴ BRANDÃO, C. *Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

¹⁸⁵ AMIN, A.; ROBINS, K. Regresso das economias regionais? A geografia mítica da acumulação flexível. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A. (Org). *As regiões ganhadoras – distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica*. Oeiras: Celta Editora, 1994. p. 77-101.

¹⁸⁶ BRANDÃO, C. *Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007. p. 43.

(...) boa parte dessa literatura acaba sendo pouco mais do que uma relação de descrições que saúdam, o fim da centralização, da concentração, da massificação e da estandardização, e (a vitória) de uma utopia antifordista, caracterizada pela flexibilidade, pela diversidade e, em termos espaciais, pelo localismo.

Os esforços destes e outros autores para construir modelos conceituais que possibilitem a proposição de alternativas ao modelo industrial-urbano-concentrador, tem imprimido uma disputa, ou mesmo uma dicotomia entre estes dois modelos de desenvolvimento. Muitas vezes, o localismo tem se transformado em uma ditadura do local, donde este tem o poder e as possibilidades de prover a população das condições para o seu desenvolvimento, em que muitas das teorias defendem que a autonomia e sustentabilidade plena, são condicionantes para o desenvolvimento.

A radicalidade com que se tem tratado o desenvolvimento local tem levado à sua descrença em função de que o local passou a ser visto como um espaço de subsistência, fechado e incomunicável, pois é necessário defender-se do sistema perverso da globalização, das grandes corporações e do capitalismo neoliberal. Esta dicotomia tem empobrecido o debate e interferido estruturalmente nas políticas e ações que buscam promover o desenvolvimento local. No entanto, estas contradições são de relevante importância para aprofundar a relação e correlação entre os formatos e modelos de desenvolvimento à luz da globalização, que tem imprimido um processo de interrelação e interconexão entre espaço-tempo, de forma que capital e mercado invadem localidades e subtraem-se a qualquer tempo, em qualquer lugar, dependendo exclusivamente de fatores que influenciem a sua sustentação econômica.

(...) o capital ganhou grande mobilidade e flexibilidade nessa fase atual superior de mundialização, em que 'o capital flui e suas atividades induzidas de produção/gerenciamento/distribuição espalham-se por redes interconectadas de geometria variável' (Castells, 1996). Autores questionam se estariam ocorrendo a desterritorialização e a dissolução das regiões, a derrota das especialidades, até se confundirem com o 'espaço total/mundial' (uma unida plataforma homogênea). Se existiria a possibilidade concreta de um momento superior de 'suplantação do espaço e invalidação do tempo' (Castells, 1996) ou de 'aniquilação do espaço pelo tempo' (Harvey 1989).¹⁸⁷

Esta mobilidade do capital tem sim, influenciado as teorias do desenvolvimento local, mas de forma a conceber concepções e visões de mundo que busquem aprimorar a forma como as regiões e territórios conquistam sua capacidade de competitividade e sustentabilidade perante o mercado global.

Com o aprofundamento da crise, diversos grupos de pressão regionais procuram vocalizar suas demandas, e o regionalismo nada mais é que a expressão política desses grupos, que buscam construir sua identidade no recorte territorial, mobilizando-se para o enfrentamento com outras unidades e escalas espaciais no Estado. A coesão é criada simbolicamente, com a elite local articulando o discurso 'em prol dos interesses legítimos da região'. Os donos do poder local instrumentalizam-se contra os valores universais e reacendem toda sorte de particularismos.¹⁸⁸

Tal concepção impõe aos governos, e estes o retroalimentam, um modelo de desenvolvimento que privilegia a competitividade, a concentração produtiva e os recursos externos como condição para o desenvolvimento social e econômico das localidades.

No entanto, as publicações que chegam às mãos do público, em geral não acadêmico, têm como objetivo principal apresentar o desenvolvimento local enquanto aparato metodológico e estratégico, que possibilitam instrumentalizar governos, sociedade civil e demais atores das localidades na perspectiva do desenvolvimento local. Para tanto, não há como negar que esta abordagem tem contribuído de forma significativa para que territórios e localidades fortaleçam seu

¹⁸⁷ BRANDÃO, C. Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007. Pág. 53

¹⁸⁸ *Ibid.* p. 54.

papel enquanto ator econômico, político e social. Porém, mais do que a proposição de um instrumental técnico, o desenvolvimento local deve ser considerado enquanto uma política de desenvolvimento para um país, ou melhor, para o sistema e a organização social de uma nação e dos seus territórios.

Nesta perspectiva, o desenvolvimento local passa a ser entendido como uma política de Estado que, assumida enquanto tal, passa a desenvolver políticas públicas com foco na descentralização e na afirmação dos atores e da dinâmica local como forma de estruturar as relações sociais, políticas, culturais e econômicas.

Assumir a concepção de desenvolvimento local como princípio para o desenvolvimento brasileiro seria reverter a matriz produtiva-organizativa e, conseqüentemente, lutar contra o modelo industrial-urbano-concentrador. Seja pela descentralização dos centros produtivos e da forma como a população organiza-se em torno dos centros urbanos ou pela desconstrução da relação consumo-produção e das formas de valorização das culturas e identidades locais e organizacionais.

Segundo Sérgio Buarque, podemos entender desenvolvimento local como um

(...) processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local. Esse empreendimento endógeno demanda, normalmente, um movimento de organização e mobilização da sociedade local, explorando as suas capacidades e potencialidades próprias, de modo a criar raízes efetivas na matriz socioeconômica e cultural da localidade.¹⁸⁹

Nesta perspectiva, o PAA contribui enquanto ação estratégica para possibilitar que os grupos sociais percebam neste instrumento uma forma objetiva

¹⁸⁹ BUARQUE, S. C. *Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável*. Metodologia de planejamento. 4ª ed. Rio de Janeiro: Garamond. 2008.

de promoção de ações que tem possibilitado a aproximação entre a produção e o consumo, a valorização da produção e da cultura alimentar local, a descentralização e diversificação das estratégias de mercado e a possibilidade do reconhecimento da agricultura familiar enquanto atores do desenvolvimento.

No entanto, o PAA, em função da sua atuação ainda diminuta, seja no âmbito estadual ou nos municípios e comunidades onde está presente, acaba sendo um instrumento didático que possibilita a consolidação de ações que sirvam como referência para outras políticas e grupos sociais. Mais do que uma política que altere estruturalmente o modelo de desenvolvimento, o PAA tem sim possibilitado apontar para realidades possíveis e viáveis para aproximar o rural do urbano, assim como oportunizar que os camponeses se afirmem enquanto atores. Pois, alterar a realidade de trinta e quatro famílias no município de Turvo e onze famílias no município de Fernandes Pinheiro, não se traduz enquanto uma mudança estrutural das relações instituídas pela e para a agricultura familiar nestes espaços. No entanto, o Programa tem possibilitado que agentes públicos locais, representantes de entidades sociais, outros agricultores e moradores dos núcleos urbanos, reconheçam na agricultura familiar camponesa importante ator para o desenvolvimento econômico, social e político do contexto local.

Embora os grupos de agricultores que participam do PAA consigam modificar de forma substancial as relações de produção, as relações com suas formas de organização e com as cidades, o Programa demonstra pouca capacidade para alterar de forma estrutural as relações historicamente construídas no contexto local. Não quero dizer que o PAA não influencie nas relações de poder local. O Programa tem influenciado positivamente, sim, estas relações; porém, numa dimensão ainda restrita e com a possibilidade de ressignificar e re-estruturar as relações a partir do momento em que agricultores e a sociedade envolvente passam a reconhecer a importância da agricultura familiar enquanto atores nos espaços locais.

Segundo o chefe do departamento municipal de agricultura do município de Turvo, o PAA tem uma atuação bastante reduzida, pois não há espaço para a participação de outros agricultores no Programa, sendo necessário sua ampliação para outros grupos de agricultores. Porém, afirma que outros mecanismos de comercialização devem ser estruturados, a exemplo da integração entre agricultores e mercados varejistas locais, além das feiras e do comércio regional.

Nós temos no município 24 associações de agricultores, 18 que são mais próximas do departamento, que estão dentro do conselho de desenvolvimento rural, e tem mais duas associações que estamos ajudando a criar. Então a gente quer trabalhar primeiro a organização da produção, verificar onde estão as possibilidades, fizemos um diagnóstico e um planejamento e verificamos que a questão da comercialização é um grande empecilho para a geração da renda. A partir disto a gente conversou com os donos de supermercados do município e a resposta deles foi quase unânime, de que querem sim comprar produtos dos agricultores do município, mas desde que eles não deixem de entregar. Então o que a gente vê no município é muito caminhão que vem da CEASA de Curitiba trazendo produtos, que muitos deles são produzidos aqui no município, mas que tá vindo de fora. Então esse trabalho de organização é fundamental para que a comercialização possa funcionar. Mas o grande problema é a organização da produção, porque quando falha as entregas, os donos de mercados substituem os agricultores pelos atravessadores. E para isto, deve estar aliado a assistência técnica da prefeitura municipal, porque a gente tem que acompanhar esse processo junto com os agricultores, para que este processo não tenha falhas. Mas tem um campo muito grande de comercialização aqui no município. Além da feira da AGAECO, ainda temos a feira de sábado, aqui na frente da prefeitura, então temos duas feiras em funcionamento, e temos ainda mais espaço para comercialização. E a prioridade tem que ser para o comércio local aqui no município.¹⁹⁰

Ainda, segundo o chefe do departamento de agricultura do município de Turvo, o comércio local para a agricultura familiar é muito amplo, pois, no caso deste município, mesmo tendo uma população pequena, a produção local ainda não consegue atender a demanda de alimentos dos habitantes do urbano. Afirma ainda,

¹⁹⁰ Entrevista com o chefe do departamento municipal de agricultura do município de Turvo. Pesquisa de campo 2008.

que as estratégias de comercialização local, estão ganhando força política e econômica a partir da consolidação do PAA no município, pois foi a partir dele que foi possível convencer os agricultores e a população urbana de que é possível viabilizar estruturas e mecanismos locais de produção e comercialização com vistas ao reconhecimento do espaço rural local.

Desta forma, estratégias como a agroindustrialização de pequena e média escala, a organização cooperativada e associativa, a organização de feiras e pontos fixos de comercialização, as redes de comercialização regional e a ampliação das formas de comercialização institucional com governos e empresas, são alguns exemplos de experiências que devem ser estimuladas pelos governos e suas agências de desenvolvimento.

Nesta perspectiva, a proposição do desenvolvimento local contribui de forma efetiva a repensar a forma como a agricultura familiar camponesa é reconhecida na dinâmica e estrutura econômica, política, cultural e social. Pois, a partir de um planejamento que se funda tendo como parâmetro o desenvolvimento local seria possível reorganizar a função e o papel da pequena agricultura na forma como ela participa e interage nos espaços locais.

Assim, a propositura e a implementação de programas como o PAA têm estimulado e legitimado o debate sobre estratégias que possuam como pressuposto o desenvolvimento. Isso se dá em função do que o PAA tem possibilitado: 1) a participação dos agricultores e suas organizações em processos políticos e econômicos de âmbito local e regional; 2) a democratização dos processos de decisão no que se refere à gestão pública; e 3) o reconhecimento social, cultural, político e econômico da agricultura familiar nos espaços locais.

No entanto, o PAA pode até ser considerado como um instrumento de uma política que está fundada a partir de uma proposição de desenvolvimento local, porém, as estruturas políticas e institucionais no âmbito local, assim como o aparato jurídico legal brasileiro, impedem que o desenvolvimento local seja uma realidade enquanto marco institucional do modelo de desenvolvimento nacional.

Como defendido por Hocdé¹⁹¹, a ideia de desenvolvimento local tem se alastrado muito mais rápido do que a sua prática, pois os atores sociais ainda encontram-se prisioneiros de uma prática operacional e de uma estrutura funcional herdadas de contextos fundamentados num paradigma verticalizante, antidemocrático, o que dificulta que saiam de um certo tipo de rotina que os mantêm aderidos aos mesmos conceitos e métodos.

A este estrangulamento ao qual Hocdé identifica, principalmente, no que diz respeito à ausência parcial ou completa da participação dos atores nos processos sócio-políticos da sociedade, Touraine¹⁹² analisa e propõe um modelo conceitual que tem no ator a capacidade de influenciar processos de construção de sua liberdade e autonomia, e para tanto, o espaço primordial para sua emergência é o espaço local, espaço este que interliga o rural e o urbano, as culturas e os saberes, as liberdades, os projetos individuais e coletivos.

Portanto, o PAA, como já demonstrado em diversos momentos desta pesquisa, tem apontado para a produção de um espaço local em que os agricultores familiares, anteriormente desqualificados da participação social, econômica e política, passam a atuar de forma a construir condições para sua reprodução e o seu reconhecimento enquanto atores desta realidade local.

Assim, o PAA tem permitido que os agricultores da amostra sejam reconhecidos em função da operacionalização do Programa, mas também em função do projeto construído e defendido coletivamente, a exemplo das feiras agroecológicas, como da própria defesa dos instrumentos de comercialização institucional.

O Programa de Aquisição de Alimentos não é uma ação estruturadora de um modelo de desenvolvimento, mas se institui enquanto uma ação referencial para que os atores vislumbrem novas possibilidades de construção de uma realidade que estará pautada pela democratização da participação política e econômica no espaço

¹⁹¹ HOCDE, H. *A lógica dos Agricultores-experimentadores – o caso da América Central*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1999.

¹⁹² TOURAINE, A. *Crítica da modernidade*. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1994.

local e, fundamentalmente, como uma ação que permite a visibilidade e o reconhecimento do rural no processo de desenvolvimento das localidades e dos territórios.

Assim, este local, ou seja, os espaços de troca e interconexões entre os atores, passa a ser um espaço de reconhecimento e valorização das diferenças e da diversidade, onde os agricultores são reconhecidos e têm sua interação e intervenção na realidade, instrumento de luta e defesa por um projeto coletivo.

Este projeto coletivo, materializa-se a partir do momento em que os agricultores passam a produzir e a comercializar sua produção, segundo a lógica e dinâmica camponesa, resguardando desta forma a identidade dos agricultores, seja na forma de produção, nas formas de comercialização, mas também, na relação com os consumidores e com o meio urbano. Deste modo, os agricultores defendem sua subjetividade na relação com o outro e se afirmam enquanto atores.

Mesmo que a modernidade e o capitalismo, como afirma Guattari¹⁹³, não permitam a subjetivação do sujeito e de suas coletividades, pois a modernidade tem a capacidade de regular e controlar as formas de subjetivação, os agricultores quando se organizam e participam do PAA, das feiras agroecológicas e dos processos de negociação política, buscam a partir da construção e defesa de um projeto coletivo, ressignificar o modo como o capitalismo e o sistema social é imposto aos atores nos espaços locais.

Não há como impor uma cisão revolucionária ao sistema social, como defende Boaventura de Souza Santos, pois para ele, existem alternativas ao modelo hegemônico, mas estas só serão viáveis desde que estruturado de dentro do próprio sistema capitalista, porque

¹⁹³ GUATTARI, F; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 7. ed. rev. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

(...) mais do que a velha dicotomia entre reforma e revolução, trata-se de, como afirma GORZ (1997), aplicar reformas revolucionárias, ou seja, empreender reformas e iniciativas que surjam dentro do sistema capitalista em que vivemos, mas que facilitem e dêem credibilidade a formas de organização econômica e de sociabilidade não capitalistas.¹⁹⁴

Portanto, o PAA, tem sim, representado uma forma de aproximação e reconhecimento entre o rural e o urbano, na perspectiva de valorizar os camponeses enquanto produtores e participantes dos espaços locais, mas, principalmente, enquanto possuidores de um projeto coletivo, que tem no rural espaço de vida e produção, mas também de inter-relação e construção do espaço local.

O PAA tem possibilitado que os agricultores e suas organizações, a partir da sua dinâmica e lógica de funcionamento, repensem suas práticas sociais, porém não restrita, unicamente, ao âmbito interno da propriedade, da família ou da organização coletiva, mas em conexão com a dinâmica e realidade urbana local.

Assim, o processo de comercialização institucional tem possibilitado as condições para que a agricultura familiar camponesa passe a questionar e defender novas formas de estruturação da produção, das formas de comercialização e, principalmente, da relação com o urbano e com o poder público. Porém, estes processos têm se dado no âmbito local, espaço este que é o *locus* para a realização dos conflitos, das lutas e da defesa por um projeto coletivo, construído social e historicamente a partir da participação efetiva dos agricultores e suas organizações.

Desta forma, a noção de desenvolvimento local traz a possibilidade de estruturar ações e políticas governamentais, mas também estratégias organizadas pelas coletividades de agricultores, que venham a contribuir de forma efetiva na reorganização e na forma como a agricultura familiar camponesa se reconhece e é reconhecida no processo de desenvolvimento social e econômico.

¹⁹⁴ SANTOS, B. de S (org). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 30.

POSFÁCIO

Esta pesquisa teve como objetivo compreender de que forma o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) contribui ou não para a reorganização das formas e estratégias de produção e comercialização dos agricultores familiares e, desta forma, em que medida esta reorganização contribui para a afirmação e emergência destes agricultores enquanto atores do processo de desenvolvimento, fundado nas relações econômicas, políticas e sociais.

Assim, a pesquisa conseguiu verificar e desvendar em que medida a problemática apresentada reafirma ou não algumas das hipóteses apontadas, como já foi discorrido durante a pesquisa, mas que serão apresentadas de forma sistematizadas nestas conclusões.

Para tanto, é necessário analisar em que medida o marco teórico e a metodologia da pesquisa contribuíram ou não para que os resultados pudessem ser alcançados. Em relação ao referencial teórico utilizado, posso concluir que as escolhas realizadas me permitiram alinhar e fundamentar uma leitura do Programa de Aquisição de Alimentos e sua relação com os agricultores familiares camponeses e os espaços locais para além de uma compreensão objetiva e racionalizada de como o PAA tem interferido nas condições de vida e na dinâmica produtiva e econômica dos agricultores. Dessa maneira, a noção de ator possibilitou uma análise a partir das relações de reconhecimento e participação política, social e econômica nos espaços locais.

Por conseguinte, mais do que analisar e compreender o Programa na sua dimensão objetiva (lógica produtiva, renda, segurança alimentar das famílias e os mecanismos de comercialização), o referencial teórico permitiu-me compreender os processos e as relações subjetivas e intersubjetivas que os agricultores e suas organizações construíram a partir da participação no PAA, na perspectiva de fortalecer a autonomia e o reconhecimento social, político e econômico nos espaços sociais.

Dito isso, a pesquisa possibilitou avanços na forma como o PAA tem sido avaliado e compreendido, pois o Programa não está restrito a uma intervenção econômica na dinâmica dos agricultores e suas organizações, mas tem oportunizado que estes se coloquem e sejam reconhecidos pelo projeto coletivo e pela afirmação enquanto atores nos processos locais.

Portanto, a metodologia de pesquisa proposta e realizada foi de suma importância para identificar e compreender as relações e as dimensões políticas e intersubjetivas postas entre o Programa, os agricultores, suas organizações e a sociedade envolvente. No entanto, inicialmente, tive receio de que a entrevista estruturada não desse conta de identificar algumas das questões e problematizações inicialmente postas pela pesquisa. Porém, foi fundamentalmente a partir da entrevista estruturada que foi possível mensurar e compreender os impactos do Programa na lógica produtiva e, assim, compreender em que medida o PAA se relacionava com os agricultores e, a partir daí, como a noção de ator estava articulada com a dimensão econômica, social e política, assim como com a ideia de projeto coletivo e autonomia.

No entanto, as entrevistas não estruturadas e semi-estruturadas, realizadas junto aos agricultores participantes do PAA, com representantes das organizações de agricultores, poder público local, instituições sociais beneficiadas pelo Programa, organizações não governamentais, entre outros, foi condicionante para compreender as relações e representações que estes possuíam sobre o funcionamento do PAA e como este se interrelacionava com a realidade local e com os processos organizativos e institucionais.

Avalio que as escolhas teóricas e metodológicas contribuíram de forma significativa para que os resultados não estivessem restritos a uma abordagem instrumental e objetiva, mas que articulassem esta dimensão a condição de ator.

Desta forma, as conclusões serão apresentadas de forma a articular e sistematizar os principais resultados alcançados por esta pesquisa em diferentes subitens, os quais inicio com uma breve explanação sobre o exercício de

sistematização e análise da dinâmica e funcionamento do PAA no Paraná realizado por esta pesquisa, dirigindo-se para os resultados e análises referentes à condição camponesa e à diversificação das formas de produção e comercialização, ao projeto coletivo, à afirmação enquanto atores, à democratização e participação dos agricultores nos espaços locais, à relação rural urbano e as considerações finais.

Sistematização e análise da dinâmica e funcionamento do PAA no Paraná

Esta pesquisa, além dos resultados apresentados, também tem como produto final uma leitura e sistematização da forma como o Programa de Aquisição de Alimentos com doação simultânea funciona e dinamiza-se no Estado do Paraná. Este exercício é pouco descrito e apresentado pelos órgãos públicos responsáveis por sua operacionalização, seja no âmbito do Governo Federal ou mesmo do Governo Estadual, mais do que uma simples sistematização, serve-nos como uma forma de compreender mais claramente as entranhas do processo burocrático-legal e político, o qual, muitas vezes, facilita ou dificulta o acesso dos agricultores a esta política.

A descrição e sistematização da dinâmica e funcionamento do PAA é condição para compreender e analisar como o Programa influencia os agricultores e suas organizações, pois, muitas vezes, as formas como os Programas e políticas públicas estão estruturadas são colocadas como condições dadas, ou seja, não passíveis de mudança e alteração. Por meio de regulamentações legais ou estruturais do funcionamento do Estado, as políticas públicas acabam sendo analisadas como contingências inalteráveis. No entanto, esta pesquisa buscou descrever e analisar, até certo ponto, estas estruturas e formas de funcionamento. Não há como esgotar este debate e análise apenas a partir do que esta sendo apresentado nesta pesquisa e, assim, estabelece-se aqui a sugestão de que esta dimensão do PAA, a dimensão burocrático-legal e política, deve ser constantemente analisada à luz da ampliação do acesso e da democratização do Programa com a

perspectiva de qualificar as formas de reconhecimento e autonomia dos agricultores e suas organizações.

Como conclusão desta pesquisa, no que se refere ao funcionamento e dinâmica burocrática-legal, ficam evidentes que as duas formas de operacionalização do PAA no Paraná (seja a partir da CONAB ou do Governo Estadual em parceria com o Governo Federal), se diferenciam e estão intervindo na realidade dos agricultores com perspectivas muito diferentes.

Constata-se que a forma como a CONAB implantou e operacionaliza o PAA permite aos agricultores e suas organizações um processo que qualifica as formas de organização social e política e busca garantir aos agricultores uma posição de maior autonomia e reconhecimento diante da realidade social, política e econômica.

A condição burocrática-legal que estabelece os agricultores e suas organizações como gestores do PAA no âmbito local e territorial implementada pela CONAB possibilita e tem oportunizado as condições políticas para que os agricultores sejam reconhecidos como atores dos processos locais. Assim, na perspectiva de pensar o PAA enquanto uma ação e política pública que tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento, é necessário reconhecer os agricultores enquanto atores ou, ao menos, oportunizar esta condição.

De maneira diversa, a forma como a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social do Paraná (SETP), em parceria com Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), operacionaliza o PAA tem como premissa a execução de uma política que retira dos agricultores e de suas organizações o papel e atribuição de serem atores do processo de desenvolvimento social, político e econômico. Nesta perspectiva, os agricultores passam a ser reconhecidos como simples produtores de alimentos, individualizados e descolados de uma realidade organizativa. Desta forma, este formato organizativo tem destituído dos agricultores a condição de se colocarem enquanto atores coletivos, que podem contribuir de forma efetiva na construção da realidade social. Esta forma de operacionalização tem retirado dos agricultores a possibilidade de estruturar outras

formas de organização da produção e de comercialização que lhes garantam autonomia e liberdade e, assim, constituam-se enquanto atores, independentemente do PAA ou de qualquer outra política pública.

A condição camponesa e a diversificação das formas de produção e comercialização

Um dos focos centrais desta pesquisa foi compreender em que medida o PAA impacta na organização da produção e das formas de comercialização utilizadas pelos agricultores antes da participação no PAA em comparação com as formas de organização da produção e das formas de comercialização utilizadas pelos agricultores após quatro anos de participação no PAA.

Desta forma, dedico para esta análise e contextualização o terceiro capítulo da pesquisa, com o objetivo de verificar e compreender em que medida este impacto está ou não possibilitando a diversificação das formas de produção e comercialização, na perspectiva de garantir e fortalecer a condição camponesa e a conquista de autonomia e liberdade.

Como pôde ser verificado, os agricultores, a partir da participação no PAA, alteraram de forma significativa as formas de produção e de comercialização, sendo que, no ano de 2008, ou seja, após quatro anos de participação no Programa, os agricultores apresentavam uma realidade de produção e comercialização em que a lógica implementada pelos agricultores está fundada a partir da produção de alimentos, que em sua maioria são alimentos perecíveis, e que muitos eram considerados como sendo formas de produção que não eram possíveis de serem comercializados. Alimentos como hortaliças, legumes, frutas, geléias, panificios, milho verde, batata doce, entre outros, passaram a ser produzidos e comercializados para o PAA, mas também passaram a fazer parte da comercialização realizada nas feiras livres organizadas nos municípios, tanto de Turvo como de Fernandes Pinheiro.

Desta forma, a lógica produtiva passou a incorporar uma dinâmica que tem como foco a diversificação e o resgate e fortalecimento da produção de alimentos, que muitas vezes fazem parte da alimentação dos agricultores, mas que não estavam sendo comercializados.

Antes da participação no PAA, no ano de 2003, os agricultores apresentavam uma lógica produtiva e de comercialização que imprimia uma dinâmica de significativa dependência por formas de produção e comercialização atreladas à agricultura industrial e integrada, ou seja, os agricultores tinham como principais culturas produtivas a produção de grãos e outros produtos que seriam adquiridos por atravessadores e agroindústrias de médio e grande porte. Porém, esta lógica é refutada pelos agricultores como formas ideais de produção e comercialização, pois avaliam o PAA, assim como as feiras e a comercialização para vizinhos, como mecanismos mais próximos do desejável. Portanto, os agricultores avaliam estes mecanismos de comercialização como mais próximos do ideal, seja pela renda, pela autonomia do trabalho, mas também em função da possibilidade de diversificar a produção e estes serem mais próximos das estratégias de consumo e segurança alimentar das famílias.

Assim, esta diversificação da produção vem ao encontro a condição camponesa, pois fortalece o trabalho familiar, reduz a dependência de tecnologias e insumos utilizados para a produção, reduz a produção de produtos integrados às agroindústrias (a exemplo do fumo, bicho da seda, soja, feijão, milho, entre outros), valoriza os conhecimentos tradicionais, aproxima a produção do consumo, além de aumentar a autonomia de segurança alimentar das famílias.

O PAA também possibilitou que parte dos agricultores passasse a iniciar processos de comercialização, pois, antes do Programa, 20% da amostra não comercializavam nenhum produto e, a partir da participação no PAA, este índice passou a 0% (zero). Esta participação em processos de comercialização, como o PAA, mais do que uma mera integração ao mercado, segundo os agricultores, permite que o que já é produzido para o consumo familiar seja ampliado e vendido

no comércio institucional e local.

Assim, a participação destes agricultores no PAA, não está atrelada à questão meramente econômica, mas sustenta-se a partir da condição de que a forma de produção fortalece a lógica produtiva camponesa.

Diferentemente dos pacotes tecnológicos ou de outras formas de comercialização estimuladas e financiadas pelo Estado, o PAA possibilitou que os agricultores fossem reconhecidos naquilo que lhes garante autonomia e a garantia de manter, de certa forma, seu modo de vida camponês.

O PAA não estimulou os agricultores a reverem sua lógica de trabalho familiar e, muito menos, a lógica produtiva, mas fortaleceu e reforçou as formas de produção e trabalho que já fazem parte da cultura e identidade da pequena agricultura.

Assim como a lógica produtiva, as formas de comercialização foram reestruturadas a partir do Programa. Os instrumentos de comercialização que fortalecem a lógica da integração e da produção de *commodities*, a exemplo das cooperativas e atravessadores, passaram a perder espaço para instrumentos de comercialização, a exemplo do PAA, das feiras, dos vizinhos e dos pequenos mercados. Estes instrumentos, segundo os agricultores da amostra, garantem-lhes maior autonomia no que se refere à dinâmica do trabalho e da renda.

Através dos dados e depoimentos apresentados, é possível verificar que o PAA oportunizou a significativa reorganização das formas de produção e comercialização com vistas a uma maior diversificação, respeitando a dinâmica produtiva camponesa. No entanto, estas estão articuladas da forma como os agricultores estão organizados coletivamente e, também, como se reconhecem e são reconhecidos enquanto atores sociais, políticos e econômicos nos espaços locais.

Porém, este processo de dinamização e diversificação da produção e dos mecanismos de comercialização pode gerar a dependência dos agricultores para com o PAA, pois, como foi demonstrado, o Programa tem garantido a satisfação dos

agricultores no que se refere à sustentação econômica para as famílias e, desta forma, ocasionar certo atrelamento dos agricultores para com a dinâmica posta pelo Programa. Todavia, esta condição não foi possível ser verificada ainda, pois os agricultores e as organizações de agricultores da amostra pesquisada demonstram preocupação em garantir a diversificação das formas de produção e comercialização, como foi demonstrado através dos dados das entrevistas.

Outro fator importante de crítica e questionamento por parte dos agricultores e suas organizações faz referência à formatação e funcionamento burocrático-legal do PAA, seja em relação aos baixos preços de alguns dos alimentos, a falta de assistência técnica para os agricultores, a precariedade das estradas e infraestrutura das propriedades, a falta de serviços de inspeção sanitária ou seja no alto custo operacional do Programa por parte dos agricultores. Desta forma, o PAA, mesmo demonstrando avanços positivos no que se refere à diversificação da produção e dos instrumentos de comercialização, tem apresentado algumas limitações que impedem que os agricultores e suas organizações conquistem sustentação e autonomia econômica e política.

Fortalecimento e reconhecimento do projeto coletivo dos agricultores e suas organizações

Segundo os relatos e depoimentos de agricultores e assessores técnicos, o PAA contribuiu para o fortalecimento e reconhecimento do projeto coletivo dos agricultores, pois, como foi constatado, mesmo os agricultores já possuindo, de certo modo, um projeto coletivo, fundado na agroecologia e na organização coletiva antes de participarem do PAA, estas estratégias e o projeto coletivo configuravam-se de certa forma no plano das ideias e do processo político organizativo. A partir do PAA, os agricultores passaram a colocar em prática processos organizativos, produtivos e de comercialização, como pode ser verificado a partir da estruturação e organização da produção entre os grupos de agricultores das associações, de forma a diversificar

e organizar a produção de alimentos. Também oportunizou a ampliação e fortalecimento da produção agroecológica, como a diversificação e ampliação das formas de comercialização que buscam aproximar a produção do consumo no contexto local.

Mais do que fortalecer os processos organizativos dos agricultores, foi possível verificar que a defesa pelo PAA, seja no caso de negociar a parceria com as prefeituras municipais ou mesmo defender o PAA junto aos órgãos financiadores, foi de grande relevância para que os agricultores firmassem e fossem reconhecidos não apenas pela organização social e política, mas pelas ideias e pressupostos de um projeto coletivo, fundado a partir da agroecologia e de processos de comercialização com foco no espaço local.

Vale ressaltar que, anteriormente ao PAA, tanto a AGAECO como a ASSIS, já existiam legal e organizacionalmente; no entanto, os agricultores e as associações não intervinham na realidade local, em função do pouco reconhecimento social, político e econômico perante a sociedade envolvente. Desta forma, foi a partir do PAA que os agricultores passaram a ser reconhecidos pelas organizações e pela sociedade, de forma que as associações conseguiram estruturar e ampliar outros mecanismos de comercialização a partir do PAA, como foi o caso das feiras agroecológicas, vendas direta aos consumidores e a comercialização para vizinhos.

Portanto, este reconhecimento não se deu em função de uma certa concessão, mas foi em função da defesa, por parte das associações e dos agricultores, de um projeto coletivo, que tem pressupostos, objetivos e ações a serem realizadas.

Da mesma forma, a organização e estruturação das feiras agroecológicas e outras formas de mercado local, não surgiram em função de um estímulo governamental específico ou de uma imposição por uma necessidade eventual das associações e agricultores, mas, sobretudo, surgiram em função do suporte econômico e político oportunizado pelo PAA.

Portanto, foi a partir da articulação *organização coletiva, PAA, agroecologia e estratégias de comércio local* que as associações e agricultores conseguiram conquistar certo reconhecimento político, econômico e social por parte do poder público e, também, das organizações locais e da sociedade local.

Para tanto, o PAA teve função estratégica para subsidiar política e economicamente as associações no processo de estruturação de ações que viabilizassem a diversificação da produção e dos mecanismos de comercialização, assim como o reconhecimento político dos agricultores e suas organizações perante a sociedade e as instituições sociais e políticas locais.

No entanto, a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos nos municípios pesquisados, assim como no Paraná e no Brasil, configura-se enquanto uma ação extremamente pontual e restrita a um pequeno contingente de famílias de agricultores e organizações se consideramos o universo dos agricultores no Estado e no País. Assim, o PAA, da forma como está sendo desenvolvido, não representa uma ação que pretenda e consiga alterar estruturalmente as condições de reprodução do conjunto da agricultura familiar. Porém, o Programa serve como um referencial para que governos, organizações sociais do campo e organizações não governamentais defendam que as políticas públicas assumam formatos e estratégias que tenham a perspectiva de reorganizar as formas de produção e comercialização da agricultura familiar camponesa com o objetivo de fortalecer o projeto coletivo e oportunizar a produção de atores.

A afirmação e emergência dos agricultores enquanto atores no contexto local

É possível afirmar que os agricultores e as associações pesquisadas conquistaram sua emergência enquanto atores a partir da participação no PAA. No entanto, o Programa por si só não foi responsável por este processo, mas o oportunizou através da estruturação e instrumentalização de mecanismos de reconhecimento e fortalecimento do projeto coletivo e, assim, permitiu aos

agricultores e suas associações organizar e estabelecer processos (projeto político e relações políticas, econômicas e sociais no contexto local) que lhes permitissem serem reconhecidos enquanto atores sociais, políticos e econômicos no contexto local.

Esta afirmação é passível de legitimação em função de que os agricultores e suas organizações passaram a estabelecer, a partir do PAA, processos que tinham como base e fundamento um projeto coletivo e não meramente a construção de caminhos e processos que viabilizassem a melhoria da renda ou da qualidade de vida dos agricultores. Portanto, foi em função da construção e defesa de um projeto coletivo que se possibilitou a emergência destes agricultores enquanto atores.

No entanto, não há como afirmar até que ponto esta condição de ator poderá ser mantida, pois esta condição só será possível em função da defesa constante deste projeto perante a sociedade envolvente.

Embora haja uma preocupação e valorização do PAA enquanto uma ação pública que garante a viabilidade econômica dos agricultores, esta dimensão não é posta como única e exclusiva, pois a preocupação em estruturar e consolidar as feiras agroecológicas, assim como manter o co-financiamento do PAA pelas prefeituras, acaba sendo um dado importante para re-afirmar que os agricultores têm um projeto que vai além da preocupação econômica do Programa.

Da mesma forma, a defesa do PAA não se restringe à sua dimensão política, embora esta seja valorizada e utilizada pelos agricultores. Portanto, os agricultores e as associações não se utilizam do PAA como um instrumento político para viabilizar um projeto que não tem sua sustentação econômica. Isto se verifica a partir do momento em que os agricultores, mesmo utilizando-se do PAA para viabilizar politicamente os agricultores no município, ampliaram significativamente as ações econômicas do Programa ao longo dos anos em que participaram, assim como diversificaram as formas de comercialização no mercado local.

Desta forma, os agricultores, a partir de um projeto coletivo estruturado e organizado, não se aliaram única e exclusivamente à dimensão econômica, muito

menos à dimensão política, mas firmaram-se a partir da articulação da dimensão econômica e política com a perspectiva de defender o seu projeto e, assim, consolidarem-se enquanto atores no espaço local.

Democratização e participação da agricultura familiar camponesa

O papel do Estado, seja através da operacionalização das políticas públicas ou mesmo através do posicionamento na regulamentação do sistema social, tem importância estratégica para assegurar condições políticas e econômicas para a reprodução da agricultura familiar camponesa num ambiente capitalista.

A defesa e a garantia de políticas para a agricultura familiar camponesa é condição para o seu reconhecimento perante o Estado, mas, também, como condição para sua participação econômica e política nos contextos sociais em que estão. Para tanto, como demonstrado através da análise do PAA, estas políticas devem estar circunscritas a partir do projeto coletivo e das condições de vida e funcionamento dos agricultores, e não serem elaboradas e formatadas exclusivamente a partir da racionalidade técnica e econômica.

Da mesma forma que o Estado teve papel preponderante na consolidação de uma agricultura industrializadora, tem papel estrutural na valorização e fortalecimento da agricultura familiar camponesa e suas organizações. Portanto, é também papel do Estado redimensionar a forma como a pequena agricultura interfere e deve interferir na realidade social local e nacional da produção de alimentos e do modelo de desenvolvimento.

Nesta perspectiva, o PAA, como demonstrado na pesquisa, tem apresentado a possibilidade de que as políticas públicas e o Estado possuam as condições para reorganizar a produção e as estratégias de comercialização na direção da diversificação da produção, da sustentação econômica e no reconhecimento social e políticos da agricultura familiar camponesa, de forma a valorizar e fortalecer a organização coletiva e a participação dos agricultores em

processos locais.

No entanto, o Estado não pode sobrepor-se ao projeto coletivo dos agricultores na perspectiva de gerar dependência às ações governamentais, pois estas podem proporcionar aos agricultores um processo de atrelamento às ações governamentais e, assim, destituí-los da condição de atores.

Desta forma, o Estado não pode ser pensado e estruturado a partir de uma lógica intervencionista na perspectiva de salvaguardar a agricultura familiar camponesa da sociedade de mercado, mas garantir as condições de participação fundadas a partir do projeto coletivo destes agricultores e suas organizações. No entanto, esta não pode ser posta apenas como uma condição de participação política, mas enquanto uma dimensão multifacetada em que o político é uma das condições para efetivar a democratização do sistema social, pois as dimensões econômicas e sociais, assim como o reconhecimento e valorização da organização coletiva dos agricultores, são condicionantes para a democratização e participação da agricultura familiar camponesa nos espaços sociais.

Assim, o PAA demonstra a capacidade de ser um referencial, enquanto política pública, para que os agricultores e suas organizações sejam valorizados e reconhecidos enquanto atores, pois o Programa, a partir da sua formatação burocrática-legal nos moldes implementados pela CONAB, tem oportunizado a participação destes na gestão e operacionalização do mesmo, assim como na co-responsabilização da execução de políticas públicas. E este processo tem sido responsável, em certa medida, pelo reconhecimento e legitimidade dos agricultores e suas organizações enquanto atores.

O PAA e o debate sobre o modelo de desenvolvimento e a relação rural-urbano

No capítulo seis não pretendia realizar um profundo debate sobre o modelo de desenvolvimento econômico e social brasileiro e suas interações com o desenvolvimento rural, porém minhas pretensões foram pontuar a necessidade de

articular o Programa de Aquisição de Alimentos a um debate sobre o desenvolvimento com foco nos espaços locais e na interação com a relação rural-urbano. Espaços estes que se configuram enquanto *locus* de vida e intersubjetividade para a produção dos atores.

Desta forma, o debate sobre o espaço local e a relação rural-urbano é estratégico para articular a noção de desenvolvimento e políticas públicas para os camponeses, de forma a ampliar as formas de participação, reconhecimento e autonomia.

Assim, seja através de políticas como o PAA, mas também de fomento a feiras livres, agroindustrialização de pequeno e médio porte, redes de comercialização, entre outras, há mecanismos e ações que têm por base o debate do espaço local enquanto dimensão onde se estabelece as relações para a afirmação de projetos coletivos que podem ou não ganhar uma dimensão regional.

Desta forma, o PAA se insere neste debate não enquanto responsável por transformar estruturalmente a realidade dos agricultores, de suas organizações e a realidade dos espaços locais, mas representa um instrumento público que possibilita referenciar e qualificar o debate sobre o modelo de desenvolvimento a partir da relação rural-urbano e o reconhecimento da agricultura familiar camponesa enquanto ator social, econômico e político nos espaços locais.

Portanto, o Programa de Aquisição de Alimentos permite que as organizações e movimentos sociais ligados à agricultura familiar e aos camponeses, assim como setores progressistas governamentais e não governamentais, utilizem-se das experiências desenvolvidas pelo PAA para problematizar e propor outras formas de estímulo e fomento para pequena agricultura brasileira, com a perspectiva de aprimorar e qualificar as políticas públicas de desenvolvimento rural e local.

E mais: a experiência do PAA também contribui para repensar e reorganizar as formas como a agricultura familiar e camponesa têm interagido com o urbano e com os espaços públicos e políticos locais, na perspectiva de oportunizar melhores condições aos agricultores e suas organizações para que sejam reconhecidos

enquanto atores.

Considerações finais

Finalizo este trabalho com a certeza de que esta pesquisa é uma pequena contribuição ao debate sobre o desenvolvimento rural, a relação rural-urbano, mas, principalmente, no debate sobre as políticas públicas para a agricultura familiar e suas organizações, na perspectiva de que estas tenham como foco central o fortalecimento da autonomia e liberdade e o reconhecimento da condição de ator dos agricultores nos espaços sociais.

Assim, este trabalho não teve a pretensão de esgotar a análise sobre o Programa de Aquisição de Alimentos, pois fiz um recorte cirúrgico e limitado no que se refere ao seu funcionamento e sua relação com os agricultores, suas organizações e os espaços sociais.

Reconheço como fundamental a realização de outros estudos e pesquisas que possam aprofundar a compreensão de como o Programa de Aquisição de Alimentos e outras políticas que fomentam a diversificação da produção e dos mecanismos de comercialização da agricultura familiar possam contribuir para o reconhecimento político dos agricultores e suas organizações enquanto atores.

Assim, indico como necessário o aprofundamento de alguns campos de pesquisa que estão articulados e de certo modo interdependentes com esta tese e que, a partir dos dados apresentados, possam avançar na compreensão e na proposição de novos formatos para as políticas públicas e para as ações e estratégias não-governamentais junto à agricultura familiar. Desta forma sugiro as seguintes áreas de pesquisa: 1) os mecanismos do Programa de Aquisição de Alimentos que não foram investigados nesta pesquisa, como o Compra Direta da Agricultura Familiar, a Formação de Estoque e o PAA Leite; 2) a sustentação da autonomia e das condições econômicas e políticas dos agricultores que participam do PAA após o encerramento desta participação; 3) os processos de

agroindustrialização gerados a partir do PAA; 4) a contribuição do PAA para o processo de conversão agroecológica; 5) a formação de redes de comercialização e de organizações políticas de agricultores em escala regional a partir do PAA; e 6) a aquisição de alimentos da agricultura familiar através Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), sua relação com o fortalecimento das organizações de agricultores familiares, o reconhecimento político enquanto atores e a dinâmica econômica local.

Desta forma, acredito que esta tese contribua para que novas pesquisas possam desvendar, explicar e propor formatos organizativos e institucionais na perspectiva de aprofundar e compreender em que medida as políticas públicas estão contribuindo para que os agricultores e suas organizações sejam reconhecidos enquanto atores dos processos sociais, econômicos e políticos da realidade brasileira.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: HUCITEC, 1992.

ALMEIDA, J. *A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

AMIN, A.; ROBINS, K. Regresso das economias regionais? A geografia mítica da acumulação flexível. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A. (Org). *As regiões ganhadoras – distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica*. Oeiras: Celta Editora, 1994.

BRANDÃO, C. *Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

BRANDENBURG, A. *Agricultura familiar: ONGs e desenvolvimento sustentável*. Curitiba: Ed. UFPR, 1999.

BRASIL. Lei nº 10.696, de 02 de Julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/2003/L10.696.htm>>. Acessado em: 11/06/2007.

_____. Decreto nº 4.772, de 02 de julho de 2003. Regulamenta o artigo 19 da Lei nº 10.696, 02 de julho de 2003. Disponível em: <www.conab.gov.br/conabweb/download/paa/decreto_4772_de_02_07_2003.doc>. Acessado em 07/11/2008.

_____. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acessado em: 09/10/2008.

_____. Lei Nº 11.346, de 15 de Setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm>. Acessado em: 10/11/2008.

_____. Lei nº 11.947/09, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nº 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm>.
Acessado em: 20/07/2009.

BUARQUE, S. C. *Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável*. Metodologia de planejamento. 4ª ed. Rio de Janeiro: Garamond. 2008.

CHAYANOV, A. V. *La Organización de la Unidad Campesina*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

CINTRA, A. P. de U. *Espaços Rurais no Paraná: um Estudo das Relações Campo-Cidade nos Pequenos Municípios*. 95 f. Dissertação de Mestrado. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. *Material institucional: Programa de Aquisição de Alimentos*. Disponível em:
<http://www.conab.gov.br/conabweb/agriculturaFamiliar/paa_objetivos.html>.
Acessado em: 23/05/2009.

_____. Programa de Aquisição de Alimentos. Disponível em:
<http://www.conab.gov.br/conabweb/agriculturaFamiliar/paa_objetivos.html>.
Acessado em: 23/05/2009.

_____. *Relatório da Oficina de Documentação Participativa do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA Região Sul*. Relatório Síntese. Curitiba. 26 a 28 de Abril de 2006. 26 f. Disponível em:
<http://www.conab.gov.br/conabweb/download/paa/1_relatorio_oficinapaa_sul.pdf>.
Acessado em: 28/04/2008.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). Princípios e diretrizes de uma política de segurança alimentar e nutricional. Brasília, DF. 2004.
Disponível em:
<http://www.paulofreire.org/twiki/pub/Crpf/CrpfAcervo000120/Paulo_Freire_e_o_conceito_de_empoderamento.pdf>. Acessado em: 14/10/2009.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. Plano Agrícola e Pecuário destinará R\$ 78 bilhões para a safra 2008/2009. Disponível em: <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/07/02/materia.2008-07-02.7702537185/view>. Acessado em: 20/08/2009.

GARCIA, A. R. *O Sul: caminho do roçado – estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1990.

GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. 2ª Edição. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

_____. *Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical*. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

GUATTARI, F; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 7ª ed. rev. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

HOBBS, T. *Leviatã*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1988.

HOCDÉ, H. *A lógica dos Agricultores-experimentadores – o caso da América Central*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1999.

INSTITUTO CIDADANIA. *Projeto Fome Zero: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil*. São Paulo, 2001.

INSTITUTO EQUIPE DE EDUCADORES POPULARES. *Relatório Institucional*. Irati, 2008.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Caderno Estatístico: Município de Fernandes Pinheiro*. Curitiba, 2008. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=84535&btOk=ok>. Acessado em: 05/11/2008.

_____. *Caderno Estatístico: Município de Turvo*. Curitiba, 2008. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=85150&btOk=ok>. Acessado em: 05/11/2008.

_____. *Perfil dos Municípios*: perfil do município de Turvo. Curitiba, 2009.

Disponível em:

<http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=85150&btOk=ok>. Acessado em: 10/02/2009.

_____. *Perfil dos Municípios*: perfil do município de Fernandes Pinheiro. Curitiba, 2009. Disponível em:

<http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=85150&btOk=ok>. Acessado em: 10/02/2009.

JARA, C. J. *Município, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável*. Seminário: Desenvolvimento e Cidadania. Número 14, p. 4-28, Dezembro/94 à Fevereiro/95.

KAUTSKY, K. *A Questão Agrária*. Rio de Janeiro: Laemert, 1968.

LAMARCHE, H. *Agricultura familiar: do mito à realidade*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

MALUF, R. S.; MENEZES, F.; VALENTE, F. L. Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil. *Revista Cadernos de Debate/ UNICAMP*. Campinas, v. IV, p. 66-68, 1996.

MENDRAS, H. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Editores Sahar, 1978.

MINAYO, M. C. de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 7ª ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher. Relatório Final. 2006.

Disponível em:

<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/pnds/img/relatorio_final_pnds2006.pdf>. Acessado em: 10/01/2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. O Programa: Territórios da Cidadania. Disponível em:

<<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one-community>>. Acessado em: 02/11/2009.

_____. Plano Safra da Agricultura Familiar fortalece e amplia políticas públicas. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/arquivos/2072421532.pdf>>. Acessado em: 28/07/2009.

_____. Secretaria da Agricultura Familiar. *Manual do Cadastrador DAP*. 2008. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/0811415616.pdf>>. Acessado em 05/12/2008.

MOREIRA, H. *Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MORIN, E. *Introdução ao Pensamento Complexo*. 3ª ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

NIERDELE, P. A. A Coreografia do campesinato na sociedade contemporânea. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais: CSOnline*. Publicação Editora da UFJF. Juiz de Fora. V. 5. Ano 2. p. 319-325. Dezembro. 2008. Disponível em: <<http://www.editoraufjf.com.br/revista/index.php/csonline/article/viewFile/407/380>>. Acessado em: 18/11/2009.

PLOEG, J. D. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. *Quem Somos*. Disponível em: <<http://www.ecovida.org.br/?sc=SA002&stp=STP0002>>. Acessado em: 20/09/09.

ROMANO, J. O.; PETERSEN, P. *Abordagens participativas para o desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: AS-PTA/ACTIONAID-Brasil, 1999.

SANTOS, B. de S (org). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 13ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SCHIMITT, C. J.; GUIMARÃES, L. A. O mercado institucional como instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica. *Revista Agricultura: experiências em agroecologia*. Publicação AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. Rio de Janeiro. v. 5. Ano 2. p. 7-13 Junho. 2008.

TOURAINÉ, A. *Cartas a uma jovem socióloga*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. *O Retorno do Actor*. ensaio sobre sociologia. Lisboa: Instituto Piaget, 1984.

_____. *Crítica da modernidade*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. *O que é a democracia?* 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. *Igualdade e diversidade: o sujeito democrático*. São Paulo: EDUSC, 1998.

_____. *Poderemos viver juntos? iguais e diferentes*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

VALOURA, L. de C. *Paulo Freire, o educador brasileiro autor do termo Empoderamento, em seu sentido transformador*. Disponível em: <http://www.fatorbrasis.org/arquivos/Paulo_Freire>. Acessado em: 15/10/2009.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

VEIGA, J. E. *Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Ed. Autores Associados, 2002.

VIOLA, E. J. *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania*. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

WANDERLEY, M. de N. B. *Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov*. In: FERREIRA, A. D. D. e BRANDENBURG, A. (org.). *Para pensar: outra agricultura*. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

_____. *O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: XX Encontro anual da ANPOCS. *Processos Agrários. Anais*. Caxambu, MG. Outubro, 1996.

_____. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACA, N. (Compiladora). *Uma nueva ruralidade em America Latina*. Buenos Aires: Clacso/ASDI, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE I - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA AGRICULTORES.....	253
APÊNDICE II - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA LIDERANÇAS E REPRESENTANTES DE ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS.....	266

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA AGRICULTORES

O/A Senhor/a está sendo convidado a responder um questionário que faz parte de uma pesquisa desenvolvida pela Universidade Federal do Paraná, e que tem o objetivo de avaliar o impacto do Programa Compra Direta na vida dos agricultores familiares no Paraná.

Este é um questionário que está sendo respondido por agricultores/as familiares, lideranças, técnicos e representantes de entidades sociais.

O questionário é sigiloso. Desta forma solicitamos que o/a senhor/a responda da forma mais verdadeira possível, pois as informações dadas serão de extrema importância para que o PAA possa ser melhorado a cada ano e assim venha a beneficiar cada vez mais pessoas e famílias.

Data da entrevista: _____/_____/2008

Nome do Agricultor/a (Primeiro Nome): _____

Município

01	Turvo	02	Fernandes Pinheiro
----	-------	----	--------------------

Nome da Comunidade: _____

Atividade Produtiva Principal – assinale no máximo 02 produtos – assinale o número 01 para o produto principal e o número 02 para o segundo produto principal.

	Feijão		Legumes		Pequenos Animais
	Milho (e verde)		Ovos		Leite
	Arroz		Sucos		Derivados de Leite
	Hortaliças		Amendoim		Panifício
	Frutas		Soja		Geléias e Doces
	Mel		Pinhão		Carvão
	Batata doce		Erva mate		Lenha
	Mandioca		Girassol		Fumo
	Outros: qual?				

Qual o Enquadramento da DAP

1	A	4	D
2	B	5	E
3	C	6	Não soube informar

1. CARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE, DA FAMÍLIA, DA RENDA E DO TRABALHO.

1.1. Qual é o tamanho total da propriedade?

1	Até 3 hectares	4	De 11 a 20 hectares
2	De 04 a 6 hectares	5	De 20 a 50 hectares
3	De 7 a 10 hectares	6	Mais de 50 hectares

1.2. A área é:

1	própria	4	De um familiar, tenho contrato
2	arrendada	5	financiada
3	parceiro	6	Não soube informar

1.3. Qual é a RENDA FAMILIAR MENSAL?

1	Até 100 reais	4	De 300 a 400 reais
2	De 100 a 200 reais	5	De 400 a 600 reais
3	De 200 a 300 reais	6	Acima de 600 reais

1.4. A principal renda da família advém da:

1	Propriedade
2	Trabalho externo
3	Arrendamento da terra
4	Outro – qual:

1.5. A principal renda familiar proveniente da propriedade é em função da comercialização de que produto? Diga apenas o produto que representa a MAIOR fonte de renda da família.

1	Feijão	9	Legumes	17	Pequenos Animais
2	Milho (e verde)	10	Ovos	18	Leite
3	Arroz	11	Sucos	19	Derivados de Leite
4	Hortaliças	12	Amendoim	20	Panifício
5	Frutas	13	Soja	21	Geléias e Doces
6	Mel	14	Pinhão	22	Carvão
7	Batata doce	15	Erva mate	23	Lenha
8	Mandioca	16	Girassol	24	Fumo
25	Outros: qual?				

1.6. E este produto é comercializado de que forma?

1	Vizinhos	6	Outras Empresas
2	Supermercados e comércio local	7	Cooperativas
3	Atravessador	8	Indústria
4	Associação	9	CEASA
5	PAA/Compra Direta	10	Outro: Qual?

1.7. Quantas pessoas fazem parte da família? Dependem da renda familiar.

1	Até 2 pessoas	5	06 pessoas
2	03 pessoas	6	07 pessoas
3	04 pessoas	7	08 pessoas
4	05 pessoas	8	Acima de 09 pessoas

1.8. A Família necessita realizar trabalho externo para aumentar a renda?

1	Sim	2	Não
---	-----	---	-----

1.9. Se a família ou algum membro da família realiza trabalho fora da propriedade, quais são os tipos de serviços realizados?

1	Diarista
2	Trabalhador Assalariado
3	Outro: Qual?

1.10. Algum membro da família recebe algum tipo de benefício social do governo?

1	Não		
2	Sim		
Se sim, Qual?			
1	Cesta Básica da Prefeitura	3	Aposentadoria
2	Bolsa Família	4	Outro – qual?

1.11. Quais são os produtos agrícolas que você produz na propriedade? Tanto para o consumo, como para a comercialização.

1	Feijão	9	Legumes	17	Pequenos Animais
2	Milho (e verde)	10	Ovos	18	Leite
3	Arroz	11	Sucos	19	Derivados de Leite
4	Hortaliças	12	Amendoim	20	Panifício
5	Frutas	13	Soja	21	Geléias e Doces
6	Mel	14	Pinhão	22	Carvão
7	Batata doce	15	Erva mate	23	Lenha
8	Mandioca	16	Girassol	24	Fumo
25	Outros: qual?				

1.12. Dos produtos produzidos na propriedade, quais são produzidos exclusivamente para a comercialização?

1	Feijão	9	Legumes	17	Pequenos Animais
2	Milho (e verde)	10	Ovos	18	Leite
3	Arroz	11	Sucos	19	Derivados de Leite
4	Hortaliças	12	Amendoim	20	Panifício
5	Frutas	13	Soja	21	Geléias e Doces
6	Mel	14	Pinhão	22	Carvão
7	Batata doce	15	Erva mate	23	Lenha
8	Mandioca	16	Girassol	24	Fumo
25	Outros: qual?				

1.13. Em relação ao consumo da família, quais são os produtos que são comprados/adquiridos no mercado local ou de vizinhos para complementar a alimentação familiar?

1	Sal	7	Carnes	13	Óleo Vegetal
2	Açúcar	8	Café	14	Leite
3	Arroz	9	Feijão	15	Derivados de Leite
4	Hortaliças	10	Ovos	16	Pães e Massas
5	Frutas	11	Embutidos	17	Farinhas
6	Enlatados	18	Outros – Quais:		

1.14. Qual o gasto mensal em alimentos adquiridos de vizinhos e estabelecimentos comerciais?

1	Até 100 reais	4	De 300 a 400 reais
2	De 100 a 200 reais	5	De 400 a 600 reais
3	De 200 a 300 reais	6	Acima de 600 reais

2. CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA PAA/COMPRA DIRETA?

2.1. Para você, o que é o PAA/Compra Direta?

2.2. Como teve conhecimento do PAA/Compra Direta?

1	Sindicato	4	CRESOL
2	Vizinhos, conhecidos, amigos	5	Prefeitura
3	Associação, ONG	6	EMATER
8	Outro: qual?		

2.3. Você participou de reuniões para discutir o Projeto?

1	Sim	2	Não
3	Não soube informar		

2.4. Se sim, o que foi discutido nas reuniões?

1	Para que os técnicos explicassem o projeto
2	Para que os/as agricultor/a definissem o produto que iria entregar
3	Para se reunir com representantes das entidades
5	Outro: qual?

2.5. Em quais anos você participou do PAA/Compra Direta?

1	2004	4	2007
2	2005	5	2008
3	2006	6	Não soube informar

2.6. Quantas pessoas da família acessaram os recursos do PAA/Compra Direta na última participação no PAA/Compra Direta?

1	01	4	04
2	02	5	05 ou mais
3	03	6	Não soube informar

2.7. Qual o valor total que você acessou no último PAA/Compra Direta que participou?

1	Até 1.000 reais	4	Entre 2.001 e 2.500 reais
2	Entre 1.001 e 1.500 reais	5	Entre 2.5001 e 3000 reais
3	Entre 1.501 e 2.000 reais	6	Entre 3.001 e R\$3.500 reais
7	Outro – qual?		

2.8. Quais produtos você comercializou com o Programa Compra Direta no último ano em que participou?

1	Feijão	8	Mandioca	15	Pequenos Animais
2	Milho (e verde)	9	Legumes	16	Leite
3	Arroz	10	Ovos	17	Derivados de Leite
4	Hortaliças	11	Sucos	18	Panifício
5	Frutas	12	Amendoim	19	Geléias e Doces
6	Mel	13	Soja	20	
7	Batata doce	14	Pinhão	21	
22	Outros: qual?				

2.9. Além do PAA, você comercializa estes produtos com outros compradores?

1	Sim	2	Não
3	Não soube informar		

2.10. Se sim, quais? Indique todas as formas de comercialização utilizada pela família para escoar a produção.

1	Mercados Locais	3	Atravessador
2	Feira Livre	4	Associação, cooperativa
5	Outro: Qual?		

2.11. Durante quantos meses por ano você realizou as entregas para o PAA/Compra Direta? Utilize como referência o último ano de participação no Programa.

1	Até 3 meses	3	De 6 a 9 meses
2	De 3 a 6 meses	4	Os 12 meses
5	Não soube informar		

2.12. Se o entrevistado participou de mais de um ano do Programa, responda: Houve diferença no número de produtos entregues no primeiro ano em que participou do PAA/Compra Direta para os outros anos?

1	Aumentou o n° de produtos	3	Diminuiu o n° de produtos
2	Permaneceu o mesmo n°	4	Não soube informar

Por que?

2.13. A partir da sua participação no PAA, iniciou a produção de algum produto/alimento?

1	Sim	2	Não
3	Não soube informar		

Por que?

2.14. Se sim na questão 2.13, responda: quais os alimentos que você passou produzir a partir do PAA?

1	Feijão	8	Mandioca	15	Pequenos Animais
2	Milho verde	9	Legumes	16	Leite
3	Arroz	10	Ovos	17	Derivados de Leite
4	Hortaliças	11	Sucos	18	Panifício
5	Frutas	12	Amendoim	19	Geléias e Doces
6	Mel	13	Soja	20	
7	Batata doce	14	Pinhão	21	
22	Outros: qual?				

2.15. Quais produtos gostaria de comercializar para o Programa Compra Direta, mas não foi possível?

1	Feijão	8	Mandioca	15	Pequenos Animais
2	Milho verde	9	Legumes	16	Leite
3	Arroz	10	Ovos	17	Derivados de Leite
4	Hortaliças	11	Sucos	18	Panifício
5	Frutas	12	Amendoim	19	Geléias e Doces
6	Mel	13	Soja		
7	Batata doce	14	Pinhão		
20	Comercializo todos os produtos que tenho interesse				
	Por que?				

2.16. A partir do PAA, você passou a beneficiar/agroindustrializar algum produto?

1	Sim	2	Não
---	-----	---	-----

Qual?

1	Mel	8	Farinhas
2	Bolacha	9	Leite
3	Pães	10	Queijo
4	Massas	11	Frango
5	Doces	12	Suíno
6	Geléias	13	Feijão
7	Embutidos	14	Arroz
13	Outro: Qual?		

2.17. Em relação à renda, o que significou o valor acessado no último PAA/Compra Direta para a renda de sua família?

1	Manteve a renda
2	Aumentou a renda
3	Foi a única renda da família neste período
4	Não soube informar

2.18. Se houve aumento da renda, em quanto a renda familiar mensal aumentou?

1	Até 100 reais	4	De 300 a 400 reais
2	De 100 a 200 reais	5	De 400 a 600 reais
3	De 200 a 300 reais	6	Acima de 600 reais

2.19. Quanto representa a renda do PAA na renda total da família? Considerar o período em que o/a agricultor/a estava entregando os produtos para o programa.

1	Até $\frac{1}{4}$ da renda familiar
2	Até $\frac{1}{2}$ da renda familiar
3	Mais de 50% da renda familiar
4	Praticamente 100% da renda familiar
5	Não soube informar

2.20. O que você fez/faz com o dinheiro recebido com o PAA/Compra Direta?

1	Investiu na produção
2	Investiu na infra-estrutura da propriedade
3	Investiu na infra-estrutura da Casa e no consumo familiar
4	Investiu na aquisição de um meio de transporte
5	Investiu na aquisição de utensílios domésticos para a residência
6	Investiu na aquisição ou ampliação da agroindústria
7	Poupança
8	Outro – Qual?

Observar que: no caso de pagamento de dívida, perguntar qual a natureza da dívida realizada e verificar em qual opção ela se enquadra nos itens acima. Se os valores recebidos pelo PAA foram utilizados para mais de um item citado acima, assinalar aquele em que o/a agricultor/a mais utilizou recursos do PAA.

2.21. Existe diferença entre o que é pago pelo PAA/Compra Direta e outros compradores?

1	Sim	2	Não
3	Não sei		

Qual é a diferença?

1	Os Preços do PAA são melhores	3	No geral, não há diferença de preços
2	Os preços do PAA são piores	4	Não soube informar

2.22. Qual sua avaliação sobre os preços pagos pelo PAA/Compra Direta?

1	Satisfeito	3	Indiferente
2	Pouco Satisfeito	4	Insatisfeito
5	Não tenho opinião formada		

2.23. Você recebe assessoria técnica de alguma organização?

1	Sim	2	Não
3	Não soube informar		

2.24. Se sim, qual organização?

1	Governamental (EMATER)	2	Não Governamental (ONG)
3	Não soube informar		

2.25. Se sim, essa assessoria é voltada para melhorar...

1	As formas de produção	2	As formas de comercialização
3	Outro- qual	4	Não soube informar

2.26. No caso de não ter assessoria, perguntar:

Você avalia como necessário ter assessoria?

1	Sim	2	Não
3	Não soube informar		

Se sim, para qual finalidade seria melhor a assessoria?

1	Assessoria para melhorar a produção	2	Assessoria para qualificar as formas de comercialização
3	Outro- qual	4	Não soube informar

2.27. A partir da sua participação no PAA, houve aumento na área de produção?

1	Sim	2	Não
3	Não soube informar		

2.28. Os produtos entregues para o PAA/Compra Direta foram definidos em função de: (assinale apenas uma alternativa, a que for mais importante).

1	Não havia mercado para o produto
2	Necessidade/demanda das entidades sociais
3	Preço do produto
4	Não soube informar
5	Outro

2.29. Em relação aos preços dos produtos, quem tem mais influência na definição dos preços dos produtos?

1	Agricultores/as
2	Assessores e técnicos
3	Entidades Sociais
4	É um processo de negociação entre agricultores/as e entidades
5	Os preços já vêm estabelecidos pelo Programa
6	Não soube informar

2.30. Em relação aos produtos entregues, quem tem mais influência sobre a definição de quais produtos serão entregues para o PAA?

1	Agricultores/as
2	Assessores e técnicos
3	Entidades Sociais
4	É um processo de negociação entre agricultores/as e entidades
5	Outro: qual?
6	Não soube informar

3. COMERCIALIZAÇÃO

3.1. Atualmente você comercializa sua produção através de que formas?

1	Vizinhos	6	Outras empresas
2	Supermercados	7	Atacadistas
3	Atravessador	8	Feira
4	Associação	9	PAA
5	Cooperativa	10	Outro: qual?

3.2. Destas formas de comercialização, qual é responsável pela principal fonte de renda da família?

1	Vizinhos	6	Feira
2	Supermercados	7	Indústria
3	Atravessador	8	CEASA
4	Associação	9	PAA
5	Cooperativa	10	Salário ou trabalho externo
11	Outro - Qual?		

3.3. ANTES DO PAA E DA FEIRA, quais produtos você produzia para comercializar?

1	Feijão	9	Legumes	17	Pequenos Animais
2	Milho (e verde)	10	Ovos	18	Leite
3	Arroz	11	Sucos	19	Derivados de Leite
4	Hortaliças	12	Amendoim	20	Panifício
5	Frutas	13	Soja	21	Geléias e Doces
6	Mel	14	Pinhão	22	Carvão
7	Batata doce	15	Erva mate	23	Lenha
8	Mandioca	16	Girassol	24	Fumo
25	Outros: qual?				

3.4. Antes de comercializar para o PAA e para a feira, para quem você vendia sua produção? Assinalar todos que forem indicados pelo agricultor/a.

1	Vizinhos	6	Outras empresas
2	Supermercados	7	Indústria
3	Atravessador	8	CEASA
4	Associação	9	Não comercializava
5	Cooperativa	10	Outro: qual?

3.5. De forma geral, como você avalia os mecanismos de comercialização que você vende sua produção?

1	Muito Satisfeito
2	Satisfeito
3	Pouco Satisfeito
4	Insatisfeito
5	Não soube avaliar
Por que?	

3.6. A partir do PAA/Compra Direta, você ou a família passou a buscar outras formas de comercialização?

1	Sim	2	Não
---	-----	---	-----

Se sim, onde passou a comercializar?

1	Vizinhos	5	Cooperativa
2	Supermercados e comércio local	6	Feira
3	Atravessador	7	Indústria
4	Associação	8	CEASA
9	Outro: qual?		

3.7. Qual seria a forma ideal para comercializar sua produção?

1	Vizinhos	5	Feira
2	Supermercados e comércio local	6	Cooperativas
3	Atravessador	7	Indústria
4	Associação	8	CEASA
5	PAA/Compra Direta	9	Outro: Qual?

Por que?

3.8. Para você, qual é a pior forma para comercializar a produção?

1	Vizinhos	5	Feira
2	Supermercados e comércio local	6	Cooperativas
3	Atravessador	7	Indústria
4	Associação	8	CEASA
5	PAA/Compra Direta	9	Outro: Qual?

Por quê?

3.9. Você comercializa ou já comercializou algum produto/alimento nos mercados do município (quitandas, pequenas vendas, bodegas, etc)?

1	Sim	2	Não
---	-----	---	-----

Se sim, quais produtos?

1	Feijão	9	Legumes	17	Pequenos Animais
2	Milho (e verde)	10	Ovos	18	Leite
3	Arroz	11	Sucos	19	Derivados de Leite
4	Hortaliças	12	Amendoim	20	Panifício
5	Frutas	13	Soja	21	Geléias e Doces
6	Mel	14	Pinhão	22	Carvão
7	Batata doce	15	Erva mate	23	Lenha
8	Mandioca	16	Girassol	24	Fumo
25	Outros: qual?				

3.10. Se sim, em quais locais você comercializa?

1	Supermercados e pequenas vendas
2	Feira Livre
3	Restaurantes
4	Venda direta ao consumidor
5	Outro: qual?

Se não, por que você não comercializa com os mercados locais?

1	Não tenho produção suficiente
2	Não tenho conhecimento de como fazer essa forma de comercialização
3	Em função dos preços
4	Não tenho interesse
5	Outro: qual?

4. PROJETO DE VIDA

4.1. Como você define sua atividade profissional? Eu sou um...

1	Agricultor/a Familiar	4	Camponês
2	Trabalhador Rural	5	Produtor Rural
3	Colono	6	Não soube informar
7	Outro: qual?		

4.2. Qual seria para você o valor da RENDA FAMILIAR MENSAL IDEAL, para que sua família tivesse uma boa qualidade de vida?

1	Até 200 reais	5	De 801 a 1000 reais
2	De 201 a 400 reais	6	De 1001 a 1200 reais
3	De 401 a 600 reais	7	De 12001 a 1400 reais
4	De 601 a 800 reais	8	Acima de 1400 reais

4.3. Se você tivesse dinheiro para investir na propriedade, onde você investiria?

1	Na produção
2	Na infra-estrutura da propriedade
3	Na infra-estrutura da Casa
4	Na aquisição de um meio de transporte
5	Na aquisição de utensílios domésticos para a residência
6	Na aquisição ou ampliação da agroindústria
7	Poupança
8	Outro – Qual?

4.4. Você ou alguém da sua família já morou na cidade?

1	Sim	2	Não
3	Não quis informar		

4.5. Você pretende ir morar/trabalhar na cidade futuramente?

1	Sim	2	Não
3	Não sei informar		

4.6. Como você avalia a qualidade de vida, sua e de sua família, no meio rural, atualmente?

1	Muito Satisfeito
2	Satisfeito
3	Indiferente
4	Pouco Satisfeito
5	Insatisfeito

4.7. Você acredita na vida e no trabalho no meio rural?

1	Acredito Muito
2	Acredito
3	Indiferente
4	Acredito Pouco
5	Não Acredito

4.8. Quais são suas expectativas futuras em relação a vida e o trabalho no meio rural?

1	Vai melhorar futuramente	3	Ficará da mesma forma
2	Já está melhorando	4	Vai piorar
5	Não tem opinião formada		

4.9. O PAA/Compra Direta ajudou família a realizar algum projeto?

1	Sim	2	Não
3	Não sei informar		

Qual? Comente sobre?

5. ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO AGRICULTORES FAMILIARES

- 5.1. Como é sua relação com a associação de agricultores que faz parte?
- 5.2. Como a associação funciona?
- 5.3. Qual sua avaliação sobre a gestão do PAA pela associação? Pontos positivos e negativos?
- 5.4. Qual é a relação da associação com as outras organizações do município? E como você avalia essa relação?
- 5.5. Qual é a relação da associação com os órgãos financiadores do PAA?
- 5.6. O PAA contribuiu para melhorar a organização da associação? Como? Por quê?
- 5.7. Comente sobre a história do PAA: sua participação no PAA; a participação da associação; como o PAA foi desenvolvido no município.
- 5.8. Como você avalia a feira agroecológica? Como ela começou? Como se dá a relação da feira com os consumidores? E com a prefeitura municipal?
- 5.9. Quais as perspectivas do PAA para você e para a associação?
- 5.10. Se o PAA acabasse hoje, qual seria o caminho para você e para a associação?

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA LIDERANÇAS E REPRESENTANTES DE ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS E NÃO-GOVERNAMENTAIS

O/A Senhor/a está sendo convidado a responder um questionário que faz parte de uma pesquisa desenvolvida pela Universidade Federal do Paraná, e que tem o objetivo de avaliar o impacto do Programa Compra Direta na vida dos agricultores familiares no Paraná.

Este é um questionário que está sendo aplicado em agricultores/as familiares e demais atores que participam do Programa Compra Direta.

Solicitamos que o/a Senhor/a responda da forma mais verdadeira possível, pois as informações dadas serão de extrema importância para que o Programa Compra Direta possa melhorar a cada ano e assim beneficiar cada vez mais pessoas e famílias.

Data da entrevista: _____

Horário de Início: _____

Horário do Término: _____

Município

01	Turvo	02	Teixeira Soares
----	-------	----	-----------------

Tipo de instituição?

01	Sindicato	05	EMATER
02	Prefeitura	06	CRESOL
03	Associação	07	Empresa Local
04	ONG de assessoria	08	Outra Qual?

1. Quais a(s) principal(ais) atividade(s) econômica(s) do município?
2. Para você, qual é e qual deveria ser a “vocação” econômica do município? Ou da região?
3. O que você entende por desenvolvimento?
4. Há alguma discussão sobre um projeto de desenvolvimento para o município? Qual   esse projeto?
5. Qual a contribui o que sua institui o pode dar para o projeto de desenvolvimento do município ou da região?
6. O que você entende por desenvolvimento local?
7. Qual o número de agricultores familiares no município?
8. Qual   sua concep o sobre agricultura familiar? Como você definiria agricultura familiar?

9. Para você, qual é a participação dos agricultores familiares na economia do município?
10. A agricultura familiar tem alguma participação (econômica, política ou cultural) no município? Como você avalia essa participação?
11. Os agricultores têm algum tipo de benefício governamental, por parte da prefeitura para a produção e comercialização de alimentos?
12. Qual a principal produção agrícola dos agricultores familiares no município? Como ela é comercializada?
13. Você tem conhecimento de agricultores familiares que comercializam alimentos no mercado local? Onde? Quem? Qual sua avaliação sobre este mecanismo de comercialização?
14. Você tem conhecimento do Programa Aquisição de Alimentos? Se sim, como teve conhecimento do PAA? Por meio de quem?
15. Como funciona o PAA aqui no município? Você tem conhecimento?
16. Quais os pontos positivos e pontos negativos do PAA?
17. Você tem conhecimento qual o impacto que o PAA teve na alimentação ofertada pelas entidades sociais?
18. O município tem autonomia de produção de alimentos? Ou vem alimento de fora do município para abastecer os mercados locais? Se Sim, de onde vem?
19. Quais os mecanismos de comercialização de alimentos seria possível existir no município para que os agricultores familiares viabilizassem sua produção?
20. Existem associações de agricultores no município? Quais são? Qual o objetivo delas? Elas comercializam sua produção? Onde? O que comercializam?
21. Como a Prefeitura Municipal contribui para o fortalecimento destas organizações?
22. Se o PAA não existisse mais a partir do ano que vem, qual seria o(s) caminho(s) para os agricultores que participam do Programa?